

Casos Relevantes

Landmark Cases

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Casos Relevantes

Landmark Cases



Brasília,
Agosto de 2025

Secretaria-Geral da Presidência
Aline Rezende Peres Osorio

Gabinete da Presidência
Fernanda Silva de Paula

Secretaria do Tribunal
Fernanda do Valle Azambuja

Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação
Patrícia Perrone Campos Mello

Coordenadoria de Pesquisas Judiciárias
Lívia Gil Guimarães

Coordenadoria de Difusão da Informação
Renata Helena Souza Batista de Azevedo Rudolf

Secretaria de Comunicação Social
Mariana Araujo de Oliveira

Secretaria de Gestão Estratégica
Vinicius Nascimento Porto

Assessoria Internacional
Roberto Doring Pinho da Silva

Assessoria de Apoio à Jurisdição
Pamella Sada Dias Edokawa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Supremo Tribunal Federal – Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal)

Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF).
Casos relevantes = Landmark cases [recurso eletrônico] / Supremo Tribunal Federal; coordenação técnica do projeto: Patrícia Perrone Campos Mello, Lívia Gil Guimarães, Renata Helena Souza Batista de Azevedo Rudolf. -- Brasília : STF, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2025.
eBook (392 p.)

Reúne uma seleção de julgados paradigmáticos do Supremo Tribunal Federal desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, até o ano de 2023.
Trabalho elaborado com o apoio técnico da Escola Superior da Advocacia-Geral da União.
Textos em português, inglês e espanhol
Disponível, também, em formato eletrônico: www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoCatalogoProdutoConteudoTextual/anexo/Casos_Relevantes.pdf
ISBN : 978-65-6141-064-9.

1. Tribunal supremo, decisão judicial, Brasil. 2. Direito constitucional, jurisprudência, Brasil. 3. Súmula vinculante, Brasil. I. Patrícia Perrone Campos Mello. II. Lívia Gil Guimarães. III. Renata Helena Souza Batista de Azevedo Rudolf

CDDir-341.4191

Coordenação técnica do projeto
Patrícia Perrone Campos Mello
Lívia Gil Guimarães
Renata Helena Souza Batista de Azevedo Rudolf

Elaboração do projeto e da metodologia de seleção de casos
Patrícia Perrone Campos Mello
Lívia Gil Guimarães
Renata Rodrigues Praxedes
Carolina Rezende Moraes
Tamara Claudia Coimbra Pastro
Helen Rose Carlos Rodrigues Guimarães

Elaboração e revisão de banco de dados para seleção de casos
Lívia Gil Guimarães
Renata Rodrigues Praxedes
Carolina Rezende Moraes
Tamara Claudia Coimbra Pastro
Amanda Carlos Maia Ariston
Luíza Palma Orenha
Carlos Alberto de Jesus Rabelo
Alexandra Emanuela Novais Silva
Raquel Beutel Semenzato Proazzi
Marcella Cavalcante Pinto
Eduarda Peixoto Cunha França
Carolina Martins Marinho
Liciane Barbosa Richter
Allan Haniel Alves
Beatriz de Araujo Roriz
Luana Ainoã Viana de Souza
Mariá Silva Brilhante de Medeiros

Elaboração e revisão de relatórios de pesquisa
Patrícia Perrone Campos Mello
Lívia Gil Guimarães
Carolina Rezende Moraes
Tamara Claudia Coimbra Pastro
Helen Rose Carlos Rodrigues Guimarães

Elaboração de relatórios e análise de julgamentos
Alessandra Correia Marreta
Camila Nascimento de Souza
Chiavelli Facenda Falavigno
Eliane Nestor da Silva Santos
Gustavo Machado Milhomem
Heloisa Toledo de Assis Duarte
Isabela Gerbelli Garbin Ramanzini
João Vitor Teles Andrade
Maria Valentina de Moares
Matheus Gomes Nina Ribeiro
Priscila Heringer Cerqueira Pooter
Soraia de Almeida Miranda
Tiago Batista Cardoso

Revisão do conteúdo dos relatórios e análise de julgamentos
Patrícia Perrone Campos Mello
Renata Helena Souza Batista de Azevedo Rudolf
Camila Nascimento de Souza
Eliane Nestor da Silva Santos
Isabela Gerbelli Garbin Ramanzini
Matheus Gomes Nina Ribeiro

Revisão de texto e de provas editoriais
Márcia Gutierrez Aben-Athar Bemerguy
Lúcia Helena Lopes Fachinetto
Mariana de Araújo Alves
Gabriel de Amorim Leite
Nara Andejara Gomes do Vale
Nathany Dias de Araújo

Tradução
Francisca Javiera Gallardo Conejera
Sônia Maria de Melo Fernandes
Ana Luísa Pernambuco Parisi
Ernani da Costa e Silva Filho
Ariel Daltrozo Munhoz Menezes
Myllena Ribeiro Lacerda

Revisão de tradução
Renata Helena Souza Batista de Azevedo Rudolf
Ana Valéria de Oliveira Teixeira
Cláudio Rogério de Oliveira Rosário
Isabela Gerbelli Garbin Ramanzini
Matheus Gomes Nina Ribeiro
Larissa Stoner
Lucas Chagas da Silva
Tamara Claudia Coimbra Pastro

Produção editorial
Lilian Januzzi Vilas Boas
Camila Penha Soares

Projeto gráfico e diagramação
Aline da Silva Pereira
Ana Carolina Caetano
Simone Agostinho Carneiro da Silva

Apoio técnico Escola Superior da AGU/ PNUD
João Carlos Souto
Daniel Lin Santos
Chiavelli Facenda Falavigno
Maria Valentina de Moares

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ministro
Luís Roberto Barroso
Presidente (26.06.2013)

Ministro
Luiz **Edson Fachin**
Vice-Presidente (16.06.2015)

Ministro
Gilmar Ferreira **Mendes**
Decano (20.06.2002)

Ministra
Cármen Lúcia Antunes Rocha
(21.06.2006)

Ministro
José Antonio **Dias Toffoli**
(23.10.2009)

Ministro
Luiz Fux
(03.03.2011)

Ministro
Alexandre de Moraes
(22.03.2017)

Ministro
Kassio **Nunes Marques**
(05.11.2020)

Ministro
André Luiz de Almeida **Mendonça**
(16.12.2021)

Ministro
Cristiano Zanin Martins
(03.08.2023)

Ministro
Flávio Dino de Castro e Costa
(22.02.2024)

CASOS RELEVANTES

Apresentação 11

Nota Metodológica 13

Linha do Tempo 20

LANDMARK CASES

Presentation 137

Methodological Note 139

Time Line 146

CASOS RELEVANTES

Presentación 263

Nota Metodológica 265

Línea del Tiempo 272

CASOS RELEVANTES

APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que apresentamos a publicação **Casos Relevantes do Supremo Tribunal Federal**, que reúne julgados paradigmáticos proferidos pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), entre a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o ano de 2023. Ao longo de quase quatro décadas de vigência da Constituição, o STF julgou temas que marcaram profundamente a vida política, social, econômica e jurídica do Brasil, concretizando direitos, protegendo a democracia e influenciando o cotidiano das instituições. Esta obra busca inventariar parte de tais casos, oferecer ao público uma compreensão clara sobre o que o Supremo faz, os assuntos que julga, o impacto das suas decisões na vida das pessoas. De fato, os casos reunidos neste volume retratam alguns dos dilemas mais representativos e das necessidades mais urgentes da sociedade brasileira.

A obra também cumpre o importante papel de conferir visibilidade internacional às decisões do STF. Tratando-se de um Tribunal que decide em português, mas que se situa em um continente que se comunica majoritariamente em espanhol e inglês, é fundamental oferecer, ao menos, resumos das decisões mais importantes do STF nesses dois idiomas, para que a Corte possa se fazer conhecer, para que diferentes atores estrangeiros possam formar uma impressão sobre o papel que desempenha, para que possa haver um intercâmbio com as demais cortes. Em um mundo marcado por desafios que dependem de informação e ação coordenada entres países e continentes, é fundamental que diferentes tribunais possam conhecer experiências e soluções dos demais. Por essa razão, este material está disponível em português, inglês e espanhol.

É válido assinalar, ainda, que o STF é um tribunal que decide dezenas de milhares de casos por ano, um volume considerável ao ser comparado ao de outras cortes ao redor do mundo. Cabe a ele, ainda, implementar uma constituição analítica, que trata sobre um universo amplíssimo de temas – de direitos fundamentais ao direito tributário e orçamentário; de democracia e meio ambiente a seguridade social e telecomunicações. Assim, os temas abordados nas decisões que compõem esta obra refletem a diversidade e a complexidade da agenda constitucional brasileira, que levou ao Tribunal questões como: o reconhecimento das uniões homoafetivas, o combate à violência contra a mulher, a validade das cotas para negros e indígenas nas universidades, a constitucionalidade de medidas para combater a hiperinflação, o *impeachment* de presidentes da República, a defesa da democracia, a proteção ambiental e o enfrentamento às mudanças climáticas.

Em tais condições, o trabalho oferece uma visão panorâmica sobre a evolução da jurisprudência constitucional no Brasil e sobre os diferentes papéis desempenhados pelo STF de

intérprete da Constituição, garantidor de direitos e árbitro das mais importantes questões nacionais. Trata-se de um convite a conhecer, compreender e refletir sobre a importância do Tribunal para a construção do Estado Democrático de Direito.

Agradecemos a todas e todos que contribuíram para a realização desta iniciativa, em especial ao apoio técnico da Escola Superior da Advocacia-Geral da União (ESAGU). Convidamos leitoras e leitores a percorrer esta seleção de decisões relevantes e a conhecer, por meio delas, um pouco mais sobre o Brasil, sua Constituição e sua Suprema Corte. Que este percurso sobre os casos relevantes da jurisprudência do STF seja fonte de aproximação com a sociedade e conexão com o mundo.

Ministro **Luís Roberto Barroso**

Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça

NOTA METODOLÓGICA

O projeto **Casos Relevantes** tem como objetivo selecionar julgamentos de grande importância realizados no Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), na vigência da Constituição de 1988, a fim de difundir, nacional e internacionalmente, o acervo jurisprudencial da Corte. A metodologia de seleção dos casos se divide em cinco etapas distintas e consecutivas, descritas a seguir.

ETAPA 1 – Construção da base de dados de julgados relevantes a partir de abordagem empírica

A primeira etapa consiste na construção do **Banco de Casos Relevantes (BCR)** de acordo com o seguinte percurso metodológico:

a) **composição de banco de dados** a partir do mapeamento de casos com uma ou mais decisões proferidas pelo Plenário do STF (critério de desenho institucional obrigatório), no período de 5 de outubro de 1988 a 31 de dezembro de 2024 (critério temporal obrigatório);

b) **identificação de critérios de determinação de relevância** nos processos do banco de dados, o que permitiu a seleção dos casos[1].

Quadro 1 – Critérios de seleção

Critérios internos[2-3]	Critérios externos[4]
Menção do caso em produtos institucionais de **divulgação internacional**	Existência de **audiência pública** convocada no processo[5]
Menção do caso em **produtos institucionais temáticos[6] disponíveis no *website* oficial do STF**	Existência de participação de um ou mais ***amicus curiae*** no processo[7]

Fonte: Elaborado pela COPJ/SAE/STF.

Com a aplicação desses critérios, foram **selecionados 2.677** casos, que passaram a compor o **BCR**.

[1] Os critérios não são cumulativos entre si.

[2] Foi considerada a produção institucional, ou seja, recuperou-se a relevância atribuída a determinados temas por atores internos. Os critérios internos foram subdivididos por sua abrangência, internacional e nacional, conforme o Quadro 1.

[3] Os produtos institucionais considerados nesta etapa estão no Apêndice.

[4] Os critérios externos para a determinação de relevância são decorrentes da *interação* do STF com outros atores e têm duas características: saliência deliberativa e existência de interesse social, conforme o Quadro 1.

[5] Foram identificados todos os casos objeto de realização de audiência pública, a partir das informações do portal do STF. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/audienciaPublica/audienciaPublica.asp?tipo=realizada. Acesso em: 4 fev. 2025.

[6] Embora alguns produtos produzidos pelo STF sejam bancos de dados criados para consulta pública ou difusão informacional acerca de sua atividade judicante, foram considerados, como produtos temáticos, aqueles que divulgam jurisprudência destacada em diferentes temas do Direito, cuja produção é motivada por razões subjetivas e contingenciais de distintas gestões administrativas do Tribunal, que desejaram levar ao público um compilado específico de julgados, dando-lhe destaque em relação aos demais.

[7] Identificaram-se todos os casos em que houve o ingresso deferido de, ao menos, um *amicus curiae*, até o dia 31 de dezembro de 2024, conforme bancos de dados produzidos pela Assessoria de Apoio à Jurisdição do Supremo Tribunal Federal (AAJ/STF).

ETAPA 2 – Aprimoramento do BCR: critérios de ponderação e refinamento

O critério temporal obrigatório foi subdividido em três fases, definidas a partir das características da atuação do STF em cada período: de 1988 a 1999 (Fase 1); de 2000 a 2014 (Fase 2); e de 2015 a 2024 (Fase 3). A segmentação cronológica baseou-se em literatura especializada sobre o tema, que aponta, como elementos distintivos, o crescente interesse de atores, cada vez mais diversos, no debate público; o aumento significativo dos casos e da profundidade dos temas submetidos a julgamento; e a complexificação nas interações entre o Poder Judiciário, os demais Poderes, a sociedade e a mídia. Justifica-se a segregação em fases devido ao fato de que, dadas as características peculiares de cada período, a métrica de relevância somente será válida para o conjunto de processos pertencentes a uma mesma fase.

No que diz respeito ao universo representado em cada fase, os produtos institucionais de divulgação nacional e estrangeira, bem como a existência de *amicus curiae* e a realização de audiência pública passam a ser reaplicados como etapa de ponderação (quando existentes), com atribuição de pesos. Além disso, para identificar a relevância, foram consideradas: a quantidade de *amicus curiae*; a realização de audiência pública; e a recorrência de menções a determinado caso em cada um dos produtos institucionais referidos no Apêndice, além do quantitativo encontrado nos Anuários da Justiça (Brasil)[8].

A relevância, portanto, foi aferida a partir da reunião de análises teóricas e empíricas sobre a atuação do STF, bem como a partir da perspectiva da Corte sobre si mesma em diferentes momentos. Esta última perspectiva foi extraída da análise de publicações do Tribunal que apresentaram compilações de casos em destaque, julgamentos relevantes, entre outras correlatas. Com base nessas diretrizes, para o delineamento do **Banco de Casos *Mais* Relevantes (BCR+)** foram considerados os seguintes critérios de ponderação:

1. **recorrência em produtos institucionais temáticos (nacionais e internacionais)**: com ênfase na perspectiva institucional, mapearam-se todos os casos mencionados, uma ou mais vezes, em materiais temáticos ou de divulgação internacional produzidos pelo STF, e atribuíram-se pesos proporcionais à frequência de menção por fase: peso 1 na Fase 1; peso 1 na Fase 2; e peso 2 na Fase 3;

[8] Material de divulgação de jurisprudência nacional, produzido pela plataforma Consultor Jurídico (ConJur), que oferece ao público especializado uma perspectiva externa sobre os julgados mais significativos. Disponível em: https://anuariodajustica.com.br/.

2. **existência de *amicus curiae*:** como reflexo da maior participação de atores que não compõem diretamente o polo processual[9], foram atribuídos, a partir da Fase 2[10], os seguintes pesos: **peso 1** na Fase 2, proporcional ao número de *amicus curiae* cujo ingresso foi deferido em cada ação; e **peso 2** na Fase 3;

3. **realização de audiência pública:** diante da importância das audiências públicas para a ampliação da participação social em determinados julgamentos[11], foram atribuídos: **peso 1** aos casos com a presença desse critério na Fase 2; e **peso 2** na Fase 3;

4. **menção em material de portal jurídico:** considerando a Fase 3, momento em que há mais diálogo entre o STF e a mídia (inclusive a especializada), atribuiu-se **peso 1** aos casos constantes dos Anuários da Justiça.

A aplicação de pesos proporcionais em cada fase visa assegurar a coerência histórica do conjunto que passa a compor o **BCR+**. Almeja-se, assim, garantir a avaliação mais equilibrada em cada contexto, sem desprezar o crescente volume de processos julgados pelo STF ao longo do tempo, bem como uma distribuição mais equitativa da relevância dos casos ao longo das três fases[12].

Exaurida a etapa de ponderação, foram aplicados dois critérios de refinamento: a) **exclusão temática** dos processos enquadrados, majoritariamente, em matéria penal e/ou matéria tributária[13], por não corresponderem aos objetivos institucionais de diálogo internacional comparado do projeto; e b) **junção por "relação"** de processos julgados conjuntamente (na mesma sessão de julgamento) ou processos apensados, evitando-se redundância temática no **BCR+**.

[9] Iniciativa de grupos de interesse com *expertise* na matéria ou que se consideram diretamente afetados pela decisão, e buscam contribuir com o resultado da lide.

[10] Esse critério não foi adotado para os processos enquadrados na Fase 1, tendo em vista que, por ausência de regulamentação do instituto no período, não houve pedido de ingresso de *amicus curiae* até os anos 2000 (Ferreira; Branco, 2017).

[11] Por meio da audiência pública, o STF busca elevar a carga informacional, para produzir uma decisão mais completa.

[12] Busca-se eliminar o viés do presente, que poderia conduzir à percepção de que casos recentes seriam mais relevantes, por uma percepção pessoal de inovação. Torna-se necessário revisar o significado que o passado tem a partir da ideia de que esse não está consolidado e deve ser alvo de problematizações. A propósito, confira-se o aporte teórico da História do Tempo Presente (Delgado; Ferreira, 2013).

[13] *Vide* parâmetros detalhados na Etapa 4 – Conceituação das categorias temáticas.

ETAPA 3 – Quantitativo estabelecido de amostras de casos relevantes para cada fase

Ao nos reportarmos aos casos *mais* relevantes (**BCR+**) julgados pelo STF desde a entrada em vigor da Constituição de 1988, devemos considerar um grupo (de 50 casos, 100 casos ou qualquer outra quantidade) composto por determinado número de julgados distribuídos dentro de cada recorte temporal (fases). A proporção de vagas meramente numérica[14] em cada fase foi desprezada, tendo em vista a distorção causada pela expressiva concentração de volume de casos na Fase 3[15]. Além disso, a atuação do STF e sua interação com outros atores ao longo das diferentes fases demonstraram que a divisão puramente proporcional não seria ideal.

Por isso, optou-se por redistribuir as vagas, o que resultou, inicialmente, em um banco de 50 casos, com 5 para a Fase 1; 25 para a Fase 2; e 20 para a Fase 3[16]. O projeto será aumentado para 100 casos em futuro próximo, mantidas essas proporções.

ETAPA 4 – Conceituação das categorias temáticas[17]

As categorias temáticas adotadas nesta pesquisa têm o objetivo de destacar os temas mais significativos da atualidade e fomentar um diálogo qualificado no cenário internacional, escopo inicial do projeto. Para tanto, algumas categorias foram desmembradas, de modo a permitir um tratamento mais aprofundado de questões de relevante impacto, o que originou classificações próprias. Nos casos de interseção entre duas ou mais categorias, os casos foram alocados naquela que proporcionasse maior destaque ao direito em debate, conforme será demonstrado nas conceituações a seguir.

1. **Direitos fundamentais:** casos que envolvem direitos pertencentes à primeira, segunda e terceira dimensões dos direitos fundamentais. Abrangem, respectivamente: os **direitos individuais**, entre os quais se incluem a proteção da pessoa contra abusos do poder estatal, o direito à vida, à liberdade, à igualdade formal e os direitos da nacionalidade; os **direitos sociais**, que englobam as liberdades vinculadas ao trabalho, bem como os direitos a prestações positivas do Estado nas áreas de educação, saúde, alimentação, lazer, segurança e previdência social; e os **direitos difusos e cole-**

[14] Um quantitativo baseado apenas na proporção numérica considera o total de amostras do BCR e o número de casos encontrados em cada Fase. Se assim fosse, a distribuição de vagas para um BCR+ de 50 casos teria o seguinte retrato: 5 para a Fase 1; 15 para a Fase 2; e 30 para a Fase 3.

[15] Na composição do BCR, os casos da Fase 3 correspondem a 63,05% de todo o montante de casos.

[16] Para garantir a consistência e a replicabilidade da pesquisa, foi adotada esta proporção fixa para cada fase, independentemente da quantidade total de casos selecionados. Definiu-se que a primeira fase, por representar uma parcela menor na composição do BCR, corresponderia a 10% do número de casos. A partir desse critério inicial, as demais fases foram analisadas, retomando o aporte da História do Tempo Presente, e a necessidade de afastamento temporal para ponderar sobre relevância, foi feita uma análise qualitativa, considerando a literatura especializada sobre o comportamento do Tribunal e os registros históricos, para definição de suas respectivas proporções, estabelecendo que a Fase 2 corresponde a 50% e a Fase 3, a 40%.

[17] É importante ressaltar que essa classificação temática pode ser modificada, considerados diferentes contextos de pesquisa.

tivos, relacionados à proteção ao consumidor e às questões que envolvem a vida e a dignidade da pessoa humana, especialmente quando geram reflexos sobre a coletividade ou sobre grupos vulneráveis. Cumpre destacar que outros direitos amplamente reconhecidos no âmbito dos direitos fundamentais foram abordados em categorias autônomas neste estudo – a saber: Estado de Direito e democracia, meio ambiente e novas tecnologias – em razão da especificidade e da complexidade que esses temas assumem no cenário jurídico contemporâneo.

2. **Estado de Direito e democracia:** casos relativos a Estado de Direito são aqueles que versam sobre: a) divisão, organização e função dos três Poderes; b) organização legal do Estado e de suas instituições e c) servidor público. São casos referentes à democracia aqueles que versam sobre: a) soberania popular; b) direitos de participação política, eleições e mandatos democráticos; c) ataques às instituições essenciais ao funcionamento da democracia e preservação do regime democrático no Brasil; e d) ditadura militar e autoritarismo.

3. **Meio ambiente:** casos que envolvem os direitos relativos à proteção do meio ambiente e às mudanças climáticas. Essa categoria abrange questões sobre o ecossistema, como fatores bióticos (fauna e flora) e abióticos, definidos conjuntamente como natureza, e a natureza antrópica, que diz respeito às modificações provocadas pelo ser humano no meio físico.

4. **Novas tecnologias:** casos que abordam os impactos da tecnologia sobre o Direito nos contextos social, econômico, comunicacional e político. Compreendem questões sobre temas legais, regulamentares e éticos decorrentes da implementação de tecnologias em determinadas épocas, e relacionadas às redes sociais, à inteligência artificial, à neurotecnologia, ao gerenciamento de dados e à tecnologia da informação.

5. **Direito Tributário:** casos que se enquadram em normas e princípios que regulam a atividade financeira, relacionados a instituições, cobranças de tributos como impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.

6. **Direito Penal e Processo Penal:** casos que se inserem no âmbito das normas e dos princípios que disciplinam as condutas criminosas, as sanções penais, os procedimentos judiciais correspondentes e o exercício do poder punitivo do Estado. São aqueles que versam sobre: a) as infrações de natureza penal e suas sanções correspondentes; e b) o sistema de compreensão (ou de interpretação) da legislação penal e processual penal. Dada a relevância e a amplitude do tema, os julgados que, embora apresentem intersecções com o Direito Penal e o Processo Penal, tratam da vida e da dignidade da pessoa humana, com repercussões na coletividade ou em grupos vulneráveis, foram transportados para a categoria Direitos Fundamentais.

ETAPA 5 – Aplicação de análise institucional no BCR+ e divulgação dos casos

Como resultado das etapas anteriores, obteve-se o **BCR** – banco formado por 2.677 casos identificados como relevantes, que poderá fomentar posteriores análises e pesquisas – e a sua derivação, o **BCR+ (50 casos *mais* relevantes, a ser futuramente ampliado para 100 casos)**. A seleção que compõe o BCR+ consolida a análise da atual gestão do STF, amparada pelos parâmetros das Etapas anteriores.

A lista final, divulgada pela Gestão do Ministro Presidente Luís Roberto Barroso, contém todos os casos selecionados, acompanhados de seus respectivos resumos e análises (em português, inglês e espanhol), e pode ser consultada no *hotsite* do Projeto.

Referências bibliográficas

ARGUELHES, Diego Werneck. Poder não é querer: preferências restritivas e redesenho institucional no Supremo Tribunal Federal pós-democratização. **Universitas Jus**, v. 25, n. 1, p. 25-45, 2014.

BARROSO, Luís Roberto. Contramajoritário, Representativo e Iluminista: os papeis dos tribunais constitucionais nas democracias contemporâneas. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 4, p. 2171-2228, 2018a.

BARROSO, Luís Roberto. Trinta anos da Constituição: a República que ainda não foi. **Revista Eletrônica da PGE-RJ**, v. 1, n. 2, 2018b.

BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos. O Papel Criativo dos Tribunais – Técnicas de Decisão em Controle de Constitucionalidade. **Revista da AJURIS**, v. 46, n. 146, 2019.

COSTA, Teresa Cristina de Melo. **Novas técnicas de decisão do STF: entre inovação e democracia.** Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

FERREIRA, Débora Costa; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Amicus curiae em números. Nem amigo da corte, nem amigo da parte? **Revista de Direito Brasileira**, v. 16, n. 7, p. 169-185, 2017.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. Trinta anos, uma Constituição, três Supremos: autorrestrição, expansão e ambivalência. **Revista Eletrônica da PGE-RJ**, v. 1, n. 2, 2018.

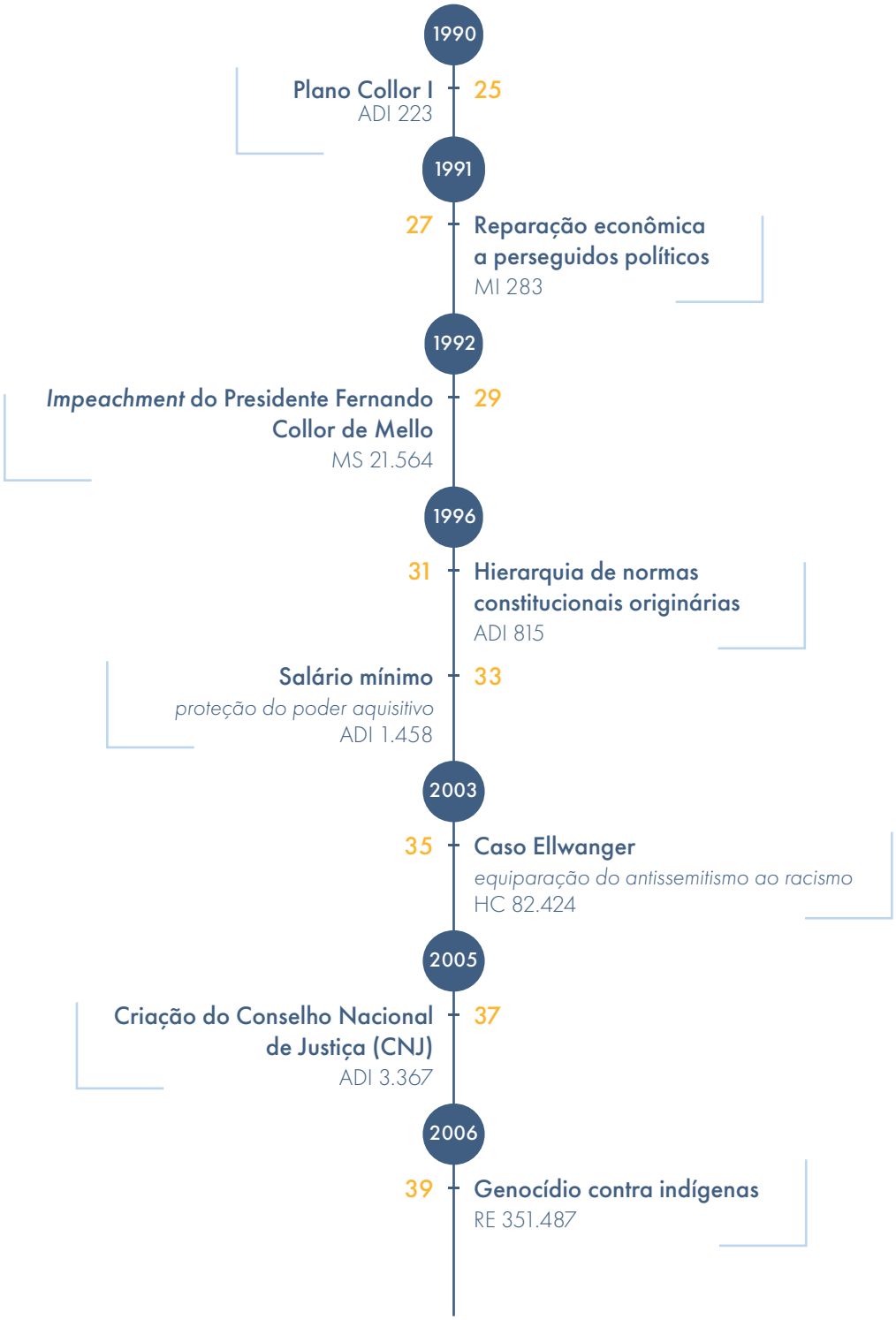
OSORIO, Aline Rezende Peres. **O direito eleitoral e a liberdade de expressão**: política, palavra e paixão. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PAIVA, Grazielle de Albuquerque Moura. **Justiça e política**: um estudo sobre a comunicação do STF (1988-2004). 2019. 1 recurso online (194 p.) Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

SADEK, Maria Tereza Aina. Judiciário: a institucionalização como poder. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 134, p. 109-126, 2022.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Supremocracia. **Revista Direito GV**, v. 4, p. 441-463, 2008.

LINHA DO TEMPO



2007

Infidelidade partidária
MS 26.603 41

Direito de greve dos servidores públicos civis
MI 670 43

2008

Pesquisas com células-tronco embrionárias e Lei de Biossegurança
ADI 3.510 45

Excepcionalidade do uso de algemas
HC 91.952 47

Proibição do nepotismo no Poder Judiciário
ADC 12 49

Prisão civil do depositário infiel
RE 466.343 51

2009

Caso Raposa Serra do Sol
Pet 3.388 53

Lei de Imprensa
ADPF 130 57

Dispensa de diploma para jornalistas
RE 511.961 59

Proibição de importação de pneus usados
ADPF 101 61

Extradição de Cesare Battisti
Ext 1.085 63

2010

Lei da Anistia
ADPF 153 65

2011

Reconhecimento de união homoafetiva
ADPF 132 — 67

69 — Proibição da realização de "brigas de galos"
ADI 1.856

"Marcha da Maconha"
legitimidade de manifestações pela legalização das drogas
ADPF 187 — 71

2012

73 — Lei Maria da Penha
ADC 19

Lei da Ficha Limpa
ADC 29 — 75

77 — Interrupção da gravidez em caso de anencefalia
ADPF 54

Cotas raciais no ensino superior
ADPF 186 — 79

81 — Programa Universidade para Todos (Prouni)
ADI 3.330

Caso Mensalão
AP 470 — 83

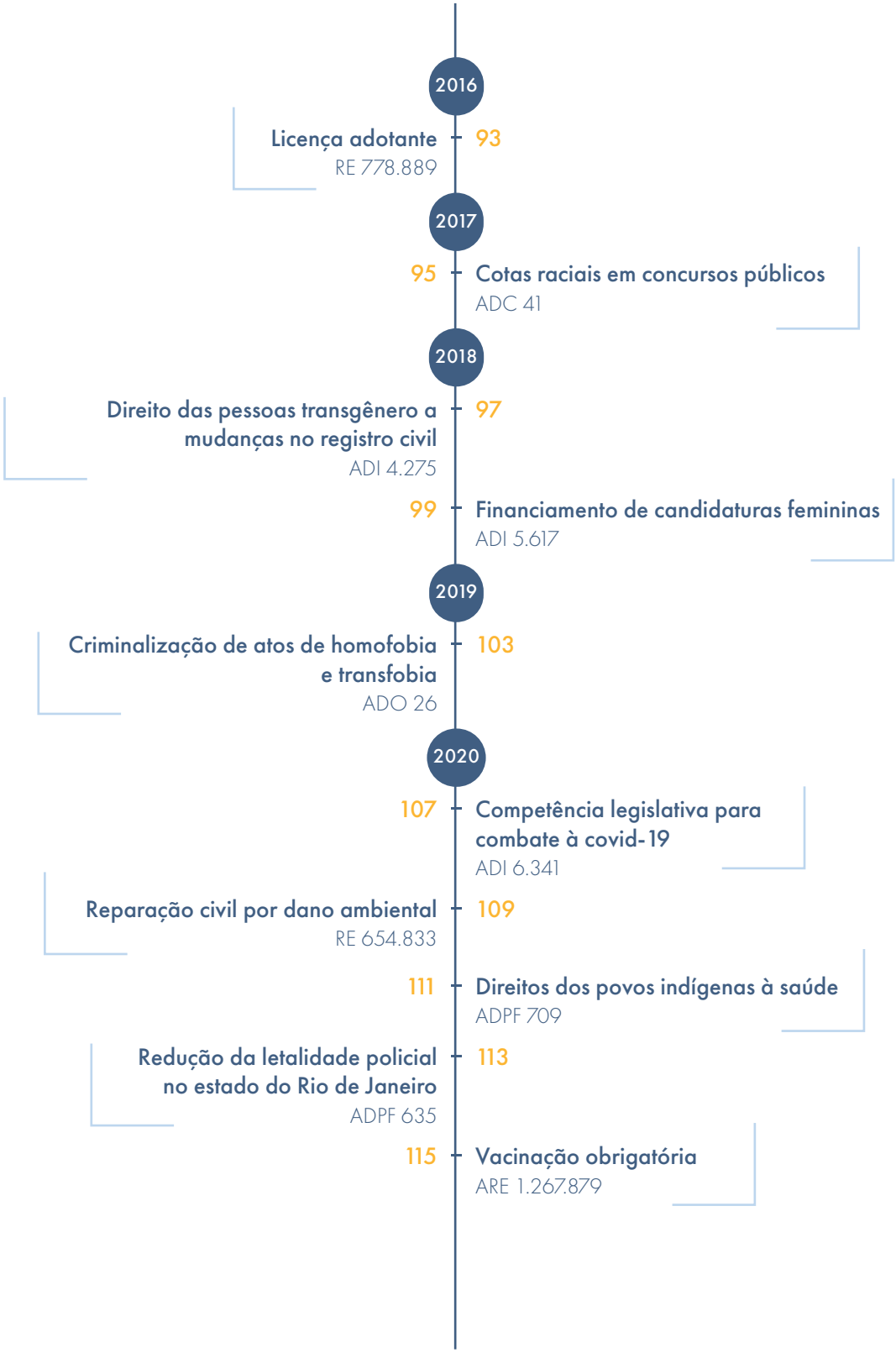
2014

85 — Progressão de regime em crimes hediondos
Rcl 4.335

2015

Financiamento de campanhas eleitorais
ADI 4.650 — 87

89 — *Impeachment* da Presidente Dilma Rousseff
ADPF 378


2016
Licença adotante
RE 778.889
93
2017
95
Cotas raciais em concursos públicos
ADC 41
2018
Direito das pessoas transgênero a mudanças no registro civil
ADI 4.275
97
99
Financiamento de candidaturas femininas
ADI 5.617
2019
Criminalização de atos de homofobia e transfobia
ADO 26
103
2020
107
Competência legislativa para combate à covid-19
ADI 6.341
Reparação civil por dano ambiental
RE 654.833
109
111
Direitos dos povos indígenas à saúde
ADPF 709
Redução da letalidade policial no estado do Rio de Janeiro
ADPF 635
113
115
Vacinação obrigatória
ARE 1.267.879

2022

Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima)
ADPF 708
117

Orçamento secreto
ADPF 850
119

2023

Requisição de dados a provedores de internet no exterior
ADC 51
121

Tese de legítima defesa da honra
ADPF 779
123

Marco temporal
RE 1.017.365
125

Estado de coisas inconstitucional do sistema carcerário
ADPF 347
129

Transporte público gratuito em dias de eleições
ADPF 1.013
131

Direito à licença-paternidade
ADO 20
133

ADI 223 MC

Plano Collor I: garantia do poder cautelar do juiz

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Paulo Brossard

Redator do acórdão:
Min. Sepúlveda Pertence

Data do julgamento:
05.04.1990

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) proposta contra a Medida Provisória (MP) 173, que impedia juízes de concederem decisões liminares relacionadas ao conteúdo de outras dez medidas provisórias que estabeleceram plano econômico voltado a implementar reformas e ajustes considerados necessários à estabilização da economia brasileira. Alega-se, no caso, que a vedação genérica contida na MP 173 desrespeitaria o direito constitucional de pleno acesso à Justiça e ao controle judicial da legitimidade dos atos do poder público (art. 5°, XXXV, da CF/1988).

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. O poder cautelar do juiz tem a finalidade de garantir a efetividade do processo e o seu provimento final, evitando que determinada violação se torne irreversível enquanto se aguarda o julgamento do caso, de modo a assegurar o direito de acesso à jurisdição em caso de ameaça ou violação a direito (art. 5º, XXXV, da CF/1988). Além disso, a supressão de matéria ou de possibilidade de decisão judicial pode implicar interferência do Poder Executivo no Poder Judiciário, o que violaria o princípio da separação dos Poderes (art. 2º da CF/1988).

2. A limitação do poder cautelar é possível em algumas circunstâncias, visto que, nos últimos tempos, se observa certa tendência a seu uso abusivo. Há precedentes nesse sentido. No entanto, a generalidade e a imprecisão da MP 173 em vedar toda e qualquer possibilidade de concessão de medida cautelar, apenas para proteger "leis de emergência", mostram-se irrazoáveis e desproporcionais.

3. Diante da gravidade do momento e da situação econômica que o plano em questão buscava enfrentar, o STF deixou de suspender a MP 173, em controle concentrado, mas autorizou os juízes, por meio do controle difuso, a examinar as situações relacionadas ao plano econômico, caso a caso, para avaliar, em concreto, se a cautelar deveria ou não ser concedida.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal indeferiu o pedido para suspender liminarmente a MP 173 em ação direta de inconstitucionalidade. O Tribunal reconheceu a importância do poder de jurisdição cautelar para prevenir violações ou ameaças a direito e permitir uma atuação efetiva do Poder Judiciário. Ainda assim, ponderou que a referida norma não impede que os juízes, em controle difuso da constitucionalidade, analisem cada caso em específico e concedam a cautelar se entenderem que a medida atacada é desproporcional e abusiva.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Essa decisão se insere no contexto do Plano Collor I, responsável por um conjunto de medidas econômicas drásticas e impopulares, adotadas no início da década de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello, com o objetivo de combater a hiperinflação vivida no país. O plano econômico incluiu o bloqueio de parte dos depósitos bancários dos cidadãos, a privatização de empresas estatais e a reorganização de diversas políticas públicas, incluindo as áreas de comércio e agricultura. Ao negar a suspensão da MP 173, o STF evitou interferir diretamente no plano econômico. No entanto, autorizou os juízes a concederem cautelares conforme a situação do caso concreto, assegurando por via transversa a proteção aos direitos dos cidadãos.





MI 283

Reparação econômica a perseguidos políticos pela ditadura militar no Brasil

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Sepúlveda Pertence

Data do julgamento:
20.03.1991

Matéria:



RESUMO DO CASO

Mandado de injunção (MI) impetrado por ex-oficial da Aeronáutica, demitido da Força Aérea e impedido de exercer sua atividade profissional por décadas, com base em portarias secretas vigentes durante a ditadura militar no Brasil. O impetrante alega violação do seu direito à reparação econômica por motivo de perseguição política, previsto no art. 8º, § 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, em razão da omissão legislativa do Congresso Nacional em editar a lei necessária ao efetivo exercício do direito.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. O Tribunal reconheceu a ocorrência de violação ao direito subjetivo do impetrante à reparação econômica por perseguição política em razão da omissão do Poder Legislativo quanto ao dever constitucional de regulamentar tal direito (art. 8º, § 3º, do ADCT), uma vez que a Carta Magna determinou prazo para essa providência e que a perseguição foi amplamente demonstrada.

2. Além disso, considerando a omissão legislativa e a obrigação do Estado de reparar o dano sofrido, o Tribunal decidiu: (i) fixar prazo razoável para a superação da mora legislativa (objetivo típico do mandado de injunção); e, ainda, (ii) reconhecer o direito do impetrante a ingressar em juízo e obter, mesmo sem a regulamentação específica, sentença de reparação em face da União.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal declarou a omissão inconstitucional e a mora do Congresso Nacional em editar lei específica assegurando o direito fundamental à reparação econômica aos perseguidos políticos, previsto no art. 8º, § 3º, do ADCT da Constituição Federal de 1988. Fixou o prazo de 45 dias para o Congresso saná-la, com mais 15 dias para a sanção da lei pelo Presidente da República. Ultrapassado tal prazo, o impetrante poderia requerer sentença líquida de reparação. Explicitou, ainda, que lei posterior não prejudicaria a decisão, mas seria aplicada ao impetrante no que fosse mais favorável.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

No âmbito do mandado de injunção, a jurisprudência do STF vinha se limitando a reconhecer a mora do Legislativo e a instá-lo a agir. A partir desta decisão, todavia, o Tribunal evoluiu para determinar prazo para o Poder Legislativo agir e assegurar o direito subjetivo do impetrante, conferindo mais efetividade a tal ação constitucional.





MS 21.564

Impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Octavio Gallotti

Redator do acórdão:
Min. Carlos Velloso

Data do julgamento:
23.09.1992

Matéria:



RESUMO DO CASO

Mandado de segurança (MS) impetrado contra ato do Presidente da Câmara dos Deputados que estabeleceu as regras para o rito de *impeachment* a partir de denúncia oferecida contra o então Presidente da República. O impetrante alega violação aos princípios constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal, em especial no que se refere às etapas de análise inicial da denúncia pela Câmara dos Deputados e à forma de votação no plenário dessa casa legislativa. Usa como argumentos: (i) a necessidade de autorização prévia pela Câmara dos Deputados para processar e julgar o Presidente da República por crime comum e de responsabilidade; (ii) a exigência de voto secreto; e (iii) o prazo ínfimo para apresentação de defesa e a ausência de autorização para dilação probatória.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. O *impeachment* é o processo por meio do qual se julga o Presidente da República por crime de responsabilidade. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Câmara dos Deputados tem o papel de autorizar a instauração de processo de *impeachment* (art. 51, I, da CF/1988), exercendo um juízo político sobre a denúncia oferecida contra a referida autoridade. Já o Senado Federal é responsável por processar e julgar o Presidente da República (art. 52, I, da CF/1988). No Senado se materializa a acusação e ocorre a produção das provas necessárias à comprovação do ilícito (art. 86 da CF/1988). É também nessa Casa que se deve oferecer oportunidade de defesa ao acusado (art. 5º da CF/1988).

2. De acordo com a Lei 1.079/50 (art. 23) e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 187, § 1º, VI), a votação em processo de *impeachment* é nominal e aberta, de modo que se possibilite o controle popular sobre a atuação dos representantes eleitos. O prazo de defesa é de dez sessões, com base em aplicação por analogia do mesmo Regimento Interno (art. 217, §1º, I).

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal concedeu parcialmente o mandado de segurança para assegurar ao Presidente da República o prazo de dez sessões para apresentação de defesa perante o Senado.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Esta decisão tratou do rito a ser observado no primeiro processo de *impeachment* enfrentado pelo Brasil durante a vigência da Constituição de 1988. O *impeachment* do Presidente da República e a decisão do STF permitiram que a crise política fosse solucionada sem ruptura da institucionalidade constitucional, gerando o afastamento definitivo do Presidente e a suspensão dos seus direitos políticos por oito anos.





ADI 815

Controle de constitucionalidade e hierarquia de normas constitucionais

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Moreira Alves

Data do julgamento:
28.03.1996

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) em que se alega a inconstitucionalidade do art. 45, §§ 1º e 2º, do texto original da Constituição de 1988. Esses dispositivos estabelecem que o número de deputados de cada unidade da Federação será proporcional à sua população e observará o limite mínimo de oito e máximo de setenta deputados por Estado e o número fixo de quatro deputados por território. Os requerentes alegam que tais limites rompem com a proporcionalidade entre o número de deputados e a população de cada unidade da Federação e conferem peso discriminatório ao voto dos cidadãos de diferentes Estados. Com isso, ensejam violação aos princípios da igualdade (art. 5º da CF/1988), da igualdade do voto (art. 14 da CF/1988), da democracia (art. 1º da CF/1988), da soberania popular (art. 1º, parágrafo único, da CF/1988) e da cidadania (art. 1º, II, da CF/1988) e enfraquecem a Federação (art. 60, § 4º, I, da CF/1988), forma de Estado considerada cláusula pétrea da Constituição Federal de 1988.

A questão central do caso diz respeito à discussão sobre a possibilidade de declaração de inconstitucionalidade de normas do texto original da Constituição de 1988, sob o argumento de que haveria hierarquia entre normas constitucionais.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A Constituição Federal de 1988 é rígida e não admite hierarquia entre normas do seu texto original, nem mesmo no que diz respeito às cláusulas pétreas, as quais são um limite para o Poder Constituinte derivado, e não para o Poder Constituinte originário.

2. O princípio da unidade da Constituição determina que não há conflito entre normas constitucionais originárias. A Constituição é um sistema coerente de normas. Eventuais contradições aparentes entre elas devem ser resolvidas, portanto, mediante interpretação que as compatibilize entre si.

3. Ao Supremo Tribunal Federal (STF) cabe guardar a Constituição, conforme previsto no *caput* do art. 102 da Constituição Federal de 1988. Isso significa que a jurisdição do STF tem o objetivo de

assegurar o respeito à Constituição em sua totalidade, e não de atuar como fiscal do Poder Constituinte originário, para verificar se este teria desrespeitado princípios de direito suprapositivo inseridos por ele próprio no texto constitucional.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal decidiu pela impossibilidade jurídica do pedido de controle de constitucionalidade de norma constitucional originária.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES





ADI 1.458 MC

Salário mínimo: preservação do poder aquisitivo do trabalhador

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Celso de Mello

Data do julgamento:
23.05.1996

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação direta de inconstitucionalidade por omissão[1] ajuizada em face da Medida Provisória (MP) 1.415/1996, que fixa o valor do salário mínimo. Afirma-se que o valor previsto na MP configura descumprimento do direito constitucional de receber remuneração capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, com reajustes periódicos que preservem seu poder aquisitivo (art. 7º, IV, da CF/1988). Além disso, argumenta-se que o Poder Executivo Federal adotou índice inadequado para determinar o valor do salário mínimo, o qual não reflete a perda inflacionária sofrida pelos trabalhadores.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A Constituição Federal de 1988 impôs ao Estado a obrigação de editar lei que fixe o salário mínimo em valor capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social (art. 7°, IV, da CF/1988). Além disso, também impôs ao Estado a obrigação de adotar mecanismos aptos a preservar o poder aquisitivo do salário mínimo, mediante reajustes periódicos, para assegurar materialmente tal direito.

2. A insuficiência do valor do salário mínimo para atender às necessidades básicas do trabalhador e de sua família representa descumprimento por omissão, ainda que parcial, da Constituição Federal, pois não concretiza integralmente a norma constitucional. É cabível a ação direta de inconstitucionalidade por omissão tanto nos casos em que o poder público deixe de adotar medidas que sejam necessárias para tornar efetivos os direitos e garantias fundamentais, quanto nos casos em que a medida adotada pelo poder público se demonstre insuficiente para tal fim, situação que caracteriza omissão parcial.

[1] À época em que o acórdão foi proferido, não havia diferenciação da classificação das ações diretas de inconstitucionalidade, seja por ação ou por omissão.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade por omissão parcial da lei que promoveu reajuste do salário mínimo, por fixá-lo em valor insuficiente para satisfazer às necessidades básicas de subsistência do trabalhador e de sua família. Assinalou, contudo, que a inércia do poder público na plena efetivação do direito constitucional ao salário mínimo não confere ao Poder Judiciário a prerrogativa de expedir normas, e permitiu tão somente a notificação do órgão com tal atribuição, para que adote as medidas necessárias à concretização do texto constitucional.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES





HC 82.424

Caso Ellwanger: liberdade de expressão *vs.* antissemitismo ou racismo

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Moreira Alves

Redator do acórdão:
Min. Maurício Corrêa

Data do julgamento:
17.09.2003

Matéria:



RESUMO DO CASO

Habeas corpus (HC) impetrado em favor de paciente condenado em segunda instância pela publicação e comercialização ao público de obras que veiculam ideias antissemitas e negam a ocorrência do holocausto. A condenação fundamentou-se no delito de discriminação com base em raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional (art. 20 da Lei 7.716/1999). Reconheceu-se, ainda, a imprescritibilidade, por caracterizar a prática de racismo (art. 5º, XLII, da CF/1988). O *habeas corpus* volta-se contra a imprescritibilidade ao argumento de que o crime de racismo, no Brasil, estaria relacionado à cor da pele, não se aplicando ao povo judeu, que não constitui uma raça, mas, sim, uma etnia. Com base em tais fundamentos, requer-se o reconhecimento da prescrição com a consequente impossibilidade de punição, dado o prazo transcorrido desde a condenação.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. Deve-se afastar a interpretação literal do art. 5º, XLII, da Constituição de 1988 e considerar o conceito de racismo de forma mais ampla, tendo em conta, além das características físicas das pessoas, o significado antropológico e sociológico do conceito. O pensamento do nacional-socialismo, no ponto, consistiu na ideia de que judeus e arianos formariam raças distintas; e os primeiros seriam inferiores e deveriam ser segregados e exterminados.

2. Tal cenário corrobora a ideia de que a divisão dos seres humanos em raças decorre de um processo político-social originado na intolerância e baseado na concepção da supremacia de determinado grupo sobre os demais. A distinção imposta pelo nazismo entre a "raça ariana" – superior e pura – e o povo judeu, considerado "sub-raça", foi determinante para consumar o genocídio que resultou em uma das mais tristes páginas da história da humanidade.

3. O racismo deve ser compatibilizado com os conceitos etimológicos, etnológicos, sociológicos, antropológicos ou biológicos, de modo a construir a definição constitucional do termo, que considere os fatores e as circunstâncias históricas, políticas e sociais que regeram sua formação e aplicação, a fim de se obter o real sentido e o alcance da norma.

4. A liberdade de expressão, apesar de ser uma garantia constitucional, não é absoluta. Há limites morais e jurídicos. O direito à livre expressão não pode abrigar o discurso de ódio ou as manifestações que implicam ilicitude penal.

5. A publicação de obras com ideias antissemitas, negadoras e subversoras de fatos históricos incontroversos como o holocausto equivale à incitação à discriminação racista.

6. O racismo é crime imprescritível, conforme prevê o inciso XLII do art. 5º da Constituição Federal de 1988. A ausência de prescrição justifica-se como alerta grave às gerações de hoje e de amanhã, para que se impeça a reinstalação da discriminação e da violência contra grupos minoritários.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal decidiu que a prática de racismo abrange a discriminação contra os judeus e que a liberdade de expressão não protege o discurso de ódio.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES





ADI 3.367

Criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Cezar Peluso

Data do julgamento:
13.04.2005

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que tem por objeto a Emenda Constitucional 45/2004, que criou e disciplinou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como órgão administrativo do Poder Judiciário nacional, com poder de fiscalizar as atividades administrativas e financeiras do Poder Judiciário e realizar o controle disciplinar dos magistrados em âmbito nacional.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A criação e composição do Conselho Nacional de Justiça para o controle das atividades administrativas e financeiras do Poder Judiciário e controle ético-disciplinar de juízes não ofende o princípio da separação dos Poderes, previsto no art. 2º da Constituição Federal de 1988, visto que o CNJ integra o Poder Judiciário nacional e compõe-se, em sua maioria, por membros desse mesmo Poder (art. 130-B da CF/1988). A inclusão de dois representantes do Ministério Público, de dois advogados e de dois cidadãos (art. 103-B, X, XI, XII e XIII, da CF/1988) entre os membros do CNJ apenas fortalece o caráter republicano e democrático do Judiciário.

2. Na mesma linha, a atuação do CNJ no controle da atuação de órgão jurisdicional estadual não ofende o pacto federativo, pois o Poder Judiciário tem caráter nacional e sua jurisdição é una e indivisível. Tampouco há violação à independência judicial, uma vez que a competência do CNJ tem natureza meramente administrativa. Não pode interferir no desempenho da função jurisdicional ou nas condições materiais para seu exercício imparcial e independente.

3. Os atos do CNJ se sujeitam ao controle jurisdicional do Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, *r*, da CF/1988), ao passo que o STF não se submete a seu controle administrativo, financeiro ou disciplinar. O CNJ exerce o controle sobre o Judiciário, mas também tem seu poder limitado por ele e submetido a escrutínio judicial.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade da criação do Conselho Nacional de Justiça, órgão interno de controle administrativo, financeiro e disciplinar do Poder Judiciário nacional, conforme previsto na Emenda Constitucional 45/2004.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES





RE 351.487

Caso Massacre de Haximu: reconhecimento do crime de genocídio

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Cezar Peluso

Data do julgamento:
03.08.2006

Matéria:



RESUMO DO CASO

Recurso extraordinário (RE) interposto contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que confirmou a competência do juízo singular da Justiça Federal para julgar o "Massacre de Haximu", por se tratar de hipótese de crime de genocídio. O caso envolveu o ataque de garimpeiros ilegais à comunidade Haximu, da etnia Yanomami, enquanto a maioria dos membros da comunidade se encontrava em uma festa em outra aldeia, e resultou na morte de 12 indígenas, incluindo mulheres, crianças e idosos. Na situação, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região entendeu se tratar de crime contra a vida, razão pela qual remeteu o caso ao julgamento do Tribunal do Júri (Justiça estadual). O STJ reformou a decisão, e esse último julgado foi objeto de recurso para o STF, com base no art. 5º, XXXVIII, *d*, da Constituição Federal.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. Os atos cometidos pelos garimpeiros contra os indígenas da Comunidade Haximu foram reconhecidos como genocídio, nos termos da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio de 1948 e da Lei 2.889/1956, que tipifica o genocídio no Brasil. A Suprema Corte brasileira entendeu que o ataque foi motivado por intenção deliberada de eliminar, ao menos em parte, o grupo étnico Yanomami.

2. Os povos indígenas são grupos vulneráveis e merecem proteção especial do Estado. A proteção das minorias étnicas é dever constitucional e internacional, por força dos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário. O genocídio caracteriza-se como crime de lesa-humanidade, por atentar contra a existência de minorias, bem jurídico coletivo, afetando a comunidade internacional como um todo. Nesse sentido, a Suprema Corte reforçou que se trata de crime que não prescreve e que a punição dos responsáveis é necessária para a proteção dos direitos humanos e a preservação da paz.

3. O julgamento de genocídio compete ao juiz singular federal e não ao júri popular, porque, diferentemente do homicídio, o genocídio atenta contra a existência de grupo nacional, étnico, racial ou religioso.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal confirmou a condenação dos responsáveis pelo massacre de Haximu, reconhecendo que os crimes cometidos contra indígenas da etnia Yanomami se enquadravam nas definições legal e internacional de genocídio.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

A decisão deste caso foi uma das primeiras em que o STF reconheceu formalmente o genocídio no Brasil e estabeleceu precedente importante para a proteção dos direitos dos povos indígenas e para a aplicação do conceito de genocídio em casos de violência extrema contra grupos étnicos. Nesse sentido, representa um marco na proteção dos direitos dos povos indígenas, afirmando a necessidade de proteger as minorias étnicas e punir crimes de lesa-humanidade no Brasil.



MS 26.603

Infidelidade partidária e perda de mandato

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Celso de Mello

Data do julgamento:
04.10.2007

Matéria:



RESUMO DO CASO

Mandado de segurança (MS) impetrado por partido político contra ato do Presidente da Câmara dos Deputados que negou pedido para declarar vagos os cargos de parlamentares que haviam pedido cancelamento de filiação partidária ou mudado, sem justificativa, para outro partido político depois de eleitos pelo sistema proporcional de votação. O partido político prejudicado sustenta que tem direito de manter as vagas obtidas em eleições na legenda partidária porque, no sistema eleitoral representativo, os mandatos são adquiridos predominantemente com a votação obtida pelo partido, e não pelos candidatos a título pessoal.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. No sistema proporcional de listas abertas e votação nominal estabelecido na Constituição de 1988, o número de vagas a ser preenchido pelo partido é calculado com base no número de votos recebidos pela legenda partidária e por seus candidatos (art. 14, § 3º, V, e art. 45, *caput*, da CF/1988). No entanto, na maior parte dos casos, os eleitos sequer obtêm votação mínima (quociente eleitoral), e se elegem com base na votação dos partidos.

2. O mandato não constitui direito subjetivo do parlamentar. A ruptura do vínculo partidário sem justificativa e a migração para partido diverso do que possibilitou a eleição parlamentar configuram ato de infidelidade do representante eleito e geram consequências negativas para o sistema representativo (art. 1º, I, II e V, da CF/1988), como: a fraude à vontade soberana dos eleitores, o desequilíbrio arbitrário de forças no parlamento, a ofensa ao senso de responsabilidade política, a desestabilização na prática do poder e a deformação da ética de governo.

3. A desfiliação partidária é ato excepcional. Assiste ao parlamentar o direito de preservar o mandato nas hipóteses de: (i) mudança significativa de orientação programática do partido; ou (ii) perseguição política comprovada dentro do partido que abandonou. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pode editar resolução destinada a disciplinar o procedimento de justificação necessário para demonstrar a ocorrência dessas situações excepcionais, assegurada a ampla defesa (art. 5º, LV, da CF/1988).

4. A desfiliação partidária efetivada sem justo motivo, embora seja ato de transgressão à fidelidade partidária, não gera a invalidação dos atos legislativos e administrativos praticados pelo parlamentar infiel.

5. Por configurar substancial revisão de jurisprudência do STF, e em respeito aos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança, estabeleceu-se que essa decisão se aplica aos casos de infidelidade partidária futuros, a partir da data em que o TSE disse que o mandato político pertencia ao partido, e não ao parlamentar.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal reconheceu que os partidos políticos são os titulares dos mandatos eleitorais. Assim, casos de infidelidade partidária – cancelamento voluntário de filiação partidária ou mudança sem justificativa de um parlamentar para outro partido político – importarão na perda do mandato. Os efeitos dessa decisão foram modulados para casos futuros, em respeito aos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Essa decisão teve o objetivo de evitar as múltiplas trocas partidárias verificadas após as eleições parlamentares proporcionais, que comprometiam a representação plural e de minorias a que tal sistema eleitoral se propunha e frustravam o bom funcionamento da representação popular.





MI 670[1]

Direito de greve dos servidores públicos civis

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Maurício Corrêa

Redator do acórdão:
Min. Gilmar Mendes

Data do julgamento:
25.10.2007

Matéria:



RESUMO DO CASO

Mandado de injunção (MI) coletivo impetrado em face da mora do Congresso Nacional em regulamentar o direito de greve dos servidores públicos, o que inviabiliza o seu exercício (art. 37, VII, da CF/1988). Sustenta-se que a omissão do Legislativo não pode prestar-se a frustrar uma garantia constitucional. Diante disso, requer-se que o Congresso Nacional seja chamado a suprir a omissão legislativa e que, enquanto não editada a norma específica, se aplique aos servidores públicos a lei de greve aplicável aos trabalhadores do setor privado, garantindo-se, assim, o exercício do direito.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A falta de regulamentação do direito de greve dos servidores públicos civis compromete o exercício desse direito constitucional e dificulta o controle de eventuais abusos praticados no contexto de movimentos grevistas instaurados de fato, criando um cenário de desordem que acaba por prejudicar a própria sociedade. O tema envolve, ainda, questões estratégicas e orçamentárias diretamente relacionadas aos serviços públicos e interfere sobre instituições essenciais para o adequado funcionamento do Estado Democrático de Direito.

2. O Supremo Tribunal Federal já reconheceu por reiteradas vezes a existência de mora do Legislativo na edição de norma sobre a matéria. Em tais condições, a jurisprudência da Corte deve avançar, sob pena de se configurar igualmente mora judicial. Portanto, além de se reconhecer a omissão inconstitucional do Legislativo e de fixar prazo de sessenta dias para que o Congresso Nacional disponha sobre a matéria, o STF determina que, findo tal prazo, o exercício do direito passa a ser viabilizado, de imediato, por meio da aplicação por analogia das Leis 7.783/1989 e 7.701/1988 às greves dos servidores, até que o Congresso Nacional aprove norma dispondo sobre a questão.

3. Por fim, assinala-se que o juiz poderá, à luz do caso concreto, definir regime jurídico mais severo para o exercício do direito de greve, em atenção à essencialidade e continuidade do serviço público, ao interesse público envolvido e às necessidades inadiáveis da sociedade.

[1] Julgamento conjunto com os MIs 708 e 712.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal reconheceu a omissão inconstitucional do legislador, fixou o prazo de sessenta dias para que o Congresso Nacional legislasse sobre a matéria e determinou a aplicação, por analogia, das Leis 7.783/1989 e 7.701/1988 às greves de servidores públicos, até que seja aprovada norma específica.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

O caso em análise representa evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no tratamento das omissões inconstitucionais. Por muitos anos, o STF limitou-se a reconhecer a mora do Legislativo e instá-lo a agir em sede de mandado de injunção. Em alguns casos, com o tempo, possibilitou, ainda, a concretização de direitos com efeitos apenas entre as partes. Entretanto, no julgado em exame, o Tribunal foi além e supriu a norma faltante, com efeitos gerais e vinculantes para todos os servidores públicos, até que o Congresso Nacional aprovasse lei sobre a matéria.



ADI 3.510

Pesquisas com células-tronco embrionárias

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Ayres Britto

Data do julgamento:
29.05.2008

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) em que se discute a lei que regulou a pesquisa científica com células-tronco embrionárias, obtidas de embriões humanos produzidos por meio de procedimentos de fertilização *in vitro* (Lei 11.105/2005, conhecida como Lei de Biossegurança). O requerente alega que a pesquisa implicaria a destruição de tais embriões, que contêm vidas humanas, e, portanto, violaria o direito à vida e à dignidade humana desses embriões. Por essa razão, sustenta que a lei deveria ter a inconstitucionalidade declarada.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A Lei 11.105/2005 (Lei de Biossegurança) autoriza o uso de células-tronco embrionárias produzidas por meio de fertilização *in vitro*, para fins de pesquisa científica e tratamento médico, observadas as seguintes condições: (i) embriões inviáveis; ou (ii) congelados há três anos ou mais; em qualquer das hipóteses, é necessário o consentimento dos genitores. A lei prevê, ainda, a obrigatoriedade de encaminhamento de todos os projetos de pesquisas com células-tronco a comitês de ética e de pesquisa.

2. A Constituição não dispõe sobre o instante preciso em que a vida humana começa, mas, ao se referir à dignidade da pessoa humana, alude a uma pessoa, um ser dotado de personalidade. O embrião é um bem a ser protegido, mas não é uma pessoa no sentido biográfico. A vida da pessoa humana define-se como o fenômeno que transcorre entre o nascimento com vida e a morte cerebral. A Lei de Biossegurança não autoriza a interrupção da gestação ou o sacrifício da pessoa humana. Permite apenas, para fins de pesquisa e terapia, o uso do embrião não implantado em útero, que, de todo modo, seria descartado e não geraria uma vida.

3. Ademais, a pesquisa com células-tronco embrionárias tem o objetivo de buscar a cura para patologias e traumatismos graves que comprometam a qualidade de vida de expressivo contingente populacional, tais como atrofias espinhais progressivas, distrofias musculares, esclerose múltipla, esclerose lateral amiotrófica, neuropatias e doenças do neurônio motor. Estima-se que tais células seriam capazes de se diferenciar e se transformar em distintos tipos de tecidos que poderiam ser recuperados. Nessa medida, seu uso atenderia à liberdade de pesquisa científica e à saúde e à dignidade de cidadãos enfermos.

4. Assim, se, por um lado, esses embriões humanos não têm nem desenvolverão vida, por outro lado, podem se prestar ao avanço científico e à melhora da vida e da saúde de pessoas gravemente enfermas. De qualquer modo, a decisão pela implantação, ou não, dos embriões tem por base o direito da mulher à autonomia para definir seus projetos de vida, o direito ao planejamento familiar, à maternidade e à paternidade responsável. Sob essa óptica, a opção do casal ou da mulher pelo processo de fertilização artificial não acarreta o dever jurídico de aproveitamento de todos os embriões por ventura formados e geneticamente viáveis.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Plenário do Supremo Tribunal Federal validou o art. 5º da Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005), que autoriza a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados no respectivo procedimento. As condições são de que os embriões sejam "inviáveis" – que não sirvam mais para a reprodução humana assistida – ou estejam congelados há três anos ou mais. Além disso, para as duas hipóteses é necessário o consentimento dos genitores. A lei também exige a aprovação das pesquisas pelos comitês de ética das universidades e proíbe a comercialização de células-tronco embrionárias, a engenharia genética em organismo vivo e a clonagem humana.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Trata-se do primeiro caso da história do STF em que foi realizada audiência pública.





HC 91.952

Uso de algemas pelo réu no Tribunal do Júri

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Marco Aurélio

Data do julgamento:
07.08.2008

Matéria:



RESUMO DO CASO

Habeas corpus (HC) impetrado em favor de pessoa que permaneceu algemada durante todo o seu julgamento no Tribunal do Júri. Alega-se que a manutenção das algemas durante o julgamento não se justificaria, pois não havia indício de periculosidade ou risco de fuga. Além disso, por ser o júri composto por pessoas leigas, que tomam decisão baseada em convencimento íntimo, a imagem do réu algemado poderia influenciar a formação da convicção do júri pela condenação, o que ensejaria violação aos princípios da presunção de inocência e da dignidade humana.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A manutenção do réu algemado sem que haja periculosidade ou risco de fuga ofende o princípio da dignidade humana, fundamento do Estado Democrático de Direito (art. 1º, III, da CF/1988). Para que a dignidade do acusado seja preservada, medidas que prejudiquem a sua imagem ou lhe causem humilhação devem ser evitadas porque são inconstitucionais.

2. O uso de algemas é medida excepcional e deve ser justificado pela autoridade, por meio de fundamentação objetiva e específica que demonstre a necessidade da medida. A mera presença de número reduzido de policiais no local não é justificativa suficiente para a providência.

3. O uso indiscriminado de algemas causa impacto negativo sobre o discernimento dos jurados integrantes do Tribunal do Júri. Nessa modalidade de julgamento, os jurados são leigos e tomam decisão baseada em sua convicção íntima, sem a necessidade de justificar seus votos. Portanto, apresentar o réu algemado, sem justificativa concreta para essa prática, cria uma presunção de periculosidade que pode afetar o resultado do julgamento, comprometendo o princípio da presunção de inocência (art. 5°, LVII, da CF/1988), bem como o equilíbrio entre acusação e defesa.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal concedeu a ordem de *habeas corpus* para anular a decisão do Tribunal do Júri e determinar a realização de novo julgamento, desta vez sem o uso de algemas pelo acusado, salvo se houver justificativa devidamente fundamentada para tal.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

A decisão reforçou o caráter excepcional do uso de algemas e a necessidade de preservar a dignidade do acusado, especialmente nos casos de julgamentos populares, para evitar influências indevidas na decisão dos jurados.

Súmula Vinculante 11

"Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado."





ADC 12

Proibição do nepotismo

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Ayres Britto

Data do julgamento:
20.08.2008

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação declaratória de constitucionalidade (ADC) em que se busca a afirmação da constitucionalidade de ato normativo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que proibiu o preenchimento de cargos, empregos e funções de confiança por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados e de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento no Poder Judiciário (Resolução 7/2005), prática conhecida como nepotismo. A requerente defende que a norma seria constitucional, uma vez que o CNJ detém competência administrativa, disciplinar e fiscalizatória dos atos dos tribunais, e que a proibição decorreria das normas constitucionais que asseguram a impessoalidade, a igualdade, a moralidade e a eficiência administrativa.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A Emenda Constitucional 45/2004 conferiu competência ao Conselho Nacional de Justiça para, como órgão central de controle administrativo e financeiro, fiscalizar os atos do Poder Judiciário (art. 103-B, § 4º, I, da CF/1988).

2. Ao editar a Resolução 7/2015, o CNJ não atentou contra a liberdade de nomeação e exoneração de cargos em comissão e funções de confiança prevista na Constituição (art. 37, II e V, da CF/1988), haja vista que a interpretação desses dispositivos deve ser feita em consonância com os princípios que norteiam a administração pública.

3. As restrições impostas pela referida resolução para o provimento de cargos em comissão e funções de confiança, naquelas situações em que os ocupantes não tenham ingressado na atividade estatal por meio de concurso público, são as mesmas já impostas pela Constituição Federal de 1988, decorrentes dos princípios da impessoalidade, da eficiência, da igualdade e da moralidade administrativa.

4. Destaca-se que a proibição também é extensiva a pais, avós, filhos, tios, irmãos, sobrinhos, sogros e cunhados para cargos de livre nomeação e exoneração, bem como alcança a contratação cruzada, isto é, quando um servidor contrata parentes de outro.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade da Resolução 7/2015 do CNJ e manteve a proibição da contratação de parentes, até o terceiro grau, de magistrados e de servidores em cargos de chefia e direção para cargos em comissão ou função gratificada de livre nomeação e exoneração, em todas as esferas da Justiça brasileira.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Súmula Vinculante 13[1]

"A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal."





[1] A decisão proferida na ADC 12 atingiu todas as esferas da Justiça, e a edição da Súmula Vinculante 13 ampliou a vedação da prática do nepotismo para toda a administração pública, alcançando os Poderes Executivo e Legislativo.

RE 466.343

Inconvencionalidade da prisão civil do depositário infiel

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Cezar Peluso

Data do julgamento:
03.12.2008

Matéria:



RESUMO DO CASO

Recurso extraordinário (RE) interposto por instituição bancária contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que concluiu pela inconstitucionalidade da prisão civil do devedor inadimplente em contrato de alienação fiduciária em garantia. A recorrente alega que a não entrega do bem dado em garantia do financiamento caracteriza o recorrido como "depositário infiel", o que autoriza a sua prisão, nos termos do art. 5º, LXVII, da Constituição Federal de 1988[1].

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

O Brasil ratificou e internalizou a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), que proíbe a prisão civil por dívida. Essa convenção é um tratado internacional de direitos humanos e tem *status* supralegal. Está abaixo da Constituição, mas prevalece sobre as leis ordinárias e complementares. Em tais condições, ainda que a Constituição de 1988 autorizasse a prisão civil do depositário infiel, essa autorização não teria aplicabilidade diante do efeito paralisante do tratado internacional sobre as leis infraconstitucionais que disciplinam a prisão.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal afirmou a impossibilidade de prisão civil do devedor como meio de cobrança de dívida patrimonial, exceto nos casos de dívida alimentar, à luz do artigo 7, item 7, da Convenção Americana de Direitos Humanos.

[1] Nos contratos de alienação fiduciária em garantia, como o deste caso, a pessoa contrata um empréstimo para aquisição de um bem durável. A propriedade do bem adquirido é oferecida como garantia da dívida à instituição financeira até que o financiamento seja integralmente pago. Caso as prestações não sejam pagas, o credor está autorizado a recuperar o bem dado em garantia, vendê-lo e quitar a dívida. O devedor, que se tornou depositário do bem, tem o dever de entregá-lo.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Na decisão o Supremo Tribunal Federal afirmou, pela primeira vez, o *status* supralegal dos tratados internacionais de direitos humanos, o que contribuiu para maior estabilidade interna de tais normas.

Tema: Possibilidade de prisão civil do depositário infiel no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro (Tema de Repercussão Geral 60).

Tese: "É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito."

Súmula Vinculante 25

"É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito."





Pet 3.388

Demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Ayres Britto

Data do julgamento:
19.03.2009

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação popular em que se questiona o processo administrativo de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, área contínua localizada no Estado de Roraima, habitada por várias etnias indígenas. O autor da ação pede a declaração da nulidade da demarcação, com base nos seguintes argumentos, entre outros: (i) o processo administrativo de demarcação é nulo, pois, além de não permitir que as pessoas negativamente afetadas defendam seus interesses, baseia-se em laudo parcial assinado por um único profissional; (ii) a demarcação contínua das terras atribuídas às várias etnias, em lugar de uma demarcação isolada em favor de cada comunidade ("em ilhas"), afeta extensa porção de terra, o que compromete o desenvolvimento do Estado de Roraima; (iii) viola, ainda, o princípio da razoabilidade e privilegia os interesses dos povos indígenas em detrimento dos demais interessados; e (iv) a segurança nacional e a soberania do Estado estão ameaçadas com a demarcação, pois grandes porções de terra ficariam fora do controle pleno do Estado.

O Estado de Roraima também ingressou no feito e apontou: (i) a inconstitucionalidade do decreto que regulamentou a demarcação das terras indígenas e no qual a demarcação se baseou; (ii) a nulidade da ampliação da área anteriormente delimitada em favor das comunidades; e (iii) a impossibilidade de superposição da terra indígena a parques nacionais.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. Os povos indígenas têm direito à posse permanente e ao usufruto exclusivo das terras tradicionalmente por eles ocupadas. Esse direito é originário e anterior à Constituição Federal de 1988 e, por isso, tem preferência sobre os demais interesses constituídos posteriormente. A demarcação das terras indígenas é um ato declaratório oficial do Estado que reconhece uma situação fática e jurídica preexistente e concretiza o dever do Estado de garantir a proteção dos direitos e a preservação das culturas indígenas.

2. O processo administrativo de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol não está eivado de vícios, uma vez que, ao contrário do que se alega, conferiu oportunidade de contraditório e

ampla defesa aos interessados, como demonstrado nos autos, e se baseou em laudo antropológico proferido por profissional habilitado.

3. O modelo de demarcação contínua das terras indígenas é o mais adequado à proteção dos seus direitos, pois garante a continuidade territorial necessária para as práticas tradicionais e a manutenção da integridade cultural desses povos. A proposta alternativa, de demarcação em "ilhas", fragmentaria a terra e poderia enfraquecer a autonomia e a capacidade de sobrevivência cultural e econômica das comunidades indígenas. Quanto aos efeitos no desenvolvimento do Estado de Roraima, a demarcação não é impeditiva do desenvolvimento econômico do Estado, que deve ser compatibilizado com a preservação cultural e ambiental e se acomodar à pluralidade de visões de mundo.

4. Cabe à União Federal demarcar as terras indígenas. Esse ato não compromete a soberania nacional. Ao contrário, a presença indígena em áreas não representa uma ameaça, mas, sim, uma estratégia que contribui para a vigilância e a defesa do território nacional.

5. Quanto às alegações do Estado de Roraima, o STF observou que já havia precedente da própria Corte sobre a constitucionalidade do decreto que regula a demarcação. Esclareceu que é possível a ampliação da área anteriormente delimitada se demonstrada tecnicamente, por meio de laudo antropológico, a ocorrência de erro na delimitação anteriormente realizada. Consignou, ademais, que não existe conflito entre a demarcação de terra indígena e a proteção ambiental de área objeto de parque nacional. Ao contrário, há convergência entre o modo de vida dos indígenas e a preservação ambiental que os parques nacionais pressupõem.

6. Por fim, o STF determinou que a demarcação de terras indígenas deve respeitar as salvaguardas institucionais previstas no voto do relator, complementadas por aquelas explicitadas pelo voto-vista, em temas como a exploração de recursos naturais de interesse nacional, a presença de instalações públicas e a atuação das Forças Armadas em tais terras. Essas salvaguardas buscaram equilibrar o direito das comunidades indígenas com interesses estratégicos e de segurança nacional.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a ação popular e decidiu pela constitucionalidade da demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Essa foi a primeira decisão do Supremo Tribunal Federal sobre demarcação de terras indígenas na vigência da Constituição Federal de 1988. Ela garantiu amplo reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, mas também fixou limites e condições a respeito da matéria. Em embargos de declaração, o STF esclareceu que tais limites e condições refletem o entendimento do Tribunal à época do julgamento e não produzem efeitos vinculantes sobre demarcações futuras.

A decisão valeu-se de dois conceitos que se tornaram controvertidos posteriormente: "marco temporal" do direito dos indígenas à terra; e "esbulho renitente". A expressão "marco temporal" referiu-se ao direito das comunidades que estavam sobre essas terras, quando da promulgação da Constituição Federal de 1988, de vê-las demarcadas e protegidas. Já a expressão "esbulho renitente" remete ao direito dos povos

injustamente removidos de suas terras antes de tal marco e que não podiam voltar. Trata-se de precedente importante, habitualmente invocado em demarcações e decisões judiciais, cujas conclusões foram e estão sendo rediscutidas em casos posteriores do Tribunal.





ADPF 130

Não recepção da Lei de Imprensa pela Constituição Federal de 1988

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Ayres Britto

Data do julgamento:
30.04.2009

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) em que se pede a declaração da não recepção da Lei de Imprensa (Lei 5.250/1967), editada durante a ditadura militar brasileira, pela Constituição Federal de 1988. Alega-se que a norma violaria a liberdade de imprensa, tal como assegurada pela Constituição, abrindo caminho à censura prévia e à punição indevida de jornalistas (art. 5º, IV, V, IX, X, XIII e XIV; arts. 220 a 223, da CF/1988).

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A Lei de Imprensa (Lei 5.250/1967), produzida e promulgada durante a ditadura militar no Brasil, é incompatível com a ordem constitucional democrática inaugurada a partir da Constituição Federal de 1988, que assegura o direito fundamental à liberdade de imprensa, assim como às liberdades de manifestação do pensamento, de informação e de expressão artística, científica, intelectual e comunicacional na sociedade brasileira.

2. A imprensa é a instância de comunicação em massa que exerce a função de manter os cidadãos informados acerca do que se passa no espaço público e na política. Por essa razão, é essencial para a formação da opinião e o adequado funcionamento da democracia. Em virtude disso, as tensões constitucionais entre os direitos da personalidade e a plena liberdade de imprensa devem ser resolvidas em prol da ampla defesa da liberdade de imprensa, de modo a proporcionar aos cidadãos alternativas à versão oficial dos fatos.

3. A crítica jornalística, quando emitida com base no interesse público, não é suscetível de qualquer tipo de censura prévia governamental, emanada de qualquer um dos três Poderes. A liberdade de informação jornalística, tal como garantida pela Constituição Federal de 1988, deve ser plena e irrestrita. Isso significa que nenhuma lei pode estabelecer limites quanto ao momento em que essa liberdade pode ser exercida ou quanto à sua extensão. Essas restrições ferem o núcleo essencial da liberdade de expressão.

4. Como forma de equilibrar direitos e evitar abusos à plenitude da liberdade de imprensa, a Constituição Federal de 1988 prevê a vedação ao anonimato; a proteção do sigilo da fonte, quando

necessário ao exercício profissional; o direito de resposta e de indenização proporcional ao agravo, além da possibilidade de posterior responsabilização civil, penal e administrativa por eventuais danos à honra e à imagem.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal declarou a incompatibilidade da Lei de Imprensa, editada na ditadura militar brasileira, com a ordem constitucional democrática, vigente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, e vedou qualquer forma de censura prévia ou punições, ressalvados o direito de resposta e a possibilidade de responsabilização posterior, civil, criminal e administrativa, por eventuais danos à honra ou à imagem.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES



RE 511.961

Dispensa de diploma para o exercício da profissão de jornalista

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Gilmar Mendes

Data do julgamento:
17.06.2009

Matéria:



RESUMO DO CASO

Recurso extraordinário (RE) em que se questiona a exigência de diploma de curso superior para o exercício da profissão de jornalista, estabelecida por meio de decreto editado durante a ditadura militar. Argumenta-se que a norma não foi recepcionada pela Constituição de 1988, implicando violação às liberdades de imprensa, de expressão, de informação e de exercício da profissão (arts. 5º, IX e XIII, e 220, *caput* e § 1º, da CF/1988).

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. As liberdades de imprensa, de expressão e de informação são direitos fundamentais garantidos pela Constituição de 1988 (arts. 5º, IX e XIII, e 220 da CF/1988) e só podem ser restringidos pela lei em hipóteses excepcionais, em função da proteção a outros valores e interesses constitucionais igualmente relevantes.

2. A exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista configura restrição desproporcional a essas liberdades, bem como ao direito ao livre exercício das profissões, pois limita o acesso à atividade, sem que haja um interesse público contraposto que a justifique. Limitações ao exercício profissional devem ser proporcionais e razoáveis, sob pena de configurar restrição arbitrária.

3. O jornalismo é uma profissão diferenciada, intimamente relacionada ao adequado funcionamento democrático. Qualquer forma de controle prévio, inclusive por meio de regulamentações profissionais restritivas da atividade jornalística, pode configurar censura prévia, proibida pela Constituição (art. 220, § 2º, da CF/1988).

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal declarou a não recepção, pela Constituição de 1988, do decreto – advindo do período autoritário – que limitava o exercício da profissão de jornalista aos detentores de diploma e de registro profissional, entendendo que tais exigências restringiam injustificada e desproporcionalmente as liberdades de imprensa, de expressão, de informação, assim como a liberdade de exercício profissional.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES





ADPF 101

Importação de pneus usados

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relatora:
Min. Cármen Lúcia

Data do julgamento:
24.06.2009

Matéria:



RESUMO DO CASO

Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) em que se questiona a validade de decisões judiciais que permitiram a importação de pneus usados. O fundamento é que essas decisões violam o direito à saúde e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, nos termos dos arts. 196 e 225 da Constituição Federal de 1988. O requerente pede ao STF a declaração da constitucionalidade de normas federais em vigor no Brasil que proíbem a importação. Salienta que as decisões impugnadas na ação geram o acúmulo de pneus usados, que, combinado à inexistência de um método eficaz de eliminação de resíduos, ocasiona prejuízos ao meio ambiente.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

A importação de pneus usados viola os preceitos constitucionais da saúde e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (arts. 196 e 225 da CF/1988), uma vez que tais pneus constituem resíduos tóxicos de difícil descarte. As atividades econômicas devem observar os princípios constitucionais do desenvolvimento sustentável e da equidade e responsabilidade intergeracional para as presentes e futuras gerações, de modo a assegurar que o crescimento não comprometa um meio ambiente equilibrado ou a saúde das atuais e futuras gerações, e ajustar-se ao princípio da precaução, segundo o qual, em caso de incerteza científica acerca dos possíveis danos ambientais, todas as medidas necessárias para evitá-lo devem ser adotadas.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedente a ação e declarou inconstitucionais as interpretações que permitiam a importação de pneus usados de qualquer espécie, os remoldados inclusive.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

O acúmulo de pneus, sem um método eficaz de eliminação de resíduos, pode originar incêndios de grandes dimensões e de longa duração, os quais liberariam gases tóxicos. Além disso, representa grave risco à saúde pública, pois os pneus poderiam servir de criadouros para mosquitos transmissores de doenças.



Ext 1.085

Extradição de Cesare Battisti: decisão sobre entrega de estrangeiro a pedido de outro país

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Cezar Peluso

Data do julgamento:
16.12.2009

Matéria:



RESUMO DO CASO

Pedido de extradição (Ext) formulado pela Itália em que se solicita a entrega do cidadão italiano Cesare Battisti, preso no Brasil, em virtude da sua condenação por quatro crimes de homicídio no país de origem. A defesa do extraditando alega a nulidade do processo penal em questão, ao fundamento de que se baseia em perseguição política. O Supremo Tribunal Federal (STF) havia concluído que o extraditando fora condenado em seu país por crime comum, sem conotação política, em processo que observou o devido processo legal. Desse modo, não havia prova de risco de perseguição política em seu desfavor. Por tais fundamentos, autorizou a extradição.

A despeito da decisão do STF, o Presidente da República Federativa do Brasil negou a extradição. Novamente provocado, o Tribunal esclareceu que a decisão final sobre a extradição constitui ato político discricionário de tal autoridade, que estaria obrigada tão somente a observar o teor de tratado internacional quanto à entrega do extraditando.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. Nos processos de extradição, compete ao Poder Judiciário tão somente analisar a validade dos atos que servem de base ao pedido e a observância do devido processo legal. Não lhe cabe impor a decisão de entrega do extraditando ao Chefe de Estado. O Poder Executivo, por sua vez, exerce o juízo político na hipótese e avalia questões de segurança, humanitárias e de relações internacionais.

2. A extradição é um ato de soberania a ser executado pelo Chefe de Estado, conforme o art. 84, VII, da Constituição Federal. A decisão de entrega de uma pessoa a outro país é ato político-administrativo que cabe ao Presidente da República.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal deferiu o pedido de relaxamento da prisão de Cesare Battisti e manteve a decisão do Presidente da República do Brasil de negar a extradição, por se tratar de um ato de soberania.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Cesare Battisti era integrante do grupo militante italiano Proletários Armados pelo Comunismo (PAC). Durante os anos 1970, no período conhecido como "Anos de Chumbo", na Itália, o PAC foi acusado de praticar crimes violentos, como parte de sua luta política contra o Estado italiano. O ato final do Presidente da República do Brasil de recusa de entrega de Battisti à Itália ocorreu em 2010. O caso mudou de rumo em 2018, com a troca de governo, quando o novo Presidente da República revogou o ato de indeferimento. Battisti fugiu do Brasil, mas foi capturado na Bolívia, em 2019, e foi extraditado diretamente para a Itália.





ADPF 153

Lei da Anistia

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Eros Grau

Data do julgamento:
29.04.2010

Matéria:



RESUMO DO CASO

Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) em que se pleiteia a declaração de não recebimento da Lei 6.683/1979 (Lei de Anistia) pela Constituição Federal de 1988, na parte em que a referida lei estende a anistia por crimes políticos praticados durante o regime militar a crimes conexos a eles. Alega-se que tal previsão possibilita a anistia a crimes de tortura, homicídio e desaparecimento forçado, entre outros, e constitui desrespeito: (i) ao dever do poder público de não ocultar a verdade sobre o que ocorreu durante o período autoritário; (ii) aos princípios democrático e republicano; (iii) ao princípio da dignidade humana (art. 1º, *caput* e III, da CF/1988).

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A Lei 6.683/1979 (Lei de Anistia) concedeu perdão aos crimes políticos e aos crimes conexos aos políticos praticados por motivações políticas. Na interpretação dessa lei, deve-se ter em conta o momento histórico-social em que foi editada, de transição conciliada do regime militar para o Estado Democrático de Direito. Tratou-se efetivamente de anistia bilateral, também em favor aos atos praticados pelo regime de exceção. Contudo, não abrangeu os ilícitos de terrorismo, sequestro e atentado pessoal que já tivessem resultado em condenação transitada em julgado.

2. Em um Estado Democrático de Direito, o Poder Judiciário não está autorizado a alterar ou a dar outra redação a um texto normativo. Não cabe ao Supremo Tribunal Federal modificar leis concessivas de anistias, mas tão somente apurar a sua compatibilidade com a Constituição. A revisão da Lei de Anistia deve ser feita pelo Poder Legislativo, se entender que esse é o caso. Essa revisão pelo STF poderia comprometer a estabilidade institucional e reabrir feridas do passado, o que afetaria a ordem democrática.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal entendeu que a Lei 6.683/79 (Lei da Anistia) é compatível com a Constituição Federal de 1988 e que a anistia por ela concedida foi bilateral, ampla e geral, alcançando os crimes de qualquer natureza praticados pelos agentes da repressão no período compreendido entre 02.09.1961 e 15.08.1979, dado o contexto de transição conciliada para a democracia em que foi editada.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

O caso ainda não se encontra definitivamente julgado. Contra a decisão do STF que julgou improcedente a ação, o requerente opôs embargos de declaração. Ponderou que os crimes conexos aos crimes políticos praticados durante a ditadura militar pelos agentes de repressão caracterizam-se como crimes contra a humanidade, com base no direito internacional, e que o reconhecimento de anistia bilateral na hipótese, como afirmada pelo Tribunal, implica violação à jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, à qual o Brasil se submeteu. Com base nesses argumentos, pediu a reforma da decisão e a procedência da ação, para afastar a anistia por tais crimes.





ADI 4.277 e ADPF 132

Reconhecimento de união estável homoafetiva[1]

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

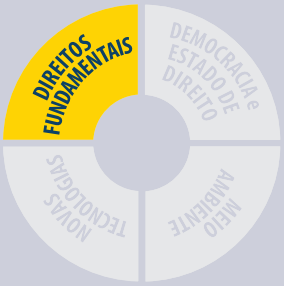
Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Ayres Britto

Data do julgamento:
05.05.2011

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) que, em conjunto, questionam a constitucionalidade de norma e/ou interpretações que limitaram o reconhecimento das uniões estáveis a casais formados por pessoas de sexos distintos (heteroafetivos), excluindo casais de mesmo sexo (homoafetivos). Alega-se que esse entendimento violaria, entre outros, os direitos à dignidade humana, à autonomia, à liberdade, à igualdade e à segurança jurídica, e impediria casais homoafetivos de buscar seus próprios projetos de bem-estar e de exercer livremente a sua afetividade, e/ou deixaria de conferir-lhes adequada proteção.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. Entende-se por homoafetividade o vínculo de afeto e solidariedade entre parceiros do mesmo sexo. A partir desse conceito, união homoafetiva refere-se à constituição de um núcleo familiar marcado pelo relacionamento afetivo, público e duradouro entre pessoas do mesmo sexo.

2. Os direitos constitucionais à dignidade humana, à autonomia e à liberdade asseguram às pessoas o direito de decidir sobre seus próprios projetos de bem-estar e de escolher livremente a forma como viverão seus afetos. O direito à igualdade e a vedação constitucional à discriminação injustificada impedem que se confira a casais homoafetivos tratamento diverso daquele conferido a casais heteroafetivos. O direito à segurança jurídica impõe que casais homoafetivos também tenham os reflexos jurídicos das suas relações protegidos pelo direito. Ainda que a própria Constituição de 1988 se refira às uniões estáveis como uniões entre homem e mulher, a redação teve o propósito inclusivo de proteger as companheiras, e não o objetivo de excluir casais de pessoas do mesmo sexo.

3. O art. 226 da Constituição de 1988 garante a especial proteção do Estado à família, compreendida como núcleo base da

[1] Em 2018, a decisão histórica do Supremo Tribunal Federal recebeu o certificado MoWBrasil, oferecido pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco, e foi inscrita como patrimônio documental da humanidade no Registro Nacional do Brasil. O Ministro Ayres Britto, relator das ações (ADPF 132 e ADI 4.277), representou a Corte em cerimônia realizada no Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, no Rio de Janeiro/RJ.

sociedade, espaço essencial de desenvolvimento da personalidade e de afirmação da pessoa humana. Existem diversas formas de família, e a Constituição não a restringe a núcleos formados por casais heteroafetivos. Ao contrário, casais de pessoas do mesmo sexo também a constituem e devem ser reconhecidos.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal julgou procedentes a ação direta de inconstitucionalidade e a arguição de descumprimento de preceito fundamental para reconhecer as uniões homoafetivas como entidades familiares e garantir os mesmos direitos concedidos às uniões estáveis entre pessoas de sexos distintos.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

A decisão teve grande impacto sobre os direitos das pessoas LGBTQIAPN+. Ela possibilitou que o Conselho Nacional de Justiça editasse a Resolução 175/2013, que criou condições necessárias para a celebração de casamentos entre pessoas do mesmo sexo.



ADI 1.856

Proibição da realização de "brigas de galos"

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Celso de Mello

Data do julgamento:
26.05.2011

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) ajuizada contra a Lei Estadual 2.895/1998, que autorizava a criação e a realização de exposições e competições entre aves das raças combatentes, prática conhecida como "briga de galos" ou "rinha de galos". O requerente argumenta que a lei viola o art. 225, § 1º, VII, da Constituição Federal, o qual protege a fauna e a flora e proíbe práticas que submetam os animais a crueldade.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A promoção de briga de galos viola a Constituição Federal, que veda a submissão de animais a atos de crueldade (art. 225, § 1º, VII, da CF/1988). Configura igualmente prática criminosa tipificada na legislação ambiental (art. 32 da Lei 9.605/1998), por meio da qual os animais são levados a brigar até a exaustão ou a morte de um deles. A disputa é precedida de preparação que envolve atos cruéis, como o corte de cristas e barbelas.

2. A proteção constitucional conferida à fauna abrange tanto os animais silvestres quanto os domésticos ou domesticados, os galos utilizados nas rinhas inclusive. Além disso, a briga de galos não pode ser qualificada como manifestação cultural, pois sua natureza perversa e violenta é incompatível com os princípios constitucionais de proteção ao meio ambiente.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da Lei Estadual 2.895/1998, que autorizava a realização de brigas de galos, por afrontar o art. 225, § 1°, VII, da Constituição Federal de 1988, o qual assegura a proteção à fauna e à flora e veda práticas que submetam os animais à crueldade.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

O Supremo Tribunal Federal já possuía precedentes que declaravam a inconstitucionalidade de práticas de tratamento cruel contra animais, tais como a denominada "farra do boi" (RE 153.531, red. do acórdão Min. Marco Aurélio). Mais tarde, o Tribunal declarou inconstitucional também lei estadual que legalizava a prática da "vaquejada", com base em fundamentos semelhantes (ADI 4.983, red. do acórdão Min. Dias Toffoli). Em 2017, em uma reação legislativa, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional 96/2014 (conhecida como "PEC da Vaquejada"), que considerava como não cruéis as práticas desportivas que utilizassem animais, desde que fossem manifestações culturais. Essas práticas deveriam ser regulamentadas por lei específica que assegurasse o bem-estar dos animais envolvidos. A EC 96/2014 também teve sua constitucionalidade questionada no STF (ADIs 5.728 e 5.772).



ADPF 187

Manifestações públicas em favor da legalização de drogas – "Marcha da Maconha"

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Celso de Mello

Data do julgamento:
15.06.2011

Matéria:



RESUMO DO CASO

Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) em que se questiona a validade de decisões judiciais que proibiam a realização de manifestações públicas em favor da legalização das drogas, sob o argumento de que essas manifestações configurariam apologia ao crime (art. 287 do Código Penal), uma vez que a comercialização e o porte de drogas são ilícitos penais no Brasil. O requerente argumenta que as decisões impugnadas constituem afronta à liberdade de expressão (arts. 5°, IV e IX, e 220 da CF/1988) e de reunião (art. 5°, XVI, da CF/1988), e violam o direito das minorias de defender posições alternativas que desagradem ao governo ou contrariem valores majoritários da sociedade.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

A liberdade de expressão garante aos cidadãos a possibilidade de debater uma grande diversidade de temas, incluindo a legalização das drogas, de forma livre, pacífica e sem a ingerência do Estado (art. 5°, IV e XX, da CF/1988). O direito de reunião é um instrumento para a concretização das liberdades de manifestação do pensamento, do direito de protestar, de expor reivindicação e de propor a adoção de medidas públicas (art. 5°, XVI, da CF/1988). Nesse sentido, garante aos cidadãos o direito de participação no debate público e na vida política do Estado Democrático de Direito. O debate sobre a legalização de drogas é parte do exercício democrático e não pode ser restringido com base na discordância quanto ao conteúdo das manifestações. A liberdade de expressão também protege as ideias que divergem da posição majoritária, mesmo quando as opiniões ou reivindicações são controversas, desagradáveis, audaciosas ou impopulares, respeitados os limites éticos e constitucionais.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal julgou a ADPF procedente, com base nas liberdades fundamentais de reunião, de expressão e de petição previstas na Constituição Federal de 1988, e afastou o entendimento de que as manifestações em defesa da legalização de drogas ou de outras substâncias entorpecentes constituem apologia ao crime.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Essa decisão se insere no contexto da proibição, por decisões do Poder Judiciário brasileiro, das manifestações públicas denominadas "Marcha da Maconha", programadas para ocorrer em diversas cidades brasileiras, nos anos de 2008 e 2009, em defesa da legalização dessa substância.



ADC 19[1]

Lei Maria da Penha

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Marco Aurélio

Data do julgamento:
09.02.2012

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação declaratória de constitucionalidade (ADC) que discute a constitucionalidade de dispositivos da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a qual estabelece mecanismos para prevenir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Alega-se que, em alguns julgados, a norma não estaria sendo aplicada, sob a justificativa de violar o princípio da igualdade ao assegurar tratamento diferenciado em favor da mulher. Busca-se declarar a constitucionalidade dessa lei, em virtude da especial condição de vulnerabilidade da mulher e das proporções de violência de gênero na sociedade brasileira.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A proteção especial em matéria de violência doméstica é justificada pela desigualdade de gênero, pela vulnerabilidade histórica da mulher e pela disseminação crescente da violência doméstica na sociedade brasileira. O tratamento diferenciado entre homens e mulheres em tal matéria não ofende o princípio da igualdade, pois é meio legítimo, adequado e proporcional à proteção de quem se encontra em posição de inferioridade.

2. Além disso, a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) atende ao objetivo constitucional de proteção à família por parte do Estado (art. 226, § 8º, da CF/1988). Nesse sentido, a lei concretiza o dever do Estado de adotar mecanismos que previnam e punam a violência no âmbito das relações familiares.

3. A lei harmoniza-se, ainda, com a proibição de proteção insuficiente dos direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988. Ao assegurar às mulheres agredidas o acesso efetivo à reparação, à proteção e à Justiça, a Lei Maria da Penha rompe com a omissão do Estado quanto à efetiva concretização dos preceitos constitucionais e inaugura nova fase de ações afirmativas em favor da mulher na sociedade brasileira.

[1] Julgada em conjunto com a ADI 4.424/DF, também de relatoria do Ministro Marco Aurélio, na qual o Plenário entendeu que, nos crimes de lesão corporal praticados contra a mulher no ambiente doméstico, ainda que de caráter leve, o Ministério Público tem legitimidade para deflagrar ação penal contra o agressor sem necessidade de representação da vítima.

4. Considerando a gravidade da violência de gênero, a Corte afirmou a impossibilidade de converter condenações por crimes de violência contra a mulher em penas alternativas à prisão ou em concessão de benefícios semelhantes aos aplicáveis em caso de delitos de menor potencial ofensivo.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade dos dispositivos da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), reconhecendo que a norma proporciona resposta adequada e proporcional às estatísticas alarmantes de violência de gênero no Brasil.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

A Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) foi adotada em resposta à responsabilização do Brasil, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, por omissão em processar e condenar, de forma eficaz, o agressor de Maria da Penha, seu ex-marido, que, durante 23 anos de violência, tentou matá-la por duas vezes, deixando-a paraplégica. Trata-se de lei símbolo da proteção das mulheres, que cria institutos e instrumentos voltados a resguardar vítimas de violência doméstica e familiar.





ADC 29, ADC 30 e ADI 4.578

Lei da Ficha Limpa

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Luiz Fux

Data do julgamento:
16.02.2012

Matéria:



RESUMO DO CASO

Julgamento conjunto das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs) 29 e 30 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.578, em que se discute a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010), norma de iniciativa popular que busca proteger a moralidade e a integridade do processo democrático em face de candidatos que cometeram ilícitos. O debate central gira em torno da violação ao princípio da presunção de inocência, uma vez que a lei determina a inelegibilidade de candidatos ainda não condenados definitivamente na via judicial. Além disso, haveria controvérsia quanto à aplicabilidade da norma a candidaturas atuais, com base em ilícitos praticados antes da edição dessa lei, o que configuraria aplicação retroativa ilegítima, em desfavor do réu.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. É razoável que seja afastada a expectativa de uma pessoa concorrer às eleições em caso de: condenação penal em segunda instância; de condenação por órgão colegiado no exercício de foro por prerrogativa de função; de rejeição de contas públicas; de perda de cargo público; ou de impedimento do exercício de profissão por violação de dever ético-profissional.

2. Em atenção à prevalência da integridade do processo democrático, o princípio da presunção de inocência não é aplicado às inelegibilidades eleitorais da forma como é aplicado ao acusado de infração penal. Os benefícios sociais decorrentes de tais inelegibilidades, em termos de moralidade e probidade no exercício da função pública, têm peso superior ao direito individual de concorrer a cargos eletivos. Isso porque as hipóteses de inelegibilidade são razoáveis e proporcionais à finalidade de prescrever limites a condutas ou fatos altamente reprováveis na sociedade.

3. Por fim, é importante considerar que a elegibilidade corresponde à adequação do indivíduo ao regime jurídico aplicável ao processo eleitoral no momento da candidatura. Assim, as inelegibilidades previstas na lei podem decorrer de fatos anteriores à sua edição, respeitada a regra da anterioridade eleitoral na sua incidência (art. 16 da CF/1988). Isso porque não se trata, na hipótese, de sanção por ato ilícito, mas de condição negativa de elegibilidade.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal decidiu que a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010) é constitucional e que as causas de inelegibilidade nela previstas são aplicáveis a fatos anteriores à sua edição, respeitados a regra da anterioridade eleitoral para eleições já realizadas e os mandatos em curso.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES





ADPF 54

Interrupção da gravidez em caso de feto com anencefalia

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Marco Aurélio

Data do julgamento:
12.04.2012

Matéria:



RESUMO DO CASO

Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) em que se questiona entendimento que considerava a interrupção da gravidez em caso de anencefalia do feto como crime de aborto. Argumenta-se que a anencefalia é uma condição que torna inviável a sobrevivência do feto fora do útero, motivo pelo qual a obrigatoriedade de levar a gravidez adiante seria irrazoável, pois violaria os direitos à dignidade, à autonomia, à saúde e à liberdade sexual e reprodutiva da mulher (arts. 1º, IV; 5º, II; 6º; e 196 da CF/1988).

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A anencefalia é uma condição congênita, na qual o feto apresenta grave deficiência neurológica, que compromete as funções do córtex e dos hemisférios cerebrais e resulta na falta de sensibilidade, mobilidade e integração de quase todas as funções corporais. Essa condição torna inviável a vida fora do útero. Por isso, não há de se invocar o direito à vida do feto anencéfalo, pois não há potencialidade de vida.

2. Trata-se de situação que gera grande sofrimento para a gestante. Em tal condição, a mulher tem o direito de decidir, de forma livre e autônoma, sobre a continuidade ou não da gestação. Criminalizar a interrupção da gestação nesses casos caracterizaria afronta aos direitos à dignidade, à autonomia e à saúde.

3. Além disso, o Brasil é um Estado laico. Por essa razão, seu ordenamento deve pautar-se por uma postura de neutralidade religiosa. Nesse sentido, as políticas públicas de saúde e a legislação penal não podem ser influenciadas por crenças religiosas ou convicções morais privadas.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a interpretação que considerava a interrupção da gravidez de fetos anencefálicos crime, nos termos do Código Penal, e garantiu à mulher o direito de decidir sobre a continuidade ou não da gestação em tais casos, com base nos direitos fundamentais à dignidade, à saúde, à autonomia da vontade e à liberdade sexual e reprodutiva, protegidos pela Constituição Federal de 1988.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES





ADPF 186

Cotas étnico-raciais em universidades

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Ricardo Lewandowski

Data do julgamento:
26.04.2012

Matéria:



RESUMO DO CASO

Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) pela qual se requer a invalidação dos atos que instituíram o sistema de cotas no ensino superior, com a reserva de 20% das vagas, por 10 anos, em favor de candidatos negros e indígenas. O requerente alega que a política feriria os preceitos fundamentais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e de repúdio ao racismo, assim como os dispositivos que estabelecem o direito universal à educação, entre outras normas.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. As políticas de cotas ou ações afirmativas têm o objetivo de enfrentar o histórico de desigualdade que marca as relações étnico-raciais e sociais nas universidades brasileiras. Tais instituições apresentam contingente ínfimo de estudantes negros e indígenas, em decorrência da condição de subordinação econômica, social e política em que esses grupos foram mantidos ao longo do tempo.

2. A Constituição de 1988 não protege apenas a igualdade formal, ou seja, o direito de todos os cidadãos a tratamento idêntico diante da lei. Protege, também, a igualdade material, que impõe o tratamento diferenciado a pessoas em condição de desigualdade real, de modo a efetivamente igualá-las em condições e oportunidades. Essa é a razão de ser das cotas.

3. A política em exame não viola o critério meritório de seleção dos melhores candidatos para o ensino superior. Isso porque grupos de pessoas sujeitos a condições diferentes de vida ao longo do tempo não podem ser avaliados por critérios idênticos, como se sempre houvessem compartilhado as mesmas condições e oportunidades. Fazer isso é perpetuar a discriminação estrutural em favor daqueles que partem de melhores condições.

4. Além disso, a legitimidade dos critérios utilizados na seleção para ingresso no ensino superior deve levar em conta o objetivo que se pretende atingir com ele, assim como os postulados constitucionais que o orientam: o pluralismo de ideias, o preparo para o exercício da cidadania e a formação de lideranças capazes de lutar por direitos, inclusive pelos direitos de grupos minoritários. A diversidade é, ademais, componente essencial da formação universitária.

5. As ações afirmativas têm, ainda, relevante papel simbólico. Uma criança negra que vê outro negro ocupar um lugar de evidência na sociedade se projeta naquela liderança e alarga o âmbito de possibilidades de seus planos de vida. Há, assim, nessas políticas, importante componente psicológico multiplicador da inclusão social.

6. No entanto, tais políticas devem atender à ideia de proporcionalidade. Assim, devem ser mantidas apenas enquanto forem necessárias para a superação da desigualdade na universidade e, uma vez atingida tal finalidade, devem ser encerradas. No caso, tal critério foi cumprido, estabelecido o prazo de 10 anos para o exaurimento do direito à reserva de vagas.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal decidiu manter o sistema de cotas étnico-raciais no processo de seleção para ingresso nas instituições públicas de ensino superior, por reconhecer que a regra tem o objetivo de superar distorções sociais históricas, com base no direito à igualdade material e no princípio da proporcionalidade.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES





ADI 3.330[1-2]

Programa Universidade para Todos (Prouni)

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Ayres Britto

Data do julgamento:
03.05.2012

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra a Medida Provisória (MP) 213/2004, convertida na Lei 11.096/2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos (Prouni). O programa foi criado para promover o acesso de estudantes de baixa renda às vagas ociosas em universidades, por meio da combinação de concessão de bolsas de estudo e de benefícios tributários às instituições de ensino participantes. Questionam-se os pressupostos constitucionais de relevância e urgência para instituição do Prouni por meio de medida provisória (art. 62 da CF/1988), além dos princípios constitucionais: (i) da isonomia, no que se refere à previsão de ações afirmativas para estudantes de baixa renda (art. 5°, *caput*, da CF/1988); (ii) da autonomia universitária, no que diz respeito à participação das universidades no programa (art. 207 da CF/1988); e (iii) da livre iniciativa, quanto à adesão de instituições de ensino privadas ao Prouni (art. 170 da CF/1988).

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A educação é direito social que deve alcançar a todos. Por isso, é dever constitucional do Estado a ser priorizado por meio de políticas públicas. O Prouni é um programa de ações afirmativas que favorece o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior. Considerando as profundas desigualdades que marcam a sociedade brasileira, o STF entendeu estarem presentes os pressupostos constitucionais de relevância e urgência para instituição do programa por meio de medida provisória (art. 62 da CF/1988), posteriormente convertida em lei.

2. A concessão de bolsas pelo Prouni é forma legítima de ação afirmativa que visa reduzir as desigualdades sociais, ampliar o acesso ao ensino superior e promover a inclusão social. O tratamento diferenciado, por meio da concessão de bolsas para estudantes provenientes de escolas públicas e ex-bolsistas integrais de escolas privadas, é medida compatível com o princípio da isonomia, assegurado na Constituição Federal de 1988, por promover a igualdade material.

[1] Julgada em conjunto com a ADI 3.314/DF, de relatoria do Ministro Ayres Britto.

[2] No mesmo julgamento, o Plenário não conheceu da ADI 3.379/DF, por não reconhecer a legitimidade ativa da Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Fenafisp) para propor a ação.

3. O Prouni não viola os princípios constitucionais da autonomia universitária (art. 207 da CF/1988) e da livre iniciativa (art. 170 da CF/1988), pois a adesão das universidades é facultativa, voluntária e por prazo determinado.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade do Programa Universidade para Todos (Prouni), instituído pela Lei 11.096/2005, e reafirmou a validade das ações afirmativas no Brasil e a importância delas para o combate às desigualdades no acesso da população de baixa renda à educação superior.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES



AP 470

Julgamento do mensalão

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Joaquim Barbosa

Data do julgamento:
17.12.2012

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação penal (AP) originária que tem por objeto sofisticado esquema de pagamento de valores mensais a parlamentares de diversos partidos políticos, em troca de votos favoráveis aos projetos do governo na Câmara dos Deputados. O caso envolve o julgamento de políticos de destaque e empresários, acusados de crimes contra o sistema financeiro e a administração pública, tais como: corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A competência do Supremo Tribunal Federal (STF) para julgar os réus foi reconhecida com base na prerrogativa de foro de parte dos acusados. O STF entendeu que o não desmembramento do processo para os corréus sem prerrogativa de foro atenderia ao interesse da instrução penal e não ofenderia os princípios do juiz natural e do duplo grau de jurisdição.

2. A denúncia foi recebida com base em provas substanciais da prática dos crimes imputados aos réus. O crime de formação de quadrilha foi comprovado no extenso material probatório, o qual demonstrou, de maneira contextualizada, a existência de uma associação criminosa estável e organizada, com divisão de tarefas que visavam à prática de delitos, em três núcleos: (i) núcleo político; (ii) núcleo operacional/publicitário; e (iii) núcleo financeiro. Cada agente, no conjunto, era responsável por determinadas ações ou omissões essenciais para a concretização dos objetivos ilícitos.

3. O pagamento de vantagens indevidas a parlamentares, em troca de apoio político, comprovou os crimes de corrupção ativa e passiva. Identificaram-se pagamentos para o então Presidente da Câmara dos Deputados e diversos deputados federais, efetuados por sócios da agência de publicidade envolvida no esquema.

4. O crime de peculato foi evidenciado pelo desvio de recursos públicos por meio de contratos e subcontratações de publicidade fraudulentas, nos quais havia incompatibilidade entre os serviços prestados e os valores recebidos, conforme constatado por equipes de auditoria de diferentes órgãos.

5. Caracterizaram o crime de lavagem de dinheiro a ocultação e a dissimulação da origem criminosa dos valores recebidos pelos réus, e a utilização de instituições financeiras intermediárias para o branqueamento de capitais. Os agentes envolvidos tinham pleno conhecimento da origem ilícita dos montantes pagos em espécie usados em troca do apoio político.

6. Não ofende o princípio da separação dos Poderes a perda do mandato eletivo de parlamentar condenado em ação penal. A Constituição Federal conferiu ao STF a competência para processar e julgar membros do Congresso Nacional pela prática de infrações penais comuns[1] (art. 102, I, *b*, da CF/1988). A aplicação da pena acessória de suspensão de direitos políticos é efeito da condenação transitada em julgado (art. 15, III, da CF/1988).

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal condenou diversos réus pelos crimes de formação de quadrilha, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro. As condenações variaram de acordo com a participação de cada réu nos crimes e incluíram penas de reclusão e multas. Alguns réus foram absolvidos por falta de provas suficientes.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

O escândalo do mensalão é conhecido como um marco histórico, no Brasil, na punição de políticos e empresários pela prática de crimes do colarinho branco. O caso recebeu grande cobertura da mídia e colocou o Supremo Tribunal Federal no centro das atenções da imprensa e dos debates políticos públicos.





[1] Em decisão posterior (questão de ordem na AP 937), o STF entendeu que a competência para julgar os crimes comuns praticados por parlamentares federais restringe-se àqueles cometidos durante o mandato e relacionados ao exercício do cargo.

Rcl 4.335

Progressão de regime prisional dos condenados por crimes hediondos

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Gilmar Mendes

Data do julgamento:
20.03.2014

Matéria:



RESUMO DO CASO

Reclamação (Rcl) proposta contra decisão que indeferiu o pedido de progressão de regime prisional em favor de pessoas condenadas pela prática de crimes hediondos, com base em dispositivo da Lei dos Crimes Hediondos que proibia tal progressão (art. 2°, § 1°, da Lei 8.072/1990). A reclamante alega que o Supremo Tribunal Federal (STF) havia declarado a inconstitucionalidade da referida norma no *Habeas Corpus* (HC) 82.959/SP e, posteriormente, consolidado tal entendimento na Súmula Vinculante 26. O juízo reclamado, por sua vez, argumenta que a decisão proferida pelo STF em HC produz efeitos apenas para as partes da ação, e não beneficia ou prejudica terceiros.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A inconstitucionalidade do cumprimento de pena sem progressão de regime, de modo integralmente fechado, no caso de crimes hediondos, foi reconhecida pelo STF no *Habeas Corpus* 82.959/SP. Nessa decisão, considerou-se que o art. 2°, § 1°, da Lei 8.072/1990 violava o princípio constitucional da individualização da pena (art. 5°, XLVI, da CF/1988) e deixava de considerar o objetivo da progressão de regime de ressocialização da pessoa privada de liberdade, a qual, em algum momento, retornará à convivência social.

2. A declaração de inconstitucionalidade no *Habeas Corpus* 82.959/SP foi, ainda, posteriormente consolidada na Súmula Vinculante 26. Essa súmula uniformizou a jurisprudência do STF e produziu efeito expansivo aos seus entendimentos, visto que garantiu a aplicação da progressão de regime a todos os condenados por crimes hediondos no país que atendam aos requisitos exigidos para concessão do benefício.

3. A previsão constitucional de que cabe ao Senado Federal suspender a execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (art. 52, X, da CF/1988) deve ser interpretada como uma competência informacional, destinada a garantir a mera publicidade das decisões de inconstitucionalidade do STF.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal garantiu a progressão de regime prisional às pessoas condenadas por crimes hediondos e determinou que cabe ao juízo avaliar se os indivíduos interessados na Reclamação cumprem os requisitos para o benefício, conforme a Súmula Vinculante 26. Além disso, o julgamento dessa Reclamação reforçou o entendimento de que as decisões do STF produzem efeitos jurídicos de alcance geral, independentemente da necessidade de publicização por parte do Senado Federal.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Súmula Vinculante 26

"Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico."





ADI 4.650

Financiamento de campanha eleitoral por pessoas jurídicas

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Luiz Fux

Data do julgamento:
17.09.2015

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) em que se discute a constitucionalidade das normas que disciplinam o financiamento de campanhas eleitorais e de partidos políticos, em especial nos casos de contribuições realizadas por pessoas jurídicas. Os requerentes afirmam que tais normas, da forma como se encontram, permitiriam a captura do processo eleitoral pelo poder econômico, ensejando violação aos princípios democrático, republicano e da igualdade e interferindo no resultado das eleições.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. Embora a Constituição de 1988 não tenha previsto regras que impõem ou proíbem determinado modelo de financiamento de campanhas eleitorais, normas constitucionais, como o princípio democrático, o pluralismo político e a isonomia, que norteiam o processo político, limitam a liberdade do legislador ordinário na definição de critérios de validade para as doações a candidatos e partidos políticos.

2. Os critérios previstos na legislação se mostraram insuficientes para coibir a captura do processo político pelo poder econômico. A intensa influência do poder econômico nas eleições favorece candidatos ligados a grandes doadores em detrimento dos demais, desequilibrando a competição eleitoral e a igualdade política entre os candidatos.

3. A experiência demonstra, ainda, que a doação por pessoas jurídicas a campanhas eleitorais não configura exercício do direito à liberdade de expressão de suas preferências políticas. Trata-se, em lugar disso, de comportamento estratégico, que tem por objetivo aproximar-se do poder público, em pactos, muitas vezes, desprovidos de espírito republicano.

4. Por fim, quanto à doação por pessoas naturais e ao uso de recursos próprios pelos candidatos, os critérios normativos vigentes não violam os princípios fundamentais democráticos, republicanos e da igualdade política.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal julgou procedente, em parte, o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade dos dispositivos legais da Lei 9.504/1997 (Lei das Eleições) e da Lei 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos) que autorizavam as contribuições de pessoas jurídicas às campanhas eleitorais e a partidos políticos.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES





ADPF 378 MC

Processo de *impeachment*

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Edson Fachin

Redator do acórdão:
Min. Luís Roberto Barroso

Data do julgamento:
17.12.2015

Matéria:



RESUMO DO CASO

Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) em que se discute a validade de dispositivos da Lei de Crimes de Responsabilidade (Lei 1.079/1950), a qual regulamenta o processo de *impeachment* de Presidente da República. A ação objetiva esclarecer quais dispositivos permaneceriam válidos e como deveriam ser interpretados segundo a Constituição de 1988, a fim de garantir a correta aplicação do rito de *impeachment*, de acordo com os princípios e normas constitucionais.

Questionam-se: (i) o papel da Câmara dos Deputados e do Senado Federal no processo de *impeachment*; (ii) a natureza do voto (secreto ou aberto); (iii) o tipo de candidatura para a Comissão Especial da Câmara dos Deputados (indicação pelo líder do partido ou candidatura avulsa); (iv) os critérios para formação de tal Comissão; (v) o exercício do direito de defesa; e (vi) o momento oportuno para o afastamento do investigado do exercício do cargo.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. O *impeachment*, conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei 1.079/1950, integra o rol de procedimentos presentes em um Estado Democrático de Direito. Trata-se de um processo de natureza jurídico-política, que visa examinar as acusações e decidir sobre a prática de crime de responsabilidade pelo Presidente da República, de natureza política. Nele a atuação judicial limita-se à garantia do devido processo legal.

2. A Câmara dos Deputados é responsável por autorizar a abertura (instauração) do processo de *impeachment* (art. 51, I, da CF/1988), exercendo, inicialmente, um juízo político necessário para o prosseguimento da denúncia. O Senado Federal é encarregado de processar e julgar o Presidente da República (art. 52, I, da CF/1988). Tais funções seguem a interpretação já adotada pelo Tribunal durante o *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor de Mello.

3. Sobre o rito do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados, a Lei de Responsabilidade (Lei 1.079/1950) previa duas deliberações por parte da Câmara: a primeira sobre a admissibilidade da denúncia; a segunda, sobre a sua procedência. No entanto,

o STF entendeu, no caso antes aludido, que a Constituição Federal de 1988 revogou essa regra e estabeleceu que o Plenário da Câmara deveria deliberar apenas uma vez, exigindo a maioria qualificada de 2/3 dos seus membros (arts. 202, § 7º, 217, § 1º, e 218, § 9º, do RICD e arts. 60, § 2º, e 51, I, da CF/1988).

4. No Senado Federal, devido à falta de regras específicas, foi utilizada a mesma abordagem do procedimento de *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, na qual a abertura do processo se dá por maioria simples de senadores, a partir de um parecer elaborado por uma Comissão Especial; em caso de aprovação do parecer, o Presidente da República será afastado do cargo pelo prazo máximo de 180 dias, assumindo o Vice-Presidente interinamente.

5. As candidaturas para a Comissão Especial da Câmara dos Deputados devem ser indicadas pelo líder do partido. Não são permitidas candidaturas avulsas, pois isso violaria o princípio da autonomia partidária (art. 58, *caput* e § 1º, da CF/1988). A formação da Comissão Especial deve seguir o critério de proporcionalidade, considerando a representação dos partidos e dos blocos partidários.

6. No processo de *impeachment*, todas as votações devem ser abertas, para que se permita maior transparência, controle dos representantes e legitimação do processo. Devido à relevância desse tipo de processo, que pode levar ao afastamento e à perda do mandato do Presidente da República, é fundamental assegurar o máximo de transparência e publicidade. Além disso, o sigilo das votações é incompatível com a natureza e a gravidade do processo por crime de responsabilidade.

7. Por fim, o processo de *impeachment* deve assegurar a ampla defesa e o contraditório do acusado. Apesar de reconhecido, o direito de defesa prévia, após o recebimento da denúncia pela Câmara dos Deputados, não é obrigatório. O interrogatório do acusado deve ser o último ato de instrução do processo, por ser instrumento de autodefesa que densifica as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar parcialmente procedente a ação de descumprimento de preceito fundamental, definiu que a Câmara dos Deputados é o órgão responsável por autorizar a abertura do processo de *impeachment*. O Senado Federal, por sua vez, deve processar e julgar o Presidente da República, que só pode ser afastado após a instauração do processo nessa casa legislativa.

Para assegurar mais transparência, controle dos representantes e legitimação do processo, todas as votações relacionadas ao *impeachment* deverão ser abertas, incluindo a escolha para a Comissão Especial, na Câmara dos Deputados. Além disso, as candidaturas avulsas de deputados para compor essa Comissão são consideradas ilegítimas.

O Tribunal decidiu ainda que, após a aceitação da denúncia pela Câmara dos Deputados, o direito de defesa prévia, embora reconhecido, não é obrigatório. Por fim, o interrogatório do acusado deve ser o último ato de instrução do processo, pois serve de instrumento de autodefesa que reforça as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

A decisão ocorreu no contexto da segunda experiência nacional, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, de processo de *impeachment* de Presidente da República. A primeira experiência, em 1992, resultou na suspensão dos direitos políticos do ex-Presidente Fernando Collor de Mello por oito anos. A segunda experiência, em 2016, levou ao afastamento da então Presidente Dilma Rousseff.





RE 778.889

Licença adotante

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Luís Roberto Barroso

Data do julgamento:
10.03.2016

Matéria:



RESUMO DO CASO

Recurso extraordinário (RE) interposto por mãe adotante que busca a equiparação do prazo da licença adotante ao prazo da licença-maternidade a que têm direito as mães biológicas, com base nos princípios da dignidade humana, do interesse superior do menor na doutrina da proteção integral da criança e no direito à igualdade. No caso, a legislação vigente para adotantes estabelecia prazos inferiores aos previstos constitucionalmente para a licença em favor de mães biológicas, escalonando-os de modo a reduzir o tempo de licença quanto mais velha fosse a criança adotada.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A licença-maternidade, direito social previsto na Constituição Federal de 1988, abrange tanto a licença gestante quanto a licença adotante. Ambas asseguram o prazo mínimo de 120 dias (art. 7°, XVIII, da CF/1988), prorrogável por mais 60 dias (arts. 1º e 3º da Lei 11.770/2008). O tratamento desigual nas licenças concedidas a mães biológicas e adotantes fere os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade entre filhos biológicos e adotados, da proteção integral, da prioridade e do interesse superior da criança.

2. As crianças adotadas constituem grupo vulnerável e fragilizado, que demanda tempo e esforço adicional para se adaptar à nova família, criar laços de afeto e superar traumas. Por essa razão, não se pode admitir às crianças adotadas proteção inferior àquela concedida aos filhos biológicos. Assim, o tempo de licença concedido à mãe adotante deve ser igual ao da mãe biológica, para garantir a proteção integral da criança.

3. Quanto mais velha a criança e quanto maior o tempo de internação compulsória em instituições de acolhimento, maior tende a ser a dificuldade de adaptação à família adotiva. O tratamento inferior, especialmente em função da idade da criança adotada, viola o princípio da proporcionalidade, pois cria mais dificuldade justamente para aquelas que mais precisam de atenção e cuidados.

4. É dever do Estado assegurar dignidade, autonomia e condições para que as mulheres conciliem maternidade e profissão, em especial nos casos de adoção. A licença parental dá à criança adotada a oportunidade fundamental de convivência familiar. O Estado possui

deveres para com as crianças carentes e institucionalizadas, em razão da não implementação de políticas de combate à pobreza ou da inadequação de políticas públicas de institucionalização, o que agrava os problemas da infância carente. Assim, o mínimo que o Poder Público pode fazer por essas famílias e por essas crianças é conferir-lhes condições adequadas de adaptação e superação.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal assegurou à mãe adotante o prazo restante da licença parental, totalizando 180 dias de afastamento remunerado, equivalente ao tempo concedido às mães biológicas (120 dias de licença-maternidade, acrescidos de 60 dias de prorrogação), tal como inscrito na Constituição Federal e na legislação vigente. A questão discutida, nesse caso, permitiu à Suprema Corte brasileira adotar nova compreensão quanto ao significado atribuído à licença parental e à igualdade entre filhos adotivos e biológicos, o que promoveu avanços nos direitos da criança adotada, da família e da mulher.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Tema: Possibilidade de lei instituir prazos diferenciados de licença-maternidade às servidoras gestantes e às adotantes (Tema de Repercussão Geral 782).

Tese: "Os prazos da licença adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada."



ADC 41[1]

Cotas raciais para admissão em concursos públicos

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Luís Roberto Barroso

Data do julgamento:
08.06.2017

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação declaratória de constitucionalidade (ADC) que tem por objeto a lei que implementou políticas públicas afirmativas para ingresso de negros no serviço público (Lei 12.990/2014, conhecida como Lei de Cotas Raciais no Serviço Público), por meio da reserva de 20% das vagas em concursos públicos da administração pública federal. O requerente defende a validade da ação afirmativa baseada em critério étnico-racial para acesso a cargos efetivos e empregos públicos, como instrumento de promoção do direito à igualdade e medida de política reparatória em favor de grupo historicamente inferiorizado.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A Lei 12.990/2014 (Lei de Cotas no Serviço Público) se fundamenta na necessidade de superar o racismo estrutural e institucional no Brasil. Ela reconhece a população negra como grupo exposto a situação de maior vulnerabilidade, com menos condições de inclusão na sociedade brasileira, dado o longo passado de escravização no país. Por isso, constitui-se em um instrumento de compensação.

2. A ação afirmativa não compromete o mérito na seleção por meio de concurso público nem a eficiência do serviço público. Na realidade, os candidatos beneficiados pelas cotas devem alcançar notas suficientes para desempenhar suas funções de maneira adequada e eficiente, o que expressa a noção de mérito. Além disso, a inclusão do fator "raça" como critério de seleção contribui para representatividade na tomada de decisões estatais, dado que a maior parte da população brasileira é negra ou parda.

3. Em tais termos, a reserva de percentual de vagas é medida voltada à garantia de igualdade material entre os cidadãos. Essas ações contemplam até mesmo aqueles que tenham sido beneficiados por ações afirmativas anteriores, como as de ingresso nas universidades públicas. Entende-se que nem todos os cargos públicos disputados em concurso público exigem curso superior. Nesse sen-

[1] Em decisão recente (ADI 7.654), o Tribunal confirmou liminar que determinou a prorrogação da vigência da Lei de Cotas em concursos públicos federais até aprovação de norma sobre a matéria pelo Congresso Nacional.

tido, seriam igualmente beneficiados aqueles que não concorrem para tais vagas. Ademais, há inúmeros outros fatores que impedem os negros de competir em condições de igualdade, tais como questões socioeconômicas.

4. As fraudes à Lei de Cotas no Serviço Público, por parte de candidatos ou da administração pública, devem ser evitadas, sendo: (i) legítima a utilização de critérios de heteroidentificação, além da autodeclaração, para controle de abusos, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e assegurados o contraditório e a ampla defesa; e (ii) necessária a observância de parâmetros para que a política seja implementada sem restrição do seu alcance ou desvirtuamento dos seus objetivos.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal reconheceu a validade da Lei de Cotas Raciais no Serviço Público (Lei 12.990/2014), que reserva aos negros 20% das vagas em concursos públicos para cargos efetivos e empregos públicos na administração pública federal.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Tese: "É constitucional a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública direta e indireta. É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa."





ADI 4.275[1]

Direito das pessoas transgênero à mudança do nome e do gênero no registro civil

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Marco Aurélio

Redator do acórdão:
Min. Edson Fachin

Data do julgamento:
01.03.2018

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que questiona a interpretação do art. 58 da Lei 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos), a qual disciplina o registro civil, especificamente quanto ao prenome (primeiro nome ou nome de batismo do cidadão). O objetivo é assegurar às pessoas transgênero o direito de alterar o prenome e o gênero no registro civil, sem a exigência de cirurgia de transgenitalização (redesignação sexual) ou de tratamentos hormonais. A ação foi proposta com fundamento nos princípios do livre desenvolvimento da personalidade e da dignidade humana, e buscou garantir a possibilidade de alteração com base exclusivamente na autoidentificação.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A identidade de gênero diz respeito à experiência interna e individual de cada pessoa acerca do gênero com o qual ela se reconhece. Algumas pessoas têm a identidade de gênero correspondente ao sexo de nascimento (pessoas cisgênero). Trata-se de pessoas que nasceram com órgão genital de homem e que se percebem como pertencentes ao gênero masculino; ou de pessoas que nasceram com órgão genital feminino e se percebem pertencentes ao gênero feminino.

2. Já outras pessoas se identificam com um gênero diferente do seu sexo biológico (pessoas transgênero). Nesses casos, embora a pessoa tenha nascido com órgão genital masculino, ela se identifica com o gênero feminino (mulher transgênero); ou, embora tenha nascido com órgão genital feminino, se identifica com o gênero masculino (homem transgênero).

3. A dignidade humana assegura a cada pessoa o livre desenvolvimento da própria personalidade, o que inclui o direito ao reconhecimento, pelo Estado, da sua identidade de gênero e, portanto, a possiblidade de viver, ser reconhecida e tratada com base nessa identidade (art. 1º, III, da CF/1988).

[1] No julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 670.422/RS, com repercussão geral reconhecida, da relatoria do Ministro Dias Toffoli, o Supremo Tribunal Federal reafirmou o direito das pessoas transgênero de alterar o registro civil sem a necessidade de mudança de sexo, diretamente pela via administrativa.

4. A pessoa transgênero tem o direito de alterar seu prenome e gênero no registro civil, por meio de procedimento administrativo, apenas por autoidentificação firmada em declaração escrita. A efetividade desse direito não deve ser condicionada à apresentação de laudos médicos, psicológicos ou a qualquer tipo de procedimento cirúrgico ou tratamento hormonal.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal julgou a ação procedente e reconheceu o direito das pessoas transgênero à alteração de prenome e gênero no registro civil, independentemente de condições como a realização de cirurgia de transgenitalização (redesignação sexual), de tratamentos hormonais ou de apresentação de laudos médicos ou psicológicos.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES





ADI 5.617

Financiamento de campanhas eleitorais direcionado às candidaturas femininas

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Edson Fachin

Data do julgamento:
15.03.2018

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) em que se questionam os percentuais mínimo e máximo dos recursos do Fundo Partidário para o financiamento de campanhas eleitorais de candidaturas femininas, bem como o prazo de vigência dessa ação afirmativa, conforme estabelecido na Minirreforma Eleitoral de 2015 (Lei 13.165/2015). A norma determinou que, nas três eleições subsequentes à sua publicação, os partidos deveriam reservar no mínimo 5% e no máximo 15% do Fundo Partidário para as campanhas de suas candidatas.

Argumenta-se que os limites máximo e mínimo de destinação do fundo partidário às candidatas seriam insuficientes para promover a igualdade de gênero na disputa entre homens e mulheres no processo eleitoral, equilíbrio que somente seria alcançado se o percentual for de 30%, em paridade com o patamar mínimo de candidaturas exigido por lei. Além disso, a limitação temporal da ação afirmativa de apenas três eleições não seria suficiente para superar a desigualdade estrutural na representação de mulheres na política.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. Dados do Tribunal Superior Eleitoral revelaram enorme discrepância na representação feminina na política do país. Apesar de constituírem a maioria da população e do eleitorado brasileiro, as mulheres ocupam menos de 15% das cadeiras do Poder Legislativo federal. A adoção de regras para o financiamento das candidaturas femininas no processo eleitoral se mostra necessária para corrigir essa histórica sub-representação. Além de impedir novas discriminações, as cotas de financiamento de campanha têm o papel de reparar os efeitos negativos da discriminação de gênero e as suas consequências duradouras, bem como criar condições mais justas para grupos historicamente marginalizados, como é o caso das mulheres na política.

2. As ações afirmativas que pretendem aumentar a participação de mulheres na política são fundamentadas em premissas que defendem a igualdade de gênero e a democracia. Ao valorizar o princípio da igualdade, essas ações reconhecem que a distribuição de recursos públicos não pode ser discriminatória em razão

do sexo. A autonomia partidária não isenta os partidos políticos da obrigação de respeitar os direitos fundamentais, incluído o direito à igualdade. Além disso, a igualdade de gênero exige não apenas oportunidades iguais, mas também condições equitativas que permitam às mulheres alcançarem resultados similares aos dos homens nas eleições. A participação efetiva das mulheres na política é essencial para garantir que as políticas públicas superem as desigualdades históricas, o que contribui para uma democracia mais representativa e justa.

3. A fixação do percentual mínimo de 5% e máximo de 15% dos recursos do Fundo Partidário a serem destinados a candidatas é inconstitucional, pois cria obstáculos para o ingresso e a participação de mulheres na política e para a elaboração de leis que reduzam essas desigualdades. Na prática, essa regra privilegia candidaturas masculinas, visto que homens poderão receber entre 85% e 95% dos recursos disponíveis. Essa disparidade impediria condições equitativas para mulheres e perpetuaria as desigualdades de gênero na política.

4. A autonomia dos partidos políticos, assegurada no art. 17 da Constituição Federal de 1988, não pode justificar práticas que desrespeitem direitos fundamentais, como a igualdade entre homens e mulheres e a dignidade da pessoa humana. O respeito à igualdade, além de se aplicar à esfera pública, estende-se às relações privadas, garantindo a proteção dos indivíduos não apenas em face do Estado, mas também em relações com outros particulares. Dessa forma, a autonomia privada não pode se sobrepor aos princípios constitucionais. Ademais, considerando-se sua função transformadora na sociedade, os partidos políticos têm o dever de promover a participação política das mulheres e de combater qualquer forma de discriminação de gênero.

5. A distribuição dos recursos públicos destinados às campanhas eleitorais pelos partidos políticos deve ser proporcional à quantidade de candidaturas de ambos os sexos, respeitado o patamar mínimo de 30% de candidaturas femininas, conforme estabelecido no art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997 (Lei das Eleições). A natureza pública desses recursos reforça a obrigação de que a sua distribuição não seja discriminatória, garantindo igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na disputa eleitoral.

6. É inconstitucional a fixação do prazo de três eleições para a distribuição diferenciada de recursos do fundo partidário vinculada à cota de candidaturas femininas, pois tal distribuição deve ser diretamente proporcional à composição de candidaturas femininas, conforme determina o art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997. Ao contrário das cotas de candidaturas, que têm caráter temporário, a distribuição não discriminatória dos recursos deve perdurar enquanto for justificada a composição mínima de candidaturas femininas.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal decidiu que a distribuição de recursos do Fundo Partidário destinados ao financiamento das campanhas eleitorais direcionadas às candidaturas de mulheres deve ser diretamente proporcional à quantidade de candidaturas de ambos os sexos, respeitado o patamar mínimo de 30% de candidatas mulheres, conforme previsto no art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997 (Lei das Eleições).

Além disso, o Tribunal declarou inconstitucional a fixação de prazo para essa ação afirmativa e eliminou a limitação temporal de três eleições para a aplicação da cota de financiamento para candidaturas femininas. Dessa forma, a distribuição equitativa e não discriminatória deve ser mantida enquanto houver justificativa para a composição mínima de candidaturas de mulheres.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Em sede de embargos, o STF acolheu proposta do relator para assegurar que os recursos financeiros acumulados em anos anteriores nas contas específicas para a promoção e a difusão da participação política das mulheres fossem transferidos para o financiamento de campanhas eleitorais de candidatas na eleição de 2018, sem redução do percentual de 30% do montante do fundo destinado a cada partido para candidaturas de mulheres.





ADO 26[1]

Criminalização de atos de homofobia e transfobia

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Celso de Mello

Data do julgamento:
13.06.2019

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) proposta em face da inércia do Congresso Nacional ante o seu dever de editar lei criminalizando atos de discriminação praticados em razão da orientação sexual (homofobia) ou da identidade de gênero das pessoas (transfobia). Os requerentes pedem: (i) a aplicação da lei que trata do crime de racismo, para que se inclua também atos homofóbicos ou transfóbicos, até que haja a edição de lei específica; (ii) a declaração da mora do Congresso Nacional em legislar sobre a matéria; e (iii) a fixação do prazo de um ano para que se aprove lei criminalizadora de todas as formas de homofobia e transfobia.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A Constituição de 1988 impõe ao Poder Legislativo a produção de normas que criminalizem condutas discriminatórias, tais como aquelas que desqualificam as pessoas em razão da sua orientação sexual (homofóbicas) ou da sua identidade sexual (transfóbicas).

2. Uma pessoa homossexual é aquela que se sente atraída por outras pessoas do mesmo sexo. Essa é a orientação sexual. Uma pessoa transexual é aquela que se sente pertencente ao sexo oposto ao seu sexo biológico. Essa, por sua vez, é a identidade sexual. A sexualidade pode, ainda, apresentar muitas outras variações, abrangidas na sigla LGBT[2]. Pessoas LGBT são altamente estigmatizadas e discriminadas no Brasil.

3. A sexualidade integra a esfera mais íntima e estruturante da personalidade de alguém, relacionando-se à sua dignidade, autonomia e liberdade para definir seus próprios projetos de felicidade, bem como para eleger a quem dirigir seus afetos e desejos.

4. Passados mais de 30 anos da promulgação da Constituição de 1988, o Congresso Nacional não aprovou norma que criminalize condutas homofóbicas e transfóbicas, situação que implica violação ao art. 5º, XLI e XLII, da Constituição Federal de 1988, assim como ao dever estatal de proteção de grupo especialmente vulnerável.

[1] O presente caso foi julgado em conjunto com o MI 4.733, Rel. Min. Edson Fachin. Optou-se por resumir a ADO 26, Rel. Min. Celso de Mello, em razão da sua pontuação maior na fase de seleção de julgados mais relevantes, no critério institucional de divulgação e no critério de interesse social (*amicus curiae*).

[2] Atualmente, usa-se a sigla LGBTQIAPN+.

5. Conforme entendimento firmado pelo STF no HC 82.424/RS (Caso Ellwanger), o conceito de racismo não se limita a considerações de ordem estritamente antropológica ou biológica. Refere-se a comportamentos sociais de inferiorização injusta de pessoas ou grupos, de modo a estigmatizá-los e subjugá-los, em violação ao direito à dignidade humana.

6. Condutas homofóbicas e transfóbicas enquadram-se no conceito de racismo em sua dimensão social. Por essa razão, enquanto não houver lei específica editada pelo Congresso Nacional, enquadram-se nos delitos dispostos na Lei 7.716/1989, que trata do crime de racismo.

7. Tal conclusão não desconsidera o direito à liberdade de expressão ou de religião. A liberdade de expressão assegura a livre manifestação; e a liberdade de religião, a livre pregação conforme os dogmas e livros sagrados de uma fé. Ambas estão asseguradas, desde que não configurem discurso de ódio, assim entendidas as exteriorizações que incitem à discriminação, à hostilidade ou à violência.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal reconheceu que a omissão do Congresso Nacional em seu dever de criminalizar condutas homofóbicas e transfóbicas atenta contra a Constituição Federal de 1988 (art. 5º, XLI e XLII). Até que o Congresso Nacional edite norma a respeito da matéria, o Tribunal decidiu que as práticas homotransfóbicas se qualificam como espécies do gênero racismo, na dimensão de racismo social, de modo que se inserem na tipificação penal constante da Lei do Racismo (Lei 7.716/1989).

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Tese: "1. Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei 7.716, de 08.01.1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, *in fine*); 2. A repressão penal à prática da homotransfobia não alcança nem restringe ou limita o exercício da liberdade religiosa, qualquer que seja a denominação confessional professada, a cujos fiéis e ministros (sacerdotes, pastores, rabinos, mulás ou clérigos muçulmanos e líderes ou celebrantes das religiões afro-brasileiras, entre outros) é assegurado o direito de pregar e de divulgar, livremente, pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, o seu pensamento e de externar suas convicções de acordo com o que se contiver em seus livros e códigos sagrados, bem assim o de ensinar segundo sua orientação doutrinária e/ou teológica, podendo buscar e conquistar prosélitos e praticar os atos de culto e respectiva liturgia, independentemente do espaço, público ou privado, de sua atuação individual ou coletiva, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio, assim entendidas aquelas exteriorizações que incitem a discriminação, a hostilidade ou a violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero; 3. O conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação

da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito."





ADI 6.341 MC-Ref

Medidas sanitárias de combate à covid-19 e autonomia dos entes federados

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial[1]

Relator:
Min. Marco Aurélio

Redator do acórdão:
Min. Edson Fachin

Data do julgamento:
15.04.2020

Matéria:



RESUMO DO CASO

Referendo em medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade (ADI) em que se questiona a constitucionalidade de medida provisória editada pelo Presidente da República para centralizar, na União, as decisões sobre o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de covid-19, tais como medidas de isolamento, quarentena e restrições de locomoção. Alega-se que a norma desrespeita as competências constitucionais de estados e municípios para a proteção do direito à saúde da sua população, e viola a autonomia dos entes e, portanto, o próprio princípio federativo (art. 18 da CF/1988).

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A Constituição Federal de 1988 prevê que os entes que compõem a Federação brasileira são dotados de autonomia para se organizar, governar e administrar (art. 18 da CF/1988). Nesse sentido, os estados possuem competência concorrente com a União para legislar em matéria de saúde (art. 24, XII, da CF/1988). Os municípios, a seu turno, detêm competência legislativa para tratar de questão de interesse local (art. 30, II, da CF/1988). Na mesma linha, União, estados e municípios têm competência administrativa comum para implementar medidas de proteção da saúde dos seus cidadãos (art. 23, II, da CF/1988).

2. É dever de todos os entes federados garantir o direito à saúde, prevenir e enfrentar as doenças epidêmicas. Nesse contexto, a União legisla sobre normas gerais de saúde, e os estados e os municípios dispõem sobre medidas específicas, conforme suas realidades e necessidades locais. Em caso de omissão legislativa da União, os estados exercem ainda competência normativa plena. Assim, o Poder Executivo federal pode editar medidas provisórias em matéria de saúde, desde que preservada a autonomia das demais esferas de governo para tratar do assunto.

3. Todos os entes federados devem observar, em sua atuação, as recomendações técnicas e científicas da Organização Mundial da Saúde (OMS), organismo internacional com *expertise* na matéria. Seria grave, do ponto de vista constitucional, que, no âmbito

de uma emergência sanitária e sob a invocação da competência exclusiva ou privativa, se premiassem omissões do governo federal, impedindo que estados e municípios implementassem políticas públicas essenciais à proteção dos cidadãos.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal referendou a medida cautelar, reconhecendo que os entes federados (estados, Distrito Federal e municípios) têm competência para legislar e adotar medidas sanitárias de enfrentamento à pandemia de covid-19, de forma articulada com a União.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Essa decisão se insere no contexto da pandemia de covid-19, declarada emergência sanitária de alcance internacional pela OMS, em 11 de março de 2020. A partir dessa classificação, a OMS ressaltou que todos os países deveriam ativar e ampliar os mecanismos de resposta a emergências em saúde, além de seguir recomendações técnicas e científicas sobre o assunto. No caso do Brasil, estados e municípios tiveram importante atuação na matéria.





RE 654.833

Reparação civil por dano ambiental

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Virtual

Relator:
Min. Alexandre de Moraes

Data do julgamento:
20.04.2020

Matérias:



RESUMO DO CASO

Recurso extraordinário (RE) em que se discute a imprescritibilidade da pretensão de reparação civil por danos morais, materiais e ambientais promovidos por invasores de terra indígena, na década de 1980. Os recorrentes invocam o princípio constitucional da segurança jurídica; ao passo que os recorridos, os princípios da proteção e da reparação ambiental.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. No ordenamento jurídico brasileiro, a regra é a prescritibilidade das ações. A imprescritibilidade é a exceção, visto que depende de fatores externos que o Direito considera inafastáveis pelo decurso do tempo. Nesse sentido, é importante considerar que as consequências de desastres ambientais não se restringem ao presente, mas se projetam para o futuro.

2. De fato, o meio ambiente deve ser considerado patrimônio comum de toda a humanidade, a fim de que seja garantida sua integral proteção, especialmente em relação às gerações futuras. O interesse na proteção ambiental deve prevalecer diante do princípio da segurança jurídica, dado seu amplo impacto em toda a coletividade.

3. Além disso, a reparação do dano ao meio ambiente é direito fundamental indisponível, o que torna imperativo o reconhecimento de sua imprescritibilidade.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal decidiu que a pretensão de reparação civil, por danos morais ou materiais, em razão de prejuízos ambientais, não está sujeita à prescrição, em observância aos princípios constitucionais da proteção, da preservação e da reparação do meio ambiente.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Tema: Imprescritibilidade da pretensão de reparação civil de dano ambiental (Tema de Repercussão Geral 999).

Tese: "É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental."



ADPF 709 MC-Ref

Proteção do direito dos povos indígenas à saúde

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial[1]

Relator:
Min. Luís Roberto Barroso

Data do julgamento:
05.08.2020

Matéria:



PROCESSO ESTRUTURAL

RESUMO DO CASO

Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) que tem por objeto ações e omissões do poder público que colocam em risco o direito dos povos indígenas às suas terras, à saúde e à vida, em especial durante a pandemia de covid-19. Requerem-se: (i) a elaboração de plano de proteção à saúde, para enfrentamento e monitoramento da pandemia; (ii) a garantia de acesso de todos os povos indígenas (inclusive daqueles situados em terras ainda não homologadas) ao subsistema indígena de saúde; (iii) a criação de barreiras sanitárias e de sala de situação para o acompanhamento da pandemia, no caso específico dos povos indígenas em isolamento voluntário; (iv) a retirada de invasores de terras específicas, em que o grande contingente de invasores impacta as condições de saúde e vida das comunidades indígenas.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) tem legitimidade para propor ação direta perante o STF, na defesa dos direitos dos povos indígenas, visto que a Constituição de 1988 garante o direito de tais povos defenderem seus próprios interesses em juízo, bem como o respeito às suas formas de organização social (arts. 231 e 232 da CF/1988).

2. Além disso, o conceito de entidades de classe de âmbito nacional deve ser revisitado, para que seja estendido às entidades voltadas à defesa dos direitos fundamentais. Essa é a compreensão que concilia a legitimidade para propor ação direta de tais entidades com a missão da jurisdição constitucional de proteger esses direitos.

3. O enfrentamento dos pedidos cautelares veiculados na ação observa três diretrizes. A *primeira diretriz* consiste no *princípio da precaução e da prevenção* e recomenda que, em caso de dúvida, se adote a perspectiva mais eficaz em matéria de proteção dos direitos à vida, à saúde e ao meio ambiente, uma vez que eventual dano pode ser de difícil reversibilidade. Quanto ao ponto alega-se risco iminente de extermínio em massa de povos indígenas em decorrência da expansão da pandemia de covid-19.

[1] Sessão realizada inteiramente por videoconferência (Resolução 672/2020/STF).

4. A *segunda diretriz* refere-se à necessidade de adotar um *diálogo intercultural* na matéria. Os povos indígenas são mais vulneráveis do ponto de vista infectocontagioso e apresentam menor imunidade e taxa de mortalidade superior à média nacional. Além disso, o atendimento à saúde indígena requer compreensão e consideração de suas práticas culturais. Por essa razão, o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), norma com *status* supralegal, lhes assegura direito de participação na formulação de políticas públicas relacionadas à saúde.

5. Por fim, a *terceira diretriz* relaciona-se ao *diálogo também entre Poderes*. Isso porque adequado tratamento da política pública de saúde em matéria indígena depende da interlocução entre o Poder Judiciário e as distintas autoridades do Poder Executivo, que detêm *expertise* no atendimento a tais povos e conhecem as circunstâncias e as limitações públicas do tema. Com essa medida, observa-se o princípio da separação dos Poderes.

6. Quanto à retirada de invasores presentes em terras indígenas, embora a providência seja devida, é preciso considerar o risco de conflitos e a necessidade de ingresso de forças policiais e militares em tais terras, o que pode agravar o perigo de conflito e de contágio durante a pandemia. Por essa razão, em termos imediatos, determinam-se a contenção e o isolamento dos invasores em relação às comunidades indígenas ou uma providência alternativa apta a evitar o contato.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal confirmou a cautelar deferida parcialmente, determinando: (i) elaboração, pelo poder público, com a participação de indígenas, autoridades e entidades da sociedade civil, de Plano de Enfrentamento e Monitoramento da Covid-19 para os povos indígenas, a ser homologado pelo STF; (ii) extensão dos serviços do Subsistema Indígena de Saúde aos povos indígenas situados em terras não homologadas, assim como aos não aldeados (urbanos) que não tenham acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS); (iii) criação de barreiras sanitárias e de sala de situação para a proteção de povos indígenas isolados; (iv) isolamento e contenção dos invasores que se encontrem em terras indígenas (sem a remoção imediata, em razão do risco de conflito e contágio que a medida poderia gerar durante a pandemia).

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Posteriormente, outras decisões, medidas cautelares e tutelas provisórias incidentais concedidas pelo STF na mesma ação determinaram: (i) o reforço à proteção de povos indígenas específicos que estavam sendo atacados; (ii) a sustação de ato administrativo que permitia a supressão de serviços públicos em desfavor de povos indígenas situados em terras não homologadas; (iii) a retirada de invasores de terras indígenas.





ADPF 635 MC

Redução da letalidade policial e proteção dos direitos fundamentais

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Virtual

Relator:
Min. Edson Fachin

Data do julgamento:
18.08.2020

Matéria:



PROCESSO ESTRUTURAL

RESUMO DO CASO

Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) em que se pedem o reconhecimento da alta letalidade das operações policiais realizadas em comunidades periféricas no Estado do Rio de Janeiro e a adoção de medidas estruturais de segurança pública para reduzi-la. Requere-se, cautelarmente, a adoção de medidas que orientem o uso proporcional da força nas abordagens, bem como providências para apuração e controle dos fatos ocorridos em tais operações. O requerente invoca, como preceitos fundamentais, a vida, a dignidade da pessoa humana, os direitos à segurança, à inviolabilidade do domicílio e à igualdade, e a prioridade na garantia dos direitos fundamentais a crianças e adolescentes.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. No Estado do Rio de Janeiro, há um problema estrutural em matéria de segurança pública, decorrente de ações e omissões de múltiplas autoridades públicas, que se expressa na alta letalidade das operações policiais realizadas em comunidades periféricas. Esse problema enseja a sistemática violação a preceitos fundamentais da Constituição Federal de 1988, como o direito à vida e à segurança pública dos moradores dessas comunidades e dos próprios integrantes das forças policiais. Para enfrentar a questão, devem-se implementar medidas que assegurem o uso proporcional da força, de modo a evitar que vidas inocentes sejam comprometidas.

2. Nessa linha, o Tribunal determinou a adoção das seguintes medidas, entre outras: (i) expedição de mandados de busca e apreensão com objetivo certo e pessoa determinada – proibidas as ordens judiciais genéricas para a entrada da polícia em toda e qualquer residência; (ii) produção de relatórios circunstanciados acerca das operações realizadas, com o detalhamento de cada intervenção e o controle externo ativo do Ministério Público, para a responsabilização dos agentes envolvidos em abusos; (iii) preservação dos vestígios de crimes contra a vida, para possibilitar a realização de perícias para a investigação e garantir a auditabilidade; (iv) restrição das operações policiais próximas a escolas, creches e hospitais, especialmente nos horários de entrada e saída das instituições; (v) consideração de indicadores de redução de mortes em operações policiais, no cálculo das bonificações remuneratórias dos integrantes da polícia.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal deferiu parcialmente as medidas cautelares postuladas e impôs restrições e condições à realização de operações policiais em comunidades periféricas, de modo a reduzir seus índices de letalidade.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Após essa decisão e no mesmo caso, outras cautelares foram concedidas com o mesmo fim: reduzir a alta letalidade dessas operações. Nesse sentido, determinou-se a instalação de câmeras e equipamentos de GPS nos uniformes de policiais e nas viaturas, a fim de monitorar o uso da força policial, bem como a elaboração de protocolos de atuação policial que assegurassem o uso proporcional da força.



ARE 1.267.879[1]

Vacinação obrigatória de crianças e adolescentes

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial[2]

Relator:
Min. Luís Roberto Barroso

Data do julgamento:
17.12.2020

Matéria:



RESUMO DO CASO

Recurso extraordinário (RE) interposto contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que obrigou os pais a submeterem filho menor de idade às vacinações definidas como obrigatórias pelo Ministério da Saúde, com base na Lei 6.259/1975 (Programa Nacional de Imunizações) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990). Discute-se a possibilidade de recusa à imunização dos filhos menores, quando a convicção pessoal dos pais for contrária à vacinação obrigatória (art. 5º, VI e VIII, da CF/1988).

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A liberdade de consciência é protegida pela Constituição Federal de 1988 e se expressa no direito que toda pessoa tem de fazer suas escolhas (art. 5º, VI e VIII, da CF/1988). Porém, como nenhum direito é absoluto, a liberdade de consciência precisa ser equilibrada com a defesa da vida e da saúde de todos (arts. 5º e 196 da CF/1988), bem como com a proteção prioritária da criança e do adolescente (art. 227 da CF/1988).

2. O Estado pode determinar a vacinação obrigatória dos cidadãos, desde que o imunizante: (i) esteja devidamente registrado por órgão de vigilância sanitária; (ii) tenha sido incluído no Programa Nacional de Imunizações; e (iii) tenha sua obrigatoriedade incluída em lei ou sua aplicação determinada pela autoridade competente. O direito brasileiro prevê, há décadas, a vacinação obrigatória, reconhecendo a vacina como medida eficaz e legítima de proteção da saúde pública e prevenção de doenças altamente contagiosas.

3. A saúde da criança e do adolescente deve ser tratada como prioridade, em consonância com o princípio constitucional do interesse superior da criança e com o Estatuto da Criança e do Adolescente. O poder familiar não autoriza os pais a recusarem vacinações obrigatórias de seus filhos. Eles não podem, com base em convicções filosóficas, colocar em risco a saúde de seus filhos ou de terceiros.

[1] Julgado em conjunto com as ADIs 6.586/DF e 6.587/DF, ambas de relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, que tratam de vacinação contra a covid-19.
[2] Sessão realizada inteiramente por videoconferência (Resolução 672/2020/STF).

4. A expressão "vacinação obrigatória" não significa que alguém poderá ser imunizado à força. Permite, contudo, que a exigência de vacinação constitua condição para a prática de certos atos (como a matrícula em escola) e para a percepção de benefícios (como o Bolsa Família), e que a não vacinação enseje a aplicação de penalidades, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade quanto às últimas.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal decidiu que a obrigatoriedade de imunização, por meio de vacina aprovada e incluída no Programa Nacional de Imunizações, não caracteriza violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais ou ao poder familiar.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Este caso se insere no contexto da pandemia de covid-19. No Brasil, em particular, além dos desafios inerentes à contenção do contágio da população, houve um quadro geral de disseminação de desinformação e desincentivo à vacina, por parte de órgãos e agentes públicos, além da falta de coordenação federal sobre a vacinação.

Tema: Possibilidade de os pais deixarem de vacinar os seus filhos, com o fundamento em convicções filosóficas, religiosas, morais e existenciais (Tema de Repercussão Geral 1.103).

Tese: "É constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, (i) tenha sido incluída no Programa Nacional de Imunizações ou (ii) tenha sua aplicação obrigatória determinada em lei ou (iii) seja objeto de determinação da União, Estado, Distrito Federal ou Município, com base em consenso médico-científico. Em tais casos, não se caracteriza violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais ou responsáveis, nem tampouco ao poder familiar."



ADPF 708

Omissão da União em alocar recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima)

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Virtual

Relator:
Min. Luís Roberto Barroso

Data do julgamento:
04.07.2022

Matéria:



RESUMO DO CASO

Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) em que se alega que a União manteve o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) inoperante durante os anos de 2019 e 2020, deixando de destinar vultosos recursos para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Os documentos juntados ao processo indicam que a paralisação do Fundo constituiu uma decisão deliberada do Executivo, até que fosse possível alterar a constituição do Comitê Gestor do Fundo, para controlar as decisões pertinentes à destinação de seus recursos. Importa destacar o contexto em que o caso ocorreu, de sistemático enfraquecimento ou mesmo supressão de órgãos colegiados da administração pública, além da redução da participação da sociedade civil em seu âmbito.

Os requerentes pedem: a retomada do funcionamento do Fundo Clima; a alocação dos recursos de enfrentamento das mudanças climáticas e a determinação de que o Poder Executivo se abstenha de novas omissões; e a vedação do contingenciamento dos valores destinados ao Fundo, com base no direito constitucional de assegurar um meio ambiente saudável para as presentes e futuras gerações.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. O direito ao meio ambiente saudável e equilibrado foi reconhecido pelo constituinte como direito fundamental, e aqueles direitos incorporados pelos tratados internacionais ratificados pelo Brasil têm *status* supralegal de diretos humanos. Assim, é dever constitucional, supralegal e legal do Poder Público proteger o meio ambiente e combater as mudanças climáticas para presentes e futuras gerações. A defesa e a proteção do meio ambiente se estendem às ações humanas de degradação do planeta. A tutela do meio ambiente não é, portanto, matéria de livre escolha política, mas, sim, dever constitucional com natureza jurídica vinculante. Consequentemente, a omissão na operacionalização do Fundo Clima é inconstitucional, em observância aos arts. 225 e 5º, § 2º, da Constituição Federal de 1988.

2. Nesse sentido, é dever da União destinar recursos ao combate das mudanças climáticas e ao cumprimento das metas de redução de emissão de gases de efeito estufa, bem como custear as atividades voltadas para a melhoria da qualidade de vida ambiental urbana, por meio de ações que preconizem a mitigação da mudança do clima e a adaptação aos seus efeitos, conforme previsto nos arts. 2º e 225 c/c o art. 9º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

3. Ademais, nos termos do art. 2º da CF/1988, do art. 9º, § 2º, da LRF (Lei Complementar 101/2000) e do precedente ADPF 347 MC, Rel. Min. Marco Aurélio, o contingenciamento dos valores do Fundo Clima é inconstitucional, em razão:

i. do grave contexto em que se encontra a situação ambiental brasileira, que guarda estrita relação de dependência com o núcleo essencial de múltiplos direitos fundamentais;

ii. de tais valores se vincularem a despesa objeto de deliberação do Legislativo, voltada ao cumprimento de obrigação constitucional e legal, com destinação específica.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal, em respeito ao direito constitucional ao meio ambiente saudável (art. 225 da CF/1988), ao dever do país de cumprir com direitos e compromissos assumidos internacionalmente (art. 5º, § 2º, da CF/1988), bem como em observância ao princípio da separação dos Poderes, que rege as "despesas que constituam obrigações constitucionais e legais" (art. 2º da CF/1988 c/c o art. 9º, § 2º, da LC 101/2000) julgou procedente a ação para: (i) reconhecer a omissão da União, em razão da não alocação integral dos recursos do Fundo Clima referentes a 2019; (ii) determinar à União que se abstenha de se omitir em fazer funcionar o Fundo Clima ou em destinar seus recursos; e (iii) vedar o contingenciamento das receitas que integram o Fundo.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Tese: "O Poder Executivo tem o dever constitucional de fazer funcionar e alocar anualmente os recursos do Fundo Clima, para fins de mitigação das mudanças climáticas, estando vedado seu contingenciamento, em razão do dever constitucional de tutela ao meio ambiente (art. 225 da CF/1988), de direitos e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil (art. 5º, § 2º, da CF/1988), bem como do princípio constitucional da separação dos poderes (art. 2º da CF/1988 c/c o art. 9º, § 2º, da LRF)."



ADPFs 850, 851, 854 e 1.014[1]

Orçamento secreto

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relatora:
Min. Rosa Weber

Data do julgamento:
19.12.2022

Matéria:



RESUMO DO CASO

Arguições de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) que têm por objeto a inconstitucionalidade da prática denominada "orçamento secreto". Segundo os requerentes, por meio dela, a base parlamentar aliada ao Presidente da República se valeria das emendas do relator-geral do orçamento para obter recursos orçamentários, em troca de votos favoráveis aos interesses do Executivo federal no Congresso Nacional. Os recursos seriam obtidos sem a identificação dos parlamentares interessados, da quantia ou do seu destino, o que inviabiliza o controle sobre seu uso.

Alega-se que tal modo de operar viola os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência (art. 37 da CF/1988), e desrespeita as normas constitucionais sobre planejamento orçamentário e responsabilidade na gestão fiscal (art. 166 da CF/1988), gerando a pulverização dos recursos públicos e grave risco à capacidade institucional do Estado de realizar seus objetivos. Na mesma linha, essa forma de atuar compromete o direito dos cidadãos à informação, à transparência e ao controle social (art. 5º, XXXIII; art. 37, § 3º, II; e art. 165 da CF/1988).

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. As emendas parlamentares ao orçamento têm autorização constitucional (art. 166 da CF/1988) e objetivam, em princípio, viabilizar aos congressistas atender diretamente às reivindicações mais concretas e urgentes da população que representam, a fim de contemplá-la com a dotação financeira necessária ao atendimento de suas necessidades. Tais emendas são legítimas desde que observem o regime jurídico constitucional aplicável à elaboração e à execução orçamentária.

2. A prática denominada "orçamento secreto" consiste no uso das emendas do relator-geral do orçamento, para inclusão de novas despesas públicas ou programações no projeto de lei orçamentária anual da União, sem que se possa identificar com precisão o parlamentar que requereu a providência, o montante da despesa que o

[1] Julgamento conjunto com as ADPFs 851, 854 e 1.014.

beneficiará e a destinação final do recurso. Tal como implementada, essa prática impossibilita o controle do uso dos recursos e viola os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência (art. 37 da CF/1988), as normas constitucionais sobre planejamento orçamentário e responsabilidade na gestão fiscal (art. 166 da CF/1988), e o direito dos cidadãos à informação, à transparência e ao controle social (art. 5º, XXXIII; art. 37, § 3º, II; e art. 165 da CF/1988).

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal declarou serem incompatíveis com a ordem constitucional brasileira as práticas orçamentárias do "orçamento secreto", as quais consistiam no uso indevido das emendas do relator-geral do orçamento para inclusão de novas despesas públicas ou programações no projeto de lei orçamentária anual da União, sem adequada identificação dos parlamentares beneficiados, do montante ou da destinação dos recursos, e vedou a execução de tais emendas.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

A decisão determinou, ainda, entre outras providências, a todas as unidades orçamentárias e órgãos da administração pública que tivessem realizado empenho, liquidação e pagamento de despesas enquadradas na prática de orçamento secreto (sob o indicador orçamentário RP 9), nos exercícios financeiros de 2020 a 2022, a publicação dos dados referentes aos serviços, obras e compras realizadas com tais verbas públicas, assim como a identificação dos respectivos solicitadores e beneficiários, de modo acessível, claro e fidedigno, no prazo de 90 dias. A despeito da decisão, a discussão sobre o tema retornou ao STF por meio da ADPF 854.

Tese: "As emendas do relator-geral do orçamento destinam-se, exclusivamente, à correção de erros e omissões, nos termos do art. 166, § 3º, III, alínea "a", da Constituição Federal, vedada a sua utilização indevida para o fim de criação de novas despesas ou de ampliação das programações previstas no projeto de lei orçamentária anual."





ADC 51

Requisição direta de dados a provedores de internet no exterior

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

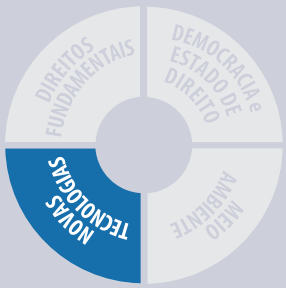
Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Gilmar Mendes

Data do julgamento:
23.02.2023

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação declaratória de constitucionalidade (ADC) que tem por objeto normas sobre a cooperação jurídica internacional entre autoridades judiciárias brasileiras e estrangeiras, para o compartilhamento de dados de comunicação privada de usuários de provedores de internet, em investigações criminais. Como consequência da declaração da constitucionalidade de tais normas, postula-se que se reconheça a impossibilidade da requisição direta de dados pelas autoridades brasileiras a empresas de tecnologia estrangeiras e suas respectivas representantes no Brasil.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A questão jurídica posta pela ação gira em torno da possibilidade de determinação, pelo Judiciário, de fornecimento direto de informações sobre comunicações privadas, por parte de plataformas de internet, para as autoridades brasileiras. O questionamento se dá porque essas plataformas armazenam dados em diferentes países, o que poderia ensejar debates sobre os limites da jurisdição brasileira, bem como tensões entre o Brasil e outros países soberanos.

2. O entendimento acerca do armazenamento de dados das grandes empresas de tecnologia é tema de profunda complexidade. As informações são armazenadas em "nuvens", de modo que há a possibilidade de dissociação entre o local do acesso às redes (onde eventuais atos ilícitos são praticados) e a localização dos dados armazenados em diferentes países. Essa circunstância evidencia a natureza "aterritorial" desses dados.

3. Nessa linha, o art. 11 do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), que encontra respaldo no art. 18 da Convenção de Budapeste, assegura a aplicação da legislação brasileira em relação a atividades de coleta, armazenamento, guarda e tratamento de registros, dados e comunicações eletrônicas ocorridas em território nacional, mesmo que a pessoa jurídica portadora dessas informações esteja localizada ou armazene tais informações no exterior.

4. As hipóteses de requisição direta previstas no art. 11 do Marco Civil da Internet e no art. 18 da Convenção de Budapeste são formas de assegurar o direito à informação e reafirmam os princípios da soberania e da independência nacional (art. 1º, I, e art. 4º, I,

da CF/1988), concretizando o dever do Estado de proteger os direitos fundamentais e a segurança pública dos cidadãos brasileiros ou residentes no país. A requisição direta confere agilidade às investigações de interesse nacional e contribui para garantir a efetividade das normas de proteção de dados.

5. Nesse sentido, as autoridades nacionais podem solicitar dados e conteúdo de comunicações privadas diretamente às empresas de tecnologia estrangeiras, nos casos em que há: (i) atividades de coleta e tratamento de dados no país; (ii) posse ou controle dos dados por empresa com representação no Brasil; e (iii) crimes cometidos por indivíduos localizados em território nacional, nos termos do art. 11 do Marco Civil da Internet e do art. 18 da Convenção de Budapeste.

6. A requisição direta de dados pelas autoridades nacionais não inviabiliza a solicitação por meio dos acordos de assistência judiciária mútua em matéria penal firmados entre o Brasil e outros países.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O pedido foi julgado parcialmente procedente, para declarar a constitucionalidade das normas sobre cooperação jurídica internacional entre autoridades judiciárias brasileiras e estrangeiras para o compartilhamento de dados de comunicação privada de usuários de provedores de internet, em investigações criminais.

O STF entendeu também ser possível a solicitação direta de dados e comunicações eletrônicas por parte das autoridades nacionais a empresas de tecnologia, nos casos de atividades de coleta e tratamento de dados no país, de posse ou controle dos dados por empresa com representação no Brasil e de crimes cometidos por indivíduos localizados em território nacional.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

A discussão se insere no contexto da atuação de organizações criminosas digitais na internet com o objetivo de atacar pessoas, instituições e o Estado de Direito, fenômeno observado no Brasil e em diversos outros países. As autoridades nacionais encontram dificuldades para investigar essas práticas criminosas, entre outras razões, porque as estruturas tradicionais de cooperação jurídica entre países ainda não possibilitam obter dados eletrônicos com a agilidade e a segurança jurídica necessárias para fazer frente à nova realidade dos crimes cibernéticos.







ADPF 779

Inconstitucionalidade da tese de legítima defesa da honra para crimes contra a mulher

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Dias Toffoli

Data do julgamento:
01.08.2023

Matéria:



RESUMO DO CASO

Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) em que se questiona a constitucionalidade da tese de legítima defesa da honra do acusado como estratégia de defesa, em casos de feminicídio ou agressões contra a mulher. A tese era habitualmente usada para inocentar acusados de assassinato de mulheres no Tribunal do Júri, onde os jurados não têm conhecimento técnico. Argumenta-se que a aplicação dessa tese violaria os princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF/1988), o direito à vida e a igualdade de gênero (art. 5º, *caput*, da CF/1988).

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. A tese da legítima defesa da honra era habitualmente utilizada em casos de feminicídio ou agressão contra mulher, como excludente de ilicitude, para justificar o comportamento do acusado como ato socialmente aceitável. O argumento era de que o assassinato ou a agressão de mulher eram justos quando a vítima tivesse sido infiel ao parceiro, pois essa conduta supostamente feriria a honra do agressor.

2. A aceitação da tese da legítima defesa da honra nos julgamentos gera consequências negativas para as mulheres e a sociedade, pois oficializa a desigualdade entre homens e mulheres, naturaliza e estimula a violência doméstica contra a mulher e o feminicídio, além de contribuir para a impunidade do agressor.

3. Por essas razões, a defesa da honra é uma tese inconstitucional e não pode ser usada pela defesa, pela acusação, pela autoridade policial e pelo próprio juízo, antes ou durante o processo criminal. Qualquer referência a essa tese pode levar à anulação das provas ou do julgamento, inclusive no Tribunal do Júri. É dever do Estado exercer o controle mínimo da decisão do júri popular quando a conclusão se der a partir de argumentação discriminatória, indigna e inconstitucional, como é o caso da legítima defesa da honra.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal decidiu que a tese da legítima defesa da honra, utilizada em processos criminais nos casos de feminicídio ou agressão contra mulher, é inconstitucional, por violar os princípios da dignidade humana (art. 1°, III, da CF/1988), da proteção à vida e da igualdade de gênero (art. 5°, *caput*, da CF/1988). Por essa razão, tal tese não pode ser usada em nenhuma fase do processo criminal, inclusive perante o Tribunal do Júri, sob pena de nulidade.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES





RE 1.017.365

Terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas não se sujeitam ao marco temporal

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

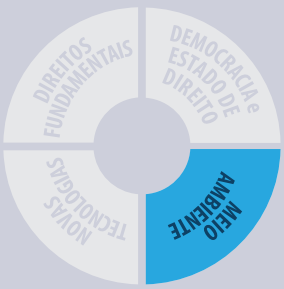
Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Edson Fachin

Data do julgamento:
27.09.2023

Matéria:



RESUMO DO CASO

Recurso extraordinário (RE) em que se discute a interpretação das normas constitucionais que disciplinam o direito originário dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam, quando a área de ocupação tradicional indígena coincide parcialmente com área de reserva biológica e com área ocupada por particulares. Entre os temas em debate estão: (i) a aplicabilidade da tese do marco temporal, segundo a qual os povos indígenas só teriam direito às terras sobre as quais se encontravam na data da promulgação da Constituição de 1988, ainda que a comunidade houvesse sido expulsa à força e impedida de retornar; (ii) o procedimento a ser observado pela União na demarcação das referidas terras e a possibilidade de revisão em caso de erro; (iii) o direito à prévia indenização de terceiros de boa-fé, com justo título, quando ausente a ocupação indígena na data da promulgação da Constituição; (iv) a compatibilidade entre ocupação tradicional indígena e preservação ambiental; (v) o direito de os povos indígenas participarem dos processos em que se discutem seus interesses, sem prejuízo da participação concorrente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. Os direitos dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam são originários. Portanto, preexistem e são oponíveis a qualquer outro direito ou gravame. São, ademais, inalienáveis, indisponíveis e imprescritíveis. Nessa linha, o procedimento de demarcação de tais terras tem natureza meramente declaratória, não se prestando a constituir os referidos direitos, mas apenas a assegurá-los. Trata-se, além disso, de direito fundamental, não passível de supressão, sob pena de violação de cláusula pétrea (art. 231 da CF/1988).

2. A posse indígena difere da posse de direito civil, a última de caráter econômico e mercantil. Isso porque a posse indígena é exercida segundo a cultura, os costumes e a cosmovisão dos indígenas, como condição para a sua própria subsistência como povo, abrangendo as áreas por eles habitadas em caráter permanente,

as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural.

3. Em tais condições, a ausência de uma comunidade indígena em determinada área objeto de ocupação tradicional no momento da promulgação da Constituição de 1988 não afasta seu direito a ela, se demonstrado que a comunidade foi retirada contra a sua vontade e não pôde retornar. A tradicionalidade e os fatos que envolvem a saída do território devem ser demonstrados por meio de laudo antropológico, no curso do procedimento de demarcação.

4. É possível o redimensionamento de uma demarcação de terra se demonstrado que ela não observou os limites da ocupação tradicional, tal como previsto na Constituição, o que deve ser igualmente objeto de laudo antropológico.

5. Em caso de terras indígenas desocupadas quando da promulgação da Constituição e transferidas a terceiros de boa-fé e a justo título, é preciso conciliar o direito desses terceiros com os direitos dos povos indígenas, o que se faz assegurando o direito dos primeiros à retenção da área até que sejam indenizados previamente pela sua perda. Em tal indenização, inclui-se o valor da terra nua, caso não haja possibilidade de reassentamento dos particulares.

6. Não há conflito entre a ocupação indígena e a proteção ao meio ambiente, uma vez que o modo de vida típico de tais povos, conforme seus usos costumes e tradições, acaba por ensejar a proteção dos recursos ambientais necessários à sua subsistência (por meio da caça, da pesca e do cultivo), assim como às suas atividades espirituais e culturais.

7. Por fim, os povos indígenas têm direito de participar dos processos judiciais que digam respeito aos interesses deles, independentemente da participação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), quer porque a Constituição o assegura expressamente, quer porque garante o respeito às suas próprias organizações sociais e modo de viver e atuar (arts. 231 e 232 da CF/1988).

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal rejeitou a tese do marco temporal e concluiu que a posse dos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam configura direito originário de tais povos, cuja tradicionalidade da ocupação deve ser considerada conforme os parâmetros expressamente previstos no texto constitucional (§§ 1º e 2º do art. 231 da CF/1988).

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Tema: Definição do estatuto jurídico-constitucional das relações de posse das áreas de tradicional ocupação indígena à luz das regras dispostas no art. 231 do texto constitucional (Tema de Repercussão Geral 1.031).

Tese: "I – A demarcação consiste em procedimento declaratório do direito originário territorial à posse das terras ocupadas tradicionalmente por comunidade indígena;

II – A posse tradicional indígena é distinta da posse civil, consistindo na ocupação das terras habitadas em caráter permanente pelos indígenas, nas utilizadas para suas atividades produtivas, nas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e nas necessárias à sua repro-

dução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, nos termos do § 1º do art. 231 do texto constitucional;

III – A proteção constitucional aos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam independe da existência de um marco temporal em 5 de outubro de 1988 ou da configuração do renitente esbulho, como conflito físico ou controvérsia judicial persistente à data da promulgação da Constituição;

IV – Existindo ocupação tradicional indígena ou renitente esbulho contemporâneo à promulgação da Constituição Federal, aplica-se o regime indenizatório relativo às benfeitorias úteis e necessárias, previsto no § 6º do art. 231 da CF/1988;

V – Ausente ocupação tradicional indígena ao tempo da promulgação da Constituição Federal ou renitente esbulho na data da promulgação da Constituição, são válidos e eficazes, produzindo todos os seus efeitos, os atos e negócios jurídicos perfeitos e a coisa julgada relativos a justo título ou posse de boa-fé das terras de ocupação tradicional indígena, assistindo ao particular direito à justa e prévia indenização das benfeitorias necessárias e úteis, pela União; e quando inviável o reassentamento dos particulares, caberá a eles indenização pela União (com direito de regresso em face do ente federativo que titulou a área) correspondente ao valor da terra nua, paga em dinheiro ou em títulos da dívida agrária, se for do interesse do beneficiário, e processada em autos apartados do procedimento de demarcação, com pagamento imediato da parte incontroversa, garantido o direito de retenção até o pagamento do valor incontroverso, permitidos a autocomposição e o regime do § 6º do art. 37 da CF/1988;

VI – Descabe indenização em casos já pacificados, decorrentes de terras indígenas já reconhecidas e declaradas em procedimento demarcatório, ressalvados os casos judicializados e em andamento;

VII – É dever da União efetivar o procedimento demarcatório das terras indígenas, sendo admitida a formação de áreas reservadas somente diante da absoluta impossibilidade de concretização da ordem constitucional de demarcação, devendo ser ouvida, em todo caso, a comunidade indígena, buscando-se, se necessário, a autocomposição entre os respectivos entes federativos para a identificação das terras necessárias à formação das áreas reservadas, tendo sempre em vista a busca do interesse público e a paz social, bem como a proporcional compensação às comunidades indígenas (art. 16.4 da Convenção 169 OIT);

VIII – A instauração de procedimento de redimensionamento de terra indígena não é vedada em caso de descumprimento dos elementos contidos no art. 231 da Constituição da República, por meio pedido de revisão do procedimento demarcatório apresentado até o prazo de cinco anos da demarcação anterior, sendo necessário comprovar grave e insanável erro na condução do procedimento administrativo ou na definição dos limites da terra indígena, ressalvadas as ações judiciais em curso e os pedidos de revisão já instaurados até a data de conclusão deste julgamento;

IX – O laudo antropológico realizado nos termos do Decreto 1.775/1996 é um dos elementos fundamentais para a demonstração da tradicionalidade da ocupação de comunidade indígena determinada, de acordo com seus usos, costumes e tradições, na forma do instrumento normativo citado;

X – As terras de ocupação tradicional indígena são de posse permanente da comunidade, cabendo aos indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e lagos nelas existentes;

XI – As terras de ocupação tradicional indígena, na qualidade de terras públicas, são inalienáveis, indisponíveis, e os direitos sobre elas imprescritíveis;

XII – A ocupação tradicional das terras indígenas é compatível com a tutela constitucional do meio ambiente, sendo assegurado o exercício das atividades tradicionais dos povos indígenas;

XIII – Os povos indígenas possuem capacidade civil e postulatória, sendo partes legítimas nos processos em que discutidos seus interesses, sem prejuízo, nos termos da lei, da legitimidade concorrente da Funai e da intervenção do Ministério Público como fiscal da lei."



ADPF 347

Violação massiva de direitos fundamentais no sistema prisional brasileiro

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Marco Aurélio

Redator do acórdão:
Min. Luís Roberto Barroso

Data do julgamento:
04.10.2023

Matéria:



PROCESSO ESTRUTURAL

RESUMO DO CASO

Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) em que se pedem o reconhecimento e a declaração do estado de coisas inconstitucional do sistema prisional brasileiro, em razão do cenário de grave e massiva violação de direitos humanos dos presos, bem como a determinação de uma série de medidas voltadas à promoção da melhoria das condições carcerárias e à contenção e à reversão do processo de hiperencarceramento e superlotação das prisões brasileiras.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. No sistema prisional brasileiro, há um cenário de violação massiva de direitos fundamentais, caracterizado por: (i) superlotação e má qualidade das vagas existentes, marcadas pelo déficit no fornecimento de bens e serviços essenciais que integram o mínimo existencial; (ii) entradas de novos presos no sistema de forma indevida e desproporcional, envolvendo autores primários e delitos de baixa periculosidade, que apenas contribuem para o agravamento da criminalidade; e (iii) permanência dos presos por tempo superior àquele previsto na condenação ou em regime mais gravoso do que o devido. Essa situação compromete a capacidade do sistema de cumprir seus fins de ressocialização dos presos e de garantia da segurança pública. Nesse sentido, o cenário atual está em desacordo com as normas previstas na Constituição Federal de 1988 (art. 3º, III, e art. 5º, XLVII, XLVIII e XLIX), nos tratados internacionais de direitos humanos de que o Brasil é parte e nas demais leis aplicáveis ao tema (entre elas, a Lei de Execução Penal).

2. Trata-se de um problema estrutural, caracterizado pelo desrespeito, em grande escala, a direitos fundamentais dos presos, razão pela qual o Tribunal reconheceu o estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário brasileiro. Diante disso, a solução da questão demanda a atuação cooperativa de diversas autoridades para a elaboração de um plano nacional e de planos locais, com a participação de instituições e da comunidade, para a construção de uma solução satisfatória.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedente o pedido formulado na arguição de descumprimento de preceito fundamental para reconhecer o estado de coisas inconstitucional do sistema carcerário brasileiro, em razão do cenário de violação massiva de direitos fundamentais dos presos.

Com o objetivo de superar essa situação, determinou-se um conjunto de medidas a serem adotadas pelo Poder Público, como a fixação de prazo para que a União, os Estados e o Distrito Federal, com a participação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), elaborem, em até 6 meses, e executem, em até 3 anos, planos para resolver a situação em suas respectivas unidades. Os planos devem versar sobre os problemas principais do sistema, quais sejam: (i) vagas insuficientes e de má qualidade; (ii) entrada excessiva de presos; e (iii) saída atrasada de presos. Esses planos deverão ser aprovados pelo Supremo Tribunal Federal e terão sua execução monitorada pelo CNJ, com a supervisão do STF.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Tese: "1. Há um estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário brasileiro, responsável pela violação massiva de direitos fundamentais dos presos. Tal estado de coisas demanda a atuação cooperativa das diversas autoridades, instituições e comunidade para a construção de uma solução satisfatória. 2. Diante disso, União, Estados e Distrito Federal, em conjunto com o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ), deverão elaborar planos a serem submetidos à homologação do Supremo Tribunal Federal, nos prazos e observadas as diretrizes e finalidades expostas no presente voto, devendo tais planos ser especialmente voltados para o controle da superlotação carcerária, da má qualidade das vagas existentes e da entrada e saída dos presos. 3. O CNJ realizará estudo e regulará a criação de número de varas de execução proporcional ao número de varas criminais e ao quantitativo de presos."





ADPF 1.013

Oferta de transporte público regular e gratuito em dia de eleições

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Luís Roberto Barroso

Data do julgamento:
18.10.2023

Matéria:



RESUMO DO CASO

Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) em que se alega a omissão do poder público em ofertar, nos dias de eleições, transporte público gratuito e em frequência compatível com a praticada em dias úteis.

O pedido se baseia no direito dos cidadãos ao transporte e, especialmente, no direito ao voto. Argumenta-se que o custo para deslocamento às seções eleitorais é significativamente maior que o valor da multa pela abstenção.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. O art. 14 da Constituição Federal garante o direito ao voto com valor igual para todos, de modo que a negligência no exercício desse direito é uma violação constitucional. Considerando a extrema desigualdade social existente no Brasil, a ausência de política pública de concessão de transporte gratuito no dia de eleições tem o potencial de criar, na prática, um novo tipo de voto censitário, que retira dos mais pobres a possibilidade de participar do processo eleitoral.

2. As eleições devem contar com a participação efetiva do maior número de eleitores e transcorrer de forma livre e justa, com igualdade de acesso para toda a população. Portanto, é dever constitucional do poder público assegurar transporte público gratuito e regular nas zonas urbanas em dias de eleições. A implementação desse direito é uma exigência constitucional, pois promove a igualdade de participação, proporcionando acesso ao voto por parte significativa dos eleitores, e combate ilegalidades, evitando que o transporte sirva como instrumento de interferência no resultado eleitoral.

3. O direito ao voto se revela não só como uma liberdade de cunho negativo, que impõe ao Estado que se abstenha de proibir ou dificultar seu exercício, mas também abrange obrigações positivas, a fim de que sejam propiciadas as condições necessárias para que todos tenham igual possibilidade de participação.

4. Nesse cenário, é pertinente adotar uma solução que reconheça a preferência do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria e, ao mesmo tempo, estanque a referida violação à Constituição, até que a lei venha a ser editada. O apelo ao legislador é uma das possibilidades de diálogo institucional entre os Poderes Judiciário e Legislativo. Essa solução privilegia a competência legislativa do Congresso, sem descuidar da força normativa do texto constitucional.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal conheceu da arguição de descumprimento de preceito fundamental e julgou parcialmente procedente o pedido para reconhecer a existência de omissão inconstitucional decorrente da ausência de política de gratuidade do transporte público em dias de eleições, com apelo ao Congresso Nacional para que edite lei regulamentadora da matéria. Caso não editada a lei, a partir das eleições municipais de 2024, nos dias das eleições o transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal, o metropolitano inclusive, deve ser ofertado de forma gratuita e com frequência compatível àquela dos dias úteis.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Tese: "É inconstitucional a omissão do Poder Público em ofertar, nas zonas urbanas em dias das eleições, transporte público coletivo de forma gratuita e em frequência compatível com aquela praticada em dias úteis."



ADO 20

Omissão legislativa sobre a regulamentação do direito à licença-paternidade

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgão julgador:
Tribunal Pleno

Formato do julgamento:
Presencial

Relator:
Min. Marco Aurélio

Redator do acórdão:
Min. Edson Fachin

Data do julgamento:
14.12.2023

Matéria:



RESUMO DO CASO

Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) ajuizada em virtude da ausência de regulamentação da licença-paternidade, nos termos do art. 7º, XIX, da Constituição Federal de 1988, em que se alegam mora legislativa e proteção deficiente da legislação existente.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a licença-paternidade ao trabalhador será de cinco dias, até que lei complementar defina novas regras. No entanto, transcorridos mais de 35 anos, segue pendente a regulamentação do tema pelo Poder Legislativo.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO

1. O direito à licença-paternidade é direito fundamental essencial para a concretização das garantias institucionais da família (art. 226 da CF/1988), da proteção integral da infância (arts. 6° e 203 da CF/1988), e da garantia do direito fundamental à igualdade entre homens e mulheres (art. 5º, I, da CF/1988).

2. Considerando as mudanças dos papeis de homens e mulheres na família e na sociedade e o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, é essencial a elaboração de políticas públicas relacionadas ao cuidado com os filhos, as quais possam contribuir para a equidade de gênero, para atender ao melhor interesse da criança, para a saúde mental de pais e mães, bem como para o planejamento familiar e a diminuição do impacto do nascimento dos filhos na carreira das mulheres.

3. É necessário alterar os padrões comportamentais de homens e mulheres em relação à distribuição sexual do trabalho, especialmente quanto ao trabalho doméstico. Destaca-se que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) confirmou que os avanços sociais e econômicos são mais igualitários e sustentáveis quando há o compartilhamento da licença-maternidade e da licença-paternidade.

4. Além disso, é essencial que exista um esforço cooperativo por parte dos agentes políticos e públicos vinculados a todas as funções de poder, para concretizar e potencializar a eficácia das

normas constitucionais, especialmente quando se trata de direitos fundamentais sociais expressamente reconhecidos pelo legislador constituinte originário, como é o caso da licença-paternidade, prevista no art. 7º, XIX, da Constituição da Federal de 1988.

RESULTADO DO JULGAMENTO

O Supremo Tribunal Federal julgou procedente o pedido de declaração da omissão inconstitucional, para declarar a mora legislativa quanto à regulamentação do art. 7°, XIX, da CF/1988 e do art. 10, § 1°, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e determinou o prazo de 18 meses ao Congresso Nacional para sanar a omissão, o que, se não ocorrer, autorizará o Tribunal a deliberar sobre o tema.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Tese: "Há omissão inconstitucional quanto à edição de lei regulamentadora da licença-paternidade, prevista no art. 7º, XIX, da Constituição da República de 1988, fixando-se o prazo de 18 (dezoito) meses para que seja sanada a omissão pelo Poder Legislativo, o que, se não ocorrer, autoriza ao Supremo Tribunal Federal a deliberar sobre as condições concretas necessárias ao gozo do direito fundamental à licença-paternidade."




LANDMARK CASES



PRESENTATION

We are delighted to present the publication **Landmark Cases of the Federal Supreme Court**, which brings together paradigmatic judgments handed down by the Full Court of the Federal Supreme Court (STF) between the promulgation of the 1988 Federal Constitution and 2023. For nearly four decades, since the Federal Constitution has been in force, the STF has ruled on issues that have profoundly shaped Brazil's political, social, economic, and legal landscape, making rights a reality, safeguarding democracy, and influencing the daily workings of institutions. This project seeks to provide an overview of some of these cases and provide the public with a clear understanding of the work the Supreme Court does, the issues it judges, and the impact of its decisions on people's lives. Indeed, the cases gathered in this volume reflect some of the most representative challenges and most urgent needs of Brazilian society.

The project also plays an important role of giving international visibility to the STF's decisions. As the Court rules in Portuguese, but is located on a continent that communicates mostly in Spanish and English, it is essential to provide summaries of STF's most important decisions in these two languages. This allows the Court to raise its profile, enabling foreign actors to understand its role and facilitating exchanges with other courts. In a world where challenges depend on information and coordinated action between countries and continents, it is crucial that courts can learn from each other's experiences and solutions. For this reason, this material is available in Portuguese, English, and Spanish.

It is also worth noting that the STF decides on tens of thousands of cases each year, a considerable volume compared to other courts around the world. The Court is also responsible for implementing an analytical constitution that deals with a wide range of subjects, including fundamental rights, tax and budget law, democracy, the environment, social security, and telecommunications. Thus, the topics covered in the Court's decisions that make up this project reflect the diversity and complexity of the Brazilian constitutional agenda. Issues brought before the court include the recognition of same-sex unions, combatting violence against women, the validity of university admission quotas for Black and Indigenous people, the constitutionality measures to combat hyperinflation, impeaching presidents of the Republic, defending democracy, environmental protection, and tackling climate change.

In this context, this publication provides an overview of the evolution of constitutional caselaw in Brazil, as well as the various roles played by the STF in interpreting the 1988 Federal Constitution, safeguarding rights, and arbitrating on the most significant national

issues. This publication invites readers to get to know, understand and reflect on the Court's importance towards the establishment of the Democratic Rule of Law.

We would like to thank everyone who contributed to this initiative, especially the Superior School of the Office of the General Counsel's technical support team (ESAGU, acronym in Portuguese). Readers are invited to browse this selection of relevant decisions to learn more about Brazil, its Federal Constitution, and its Federal Supreme Court. We hope that this journey through the Landmark Cases in the STF's caselaw will foster closer ties with society and a stronger connection with the world.

Justice **Luís Roberto Barroso**

Chief Justice of the Federal Supreme Court and of the National Council of Justice

METHODOLOGICAL NOTE

The goal of the **Landmark Cases** project is to select judgments of great importance decided by the Full Court of the Federal Supreme Court (STF) under the 1988 Federal Constitution, to disseminate its body of case law nationally and internationally. The methodology for selecting the cases is divided into five distinct and consecutive stages, as described below.

STAGE 1 – Construction of a database of relevant judgments based on an empirical approach

The first stage consists of building the **Bank of Relevant Cases (BRC)** according to the following methodological criteria:

a) **Composition of a database** based on the mapping of cases with one or more decisions handed down by the STF Full Court (mandatory institutional design criterion), in the period from October 5, 1988 to December 31, 2024 (mandatory time criterion).

b) **Identification of criteria for determining relevance** in the processes of the database, allowing the selection of relevant cases.[1]

Table 1 – Selection Criteria

Internal Criteria[2-3]	External Criteria[4]
Mention of the case in institutional products for **international dissemination**	Mention of the case in institutional products for **international dissemination**[5]
Mention of the case in **thematic institutional products**[6] **available on the STF's official website**	Participation of one or more ***amicus curiae*** in the proceedings[7]

Source: COPJ/SAE/STF.

By applying these criteria, **2,677 cases** were selected and included in the **BRC**.

[1] These criteria are not cumulative.

[2] Institutional production was taken into account, i.e. the relevance attributed to certain themes by internal factors was recovered. The internal criteria were subdivided by their scope, international and national, as shown in Table 1.

[3] The institutional products considered at this stage are in the Appendix.

[4] The external criteria for determining relevance are a result of the STF's *interaction* with other actors and have two characteristics: deliberative salience and the presence of social interest, as shown in Table 1.

[5] All cases subject of public hearings were identified using information from the STF's website. Retrieved on February 4, 2025 from: https://portal.stf.jus.br/audienciaPublica/audienciaPublica.asp?tipo=realizada.

[6] Although some of the products created by the STF are databases intended for public consultation or for disseminating information about its judicial activity, we considered as thematic products those that disseminate outstanding case law on various legal topics. The creation of these products is motivated by subjective and contingent reasons of different administrations of the Court, which wish to bring to the public a specific compilation of judgments, thereby giving it prominence over the others.

[7] We identified all the cases in which at least one *amicus curiae* was granted admittance, according to data from the databases produced by the Supreme Court's Jurisdiction Support Office (AAJ/STF) up to December 31, 2024.

STAGE 2 – Improving the BRC: weighting and refinement criteria

The mandatory time criterion was subdivided into three phases, set according to the characteristics of the STF's activity during each period: 1988 to 1999 (Phase 1); 2000 to 2014 (Phase 2); and 2015 to 2024 (Phase 3). This chronological division is based on specialized literature on the subject that highlights the growing interest of increasingly diverse actors in public debates; the significant increase in cases and the depth of the issues filed with the Court; and the complexification of interactions between the Judiciary, other government branches, society, and the media. This distribution into phases is justified by the fact that the relevance metric will only apply to the set of cases within the same phase due to the specificities of each time frame.

Regarding to the scope of each phase, we reapply the institutional products of national and foreign dissemination, the presence of *amicus curiae*, and the holding of a public hearing in a weighting stage (when available), with assigned weights. To determine relevant cases, we also considered the following factors: the number of *amici curiae*; whether a public hearing was held; and how often a case was mentioned in each of the institutional products listed in the Appendix, in addition to the number of mentions found in the Yearbooks of Justice[8] (Brazil).

Therefore, we measured relevance by combining theoretical and empirical analyses of the STF's activity, and considering the institution's self-perception at different times. The latter perspective was obtained by analyzing the Court's publications, which included compilations of significant cases, relevant decisions, among others. Based on these guidelines, we established the following weighting criteria for designing the ***Most* Relevant Cases Database (BRC+)**:

1. **recurrence in thematic institutional products (national and international)**: focusing on an institutional perspective, we mapped all cases mentioned one or more times in thematic or international dissemination materials created by the STF. Then, we assigned weights in proportion to the frequency of mention per phase, with **weight 1** in Phase 1; **weight 1** in Phase 2; and **weight 2** in Phase 3.

[8] A dissemination material of Brazilian case law, produced by the *Consultor Jurídico* (ConJur) platform, which provides an external perspective on the most significant cases for the specialized public. Retrieved from: https://anuariodajustica.com.br/.

2. **presence of *amici curiae***: it reflects the increased participation of parties who are not directly involved in the proceedings.[9] The following weights were assigned from Phase 2 onwards:[10] **weight 1** in Phase 2, proportional to the number of *amici curiae* whose admission was granted in each case; and **weight 2** in Phase 3.

3. **holding of a public hearing**: given the importance of public hearings in broadening social participation in certain judgments,[11] the following weights were assigned: **weight 1** to cases with this criterion in Phase 2; and **weight 2** to cases with this criterion in Phase 3.

4. **mention in materials on legal websites**: when considering Phase 3, which involves more dialogue between the STF and the media (including specialized media), **weight 1** was assigned to cases included in the Justice Yearbooks.

The implementation of proportional weights in each phase aims to ensure the historical coherence of the set comprising the **BRC+**. The purpose of this approach is to provide a more balanced assessment within each context while accounting for the increasing number of cases adjudicated by the STF over time. It also ensures a more equitable distribution of case relevance across the three phases.[12]

After completing the weighting stage, we applied two refinement criteria: a) **thematic exclusion** of cases that generally address criminal and/or tax matters[13] because they did not correspond to the project's institutional objective of comparative international dialogue; and b) **combination due the "relationship"** of cases decided jointly (in the same session) or joined cases, thus avoiding thematic redundancy in the **BRC+**.

[9] An initiative of interest groups that have expertise in the matter or consider themselves directly affected by the decision. These groups seek to contribute to the outcome of the dispute.

[10] This criterion was not adopted for cases in Phase 1 because there were no requests for *amicus curiae* until the 2000s due to institute's lack of regulation at the time (Ferreira & Branco, 2017).

[11] The STF holds public hearings to gather more information and make better decisions.

[12] The aim is to eliminate the present bias, which could lead to the perception that recent cases are more relevant, due to a personal perception of innovation. It is necessary to reevaluate the meaning of the past based on the idea that it is not set in stone and should be questioned. For more information, see the theoretical contribution of the History of the Present Time (Delgado & Ferreira, 2013).

[13] See detailed parameters in Stage 4 – Conceptualizing thematic categories.

STAGE 3 – Established amount of relevant case samples for each phase

When we refer to the *most* relevant cases (**BRC+**) judged by the Federal Supreme Court since the 1988 Constitution came into force, we must consider a group (of 50 cases, 100 cases or any other quantity) made up of a certain number of decisions distributed within each time frame (phases). The purely numerical proportion of cases[14] in each phase was disregarded, given the distortion caused by the significant volume of cases in Phase 3[15]. Furthermore, the Federal Supreme Court's activity and its interaction with other actors throughout the different phases showed that a purely proportional division would not be ideal.

We therefore decided to redistribute the cases, resulting initially in a bank of 50 cases, with 5 for Phase 1; 25 for Phase 2; and 20 for Phase 3[16]. The project will be expanded to 100 cases in the near future, maintaining these proportions.

STAGE 4 – Conceptualizing thematic categories[17]

The thematic categories adopted in this research are intended to highlight the most significant current issues and foster a qualified dialog at the international level, which is the initial scope of the project. To this end, some categories were subdivided to allow for a more in-depth treatment of issues of relevant impact, giving rise to classifications of their own. In cases where two or more categories intersected, the cases were allocated to the one that gave greater prominence to the right under discussion, as will be shown in the following concepts.

1. **Fundamental Rights:** cases involving rights belonging to the first, second and third dimensions of fundamental rights. First-generation rights include **individual rights**, such as the protection of individuals against governmental abuses; the rights to life, liberty, and formal equality; and nationality rights. The second generation of rights encompasses **social rights**, including freedoms relating to work, as well as the right to state-provided services in areas such as education, health, food, leisure, security, and social security. Third-generation rights are **diffuse and collective rights** related to consumer protection and issues involving human life and dignity, especially when

[14] A figure based only on numerical proportion considers the total number of BRC samples and the number of cases in each Phase. If this were the case, the distribution of decisions for a BRC+ of 50 cases would look like this: 5 for Phase 1; 15 for Phase 2; and 30 for Phase 3.

[15] In the makeup of the BRC, Phase 3 cases account for 63.05% of the total number of cases.

[16] To guarantee the consistency and replicability of the research, this fixed proportion was adopted for each phase, regardless of the total number of cases selected. It was decided that the first phase, as it represents a smaller portion of the BRC, would correspond to 10% of the number of cases. Based on this initial criterion, the other phases were analyzed, taking up the History of the Present Time approach, and the need to move away from time to consider relevance, a qualitative analysis was carried out, considering the specialized literature on the Court's behavior and historical records to define their respective proportions, establishing that Phase 2 corresponds to 50% and Phase 3, 40%.

[17] It is important to note that this thematic classification can be modified, considering different research contexts.

they affect the general public or vulnerable groups. It should be noted that other rights that are widely recognized as fundamental rights have been dealt with in autonomous categories in this study, namely: democracy and Rule of Law, the environment, and new technologies. This happened due to the specificity and complexity that these topics assume in the contemporary legal landscape.

2. **Rule of Law and Democracy:** cases concerning the rule of law are those that deal with: a) the division, organization, and function of the three Branches of government; b) the legal organization of the state and its institutions and c) civil servants. Cases relating to democracy are those that address: a) popular sovereignty; b) the rights to political participation, elections, and democratic mandates; c) attacks on institutions essential to the functioning and preservation of democracy in Brazil; and d) military dictatorship and authoritarianism.

3. **Environment:** cases involving rights relating to environmental protection and climate change. This category covers issues on the ecosystem, such as biotic (fauna and flora) and abiotic factors, defined together as nature, and anthropic principle, i.e. the modifications caused by human beings in the physical environment.

4. **New Technologies:** cases addressing the impacts of technology on law in the social, economic, communicational, and political contexts. It includes questions about legal, regulatory, and ethical issues arising from the implementation of technologies at particular times and related to social media, artificial intelligence, neurotechnology, data management, and information technology.

5. **Tax Law:** cases that fall under the rules and principles that regulate financial activity, connected to institutions and the collection of taxes, fees, special assessment taxes, compulsory loans, and social security contributions.

6. **Criminal Law and Criminal Procedure:** cases that fall within the scope of the rules and principles that regulate criminal behavior, criminal sanctions, the relevant judicial procedures, and the exercise of the State's punitive power. These cases deal with: a) criminal offenses and their corresponding sanctions; and b) the system of understanding (or interpreting) criminal legislation and criminal procedure. Given the relevance and range of this topic, decisions which deal with human life and dignity and that have effects on the general public or vulnerable groups were included in the Fundamental Rights category, regardless of overlaps with Criminal Law and Criminal Procedure.

STAGE 5 – Application of institutional analysis in BRC+ and publication of cases

As a result of the previous stages, we obtained the **BRC**—a database of 2,677 cases identified as relevant, which can be used for further analysis and research—and its derivation, the **BRC+ (50 more relevant cases, to be expanded to 100 cases in the future)**. The selection that makes up the BRC+ consolidates the analysis of the Federal Supreme Court's current administration, based on parameters of the previous Stages.

The final list, published by the administration of Chief Justice Luís Roberto Barroso, contains all the selected cases, accompanied by their respective summaries and analyses (in Portuguese, English and Spanish), and can be consulted on the project's official hotsite.

References

ARGUELHES, Diego Werneck. Poder não é querer: preferências restritivas e redesenho institucional no Supremo Tribunal Federal pós-democratização. **Universitas Jus**, v. 25, n. 1, p. 25-45, 2014.

BARROSO, Luís Roberto. Contramajoritário, Representativo e Iluminista: os papeis dos tribunais constitucionais nas democracias contemporâneas. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 4, p. 2171-2228, 2018a.

BARROSO, Luís Roberto. Trinta anos da Constituição: a República que ainda não foi. **Revista Eletrônica da PGE-RJ**, v. 1, n. 2, 2018b.

BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos. O Papel Criativo dos Tribunais –Técnicas de Decisão em Controle de Constitucionalidade. **Revista da AJURIS**, v. 46, n. 146, 2019.

COSTA, Teresa Cristina de Melo. **Novas técnicas de decisão do STF: entre inovação e democracia.** Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

FERREIRA, Débora Costa; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Amicus curiae em números. Nem amigo da corte, nem amigo da parte? **Revista de Direito Brasileira**, v. 16, n. 7, p. 169-185, 2017.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. Trinta anos, uma Constituição, três Supremos: autorrestrição, expansão e ambivalência. **Revista Eletrônica da PGE-RJ**, v. 1, n. 2, 2018.

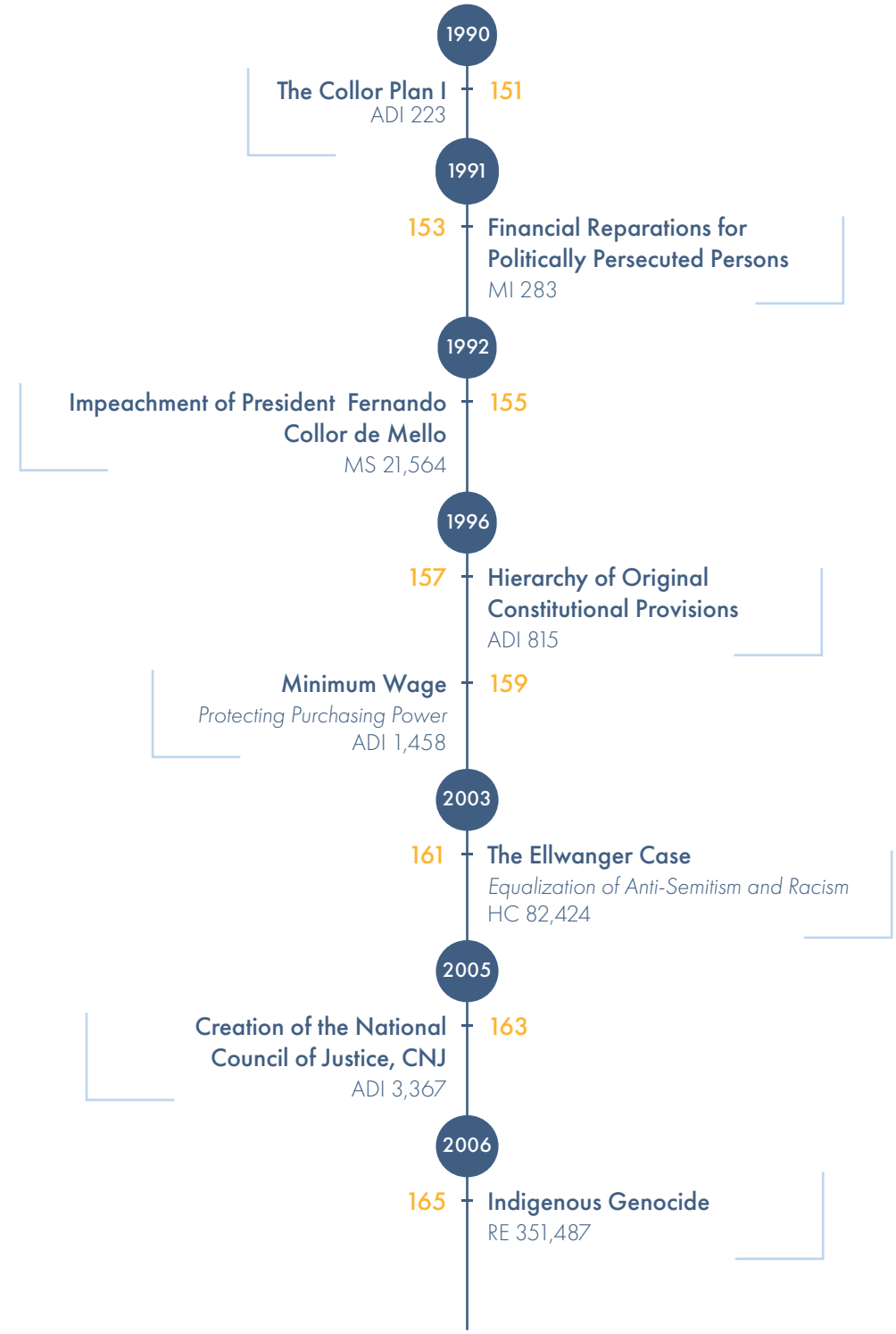
OSORIO, Aline Rezende Peres. **O direito eleitoral e a liberdade de expressão**: política, palavra e paixão. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PAIVA, Grazielle de Albuquerque Moura. **Justiça e política**: um estudo sobre a comunicação do STF (1988-2004). 2019. 1 recurso online (194 p.) Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

SADEK, Maria Tereza Aina. Judiciário: a institucionalização como poder. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 134, p. 109-126, 2022.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Supremocracia. **Revista Direito GV**, v. 4, p. 441-463, 2008.

TIME LINE


1990
The Collor Plan I
ADI 223
151
1991
153
Financial Reparations for Politically Persecuted Persons
MI 283
1992
Impeachment of President Fernando Collor de Mello
MS 21,564
155
1996
157
Hierarchy of Original Constitutional Provisions
ADI 815
Minimum Wage
Protecting Purchasing Power
ADI 1,458
159
2003
161
The Ellwanger Case
Equalization of Anti-Semitism and Racism
HC 82,424
2005
Creation of the National Council of Justice, CNJ
ADI 3,367
163
2006
165
Indigenous Genocide
RE 351,487

2007

Party Switching
MS 26,603 167

Right to Strike for Civil Servants
MI 670 169

2008

Research with Embryonic Stem Cells and Biosafety Law
ADI 3,510 171

Use of Handcuffs as an Exceptional Measure
HC 91,952 173

Prohibition of Nepotism in the Judicial Branch
ADC 12 175

Civil Imprisonment of an Unfaithful Bailee
RE 466,343 177

2009

Raposa Serra do Sol Case
Pet 3,388 179

Press Law
ADPF 130 183

Requirement of a Journalism Degree
RE 511,961 185

Prohition of Importing Used Tires
ADPF 101 187

Cesare Battisti Extradition
Ext 1,085 189

2010

Amnesty Law
ADPF 153 191

2011

Recognition of Same-Sex Unions
ADPF 132 193

195 Banning Cockfighting
ADI 1,856

"Marijuana March"
Legitimacy of Demonstrations for the Legalization of Drugs
ADPF 187 197

2012

199 Maria da Penha Law
ADC 19

Clean Record Law
ADC 29 201

203 Pregnancy Termination of Anencephalic Fetuses
ADPF 54

Ethnic-Racial Quota System in Universities
ADPF 186 205

207 University for All Program (Prouni)
ADI 3,330

Mensalão Case
AP 470 209

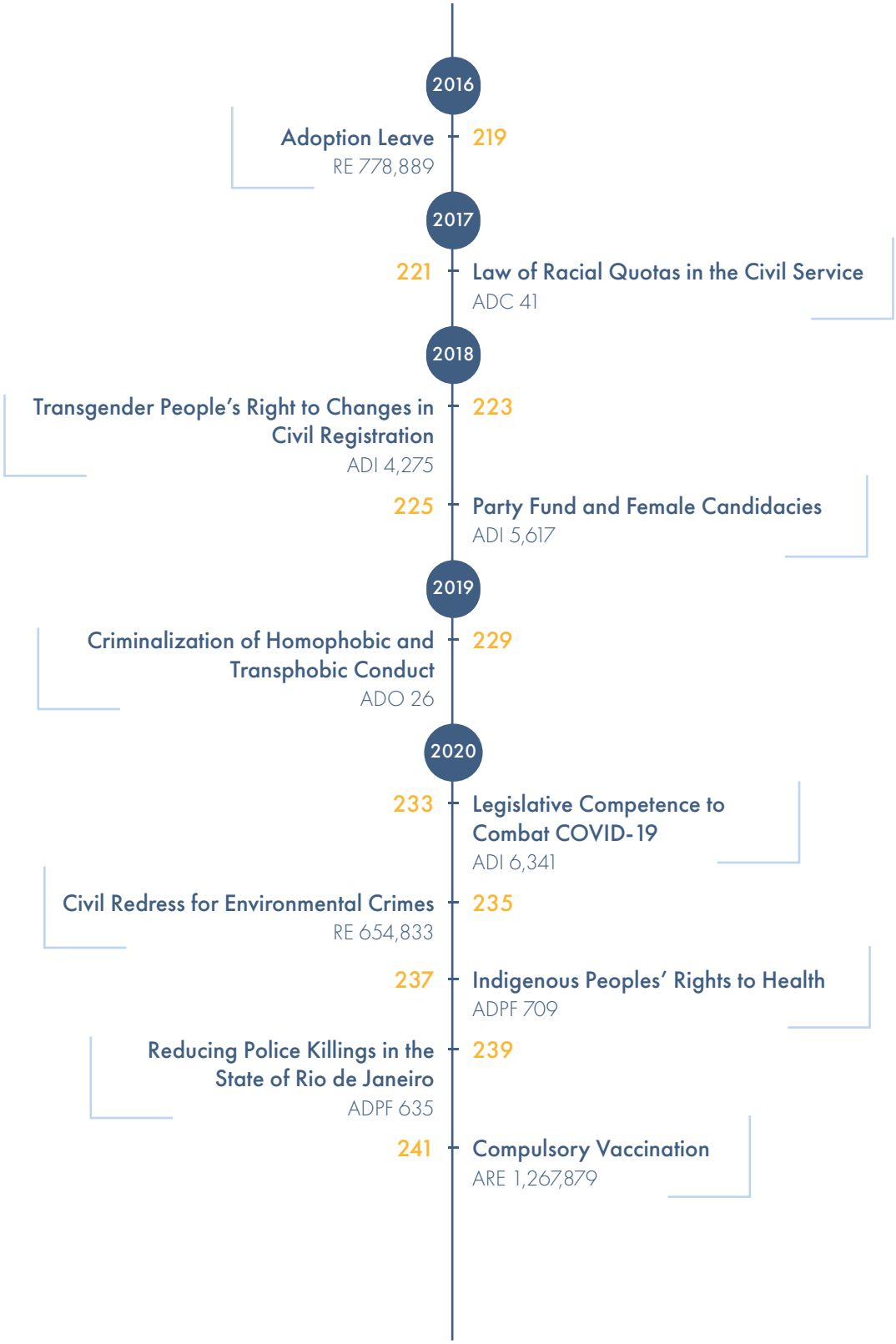
2014

211 Downgrading Incarceration Conditions for Heinous Crimes
Rcl 4,335

2015

Financing of Electoral Campaigns
ADI 4,650 213

215 Impeachment of President Dilma Rousseff
ADPF 378


2016
Adoption Leave
RE 778,889
219
2017
221
Law of Racial Quotas in the Civil Service
ADC 41
2018
Transgender People's Right to Changes in Civil Registration
ADI 4,275
223
225
Party Fund and Female Candidacies
ADI 5,617
2019
Criminalization of Homophobic and Transphobic Conduct
ADO 26
229
2020
233
Legislative Competence to Combat COVID-19
ADI 6,341
Civil Redress for Environmental Crimes
RE 654,833
235
237
Indigenous Peoples' Rights to Health
ADPF 709
Reducing Police Killings in the State of Rio de Janeiro
ADPF 635
239
241
Compulsory Vaccination
ARE 1,267,879

2022

National Fund on Climate Change (Climate Fund)
ADPF 708 243

245 Secret Budget
ADPF 850

2023

Request of Data from Internet Service Providers Located Abroad
ADC 51 247

249 Theory of Defense of One's Honor
ADPF 779

Marco Temporal Law
RE 1,017,365 251

255 Unconstitutional State of Affairs in the Prison System
ADPF 347

Free Public Transportation on Election Days
ADPF 1,013 257

259 Paternity Leave
ADO 20

ADI 223 MC

The First Collor Plan and Judges' Power to Grant Provisional Remedy

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Paulo Brossard

Drafter of the Decision:
Justice Sepúlveda Pertence

Decision Date:
April 5, 1990

Matter:



CASE SUMMARY

A Direct Action of Unconstitutionality (ADI) brought against Provisional Decree 173 (MP 173), which prevents judges from granting precautionary remedies connected in content to other ten provisional measures that implement a plan of economic reforms and adjustments to stabilize the Brazilian economy. The petitioners allege the general prohibition imposed by MP 173 impairs the constitutional right to full access to justice and the judicial review of the legitimacy of government acts (article 5, item XXXV of the 1988 Federal Constitution).

LEGAL REASONING

1. A judge's power to grant precautionary remedy intends to ensure that the legal process is effective and that a final judgment is reached. They prevent that violations become irreversible while a case pends judgment, thus safeguarding judicial access where a right is threatened or infringed (article 5, item XXXV of the 1988 Federal Constitution). Moreover, suppressing a subject or the possibility of adjudicating may represent an interference of the Executive Branch in the Judicial Branch, breaching the principle of separation of powers (article 2 of the 1988 Federal Constitution).

2. Under some circumstances, it is possible to restrain precautionary remedy and there are precedents of this. Moreover, the Court recognized a recent trend of abuse in the use of such measure. The scope of MP 173 was too broad and ill-defined, prohibiting all possibilities of precautionary remedy with the sole intention of protecting "emergency legislation," which was seen as unreasonable and disproportionate.

3. Considering the plan was developed in a time of hardship and economic struggle, the Supreme Court decided not to suspend the effects of MP 173 through its own abstract judicial review. Rather, it authorized a concrete judicial review, with judges deciding whether to grant provisional remedy in specific situations relating to the economic plan.

DECISION OF THE COURT

The Supreme Court did not grant the request to suspend the effects of MP 173 as a preliminary matter through a Direct Action of Unconstitutionality (ADI). The Court recognized the importance of the power to grant precautionary remedy to protect rights that are being threatened or violated and to enable the Judiciary to act effectively. Nevertheless, the Court considered MP 173 does not preclude judges from performing judicial review by analyzing each particular case and conceding relief where the measure is disproportionate and abusive.

ADDITIONAL NOTES

This decision was rendered in the context of the first Collor Plan, responsible for a number of dramatic and unpopular economic measures implemented in the early 1990's to tackle the country's hyperinflation. The economic plan also blocked part of citizens' bank deposits, privatized State-owned companies, and reorganized many public policies, including those related to trade and agriculture. By refusing to suspend MP 173, the Supreme Court avoided directly intervening in the economic plan. Nevertheless, it authorized judges to issue precautionary remedies according to each case, protecting citizens' rights in a transverse manner.





MI 283

Financial Reparations for Politically Persecuted Persons during Brazil's Military Dictatorship

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Sepúlveda Pertence

Decision Date:
March 20, 1991

Matter:



CASE SUMMARY

A Writ of Injunction (MI) filed by a former officer, who was fired from the Air Force and prevented from exercising his occupation for decades, based on secret ordinances in force during the Military Dictatorship in Brazil. The petitioner claims that his right to financial reparation as a politically persecuted person, under article 8, paragraph 3 of the Temporary Constitutional Provisions Act (ADCT), had been violated due to the National Congress' inaction to propose legislation for the proper exercise of this right.

LEGAL REASONING

1. As a result of the inaction of the Legislative Branch to perform its constitutional duty (article 8, paragraph 3 of the ADCT), the Court recognized the violation of the petitioner's right to financial reparation as a politically persecuted person since the 1988 Federal Constitution established a deadline for this measure and the persecution had been definitively proved.

2. In view of the legislative inaction and the State's obligation to compensate for the damage suffered, the Court decided to: (i) set a reasonable time limit for overcoming the legislative delay (a common objective of the Writ of Injunction); and (ii) to recognize the petitioner's right to stand before court and claim an award of damages against the Federal Government, even in the absence of specific regulation.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court (STF) ruled the case as an unconstitutional omission and determined that the National Congress delayed to enact a specific law guaranteeing the fundamental right to financial reparation for politically persecuted persons under article 8, paragraph 3 of the ADCT, of the 1988 Federal Constitution. The Court set a time limit of 45 days for the Congress to remedy the omission, and another 15 days for the President of the Republic to sign it into law. At the end of this period, the petitioner could request a judgment for the *quantum* of the compensation. The STF also stated that any subsequent law would not affect the decision, but would be applied in the most favorable way to the petitioner.

ADDITIONAL NOTES

In the context of the Writ of Injunction, the STF's case law was limited to recognizing the Legislative Branch's delay and urging it to act. From this decision on, however, the Court has evolved to set a time limit for the Legislative Branch to act and guarantee the petitioner's right, making this constitutional action more effective.





MS 21,564

Impeachment of President Fernando Collor de Mello

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

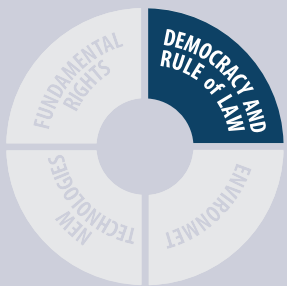
Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Octavio Gallotti

Drafter of the Decision:
Justice Carlos Velloso

Decision Date:
September 23, 1992

Matter:



CASE SUMMARY

A Writ of *Mandamus* (MS), filed against an act of the President of the Chamber of Deputies, which establishes the rules for the impeachment proceedings following an accusation against the then President of the Republic. The petitioner alleges a violation of the constitutional principle of due process of law, especially with regard to the stages of the initial analysis of the complaint by the Chamber of Deputies and the manner of voting in the floor. The arguments are as follows: (i) the need for prior authorization by the Chamber of Deputies to preside over and try the President of the Republic for common criminal offenses and crimes of responsibility; (ii) the requirement of secret voting; and (iii) the unreasonable time for presenting a defense and the lack of authorization for the evidentiary stage.

LEGAL REASONING

1. Impeachment is the process for the trial of the President of the Republic for crimes of responsibility. Under the 1988 Federal Constitution, the Chamber of Deputies authorizes the commencement of impeachment proceedings (article 51, item I of the 1988 Federal Constitution), exercising the political judgment on the complaint presented against the government authority. The Federal Senate presides over and tries the President of the Republic (article 52, item I of the 1988 Federal Constitution) and receives both the accusation and the evidence necessary to prove the crime (article 86 of the 1988 Federal Constitution). The Senate also has to ensure that the accused has the right to a full defense (article 5 of the 1988 Federal Constitution).

2. According to Law 1,079/50 (article 23) and the Chamber of Deputies' House Rules (article 187, paragraph 1, item VI), voting in impeachment proceedings should be nominal and open in order to allow the population to oversee the actions of elected representatives. The defense period lasts ten sessions, based on an analogous application of the same House Rules (article 217, paragraph 1, item I).

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court partially granted a Writ of *Mandamus* to ensure that the President of the Republic has ten sessions in which to present his defense before the Senate.

ADDITIONAL NOTES

This decision dealt with the proceedings of Brazil's first impeachment process under the 1988 Federal Constitution. The impeachment of the President of the Republic and the decision of the STF made it possible to resolve the political crisis without disrupting the constitutional institutions. It also led to the definitive removal of the President and the suspension of his political rights for eight years.





ADI 815

Judicial Review and the Hierarchy of Constitutional Provisions

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

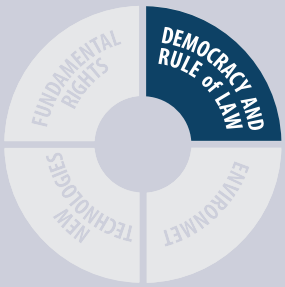
Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Moreira Alves

Decision Date:
March 28, 1996

Matter:



CASE SUMMARY

A Direct Action of Unconstitutionality (ADI) that challenges the constitutionality of article 45, paragraphs 1 and 2 of the 1988 Federal Constitution. The plaintiffs contend these paragraphs require each federal entity (i.e., states and the Federal District) to have a number of deputies proportional to its population; however, they also provide for a minimum of eight and a maximum of seventy deputies for each federal entity, and a fixed number of four for federal territories. The plaintiffs argue these thresholds disrupt the proportionality between the number of deputies and federal entities' populations, giving some federal entities more voting power than others do. For this reason, it supposedly violates the principles of equality (article 5 of the 1988 Federal Constitution), equal voting power (article 14), democracy (article 1), sovereignty of the people (article 1, sole paragraph), and citizenship (article 1, item II). Moreover, it weakens the federation, safeguarded by article 60, paragraph 4, item I, which is an entrenchment clause.

The case revolves around whether an original provision of the 1988 Federal Constitution may be rendered unconstitutional based on an alleged hierarchy of constitutional provisions.

LEGAL REASONING

1. The 1988 Federal Constitution is rigid in its form, that is, it does not allow for a hierarchy of its original provisions. Even though there are entrenchment clauses within the Constitution, there is a limit for the derived Constitution-making power, and not for the original one.

2. The principle of constitutional unity establishes that original constitutional norms do not conflict with each other. The Constitution is, hence, a coherent system of norms. Apparent contradictions between these norms must be solved through a harmonizing interpretation.

3. The Federal Supreme Court has the duty of safeguarding the Constitution, as per article 102, head paragraph of the 1988 Federal Constitution. This means the Court has the goal of ensuring observance of the entire Constitution, not of supervising the Constitution-making power and monitoring whether the constitutional convention violated supra-constitutional principles of its own insertion.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court decided it is legally impossible to perform the judicial review of a norm from the original text of the Constitution.

ADDITIONAL NOTES





ADI 1,458 MC

Minimum Wage: Preserving Workers' Purchasing Power

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Celso de Mello

Decision Date:
May 23, 1996

Matter:



CASE SUMMARY

A Direct Action of Unconstitutionality by Omission (ADI) filed against Provisional Decree 1,415/1996, which sets the minimum wage. The plaintiffs allege that the minimum wage approved in the Provisional Decree infringes the constitutional right to a compensation that covers the basic needs of workers and their families, with regular adjustments to preserve its purchasing power (article 7, item IV of the 1988 Federal Constitution). In addition, they claim that the Federal Executive Branch adopted an inappropriate index to determine the minimum wage, failing to reflect workers' inflationary losses.[1]

LEGAL REASONING

1. The 1988 Federal Constitution required the government to enact a law setting the minimum wage at a level that meets the basic needs of workers and their families in terms of housing, food, education, health, leisure, clothing, hygiene, transportation, and social security (article 7, item IV of the 1988 Federal Constitution). Furthermore, it demanded that the State adopt mechanisms to maintain the purchasing power of the minimum wage, with regular increases to ensure this right factually.

2. A minimum wage that does not meet the basic needs of workers and their families represents a partial omission in complying with the Federal Constitution, as it does not entirely fulfills the constitutional norm. A Direct Action of Unconstitutionality is applicable when the government fails to take measures aimed at effectively granting fundamental rights or guarantees, or takes inadequate measures to do so, in which case it represents a partial omission.

[1] At the time the ruling was issued, a Direct Action of Unconstitutionality by Omission was simply called a Direct Action of Unconstitutionality, with no differentiation. It was only on October 27, 2009 that Law 12,063 was passed, creating a procedure for the Direct Action of Unconstitutionality by Omission.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court recognized the unconstitutionality of the partial omission in fulfilling the law that rose the minimum wage, since the wage could not meet the subsistence needs of workers and their families. Nevertheless, the Court noted the government's inaction to grant the constitutional right to a minimum wage does not give the Judicial Branch the power to enact norms. Hence, the Court could only notify the competent body, calling for the necessary measures to enforce the constitutional text.

ADDITIONAL NOTES



HC 82,424

Ellwanger Case: Freedom of Speech v. Anti-Semitism or Racism

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Moreira Alves

Drafter of the Decision:
Justice Maurício Corrêa

Decision Date:
September 17, 2003

Matter:



CASE SUMMARY

A writ of *Habeas Corpus* (HC) filed on behalf of a petitioner convicted by an appellate court for publishing and selling to the public works conveying anti-Semitic ideas and denying the Holocaust. The conviction considered the crime of discrimination based on race, color, ethnicity, religion, or national origin (article 20 of Law 7,716/1999). It also recognized that the crime is not subject to a statute of limitations, as the practice was acknowledged as an act of racism (article 5, item XLII of the 1988 Federal Constitution). The writ of *Habeas Corpus* challenges the lack of a statute of limitations since the crime of racism in Brazil regards skin color and, therefore, does not apply to Jewish people, who do not compound a race, but an ethnic group. Considering this, there was a move to recognize the statute of limitations, with the consequent impossibility of punishment, given the time that had passed since the conviction.

LEGAL REASONING

1. It is necessary to refrain from doing a literal interpretation of article 5, item XLII of the 1988 Federal Constitution. We should consider the concept of racism more broadly, taking into account not only people's physical characteristics, but also the anthropological and sociological meaning of the concept. National Socialist thinking, at the time, consisted of the idea that Jews and Aryans formed distinct races; in which the former were inferior and should be segregated and exterminated.

2. This scenario corroborates the idea that dividing human beings into races stems from a political and social process that starts in intolerance and is based on the concept of the supremacy of a certain group over others. The distinction imposed by Nazism between the "Aryan race"—regarded superior and pure—and Jewish people—considered a "sub-race"—was a determining factor in the genocide that resulted in one of the saddest pages in human history.

3. Racism must be reconciled with etymological, ethnological, sociological, anthropological, or biological concepts in order to establish a constitutional definition of the term that acknowledges the historical, political, and social factors and circumstances that have governed its formation and application with the aim of obtaining the real meaning and scope of the norm.

4. Freedom of speech, despite being a constitutional guarantee, is not absolute. There are moral and legal limits. The right to free expression cannot cover hate speech or demonstrations that imply crimes.

5. The publication of works with anti-Semitic ideas, denying and subverting indisputable historical facts such as the Holocaust is equivalent to the incitement of racist discrimination.

6. Racism has no statute of limitations, according to article 5, item XLII of the 1988 Federal Constitution. The absence of a statute of limitations is justified as a serious warning to current and future generations, and aims to prevent the recurrence of discrimination and violence against minority groups.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court established that the act of racism encompasses discrimination against Jews, and hate speech is not protected under the freedom of speech.

ADDITIONAL NOTES





ADI 3,367

Creation of the National Council of Justice (CNJ)

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Cezar Peluso

Decision Date:
April 13, 2005

Matter:



CASE SUMMARY

A Direct Action of Unconstitutionality (ADI) aimed at the Constitutional Amendment 45/2004, which created and regulated the National Council of Justice (CNJ) as the administrative body of the national Judicial Branch, with the power to supervise the administrative and financial activities of the Judiciary and carry out disciplinary control over magistrates at a national level.

LEGAL REASONING

1. The creation and composition of the National Council of Justice to control the administrative and financial activities of the Judicial Branch and the ethical and disciplinary control of judges does not offend the principle of the separation of Powers, laid down in article 2 of the 1988 Federal Constitution, since the CNJ is part of the national Judicial Branch and is made up, for the most part, of members of that same Branch (article 103-B of the 1988 Federal Constitution). The inclusion of two representatives of the Public Prosecutor's Office, two lawyers, and two citizens (article 103-B, items X, XI, XII and XIII of the 1988 Federal Constitution) among the members of the CNJ only strengthens the republican and democratic character of the Judicial Branch.

2. In the same way, the role of the CNJ in monitoring the actions of the state jurisdictional courts does not violate the federal pact, since the Judicial Branch has a national character, and its jurisdiction is one and indivisible. Nor is there any violation of judicial independence, since the CNJ's competence is purely administrative. It cannot, therefore, interfere in the performance of the judicial function or the material conditions for its impartial and independent exercise.

3. The acts of the CNJ are subject to judicial control by the Federal Supreme Court (article 102, item I, subitem *r* of the 1988 Federal Constitutional), while the STF is not subject to its administrative, financial, or disciplinary control. In short, the CNJ exercises control over the Judicial Branch, but its power is also limited by it and subject to its judicial scrutiny.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court declared the constitutionality of the creation of the National Council of Justice, an internal body for the administrative, financial, and disciplinary control of the Judicial Branch, as provided for in the Constitutional Amendment 45/2004.

ADDITIONAL NOTES





RE 351,487

Haximu Massacre Case: Recognition of the Crime of Genocide

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Cezar Peluso

Decision Date:
August 3, 2006

Matter:



CASE SUMMARY

An Extraordinary Appeal (RE) filed against a decision by the Superior Court of Justice (STJ), which upheld the jurisdiction of the Federal Court to judge the "Haximu Massacre," since it regards a crime of genocide. The case concerned an attack by illegal miners on the Haximu community, of the Yanomami ethnic group, while most of its members were attending a party in another village, resulting in the deaths of twelve Indigenous people, including women, children, and the elderly. The Federal Appellate Court (TRF) of the first judicial circuit ruled that this was a crime against life, and therefore referred the case to a jury trial (State Court). The STJ then overruled the decision, and the judgment was appealed to the STF, under article 5, item XXXVIII, subitem *d* of the 1988 Federal Constitution.

LEGAL REASONING

1. The actions of the miners against the Indigenous people of the Haximu community were recognized as genocide under the 1948 Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide, and Law 2,889/1956, which defines genocide in Brazil. The Brazilian Supreme Court found that the attack clearly intended to eradicate, at least in part, the Yanomami people.

2. Indigenous peoples are vulnerable groups and deserve special protection from the State. The protection of ethnic minorities is a constitutional and international duty, according to international human rights treaties to which Brazil is a signatory. Genocide constitutes a crime against humanity and concerns the entire international community because it attacks the existence of minority groups, which are of collective legal interest. Thus, the Supreme Court reaffirmed that this crime has no statute of limitations and that the punishment of those responsible is necessary for the protection of human rights and the preservation of peace.

3. The crime of genocide is tried by the court rather than by a jury because, unlike homicide, genocide attacks the very existence of a national, ethnic, racial or religious group.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court upheld the conviction of those responsible for the Haximu Massacre, recognizing that the crimes committed against the Yanomami people meet both the legal and international definition of genocide.

ADDITIONAL NOTES

This decision was one of the first in which the STF formally recognized genocide in Brazil, setting an important precedent for the protection of Indigenous peoples' rights and for the application of the concept of genocide in cases of extreme violence against ethnic groups. As such, it represents a milestone in the protection of Indigenous peoples' rights and reaffirms the need to protect ethnic minorities and punish crimes against humanity in Brazil.





MS 26,603

Party Switching and Removal from Office

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Celso de Mello

Decision Date:
October 4, 2007

Matter:



CASE SUMMARY

A political party filed this Writ of *Mandamus* (MS) against an act by the President of the Chamber of Deputies, who rejected a request to declare vacant the positions of representatives who, after being elected under the proportional electoral system, requested the termination of their membership in a political party or switched it to another party without reason. The affected political party maintains that it has the right to keep the seats because, since in this electoral system, the mandates are obtained mainly by the votes received by the party and not by the candidates personally.

LEGAL REASONING

1. In the proportional system of open lists and nominal voting established by the 1988 Constitution, the number of seats to be filled by the party is calculated according to the number of votes received by the party and its candidates (article 14, paragraph 3, item V, and article 45, head paragraph of the 1988 Federal Constitution). In most cases, however, the elected candidates do not receive a minimum number of votes (electoral quota) and are elected based on the votes for the party.

2. The mandate is not a subjective right of the representative. Breaking party ties without reason and joining a party other than the one that made the parliamentary election possible constitutes party infidelity by the elected representative. This has negative consequences for the representative system (article 1, items I, II, and V of the 1988 Federal Constitution), such as: fraud against the sovereign will of the voters, arbitrary imbalance of forces in the Congress, offense against the sense of political responsibility, destabilization in the exercise of power, and deformation of government ethics.

3. Party disaffiliation is an exceptional act. Representatives have the right to retain their mandate in the following cases: (i) a significant change in the party's policy; or (ii) if they can prove a political persecution within the party they left. The Superior Electoral Court (TSE) can issue a resolution to regulate the justification procedure necessary to prove the occurrence of these exceptional situations, ensuring a due process of law (article 5, item LV of the 1988 Federal Constitution).

4. Although it is an act of violation of party loyalty, disaffiliation from the party without a reason does not invalidate the legislative and administrative acts practiced by the disloyal representative.

5. Since this is a substantial revision of the STF's case law, and in respect to the principles of legal certainty and the protection of trust, the Court determined that this decision would apply to future cases of party infidelity, from the date on which the TSE declared that the political mandate belonged to the party, and not to the representative.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court ruled that political parties are the holders of electoral mandates. As a result, cases of party infidelity—voluntary termination of party membership or a representative changing to another political party without reason—will result in loss of the mandate. The Court adjusted the effects of this decision for future cases, taking into account the principles of legal certainty and the protection of trust.

ADDITIONAL NOTES

The aim of this decision was to prevent the multiple party changes that occurred after the proportional elections, which compromised the plural and minority representation that this electoral system was intended to achieve, thus disrupting the proper functioning of popular representation.





MI 670[1]

Right to Strike for Civil Servants

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Maurício Corrêa

Drafter of the Decision:
Justice Gilmar Mendes

Decision Date:
October 25, 2007

Matter:



CASE SUMMARY

A collective Writ of Injunction (MI) filed against the National Congress' delay in regulating the right of civil servants to strike, which makes it impossible for them to exercise it (article 37, item VII of the 1988 Federal Constitution). It is argued that legislative omission cannot be used to frustrate a constitutional guarantee. In view of this, it is requested that the National Congress be called upon to remedy the legislative omission and that, until a specific rule is enacted, the strike law applicable to workers in the private sector be applied to civil servants, thus guaranteeing the exercise of the right to strike.

LEGAL REASONING

1. The lack of regulation of the right of civil servants to strike compromises the exercise of this constitutional right and makes it difficult to control any abuses practiced in the context of strike movements that are in fact launched, creating a scenario of disorder that ends up harming the society itself. The topic also involves strategic and budgetary issues directly related to public services and interferes with institutions that are essential to the proper functioning of the Democratic Rule of Law.

2. The Federal Supreme Court has repeatedly recognized the Legislative Branch's delay in issuing a rule on the matter. Under such conditions, the Court's case law must move forward, under penalty of also constituting a judicial delay. Therefore, in addition to recognizing the Legislature's unconstitutional omission and setting a sixty-day delay for the National Congress to issue on the subject, the STF determines that, once this deadline has passed, the right can be exercised immediately by applying Laws 7,783/1989 and 7,701/1988 by analogy to civil servants' strikes, until the National Congress approves a rule on the matter.

3. Finally, it should be noted that the judge may, in the light of the specific case, define a more severe legal regime for the exercise of the right to strike, considering the essentiality and continuity of the public service, the public interest involved and the unavoidable needs of society.

[1] Joint judgment with MIs 708 and 712.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court recognized the legislator's unconstitutional omission, set a sixty-day deadline for Congress to legislate on the matter and determined that Laws 7,783/1989 and 7,701/1988 should apply by analogy to public servants' strikes, until a specific rule is approved.

ADDITIONAL NOTES

This case represents an evolution in the Federal Supreme Court's case law when it comes to dealing with unconstitutional omissions. For many years, the STF limited itself to recognizing the Legislature's delay and urging it to act in Writ of Injunction. In some cases, over time, it has even made it possible to realize rights with effects only between the parties. However, in the case under review, the Court went further and supplied the missing rule, with general and binding effects for all civil servants, until the National Congress passed a law on the matter.



ADI 3,510

Scientific Research with Embryonic Stem Cells

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Ayres Britto

Decision Date:
May 29, 2008

Matter:



CASE SUMMARY

A Direct Action of Unconstitutionality (ADI) on the law that regulated scientific research with embryonic stem cells, obtained from human embryos created by *in vitro* fertilization procedures (Law 11,105/2005, known as the Biosafety Law). The plaintiff claims that the research would imply the destruction of these embryos, which carry human life; therefore, it would violate the right to life and dignity of these embryos. For this reason, they argue that the law should be stated unconstitutional.

LEGAL REASONING

1. Law 11,105/2005 (Biosafety Law) authorizes the use of embryonic stem cells created by *in vitro* fertilization, for the purposes of scientific research and medical treatment, according to the following conditions: (i) nonviable embryos; or (ii) embryos frozen for three years or more; in either case, the parents' consent is required. The law also determines that ethics and research committees must review all stem cell research projects.

2. The Federal Constitution does not define the precise moment when human life begins, but when it refers to the dignity of the human person, it alludes to a person, a being endowed with personality. The embryo is an asset that requires protection, but it is not a person in the biographical sense. Human life is defined as the phenomenon that elapses between live birth and brain death. The Biosafety Law does not authorize pregnancy termination or the killing of a person. It only allows, for the purposes of research and therapy, the use of an embryo that has not been implanted in the uterus, which, in any case, would be discarded and would not generate a life.

3. Furthermore, embryonic stem cell research aims to find cure for serious pathologies and traumas that affect the quality of life of a significant part of the population, such as progressive spinal atrophies, muscular dystrophies, multiple sclerosis, amyotrophic lateral sclerosis, neuropathies, and motor neuron diseases. This is based on the idea that these cells are capable of differentiating and transforming into different types of tissue that could be regenerated. Their use would therefore be consistent with the freedom of scientific research and the health and dignity of sick citizens.

4. On the one hand, human embryos do not have and will not develop life. On the other hand, they can be used for scientific progress and to improve the life and health of seriously ill people. In any case, the decision whether or not to implant embryos is based on the right of a woman to make autonomous decision about her life plans, the right to family planning, motherhood, and responsible parenthood. From this perspective, a couple or woman choosing the artificial fertilization process does not entail a legal obligation to use all created and genetically viable embryos.

DECISION OF THE COURT

The Full Court of the Federal Supreme Court legitimized article 5 of the Biosafety Law (Law 11,105/2005), which authorizes the use of embryonic stem cells derived from unused human embryos cultured *in vitro* fertilization . The conditions determine that the embryos must be "nonviable"—no longer useful for assisted human reproduction—or have been frozen for three years or more. Additionally, parents' consent is required for both cases. The law also demands that university ethics committees approve the research and prohibits the commercialization of embryonic stem cells, genetic engineering in living organisms, and human cloning.

ADDITIONAL NOTES

This is the first case in the STF's history with a public hearing.





HC 91,952

Use of Handcuffs by the Defendant in a Jury Trial

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Marco Aurélio

Decision Date:
August 7, 2008

Matter:



CASE SUMMARY

A writ of *Habeas Corpus* (HC) filed on behalf of an individual who was restrained by handcuffs throughout their jury trial. The argument is that the decision to keep the handcuffs on during the judgment was unjustified, as there was no indication that the defendant posed a danger to others or a flight risk. Moreover, the jury is comprised of laypersons, who make decisions based on their own findings. The image of the handcuffed defendant could influence the conviction, thus violating the principles of the presumption of innocence and human dignity.

LEGAL REASONING

1. The principle of human dignity, which is the foundation of the democratic State ruled by law (article 1, item III of the 1988 Federal Constitution), is violated when a defendant is kept in handcuffs absent the risk of danger or flight. In order to preserve the defendant's dignity, it is necessary to avoid any measures that could damage their image or humiliate them, since such measures are unconstitutional.

2. The use of handcuffs is an exceptional measure that must be justified by the related authority through the presentation of objective and specific reasons that demonstrate its necessity. The presence of a limited number of police officers on the premises does not provide sufficient justification for the measure.

3. The indiscriminate use of handcuffs has a negative impact on the judgment of the jurors who sit in the jury trial. The jurors are laypersons who make decisions based on their own findings, without the need to justify their vote. Therefore, presenting the defendant in handcuffs, without any concrete justification for this practice, creates a presumption of danger that may affect the outcome, compromising the principle of the presumption of innocence (article 5, item LVII of the 1988 Federal Constitution) and the balance between prosecution and defense.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court granted a writ of *Habeas Corpus* to overturn the jury's decision and order that a new trial be held, this time without the use of handcuffs on the defendant, unless there is a duly justified reason for doing so.

ADDITIONAL NOTES

The decision reaffirmed the exceptional nature of the use of handcuffs and the need to preserve the dignity of the defendant, particularly in cases of jury trials, in order to avoid undue influence on the jurors' decision.

Binding Precedent 11

"Handcuffs may only be used in cases of resistance and a well-founded fear of flight or danger to the physical integrity of the prisoner or third parties. There should be a written justification for the exceptional nature of the situation, under penalty of disciplinary, civil, and criminal liability of the agent or authority and the nullity of the arrest or the procedural act to which it refers, without prejudice to the civil liability of the State."



ADC 12

Prohibition of Nepotism

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Ayres Britto

Decision Date:
August 20, 2008

Matter:



CASE SUMMARY

An Action for the Declaration of Constitutionality (ADC) to affirm the constitutionality of a normative act of the National Council of Justice (CNJ), which prohibited the filling of positions, jobs, and roles of trust by relatives, spouses, and partners of judges and civil servants in management and advisory positions in the Judicial Branch (Resolution 7/2005), a practice known as nepotism. The plaintiff argues that the rule is constitutional, since the CNJ has administrative, disciplinary, and supervisory powers over the actions of courts, and that the prohibition stems from constitutional norms that ensure impersonality, equality, morality, and efficiency of the public administration.

LEGAL REASONING

1. Constitutional Amendment 45/2004 granted jurisdiction to the National Council of Justice, a central administrative and financial control authority, to supervise the acts of the Judicial Branch (article 103-B, paragraph 4, item I of the 1988 Federal Constitution).

2. In issuing Resolution 7/2015, the CNJ did not undermine the freedom to appoint and dismiss people to commission offices and positions of trust provided for in the Federal Constitution (article 37, items II and V), given that the interpretation of these provisions must follow the principles that guide public administration.

3. The restrictions imposed by the resolution regarding the filling of commission offices and positions of trust, in situations where the occupants have not entered the public service through a civil-service examination, are the same as those already imposed by the 1988 Federal Constitution, arising from the principles of impersonality, efficiency, equality, and administrative morality.

4. The prohibition also includes parents, grandparents, children, uncles and aunts, brothers and sisters, nephews and nieces, in-laws and brothers or sisters-in-law for positions of free appointment and discharge, as well as cross-hiring, that is, when one civil servant hires relatives of another.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court declared Resolution 7/2015 of the National Council of Justice constitutional and upheld the prohibition of hiring relatives up to the third degree of judges and civil servants in positions of leadership and management for commission offices or positions with benefits, of free appointment and discharge, in all spheres of the Brazilian justice system.

ADDITIONAL NOTES

Binding Precedent 13[1]

"A spouse, partner, first-degree relatives, collateral relatives or affinity relatives, including those of the third degree of the appointing authority or a civil servant from the same legal person invested in a management, leadership or advisory position cannot be appointed for a commission office or position of trust. This also includes positions with benefits in the public administration, directly or indirectly, in any of the powers of the Federal Government, the States, the Federal District, and the Municipalities. Therefore, engaging in reciprocal appointment violates the Federal Constitution."





[1] The decision established in ADC 12 affected all spheres of justice, and the publication of the Binding Precedent 13 extended the prohibition on the practice of nepotism to the entire public administration, including the Executive and Legislative Branches.

RE 466,343

The Civil Imprisonment of an Unfaithful Bailee Goes Against International Treaties

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Cezar Peluso

Decision Date:
December 3, 2008

Matter:



CASE SUMMARY

An Extraordinary Appeal (RE) filed by a financial institution against a decision by the São Paulo State Court of Appeals, which finds that the civil imprisonment of a person in default of a secured fiduciary sale contract is unconstitutional. The plaintiff claims that the failure to deliver the asset given as security for the loan characterizes the defendant as an "unfaithful bailee", which authorized their imprisonment under article 5, item LXVII of the 1988 Federal Constitution[1].

LEGAL REASONING

Brazil has ratified and internalized the American Convention on Human Rights (Pact of San José, Costa Rica), which prohibits civil imprisonment for debt. This Convention is an international human rights treaty and has supralegal status. It is below the Constitution, but takes precedence over ordinary and complementary laws. Under these conditions, even if the 1988 Constitution authorized the civil imprisonment of the unfaithful bailee, it would not be applicable due to the repealing effect of the international treaty on the non-constitutional laws that regulate imprisonment.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court ruled the impossibility of civil imprisonment of debtors as a means of collecting property debts, except in cases of non-fulfillment of duties of support, according to article 7, item 7 of the American Convention on Human Rights.

[1] In a secured fiduciary sale contracts, such as the one in this case, a person takes out a loan to buy a durable good. They then offer the ownership of the good as collateral for the debt until the loan is fully paid. If the installments are not paid to the financial institution, the creditor can repossess the asset, sell it, and pay off the debt. The debtor, who has become the bailee of the asset, has the duty to hand it over.

ADDITIONAL NOTES

In the decision, the Supreme Court affirmed, for the first time, the supralegal status of international human rights treaties, which contributed to the greater internal stability of these norms.

Topic: Possibility of civil imprisonment of the unfaithful bailee in the Brazilian legal system (General Repercussion Topic 60).

Rule Statement: "The civil imprisonment of an unfaithful bailee is unlawful, regardless of the type of bailment."

Binding Precedent 25

"The civil imprisonment of an unfaithful bailee is unlawful, regardless of the type of bailment."





Pet 3,388

Demarcation of *Raposa Serra do Sol* Indigenous Land

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Ayres Britto

Decision Date:
March 19, 2009

Matter:



CASE SUMMARY

This popular action challenges the administrative demarcation process of the *Raposa Serra do Sol* Indigenous Land, a continuous area in the state of Roraima, inhabited by different Indigenous ethnic groups. The plaintiff asks the Court to declare the demarcation null, based on the following arguments, among others: (i) the administrative demarcation process is null because it does not allow those seriously affected to defend their interests and is based on a partial report signed by a single professional; (ii) the continuous demarcation of the lands allocated to several ethnic groups, instead of an isolated demarcation in favor of each community ("islands"), affects a large part of the land, jeopardizing the development of the state of Roraima; (iii) it also violates the principle of reasonableness, and privileges the interests of Indigenous peoples to the detriment of other parties; (iv) national security and the sovereignty of the State are threatened by the demarcation, since large areas of land would be removed from the full control of the State.

The state of Roraima also joined the action, pointing out: (i) the unconstitutionality of the decree that regulated and defined the demarcation of Indigenous lands; (ii) the nullity of the expansion of the areas previously established on behalf of the communities; and (iii) the impossibility of overlapping Indigenous lands with national parks.

LEGAL REASONING

1. Indigenous peoples have the right to permanent possession and exclusive usufruct of the lands they have traditionally occupied. This right is original and predates the 1988 Federal Constitution, and therefore takes precedence over later interests. The demarcation of Indigenous lands is an official declaratory act by the State that recognizes a pre-existing factual and legal situation, and fulfills the State's duty to guarantee the protection of rights and the preservation of Indigenous cultures.

2. The administrative process for the demarcation of the *Raposa Serra do Sol* Indigenous Land is not flawed because, contrary to what is alleged, it provided the interested parties with the opportunity to

be heard and to present a full defense, as shown by the case file. Moreover, the process was based on an anthropological report prepared by a qualified expert.

3. The model of continuous demarcation of Indigenous lands is the most appropriate for the protection of their rights, since it guarantees the territorial continuity necessary for traditional practices and the maintenance of the cultural integrity of these peoples. The alternative, demarcation in "islands", would divide the land and could weaken the autonomy, as well as the cultural and economic survival capacity of Indigenous communities. As for the impact on the development of the state of Roraima, the demarcation does not hinder the economic development of the state, which should align with cultural and environmental preservation, and accommodate the plurality of worldviews.

4. The federal government is responsible for the demarcation of Indigenous lands. This action does not affect national sovereignty. On the contrary, the presence of Indigenous peoples in these areas does not constitute a threat, but rather a strategy that contributes to the monitoring and defense of the national territory.

5. Regarding the allegations made by the state of Roraima, the Federal Supreme Court noted that there was already a precedent from the STF itself on the constitutionality of the decree regulating the demarcation. The Court clarified that it is possible to expand the area previously demarcated if an anthropological report technically proves that there was an error in the previous demarcation. It also stated that there is no conflict between the demarcation of Indigenous lands and the environmental protection of an area that is part of a national park. On the contrary, the Court stated that there is a convergence between the Indigenous way of life and the environmental preservation that national parks require.

6. Finally, the STF ruled that the demarcation of Indigenous lands should respect the institutional safeguards defined in the rapporteur's opinion and further developed on issues such as the exploitation of natural resources of national interest, the presence of public facilities, and the operation of the Armed Forces on these lands. These safeguards sought to balance the rights of Indigenous communities with strategic and national security interests.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court dismissed the popular action and declared the continuous demarcation of the *Raposa Serra do Sol* Indigenous Land constitutional.

ADDITIONAL NOTES

This was the first Supreme Court decision on the demarcation of Indigenous lands under the 1988 Federal Constitution. It guaranteed broad recognition of the rights of Indigenous peoples, but also set limits and conditions on the matter. In a motion for clarification, the Court stated that these limits and conditions reflected the Court's understanding at the time of the ruling and would not have binding effects on future demarcations.

The decision used two concepts that have since become controversial: the "*marco temporal*" of the Indigenous rights to the land and the "obstinate usurpation". The term "*marco temporal*" referred to the right of the communities that were on these lands when the 1988 Federal Constitution was enacted to

see them demarcated and protected. The term "obstinate usurpation" refers to the right of the peoples who were unjustly removed from their lands before that milestone and who were unable to return. This is an important precedent, usually invoked in demarcations and court decisions, whose conclusions have been and continue to be discussed in other cases before the Court.





ADPF 130

Non-Reception of the Press Law by the 1988 Federal Constitution

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Ayres Britto

Decision Date:
April 30, 2009

Matter:



CASE SUMMARY

A Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept (ADPF) to declare that the Press Law (Law 5,250/1967), enacted during Brazil's military dictatorship, was not received by 1988 Federal Constitution. It states that the law violated the freedom of the press, as guaranteed by the Constitution, paving the way for prior censorship and the undue punishment of journalists (article 5, items IV, V, IX, X, XIII, and XIV; articles 220 to 223 of the 1988 Federal Constitution).

LEGAL REASONING

1. The Press Law (Law 5,250/1967), created and enacted during Brazil's military dictatorship, is incompatible with the democratic constitutional order inaugurated by the 1988 Federal Constitution, which guarantees the fundamental right to freedom of the press, expression of thought, access to information, and expression of intellectual, artistic, scientific, and communication activity in Brazilian society.

2. The press is the instance of mass communication that informs citizens about what is happening in the public sphere and in politics. Thus, it is essential for the formation of opinion and the proper functioning of democracy. Because of this, the constitutional tensions between individual rights and full freedom of the press must be resolved in favor of a broad defense of press freedom in order to provide citizens with alternatives to the official version of the facts.

3. Journalistic criticism, when made in the public interest, is not subject to prior government censorship by any of the three branches of government. Freedom of journalistic information, as guaranteed by the 1988 Federal Constitution, must be complete and unrestricted. This means that no law can place restrictions on when or to what extent this freedom can be exercised. Such restrictions violate the very essence of freedom of expression.

4. In order to balance rights and avoid abuses to the fullest extent of freedom of the press, the 1988 Federal Constitution provides for the prohibition of anonymity and the protection of the confidentiality of the source whenever necessary for professional practice. It also prescribes the right of reply and compensation equivalent to the grievance, as well as the possibility of subsequent civil, criminal, and administrative liability for any emotional distress or damage to reputation.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court declared that the Press Law, enacted during Brazil's military dictatorship, was incompatible with the democratic constitutional order in force after the 1988 Federal Constitution's enactment. The Court also prohibited any form of prior censorship or punishment, with the exception of the right of reply and the possibility of subsequent civil, criminal, and administrative liability for any emotional distress or damage to reputation.

ADDITIONAL NOTES





RE 511,961

University Degree Waived for Working as a Journalist

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Gilmar Mendes

Decision Date:
June 17, 2009

Matter:



CASE SUMMARY

An Extraordinary Appeal (RE) in which the requirement to hold a university degree to exercise the profession of journalist, established by a decree issued during the military dictatorship, is questioned. It is argued that this rule was not granted by the 1988 Federal Constitution, implying a violation of the freedoms of the press, of expression, of information and of the exercise of the profession (article 5, items IX and XIII, and article 220, head paragraph, paragraph 1 of the 1988 Federal Constitution).

LEGAL REASONING

1. Freedoms of the press, expression and information are fundamental rights guaranteed by the 1988 Constitution (articles 5, items IX and XIII and article 220 of the 1988 Federal Constitution) and may only be restricted by law in exceptional cases in order to protect other equally important constitutional values and interests.

2. The requirement to hold a university degree in order to exercise the profession of journalism constitutes a disproportionate restriction on these freedoms, as well as on the right to pursue a profession, since it restricts access to the profession without there being any countervailing public interest to justify it. Restrictions on the exercise of a profession must be proportionate and reasonable, otherwise they amount to arbitrary restrictions.

3. Journalism is a distinct profession closely related to the proper functioning of democracy. Any form of prior control, including by means of professional rules restricting journalistic activity, could constitute prior censorship, which is prohibited by the Constitution (article 220, paragraph 2 of the 1988 Federal Constitution).

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court declared that the decree—dating from the authoritarian period—was not granted by the 1988 Federal Constitution. This decree restricted the exercise of the profession of journalist to holders of a university degree and professional registration, on the grounds that such requirements unjustifiably and disproportionately restricted the freedoms of the press, expression, information and the exercise of the profession.

ADDITIONAL NOTES





ADPF 101

Import of Used Tires

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

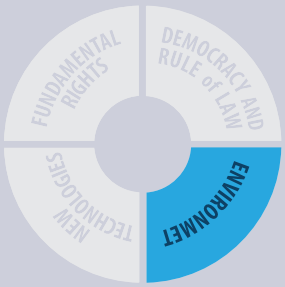
Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Cármen Lúcia

Decision Date:
June 24, 2009

Matter:



CASE SUMMARY

A Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept (ADPF) in which the validity of court decisions that allowed the import of used tires was questioned. The grounds were that these decisions violated the right to health and to an ecologically balanced environment, under the terms of articles 196 and 225 of the 1988 Federal Constitution. The plaintiff asked the STF to declare the constitutionality of the federal regulations in force in Brazil that prohibited imports. He pointed out that the decisions challenged in the action led to the accumulation of used tires, which, combined with the lack of an effective method of waste disposal, would cause damage to the environment.

LEGAL REASONING

The import of used tires violates the constitutional provisions on health and the right to an ecologically balanced environment (articles 196 and 225 of the 1988 Federal Constitution), since such tires constitute toxic waste that is difficult to dispose of. Economic activities must comply with the constitutional principles of sustainable development and equity and intergenerational responsibility for present and future generations, in order to ensure that growth does not compromise a balanced environment or the health of current and future generations, and with the precautionary principle, which requires that, in the event of scientific uncertainty about possible environmental damage, all necessary measures be taken to prevent it.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court partially ruled the action and declared unconstitutional the interpretations that allowed the import of used tires of any kind, including remanufactured ones.

ADDITIONAL NOTES

The accumulation of tires without an effective disposal method could lead to large, prolonged fires that release toxic gases. It also poses a serious risk to public health, as the tires could become breeding grounds for disease-carrying mosquitoes.



Ext 1,085

Cesare Battisti Extradition: Decision to Extradite an Alien at the Request of another Country

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Cezar Peluso

Decision Date:
December 16, 2009

Matter:



CASE SUMMARY

Italy filed this Extradition Request (Ext) seeking the surrender of Cesare Battisti, an Italian citizen imprisoned in Brazil and convicted of four counts of murder in his country of origin. The defense claims that these proceedings are null because they are based on political persecution. The Federal Supreme Court concluded that the extraditee had been convicted in his home country of common crimes without political overtones, in a trial that complied with the due process of law. Thus, there was no evidence of a current risk of political persecution against him. For these reasons, the Court approved the extradition.

Despite the STF's decision, the President of the Federative Republic of Brazil denied the extradition. Upon further request, the Court clarified that the ultimate decision on extradition is a discretionary political act of the President, who is only obliged to comply with what the international treaty states on the matter.

LEGAL REASONING

1. In extradition proceedings, the Judicial Branch is responsible only for analyzing the validity of the acts supporting the request and compliance with due process of law. The Judicial Branch does not have the power to impose the decision to handover the extraditee to the Head of State. The Executive Branch, in turn, exercises political judgment in the case and assesses security, humanitarian matters, and international relations issues.

2. Extradition is an act of sovereignty carried out by the Head of State in accordance with article 84, item VII of the 1988 Federal Constitution. The decision to extradite a person to another country is a political-administrative act that falls to the President of the Republic.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court granted the request to release Cesare Battisti and upheld the decision of the President of the Republic of Brazil to deny extradition, as it was an act of sovereignty.

ADDITIONAL NOTES

Cesare Battisti was a member of the Italian militant group Armed Proletarians for Communism (PAC). During the 1970s, a period known in Italy as the "Years of Lead", the PAC was accused of committing violent crimes as part of its political struggle against the Italian State. The final act of the President of the Republic of Brazil, who refused to extradite Battisti to Italy, took place in 2010. The case changed course in 2018, after the elections, when the new President of the Republic revoked the denial. Battisti fled Brazil but was captured in Bolivia in 2019 and extradited directly to Italy.





ADPF 153

Amnesty Law

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Eros Grau

Decision Date:
April 29, 2010

Matter:



CASE SUMMARY

A Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept (ADPF) that requests the Amnesty Law (Law 6,683/1979) not to be accepted by the 1988 Federal Constitution in provisions that extend the amnesty for political crimes committed during the military regime to related crimes. The plaintiff claims the provisions give amnesty to offenses such as torture, homicide, and enforced disappearance, disregarding: (i) the government's duty not to conceal the truth about what happened during the authoritarian period; (ii) the principles of democracy and republicanism; and (iii) the principle of human dignity (article 1, head provision and item III of the 1988 Federal Constitution).

LEGAL REASONING

1. The Amnesty Law (Law 6,683/1979) granted pardons for political crimes and other related crimes committed for political reasons. In interpreting this law, one should consider its social and historical context in which it was enacted: a period of transition from the military regime to a Democratic Rule of Law. It was effectively a bilateral amnesty, granting pardons to actions performed during a regime of exception. However, the amnesty did not encompass the wrongful acts of terrorism, kidnapping, and personal attacks that had already resulted from final and unappealable decisions.

2. In a Democratic Rule of Law, the Judiciary does not have the power to change or rewrite a normative text. Modifying a law that offers amnesty is outside the purview of the Federal Supreme Court; the Court's role is exclusively to ascertain whether the law is compatible with the Constitution. The responsibility for revising the Amnesty Law falls within the scope of the Legislative Branch, if it finds it necessary. In fact, a review by the Supreme Court could jeopardize institutional stability and reopen past wounds, ultimately affecting democracy.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court has ruled that the Amnesty Law (Law 6,683/79) is compatible with the 1988 Federal Constitution. The Court found that the amnesty granted by the Constitution was bilateral, broad, and general, covering crimes of any kind committed by agents of repression in the period between September 2, 1961 and August 15, 1979, given the context of a reconciled transition to democracy in which it was enacted.

ADDITIONAL NOTES

The case pends a final decision. The Supreme Court rejected the plaintiff's claim, who then proposed motions for clarification alleging that, according to international law, crimes associated with the political offenses carried out by agents of repression during the military regime are deemed crimes against humanity. Hence, the bilateral amnesty recognized by the Court implies a violation to the Inter-American Court of Human Rights' case law, to which Brazil has submitted itself. Based on these arguments, the plaintiff asked for the decision to be overturned and for the action to be upheld, in order to rule out amnesty for these crimes.





ADI 4,277 and ADPF 132

Recognition of Same-Sex Stable Unions[1]

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Ayres Britto

Decision Date:
May 5, 2011

Matter:



CASE SUMMARY

A Direct Action of Unconstitutionality (ADI) and a Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept (ADPF) that, taken together, challenge the constitutionality of a norm and/or interpretations that only recognize stable unions made up of couples of different sexes ("heteroaffective"), therefore excluding same-sex couples ("homoaffective"). The petitioners argue this understanding violates a number of fundamental rights, including the rights to human dignity, autonomy, freedom, equality, and legal certainty. Furthermore, it prevents same-sex couples from pursuing their own projects of well-being and from freely exercising their affection, and/or fails to provide them with sufficient protection.

LEGAL REASONING

1. The word "homoaffectiveness," employed in the law, refers to a bond of affection and solidarity between same-sex couples. From this concept, a homoaffective union is a family nucleus characterized by an affectionate, public, and long-term relationship between people of the same sex.

2. Constitutional rights to human dignity, autonomy, and freedom grant people the right to decide on their own well-being projects and to choose freely how to experience their affections. The right to equality and the constitutional prohibition against unjustified discrimination prevent homoaffective couples from being treated differently from heteroaffective couples. The right to legal certainty also means homoaffective couples will be protected in the legal reflections of their relationships. Even though the 1988 Federal Constitution only describes stable unions between men and women, its text had the intention to safeguard women, not to exclude same-sex couples.

3. Article 226 of the 1988 Constitution provides families with a special State protection, defining a family as the fundamental unit of society, a place for the development of people and their personality. There are various forms of family, and the Constitution does not restrict them to heterosexual couples. On the contrary, same-sex couples also build families and should be recognized as such.

[1] In 2018, the Supreme Court's historic decision received the MoWBrasil certificate, offered by the Brazilian National Committee of the UNESCO Memory of the World Program, and was inscribed as a documentary heritage of humanity in Brazil's National Register. Justice Ayres Britto, rapporteur of the actions (ADPF 132 and ADI 4,277), represented the Court at a ceremony held at the Aeronautics Historical-Cultural Institute in Rio de Janeiro.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court upheld the constitutional actions to recognize homoaffective unions as family units and granted them the same rights as stable unions between people of different sexes.

ADDITIONAL NOTES

The decision greatly affected the rights of LGBTQIAPN+ people. It enabled the National Council of Justice to draft Resolution 175/2013, which created the necessary conditions for the existence of same-sex marriages.



ADI 1,856

Banning Cockfighting

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

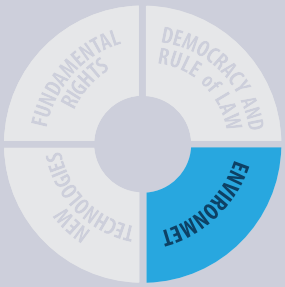
Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Celso de Mello

Decision Date:
May 26, 2011

Matter:



CASE SUMMARY

A Direct Action of Unconstitutionality (ADI) filed against Rio de Janeiro State Law 2,895/1998, which authorized the creation and holding of exhibitions and competitions between birds of the fighting breeds, a practice known as "cockfighting". The plaintiff argues that the law violates article 225, paragraph 1, item VII of the 1988 Federal Constitution, which protects fauna and flora and prohibits practices that subject animals to cruelty.

LEGAL REASONING

1. The promotion of cockfighting violates the Federal Constitution, which prohibits the subjection of animals to acts of cruelty (article 225, paragragh 1, item VII of the 1988 Federal Constitution). It also constitutes a criminal practice typified in the environmental legislation (article 32 of the Law 9,605/1998), in which animals are forced to fight until they are exhausted or one of them dies. The dispute is preceded by a preparation that involves cruel acts, such as cutting off the crests and dewlaps.

2. The constitutional protection granted to fauna covers both wild and domesticated animals, including the roosters used in cockfights. Furthermore, cockfighting cannot be classified as a cultural event, as its perverse and violent nature is incompatible with the constitutional principles of environmental protection.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court declared the unconstitutionality of Rio de Janeiro State Law 2,895/1998, which authorized cockfighting, for violating article 225, paragraph 1, item VII of the 1988 Federal Constitution, which ensures the protection of fauna and flora and prohibits practices that subject animals to cruelty.

ADDITIONAL NOTES

The Federal Supreme Court already had precedents declaring the unconstitutionality of practices of cruel treatment against animals, such as the so-called "farra do boi" (RE 153,531, drafter of the decision Justice Marco Aurélio). Later, the Court also declared unconstitutional a state law that legalized the practice of "vaquejada", based on similar grounds (ADI 4,983, drafter of the decision Justice Dias Toffoli). In 2017, in a legislative reaction, the National Congress approved the Constitutional Amendment 96/2014 (known as the "PEC da Vaquejada"), which considered sports practices using animals to be non-cruel, as long as they were considered cultural manifestations. These practices should be regulated by a specific law that ensures the welfare of the animals involved. The EC 96/2014 also had its constitutionality challenged in the Supreme Court (ADIs 5,728 and 5,772).





ADPF 187

Public Demonstrations in Favor of Drug Legalization — "Marijuana March"

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Celso de Mello

Decision Date:
June 15, 2011

Matter:



CASE SUMMARY

A Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept (ADPF) in which the validity of court decisions prohibiting public demonstrations in favor of the legalization of drugs was questioned on the grounds that such demonstrations would constitute an apology for crime (article 287 of the Penal Code), since the sale and possession of drugs are criminal offenses in Brazil. The plaintiff argued that the contested decisions constitute an affront to the freedom of expression (article 5, items IV and IX, and article 220 of the 1988 Federal Constitution) and assembly (article 5, item XVI of the 1988 Federal Constitution) and violate the right of minorities to defend alternative positions that displease the government or contradict the values of the majority in society.

LEGAL REASONING

Freedom of expression guarantees citizens the possibility of debating a wide range of issues, including the legalization of drugs, freely, peacefully and without interference from the State (article 5, items IV and XX of the 1988 Federal Constitution). The right of assembly is an instrument for realizing the freedom of expression, the right to protest, to make demands and to propose the adoption of public measures (article 5, item XVI of the 1988 Federal Constitution). In this sense, it guarantees citizens the right to participate in the public debate and in the political life of the Democratic Rule of Law. The debate on the legalization of drugs is part of the democratic exercise and cannot be restricted based on disagreement regarding the content of the statements. Freedom of expression also protects ideas that diverge from the majority position, even if the opinions or demands are controversial, unpleasant, daring or unpopular, while respecting ethical and constitutional limits.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court (STF) ruled that the ADPF was admissible on the basis of the fundamental freedoms of assembly, expression and petition provided for in the 1988 Federal Constitution, and rejected the understanding that demonstrations in defense of the legalization of drugs or other narcotic substances constituted an apology for crimes.

ADDITIONAL NOTES

This decision is part of the context of the prohibition by the Brazilian Judicial Branch of the public demonstrations called "Marijuana March", scheduled to take place in several Brazilian cities in 2008 and 2009, in defense of the legalization of this substance.





ADC 19[1]

Maria da Penha Law

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Marco Aurélio

Decision Date:
February 9, 2012

Matter:



CASE SUMMARY

An Action for the Declaration of Constitutionality (ADC) about the constitutional character of the Maria da Penha Law (Law 11,340/2006), which introduces mechanisms to prevent and punish domestic and family violence against women. The petitioners claim the norm is not being applied to certain precedents under the justification that it violates the principle of equality by favoring women with special treatment. The petitioners argue the law is constitutional due to women's condition of vulnerability and the proportions of gender-based violence in Brazilian society.

LEGAL REASONING

1. The need for special protection for victims of domestic violence is justified by gender inequality, the historical vulnerability of women, and the continuous increase of domestic violence in Brazilian society. The different treatment given to men and women in this regard does not breach the principle of equality, as the means are legitimate, appropriate, and proportional to the protection of those in a vulnerable position.

2. Furthermore, the Maria da Penha Law (11,340/2006) is designed to fulfill the constitutional objective of providing families with State protection (article 226, paragraph 8 of the 1988 Federal Constitution). In this regard, the law realizes the State's duty to adopt mechanisms that deter and punish violence in the context of family relations.

3. Moreover, it aligns with the constitutional principle of prohibiting that fundamental rights have insufficient protection. By ensuring that battered women have effective access to redress, protection, and justice, the Maria da Penha Law breaks with the State's failure to enforce constitutional precepts effectively and inaugurates a new stage of affirmative action in favor of women in Brazilian society.

[1] The Court tried the case alongside ADI 4,424/DF, again with Justice Marco Aurélio as the case rapporteur. The Full Court determined that, in bodily injury offenses against women in a domestic environment (even if mild injuries), the Federal Prosecution Service may legitimately start criminal prosecution against the perpetrator, and the victim may do without representation.

4. Pondering on the severity of gender-based violence, the Court affirmed the impossibility of turning a conviction for crimes of violence against women in alternatives to imprisonment or benefits similar to those applied for lesser offenses.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court declared the Maria da Penha Law (Law 11,340/2006) constitutional, recognizing the norm gives a proper and proportional response to the alarming figures of gender-based violence in Brazil.

ADDITIONAL NOTES

The Maria da Penha Law (Law 11,340/2006) was enacted following the Inter-American Commission on Human Rights' determination that the country had been negligent in its duty to effectively prosecute and convict Maria da Penha's perpetrator, her former husband, who had subjected her to 23 years of violence and attempted murder on two occasions, ultimately resulting in her paraplegia. The law represents a milestone in the protection of women, establishing organizations and tools to safeguard victims of domestic and family violence.





ADC 29, ADC 30, and ADI 4,578

Clean Record Law

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Luiz Fux

Decision Date:
February 16, 2012

Matter:



CASE SUMMARY

A joint judgement of the Declaratory Claims of Constitutionality (ADCs) 29 and 30 and of the Direct Action of Unconstitutionality (ADI) 4,578, which discusses the constitutionality of the Clean Record Law (Complementary Law 135/2010), a popular initiative norm that seeks to protect the morality and integrity of the democratic process in the face of candidates who have committed illegal acts. The central debate revolved around the violation of the principle of the presumption of innocence, since the law establishes the ineligibility of candidates who have not yet been definitively convicted by a court. In addition, there was controversy over the applicability of the rule to current candidacies based on illegal acts committed before the law was enacted, which would constitute an illegitimate retroactive application to the detriment of the accused.

LEGAL REASONING

1. A person's expectation of running for election is reasonably removed in the event of a criminal offense at second instance, conviction by a collegiate body in the exercise of prerogative jurisdiction, rejection of public accounts, loss of public office or impediment to the exercise of a profession for breach of ethical and professional duty.

2. The presumption of innocence in relation to those accused of a criminal offence does not apply in the same way as a criminal conviction to electoral ineligibilities, in order to ensure the integrity of the democratic process. Furthermore, the social benefits resulting from such ineligibility, in terms of morality and probity in the exercise of public office, outweigh the individual right to run for elected office. This is because the hypotheses of ineligibility are reasonable and proportional to the purpose of prescribing limits to conduct or facts that are highly reprehensible in society.

3. Finally, it is important to consider that eligibility corresponds to the individual's suitability for the legal regime applicable to the electoral process at the time of candidacy. Thus, the ineligibilities provided for in the law may arise from facts prior to its enactment, respecting the rule of electoral anteriority in its incidence (article 16 of the 1988 Federal Constitution). This is because, in this case, it is not a sanction for an illegal act, but a negative condition of eligibility.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court has ruled that the Clean Record Law (Complementary Law 135/2010) is constitutional and that the causes of ineligibility it provides for are applicable to events prior to its enactment, respecting the rule of electoral anteriority for elections already held and terms in progress.

ADDITIONAL NOTES





ADPF 54

Pregnancy Termination of Anencephalic Fetuses

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Marco Aurélio

Decision Date:
April 12, 2012

Matter:



CASE SUMMARY

A Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept (ADPF) challenging the understanding that the pregnancy termination of an anencephalic fetus is a crime of abortion. It argues that anencephaly is a medical condition that prevents the fetus from surviving outside the womb. Therefore, the obligation to continue the pregnancy would be unreasonable because it would violate women's rights to dignity, autonomy, health, and sexual and reproductive freedom (article 1, item IV; article 5, item II; article 6; and article 196 of the 1988 Federal Constitution).

LEGAL REASONING

1. Anencephaly is a congenital disorder in which the fetus has a severe neurological defect that affects the functions of the cortex and cerebral hemispheres, resulting in a lack of sensitivity, mobility, and integration of almost all bodily functions. This condition makes life outside the womb impossible. Therefore, there is no need to invoke the right to life of the anencephalic fetus, since there is no potential for life.

2. This condition causes great suffering to pregnant people, who have the right to decide to continue the pregnancy freely and autonomously. Criminalizing the termination of pregnancy in these cases would violate the right to dignity, autonomy, and health.

3. Moreover, Brazil is a secular State, and its legal system must maintain a stance of religious neutrality. In this sense, religious beliefs or private moral convictions cannot influence public health policies and criminal laws.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court declared unconstitutional the interpretation of the Penal Code that considered the termination of the pregnancy of anencephalic fetuses a crime. The Court also guaranteed women the right to decide whether to continue the pregnancy in such cases, based on the fundamental rights to human dignity, health, autonomy of will, and sexual and reproductive freedom, protected by the 1988 Federal Constitution.

ADDITIONAL NOTES





ADPF 186

Ethnic-Racial Quota System in Universities

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Ricardo Lewandowski

Decision Date:
April 26, 2012

Matter:



CASE SUMMARY

A Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept (ADPF) to invalidate the acts that established the quota system in higher education, which reserves 20% of places, for ten years, in favor of Black and Indigenous candidates. The plaintiff claims that the policy violates the fundamental precepts of human dignity, equality, and the repudiation of racism, as well as the provisions establishing the universal right to education, among other norms.

LEGAL REASONING

1. Quota or affirmative action policies aim to tackle the history of inequality present in ethnic-racial and social relations in Brazilian universities. These institutions have the smallest contingent of Black and Indigenous students due to their condition of economic, social, and political subordination over time.

2. The 1988 Federal Constitution protects not only formal equality, that is, the right of all citizens to equal treatment under the law, but also substantive equality, which imposes different treatment on people in conditions of real inequality in order to equalize them effectively in terms of conditions and opportunities. This is the reason for being of the quota system.

3. This policy does not violate the meritorious criterion of selecting the best candidates for higher education. Uniform criteria cannot assess groups of people subjected to different living conditions over time, since they never shared equal conditions and opportunities. To do so is to perpetuate structural discrimination in favor of those from better backgrounds.

4. Additionally, the legitimacy of criteria used in the admission to higher education must consider the objective it intends to achieve, as well as the constitutional principles that guide it: the pluralism of ideas, groundwork for the exercise of citizenship, and the formation of leaders capable of fighting for rights, including those of minority groups. Diversity is also an essential component of university education.

5. Affirmative actions also have an important symbolic role. When a Black child recognizes another Black person occupying a prominent place in society, they also see themselves into that position of leadership, which widens the scope of possibilities for their life plans. Therefore, these policies have an important psychological component that multiplies social inclusion.

6. However, such policies must consider the idea of proportionality. It should only be effective for as long as they are necessary to overcome inequality at the university level and, once this purpose has been achieved, it should be ended. In this case, a deadline of 10 years was set for the right to reserved places to end, thus meeting the criterion.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court uphold the ethnic-racial quota system in the admission process to public higher education institutions, recognizing that the rule intends to overcome historical social distortions, based on the right to material equality and the principle of proportionality.

ADDITIONAL NOTES





ADI 3,330[1-2]

The University for All Program – Prouni

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Ayres Britto

Decision Date:
May 3, 2012

Matter:



CASE SUMMARY

A Direct Action of Unconstitutionality (ADI) brought against Provisional Decree (MP) 213/2004, now Law 11,096/2005, which established the University for All Program (Prouni). The program was created to promote access for low-income students to vacant university places, through a combination of scholarships and tax benefits for participating educational institutions. The constitutional assumptions of relevance and urgency for the establishment of Prouni by means of a Provisional Decree (article 62 of the 1988 Federal Constitution) were questioned, as well as the constitutional principles of: (i) equality, with regard to the provision of affirmative action for low-income students (article 5, head paragraph of the 1988 Federal Constitution); (ii) university autonomy, regarding the participation of universities in the program (article 207 of the 1988 Federal Constitution); and (iii) free enterprise, regarding the adhesion of private educational institutions to Prouni (article 170 of the 1988 Federal Constitution).

LEGAL REASONING

1. Education is a social right that should reach everyone. It is therefore a constitutional duty of the State to be prioritized through public policies. Prouni is an affirmative action program that favors access to higher education for low-income students. Considering the profound inequalities that mark Brazilian society, the STF considered that the constitutional requirements of relevance and urgency were present for the program to be instituted by means of a Provisional Decree (article 62 of the 1988 Federal Constitution), which was later converted into law.

2. The granting of scholarships through Prouni is a legitimate form of affirmative action that aims to reduce social inequalities, expand access to higher education and promote social inclusion. Differentiated treatment, through the granting of scholarships to students from public schools and former full scholarship recipients from private schools, is a measure compatible with the principle of equality, guaranteed in the 1988 Federal Constitution, by promoting material equality.

[1] Judged jointly with ADI 3,314/DF, reported by Justice Ayres Britto.

[2] In the same judgment, the Plenary did not hear ADI 3,379/RJ, reported by Justice Cármen Lúcia, for not recognizing the active legitimacy of the National Federation of Social Security Tax Auditors (Fenafisp) to bring the action.

3. Prouni does not violate the constitutional principles of university autonomy (article 207 of the 1988 Federal Constitution) and free enterprise (article 170 of the 1988 Federal Constitution), because university membership is optional, voluntary, and for a fixed period.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court recognized the constitutionality of the University for All Program (Prouni), established by Law 11,096/2005, reaffirming the validity of affirmative actions in Brazil and their importance in combating inequalities in access to higher education for the low-income population.

ADDITIONAL NOTES



AP 470

Mensalão Judgment

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Joaquim Barbosa

Decision Date:
December 17, 2012

Matter:



CASE SUMMARY

This Criminal Case (AP), to be originally processed by the Federal Supreme Court, concerns an elaborate scheme to pay monthly sums to representatives of several political parties in exchange for favorable votes on government projects in the Chamber of Deputies. The case involves the trial of prominent politicians and businesspersons accused of crimes against the financial system and public administration, such as bribery, embezzlement, money laundering, and conspiracy.

LEGAL REASONING

1. The Federal Supreme Court (STF) had jurisdiction to try the defendants due to the jurisdictional prerogative of some of the defendants. The STF ruled that the non severance of the case for the defendants without jurisdictional prerogative would serve the interests of the criminal investigation and would not violate the principles of the appropriate court ascertained by law and the two-tiered system.

2. The Court received the charge due to substantial evidence of the crimes attributed to the defendants. The crime of conspiracy was proven in the extensive evidentiary material, which demonstrated, in a contextualized manner, the existence of a stable and organized conspiracy, with a division of tasks aimed at committing crimes, into three nuclei: (i) political; (ii) operational/advertising; and (iii) financial nucleus. Each individual was responsible for specific actions or omissions essential to the achievement of the unlawful objectives.

3. The payment of undue benefits to members of the National Congress, in exchange for political support, proved the crimes of active and passive bribery. Payments were identified for the then President of the Chamber of Deputies and several federal representatives, made by partners of the advertising agency involved in the scheme.

4. The crime of embezzlement was showed by the misappropriation of public funds through fraudulent advertising

contracts and subcontracts, in which the services provided and the amounts received were incompatible, as found by audit teams from different bodies.

5. The crime of money laundering was defined by the concealment and disguise of the criminal origin of the sums received by the defendants, and the use of intermediary financial institutions for money laundering. The public agents involved were fully aware of the unlawful origin of the money paid in cash used in exchange for political support.

6. The removal from office of a representative convicted in a criminal case does not violate the principle of the separation of powers. The Federal Constitution granted the STF the power to preside over and try members of the National Congress for common criminal offenses[1] (article 102, item I, subitem *b* of the 1988 Federal Constitution). The application of the accessory penalty of disfranchisement of political rights is an effect of the final and unappealable decision (article 15, item III of the 1988 Federal Constitution).

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court convicted several defendants of conspiracy, active and passive bribery, embezzlement, and money laundering. The convictions varied according to each defendant's involvement in the crimes and included imprisonment and fines. Some defendants were acquitted due to insufficient evidence.

ADDITIONAL NOTES

The *mensalão* scandal is considered a historic milestone in Brazil for the punishment of politicians and businesspersons for committing white-collar crimes. The case received widespread media coverage and placed the Supreme Court at the center of press attention and public political debates.





[1] In a subsequent decision (public policy in AP 937), the STF stated that the jurisdiction to try common crimes committed by federal representatives is limited to those crimes committed during their term of office and related to the exercise of their office.

Rcl 4,335

Downgrading the Incarceration Conditions of Convicts for Heinous Crimes

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Gilmar Mendes

Decision Date:
March 20, 2014

Matter:



CASE SUMMARY

A Complaint (Rcl) filed against a decision of the Federal Supreme Court rejecting the claim to downgrade the incarceration sentence of those convicted of heinous crimes, based on a provision in the Heinous Crimes Law, which forbids downgrading (article 2, paragraph 1 of Law 8,072/1990). The plaintiff alleges the Court declared the norm unconstitutional in Habeas Corpus 82,959/SP and, later, consolidated this understanding in Binding Precedent 26. The Court, however, argues the decision related to the Habeas Corpus only affects the parties to the suit, having no effects on third parties.

LEGAL REASONING

1. In Habeas Corpus 82,959/SP, the Supreme Court declared that denying prisoners convicted of heinous crimes the possibility of downgrading their incarceration conditions was unconstitutional. In this decision, the Court found that article 2, paragraph 1 of Law 8,072/1990 breached the constitutional principle of the individualization of punishment (article 5, item XLVI of the Federal Constitution) and failed to consider that the aim of downgrading incarceration conditions is to reform a prisoner who, at some point, will return to social life.

2. The unconstitutionality declared in Habeas Corpus 82,959/SP was consolidated by Binding Precedent 26, which standardized the Court's case law and had an expansive effect on the Court's precedents, guaranteeing the possibility of downgrading to all convicts for heinous crimes in the country who meet the requirements for it.

3. The constitutional provision that establishes that the Federal Senate must suspend the effects of laws the Supreme Court declares unconstitutional (article 52, item X of the 1988 Federal Constitution) must be interpreted as a power to inform, exercised simply to ensure the publicity of the Court's decisions on unconstitutionality.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court ruled prisoners convicted of heinous crimes may have their incarceration conditions downgraded. It also determined judges must assess whether individuals interested in the Complaint fulfill the requirements for the benefit, according to Binding Precedent 26. Moreover, the judgment issued in this Complaint restated the position that decisions by the Federal Supreme Court produce legal effects of general scope, regardless of the need for the Federal Senate to publicize them.

ADDITIONAL NOTES

Binding Precedent 26

"For the purposes of downgrading the incarceration conditions of a convict for a heinous or equivalent crime, the court in charge of executing the sentence must observe the unconstitutionality of article 2 of Law 8,072 of July 25, 1990, without prejudice to assessing whether or not the convict meets the objective and subjective requirements for the benefit, and may determine, for this purpose, in a reasoned manner, an assessment of the convict's situation."





ADI 4,650

Electoral Financing Provided by Legal Persons

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

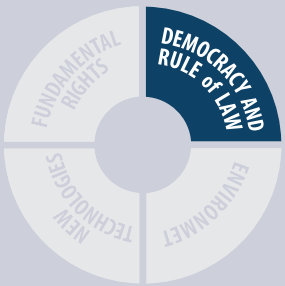
Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Luiz Fux

Decision Date:
September 17, 2015

Matter:



CASE SUMMARY

A Direct Action of Unconstitutionality (ADI) on the constitutionality of provisions that regulate campaign and party financing by legal persons. The plaintiffs argue that these rules, as written, would subject the electoral process to economic power, jeopardizing the principles of democracy, republicanism, and equality, ultimately interfering with the outcome of the elections.

LEGAL REASONING

1. The 1988 Federal Constitution does not establish rules that impose or prohibit any given financing model for electoral campaigns. However, the governing principles of the electoral process set forth in the Federal Constitution—democracy, political pluralism, and equity—restrain lawmakers in their freedom to lay down the criteria for donations to candidates and political parties.

2. The criteria found in ordinary legislation proved ineffective at protecting the political process from economic power. The strong influence of economic power in elections gives candidates linked to large donors an advantage at the expense of others, disrupting electoral competition and equality among candidates.

3. Experience also teaches that a legal person's donation is not part of one's own freedom to express political preferences. Rather, it is a strategic behavior intended to get closer to the government, often with arrangements that lack the republican spirit.

4. Finally, the rules in effect for natural persons' donations and the use of candidates' own resources do not violate the fundamental principles of democracy, republicanism, and political equality.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court ruled partially for the plaintiffs, deeming unconstitutional provisions of the Law of Elections (Law 9,504/1997) and Law of Political Parties (Law 9,096) that allowed legal persons' donations to electoral campaigns and political parties.

ADDITIONAL NOTES





ADPF 378 MC

Impeachment Proceedings

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Edson Fachin

Drafter of the Decision:
Justice Luís Roberto Barroso

Decision Date:
December 17, 2015

Matter:



CASE SUMMARY

A Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept (ADPF) to address the enforceability of the provisions of the Law of Impeachable Offences (Law 1,079/1950), which regulates the impeachment proceedings of the President of the Republic. It also discuss which provisions remain enforceable and how they should be interpreted according to the 1988 Constitution in order to guarantee the proper execution of the impeachment as per constitutional principles and norms.

The Claim challenges: (i) the role of the Chamber of Deputies and the Federal Senate in the impeachment proceedings; (ii) the nature of the vote (secret or open); (iii) the type of candidacy for the Special Commission of the Chamber of Deputies (nomination by the party leader or individual candidacy); (iv) the criteria for the establishment of this Commission; (v) the exercise of the right to defense; and (vi) the appropriate period for removing the defendant from office.

LEGAL REASONING

1. According to the 1988 Federal Constitution and Law 1,079/1950, impeachment is one of the existing proceedings in a Democratic Rule of Law. The process has a legal and political nature, which aims to analyze the accusations and decide on impeachable offences of a political nature committed by the President of the Republic. Judicial action is therefore limited to guaranteeing the due process of law.

2. The Chamber of Deputies is responsible for authorizing the commencement of the impeachment proceedings (article 51, item I of the 1988 Federal Constitution), exercising at first a political judgment necessary for the progress of the complaint. The Federal Senate is responsible for presiding over and trying the President of the Republic (article 52, item I of the 1988 Federal Constitution). These duties follow the interpretation already adopted by the Court during the impeachment of former President Fernando Collor de Mello.

3. Regarding the impeachment proceedings carried out in the Chamber of Deputies, the Law of Crimes of Responsibility (Law 1,079/1950) provided for two deliberations by the Chamber: the first on the admissibility of the case; and the second on its validity. However, the STF held, in the case mentioned above, that the 1988 Federal Constitution overruled this idea and established that the Chamber's Full Court should decide the matter only once, with a qualified majority of two-thirds of its members (article 202, paragraph 7; article 217, paragraph 1; and article 218, paragraph 9 of the Chamber of Deputies' House Rules; and article 60, paragraph 2, and article 51, item I of the 1988 Federal Constitution).

4. The Federal Senate, due to the lack of specific rules, used the same process for the impeachment of former President Fernando Collor de Mello. In this instance, the process is initiated by a simple majority of senators, based on an opinion prepared by a Special Commission. In case of approval, the President of the Republic is removed from office for a maximum of 180 days, with the Vice-President taking over on an interim basis.

5. The leader of the party must nominate the candidates for the Special Commission of the Chamber of Deputies. Individual candidates are prohibited, as this would violate the principle of party autonomy (article 58, head paragraph and paragraph 1 of the 1988 Federal Constitution). The creation of the Special Commission must follow the criterion of proportionality, taking into account the representation of the parties and party blocs.

6. In impeachment proceedings, all votes must be open to allow for greater transparency, control of the representatives, and legitimization of the process. Given the importance of this type of proceeding, which can lead to the removal and loss of the office of the President of the Republic, it is essential to ensure maximum transparency and publicity. Moreover, the secrecy of the vote is incompatible with the nature and seriousness of the proceeding for crimes of responsibility.

7. Finally, impeachment proceedings must guarantee the due process of law. While the right to a preliminary defense is recognized, it is not mandatory once the Chamber of Deputies has received the complaint. The preliminary arraignment should be the last act in the proceeding, as it is an instrument of self-defense that strengthens the constitutional guarantees of the due process of law.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court, in partially upholding the Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept, defined that the Chamber of Deputies is the competent body to authorize the commencement of the impeachment proceedings. The Federal Senate, on the other hand, is responsible for presiding over and trying the President of the Republic, who can only be removed from office once the process has been initiated in that legislative chamber.

In order to ensure greater transparency, control of representatives, and legitimacy of the proceedings, all votes related to the impeachment should be open, including the election for the Special Commission in the Chamber of Deputies. In addition, individual candidacies of deputies for the composition of this Commission are illegitimate.

The Court also ruled that, once the Chamber of Deputies has accepted the indictment, the right to preliminary defense, while recognized, is not mandatory. Finally, the preliminary arraignment should be the last act of the proceedings, since it is an instrument of self-defense that strengthens the constitutional guarantees of the due process of law.

ADDITIONAL NOTES

The decision took place in the context of the second national case of an impeachment proceeding of a President of the Republic after the enactment of the 1988 Federal Constitution. The first one, in 1992, resulted in the suspension of the political rights of former President Fernando Collor de Mello for eight years. The second one, in 2016, led to the removal of the then President Dilma Rousseff.





RE 778,889

Adoption Leave

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Luís Roberto Barroso

Decision Date:
March 10, 2016

Matter:



CASE SUMMARY

An Extraordinary Appeal (RE) filed by an adoptive mother who seeks to have the period of adoption leave equalized with the period of maternity leave to which biological mothers are entitled, based on the principles of human dignity, the best interests of the child, the doctrine of full protection of the child, and the right to equality. In this case, the existing legislation established shorter periods for adoptive parents than those constitutionally provided for biological mothers and organized them in such a way as to reduce the leave the older the adopted child.

LEGAL REASONING

1. Maternity leave, a social right established by the 1988 Federal Constitution, includes both maternity leave and adoptive leave. Both are guaranteed for a minimum period of 120 days (article 7, item XVIII of the 1988 Federal Constitution), which may be extended by 60 days (articles 1 and 3 of Law 11,770/2008). The unequal treatment of leave granted to biological and adoptive mothers violates the principles of human dignity, equality between biological and adopted children, full protection, priority, and the best interests of the child.

2. Adopted children are a vulnerable group who require additional time and effort to adapt to their new family, form bonds of affection, and overcome trauma. Therefore, adopted children must not receive less protection than biological children, and the leave granted to the adoptive mother must be equal to that granted to the biological mother, in order to ensure the full protection of the child.

3. The older the child and the longer the compulsory stay in foster care, the more difficult the adaptation to the adoptive family. Discriminatory treatment, especially according to the age of the adopted child, violates the principle of proportionality, since it creates more complications precisely for those who need the most attention and care.

4. It is the duty of the State to ensure dignity, autonomy, and conditions for women to reconcile motherhood and work, especially in cases of adoption. Parental leave provides adopted children with a fundamental opportunity for family life. The State also has a duty towards underprivileged and institutionalized children, since the absence of policies to combat poverty or the inadequacy of public institutionalization policies aggravate the problems of underprivileged children. Therefore, the least that the government can do for these families and children is to provide them with adequate conditions for adaptation and coping.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court granted adoptive mothers the remaining period of parental leave: a total of 180 days of paid leave, equivalent to the time granted to biological mothers (120 days of maternity leave, plus 60 days of extension), as defined by the Federal Constitution and existing legislation. The issue discussed in this case allowed the Brazilian Supreme Court to adopt a new understanding of the meaning of parental leave and of the equality between adopted and biological children. This advanced the rights of adopted children, families, and women.

ADDITIONAL NOTES

Topic: Possibility of a law establishing different periods of maternity leave for pregnant and adoptive parents working as civil servants (General Repercussion Topic 782).

Rule Statement: "The adoption leave cannot be shorter than the pregnancy leave, and the same applies to extensions. Regarding adoption leave, it is not possible to set different periods depending on the age of the adopted child."



ADC 41[1]

Racial Quotas for Admission to Civil Service Examination

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Luís Roberto Barroso

Decision Date:
June 8, 2017

Matter:



CASE SUMMARY

An Action for the Declaration of Constitutionality (ADC) concerning the law that implemented affirmative public policies for the admission of Black people into the public service (Law 12,990/2014, known as the Law of Racial Quotas in the Public Service), through the reservation of 20% of vacancies in public examinations for the Federal Public Administration. The plaintiff defends the validity of affirmative action based on ethnic-racial criteria for access to permanent positions and public jobs as an instrument to promote the right to equality and as a policy of reparation in favor of a historically inferior group.

LEGAL REASONING

1. The Law 12,990/2014 (Law of Racial Quotas in the Public Service) is based on the need to overcome structural and institutional racism in Brazil. It recognizes the Black population as a group exposed to situations of greater vulnerability, with fewer conditions for inclusion in Brazilian society, given the country's long history of enslavement. It is therefore an instrument of compensation.

2. Affirmative action does not compromise merit in selection by civil service examination or the efficiency of public service. In fact, candidates benefiting from quotas must achieve sufficient marks to perform their duties properly and efficiently, which expresses the notion of merit. In addition, the inclusion of the "race" factor as a selection criterion contributes to representativeness in State decision-making, given that the majority of the Brazilian population is Black or Brown.

3. In these terms, the reservation of a percentage of vacancies is a measure aimed at guaranteeing material equality among citizens. These measures even include those who have benefited from previous affirmative actions, such as those for admission to public universities. In this sense, it is understood that not all public positions in civil service examinations require a higher education degree; therefore, those who do not compete for such vacancies would be equally benefited. Furthermore, there are numerous other factors that prevent Black people from competing on equal terms, such as socioeconomic issues.

[1] In a recent decision (ADI 7,654), the Court upheld an injunction that extended the validity of the Law of Racial Quotas in civil service examinations until the Nacional Congress approves a rule on the matter.

4. Fraud against the Law of Racial Quotas in the Public Service, on the part of candidates or the Public Administration, must be avoided, and (i) the use of hetero-identification criteria, in addition to self-declaration, to control abuses is legitimate, as long as human dignity is respected and the adversarial process and full defense are guaranteed; and (ii) it is necessary to respect parameters so that the policy is implemented without limiting its scope or distorting its objectives.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court recognized the validity of the Law of Racial Quotas in the Public Service (Law 12,990/2014), which reserves for Black people 20% of vacancies in civil service examination for permanent positions and public jobs in the Federal Public Administration.

ADDITIONAL NOTES

Rule Statement: "The reservation of 20% of the vacancies offered in public examinations for filling permanent positions and public employment within the scope of direct and indirect Public Administration is constitutional. The use of subsidiary criteria for hetero-identification, in addition to self-declaration, is legitimate as long as human dignity is respected and the adversarial process and full defense are guaranteed."





ADI 4,275[1]

The Right of Transgender People to Change Their Legal Name and Gender

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Marco Aurélio

Drafter of the Decision:
Justice Edson Fachin

Decision Date:
March 1, 2018

Matter:



CASE SUMMARY

A Direct Action of Unconstitutionality (ADI) that questions the interpretation of article 58 of the Public Records Law (Law 6,015/1973), which regulates civil registration, specifically regarding a person's birth name (the citizen's first name or Christian name). The law aims to grant transgender people the right to change their first name and gender in the civil registry, without the need for gender-affirming surgery or hormone treatments. The action was brought on the basis of the principles of human dignity and the free development of one's personality and sought to guarantee the possibility of making changes based exclusively on self-identification.

LEGAL REASONING

1. Gender identity refers to each person's inner and individual experience of the gender with which they recognize themselves. Some people have a gender identity corresponding to their sex at birth (cisgender people). Cisgender people are either people born with male genital organs who perceive themselves as belonging to the male gender or people who were born with female genital organs and perceive themselves as belonging to the female gender.

2. Other people identify with a gender different from their biological sex (transgender people). In these cases, although the person was born with a male genital organ, they identify themselves with the female gender (transgender woman); or, although they were born with a female genital organ, they perceive themselves as belonging to the male gender (transgender man).

3. Human dignity grants every person the free development of their own personality, which includes the right to have their gender identity recognized by the State and, consequently, the possibility of living, being recognized, and treated based on this identity (article 1, item III of the 1988 Federal Constitution).

[1] In adjudicating Extraordinary Appeal (RE) 670,422/RS, a general repercussion case that had Justice Dias Toffoli as its rapporteur, the Federal Supreme Court reaffirmed the right of transgender people to modify their vital records directly through administrative channels, without having to undergo medical and surgical treatments.

4. Transgender people have the right to change their first name and gender in the civil registry through an administrative procedure that only requires their self-identification signed in a written declaration. The effectiveness of this right does not entail the submission of medical or psychological reports or any kind of surgical procedure or hormone treatment.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court upheld the case and recognized the right of transgender people to modify their first name and gender, regardless of conditions such as undergoing gender-affirming surgery, hormone treatments, or presenting medical or psychological reports.

ADDITIONAL NOTES





ADI 5,617

Electoral Financing for Female Candidacies

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Edson Fachin

Decision Date:
March 15, 2018

Matter:



CASE SUMMARY

A Direct Action of Unconstitutionality (ADI) that questions the minimum and maximum percentages of the Party Fund (government resources for political party funding) resources for the financing of electoral campaigns by female candidates, as well as the period of validity of this affirmative action, which was established by the 2015 Electoral Mini-Reform (Law 13,165/2015). The rule determined that, in the three elections following the law's enactment, parties should reserve 5–15% of the resources received through the Party Fund for their female candidates.

The petitioners also argue that the percentage of the Party Fund allocated to female candidates is insufficient to promote gender equality in the competition between men and women in the electoral process. Therefore, they propose a minimum percentage of 30%, which is the same percentage of female candidates that a party must have by law. Furthermore, limiting the affirmative action to just three elections would not be enough to overcome the structural inequality in the representation of women in politics.

LEGAL REASONING

1. Data from the Superior Electoral Court revealed a huge discrepancy in female representation in the country's politics. Despite being the majority of the Brazilian population and electorate, women occupy less than 15% of the seats in the Federal Legislative Branch. The adoption of rules for the financing of women's candidacies in the electoral process is necessary to correct this long-standing under-representation. In addition to preventing further discrimination, campaign-financing quotas have the role of repairing the negative effects of gender discrimination and its lasting consequences, as well as creating fairer conditions for historically marginalized groups, as in the case of women in politics.

2. Affirmative actions aimed at increasing the participation of women in politics are based on premises that defend gender equality and democracy. By promoting the principle of equality, these actions recognize that the distribution of public resources

cannot be discriminatory on the grounds of gender. The autonomy of parties does not exempt political parties from the obligation to respect fundamental rights, including the right to equality. Furthermore, gender equality requires not only equal opportunities but also a level playing field that allows women to achieve similar results to men in elections. The effective participation of women in politics is essential to ensure that public policies overcome historical inequalities, contributing to a more representative and fair democracy.

3. Setting a minimum percentage of 5% and a maximum of 15% of Party Fund resources for female candidates is unconstitutional, as it creates obstacles to the entry and participation of women in politics and to the drafting of laws that reduce these inequalities. In practice, this rule favors male candidates, since men will be able to receive between 85% and 95% of the available funds. This disparity would prevent a level playing field for women and prolong gender inequalities in politics.

4. The autonomy of political parties, granted by article 17 of the 1988 Federal Constitution, cannot justify practices that disrespect fundamental rights, such as gender equality and human dignity. Respect for equality applies equally to the public sphere and to private relations and guarantees the protection of the individual not only in relation to the government but also concerning to other private persons. Thus, private autonomy cannot prevail over constitutional principles. Furthermore, considering their transformative role in society, political parties have a duty to promote women's political participation and to combat any form of gender discrimination.

5. The distribution of public funds intended for electoral campaigns by political parties must be proportional to the number of candidates of both sexes, respecting the minimum level of 30% of female candidates, as established in article 10, paragraph 3 of the Law of Elections (Law 9,504/1997). The public nature of these resources reinforces the obligation for their distribution to be non-discriminatory, ensuring equal opportunities for men and women in the electoral contest.

6. The time limit of three elections for the affirmative action of earmarking Party Fund resources for female candidacies is unconstitutional, since it must be directly proportional to the number of female candidacies, as determined by article 10, paragraph 3 of the Law of Elections (Law 9,504/1997). Unlike the temporary nature of gender quotas relating to candidacies, non-discriminatory resource allocation should continue as long as there is a need for quotas for female candidacies.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court has ruled that the distribution of resources from the Party Fund destined to finance women's electoral campaigns must be directly proportional to the number of candidates of both sexes, respecting the minimum level of 30% of women candidates, as provided for in article 10, paragraph 3 of the Law of Elections (Law 9,504/1997).

In addition, the Court declared unconstitutional the setting of a deadline for this affirmative action and eliminated the time limit of three elections for the application of the funding quota for women candidates. Thus, the equitable and non-discriminatory distribution must be maintained as long as there is justification for the minimum number of female candidates.

ADDITIONAL NOTES

In a motion for resettlement, the Federal Supreme Court accepted the rapporteur's proposal to ensure that the financial resources accumulated in previous years in the specific accounts used to promote women's political participation would be transferred to the financing of electoral campaigns of female candidates in the 2018 election, without reducing the percentage of 30% of the fund allocated to each party for women's candidacies.





ADO 26[1]

Criminalization of Homophobic and Transphobic Conduct

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Celso de Mello

Decision Date:
June 13, 2019

Matter:



CASE SUMMARY

A Direct Action of Unconstitutionality by Omission (ADO) filed due the National Congress' inaction in passing a law to outlaw discrimination based on sexual orientation (homophobia) and gender identity (transphobia). The plaintiffs request (i) that the Law against Racism be applied to homophobic and transphobic conduct until a law specifically prohibiting such conduct is enacted; (ii) that the Federal Supreme Court recognize the delay of the National Congress to legislate on the matter; and (iii) that the Supreme Court impose a one-year deadline for the enactment of a law prohibiting all forms of homophobic and transphobic conduct.

LEGAL REASONING

1. The 1988 Federal Constitution assigned the Legislative Branch with the duty of enacting laws against discrimination, including discrimination based on sexual orientation (homophobia) and gender identity (transphobia).

2. A homosexual individual is a person attracted to people of the same sex. That refers to one's sexual orientation. A transsexual individual, on the other hand, is someone who identifies with the gender opposite to their biological sex. This is someone's gender identity. Sexuality can have many variations, grouped under the acronym LGBT[2]. The LGBT population in Brazil faces severe stigmatization and discrimination.

3. Sexuality is an intimate and fundamental part of one's own personality, connected to their dignity, autonomy, and freedom to pursue happiness, as well as to choose who should be the subject of their affection and desire.

4. It has been more than 30 years since the enactment of the 1988 Federal Constitution, and the National Congress has failed to pass a law prohibiting homophobic and transphobic conduct yet. This situation violates article 5, items XLI and XLII of the Federal Constitution, as well as the state's duty to protect a particularly vulnerable group.

[1] This case was heard alongside MI 4,733 (Rapporteur Justice Edson Fachin). We opted to sum up ADO 26 (Rapporteur Justice Celso de Mello) as it proved to be more relevant according to the Supreme Court's publicizing and social interest (*amicus curiae*) criteria.

[2] Currently known as LGBTQIAPN+.

5. In the Ellwanger Case (HC 82,424/RS), the Supreme Court defended that racism is not restrained to anthropological or biological aspects. Rather, it is connected to social behaviors aimed to unfairly degrade an individual or a group of individuals by stigmatizing and subjugating them, in contravention of the right to human dignity.

6. Hence, homophobic and transphobic actions constitute a social dimension of racism. For this reason, they are punishable under the Law against Racism (Law 7,716/1989) until the National Congress passes a piece of legislation specifically regarding these subjects.

7. This conclusion does not disregard freedom of speech or freedom of religion. Freedom of speech grants the free articulation of ideas, whereas freedom of religion supports the right to preach according to one's own dogmas and sacred scriptures. Both are respected as long as they do not constitute hate speech, i.e. speech that incites discrimination, hostility, or violence.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court recognized that the National Congress's omission to criminalize homophobic and transphobic conduct is in breach of the 1988 Federal Constitution (article 5, item XLI and XLII). The Supreme Court determined that, until the National Congress enacts a law on the matter, homophobic and transphobic conduct are considered a social dimension of racism and punishable under the Law against Racism (Law 7,716/1989).

ADDITIONAL NOTES

Rule Statement: "1. The Court decided that homophobic and transphobic conduct, which involves hateful aversion to someone's sexual orientation or gender identity, are comparable to expressions of racism, in a more social acceptation of the word. Henceforth, until the Brazilian Congress legislates on the matter, as demanded by the writs of injunction set forth in the Federal Constitution (article 5, items XLI and XLII), such behaviors are equaled to the crimes defined in Law No. 7,716 of August 1, 1989. In the case of a murder, these circumstances are deemed aggravating factors, as they constitute dishonest reasons as per the Criminal Code, article 121, paragraph 2, item I, final part. Criminally repressing homophobic and transphobic behavior does not restrict the exercise of religious freedom, regardless of the professed faith. The followers of a faith and its leaders [...] have the right to freely preach and spread [...] their ideas, express their beliefs according to their sacred texts and codes, and teach on their theology and doctrines [...]. However, these expressions must not constitute hate speech, i.e. speech that inspires discrimination, hostility, or violence against other individuals based on their sexual orientation or gender identity. The concept of racism, understood in its social dimension, extends beyond the biological or phenotypic aspects. As a manifestation of power, it is a result of historical and cultural constructions intended to justify inequality. It also serves the purposes of ideological control, political domination, social subjugation, and the denial of the otherness, dignity, and humanity of a vulnerable group (LGBTI+). As LGBTI+ individuals do not occupy

a dominant position within the social structure, they are perceived as distinct and marginalized within the legal system. They are subjected to an unfair and harmful situation of exclusion from the general protection of the law due to being hatefully diminished and perversely stigmatized."





ADI 6,341 MC-Ref

Health Measures to Combat COVID-19 and the Autonomy of the Federal Entities

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Marco Aurélio

Drafter of the Decision:
Justice Edson Fachin

Decision Date:
April 15, 2020

Matter:



CASE SUMMARY

Referendum on the provisional measure in Direct Action of Unconstitutionality (ADI) in which the constitutionality of the provisional measure issued by the President of the Republic was questioned to centralize in the federal government the decisions on dealing with the public health emergency resulting from the COVID-19 pandemic, such as isolation measures, quarantine and restrictions on movement. It was claimed that the rule disrespected the constitutional powers of states and municipalities to protect the right to health of their population, and violated the autonomy of the entities and, therefore, the federative principle itself (article 18 of the 1988 Federal Constitution).

LEGAL REASONING

1. The 1988 Federal Constitution provides that the entities that are part of the Brazilian Federation have the autonomy to organize, govern and administer themselves (article 18 of the 1988 Federal Constitution). In this sense, the states have concurrent competence with the federal government to legislate on health matters (article 24, item XII of the 1988 Federal Constitution). The municipalities, in turn, have the power to legislative on matter of local interest (article 30, item II of the 1988 Federal Constitution). In the same way, the federal government, the states and the municipalities have common administrative competence to implement measures to protect the health of their citizens (article 23, item II of the 1988 Federal Constitution).

2. It is the duty of all federal entities to guarantee the right to health and to prevent and combat epidemic diseases. In this context, the federal government legislates on general health standards, and the states and municipalities provide for specific measures, according to their local realities and needs. In the absence of federal legislation, the states still exercise full regulatory authority. Thus, the federal Executive Branch may issue provisional measures in health matters, provided that the autonomy of the other spheres of government to deal with the matter is preserved.

3. All federated entities must observe, in their actions, the technical and scientific recommendations of the World Health Organization (WHO), an international organization with expertise in the field. It would be serious, from a constitutional point of view, if, in the context of public health emergency and under the invocation of exclusive or private jurisdiction, the federal government's omissions were rewarded, preventing states and municipalities from implementing public policies essential to the protection of citizens.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court upheld the precautionary measure, recognizing that the federated entities (states, federal district and municipalities) have the power to legislate and adopt public health measures to combat the COVID-19 pandemic, in conjunction with the federal government.

ADDITIONAL NOTES

This decision is part of the context of the COVID-19 pandemic, declared a public health emergency of international concern by the WHO on March 11, 2020. Based on this classification, the WHO emphasized that all countries should activate and expand their mechanisms for responding to health emergencies, in addition to following technical and scientific recommendations on the subject. In the case of Brazil, states and municipalities played an important role in this matter.



RE 654,833

Civil Redress of Environmental Damage

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

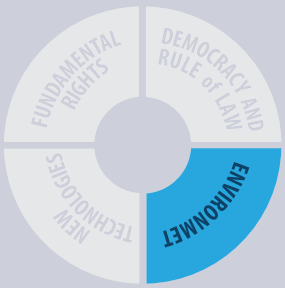
Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
Virtual

Rapporteur:
Justice Alexandre de Moraes

Decision Date:
April 20, 2020

Matter:



CASE SUMMARY

An Extraordinary Appeal (RE) which discusses the non-subjection to a statute of limitations of claims for civil redress for moral, material, and environmental damages caused by invaders of Indigenous land in the 1980s (Topic 999). The appellants rely on the constitutional principle of legal certainty, while the respondents rely on the principles of environmental protection and redress.

LEGAL REASONING

1. In the Brazilian legal system, the rule is that there is a time limit for filing an action. Not being subject to a statute of limitations is the exception, as it depends on external factors that the law considers to be unavoidable due to the passage of time. In this sense, it is important to consider that the consequences of environmental disasters are not limited to the present, but are projected into the future.

2. Indeed, the environment should be regarded as a common heritage of humankind, so that its full protection is guaranteed, especially in relation to future generations. The interest in protecting the environment must prevail over the principle of legal certainty, given its far-reaching impact on the entire community.

3. Furthermore, the redress of environmental damage is an inalienable fundamental right, which makes it imperative to recognize its non-subjection to a statute of limitations.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court ruled that the claim for civil redress for moral or material damages due to environmental losses has no statute of limitations, in accordance with the constitutional principles of protection, preservation and civil redress for environmental damage.

ADDITIONAL NOTES

Topic: Non-subjection to a statute of limitations of claims for civil redress for environmental damage (Topic 999).

Rule Statement: "The claim for civil redress for environmental damage for environmental damages has no statute of limitations."



ADPF 709 MC-Ref

Protecting Indigenous Peoples' Health Rights

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person[1]

Rapporteur:
Justice Luís Roberto Barroso

Decision Date:
August 5, 2020

Matter:



STRUCTURAL LITIGATION

CASE SUMMARY

A Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept (ADPF) concerning actions and omissions by the public authorities that jeopardize Indigenous peoples' right to their lands, health, and life, especially during the Covid-19 pandemic, by which it is requested: (i) the drafting of a health protection plan to deal with and monitor the pandemic; (ii) the guarantee of access for all Indigenous peoples (including those located on lands that have not yet been ratified) to the Indigenous health subsystem; (iii) the creation of health barriers and a health situation room to monitor the pandemic, specifically in the case of Indigenous peoples in voluntary isolation; (iv) the removal of invaders from specific lands, where the large contingent of invaders impacts the health and living conditions of Indigenous communities.

LEGAL REASONING

1. The Articulation of Indigenous Peoples of Brazil (APIB) has the legitimacy to file a direct action before the Federal Supreme Court in defense of the rights of Indigenous peoples, since the 1988 Constitution guarantees the right of such peoples to defend their own interests in court, as well as the respect for their forms of social organization (articles 231 and 232, 1988 Federal Constitution).

2. In addition, the concept of national class actions should be reconsidered so that it can be extended to entities dedicated to the defense of fundamental rights. This is the understanding that reconciles the legitimacy of such entities to bring a direct action with the constitutional jurisdiction's mission to protect these rights.

3. There are three guidelines for dealing with the provisional measures requested in the action. The *first guideline* consists of the *precautionary and preventive principle* and recommends that, in cases of doubt, the most protective perspective should be adopted in order to protect the rights to life, health, and the environment, since any damage may be difficult to reverse. In this regard, it is claimed that there is an imminent risk of mass extermination of Indigenous peoples as a result of the spread of the Covid-19 pandemic.

[1] This trial session was entirely conducted through videoconferencing (Resolution 672/2020/STF).

4. The *second guideline* refers to the need for intercultural dialogue on this issue. Indigenous peoples are more vulnerable to infectious diseases and have lower immunity and higher mortality rates than the national average. Furthermore, providing health care to Indigenous peoples requires understanding and respect for their cultural practices. For this reason, Convention 169 of the International Labour Organization (ILO), a standard within the Brazilian legal system, guarantees them the right to participate in the formulation of public policies related to health.

5. Finally, the *third guideline* also relates to dialogue between the branches of government. This is because the proper management of public health policy on Indigenous issues depends on dialogue between the Judiciary and the various authorities of the Executive Branch, which have expertise in the care of these peoples and are familiar with the public circumstances and limitations of the issue. This measure respects the principle of the separation of powers.

6. Regarding the removal of invaders present on Indigenous lands, although the measure is due, it is necessary to consider the risk of conflict and the need for police and military forces to enter such lands, which may increase the risk of conflict and contagion during the pandemic. For this reason, in the immediate term, containment and isolation of invaders from Indigenous communities or an alternative measure to avoid contact will be determined.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court partially upheld the provisional measure and ordered: (i) the preparation of a Covid-19 response and monitoring plan for Indigenous peoples by the government, with the participation of Indigenous peoples, authorities, and civil society organizations, to be approved by the Federal Supreme Court; (ii) the extension of the services of the Indigenous Health Subsystem to Indigenous peoples living on non-approved lands and to non-village (urban) residents who do not have access to the Unified Health System (SUS); (iii) the creation of sanitary barriers and a health situation room to protect isolated Indigenous peoples; (iv) the isolation and containment of invaders on Indigenous lands (without immediate removal, due to the risk of conflict and contagion that this measure could generate during the pandemic).

ADDITIONAL NOTES

Subsequently, other decisions, provisional measures, and incidental interlocutory remedies granted by the Federal Supreme Court in the same action established: (i) the strengthening of the protection of certain Indigenous peoples under attack; (ii) the suspension of an administrative act that allowed the suppression of public services to the detriment of Indigenous peoples living in non-ratified lands; (iii) the removal of invaders from Indigenous lands.





ADPF 635 MC

Reducing Police Killings and Protecting Fundamental Rights

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
Virtual

Rapporteur:
Justice Edson Fachin

Decision Date:
August 18, 2020

Matter:



STRUCTURAL LITIGATION

CASE SUMMARY

A Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept (ADPF) requesting the Supreme Court to recognize the high mortality rate of police operations carried out in peripheral communities in the state of Rio de Janeiro, and asking the Court for structural public measures to reduce it. The party seeks preliminary injunctions for the creation of police action guidelines on the use of force, as well as measures to investigate and monitor police operations. The plaintiff cites the fundamental precepts of life, human dignity, security, the inviolability of the home, equality, and the priority of children and adolescents in terms of fundamental rights.

LEGAL REASONING

1. The state of Rio de Janeiro suffers from a structural public security problem caused by the actions and omission of multiple public authorities. This reflects in the high number of police killings in operations that take place in underserved communities of the city. This issue leads to the systematic violation of fundamental precepts of the 1988 Federal Constitution, such as the rights to life and to the public security of these communities and of police officers themselves. To tackle the problem, the state should implement actions that ensure the proportional use of force so as to avoid endangering innocent lives.

2. In this regard, the Court ordered the adoption of the following measures, among others: (i) the issuance of search and seizure warrants that specify their purposes and targeted individuals, thus prohibiting general court orders for police entry into any and all residences; (ii) the production of detailed reports on operations, detailing each intervention, and the Federal Prosecutor Service's external oversight, so as to hold officers involved in abuses accountable; (iii) the preservation of evidence of crimes against life, therefore enabling forensic investigations and ensuring auditability; (iv) the restriction of police operations near schools, nurseries, and hospitals, especially at their start and end times; (v) the use of killing reduction indicators in calculating officers' bonuses.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court partially granted the injunctions and imposed constraints to police operations in underserved communities in order to reduce police killings.

ADDITIONAL NOTES

After this ruling, within the same case, the Court granted other injunctions with the same end of reducing killings in operations. For instance, the Court required the police personnel to use cameras and GPS devices in their uniforms and vehicles, thus allowing for the monitoring of the use of force. Additionally, it ordered the creation of police action protocols to ensure proportional use of force.



ARE 1,267,879[1]

Compulsory Vaccination of Children and Adolescents

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person[2]

Rapporteur:
Justice Luís Roberto Barroso

Decision Date:
December 17, 2020

Matter:



CASE SUMMARY

An Extraordinary Appeal lodged against a decision of the Court of Appeals of the State of São Paulo, which ruled that parents must vaccinate their underage children with the vaccines required by the Ministry of Health, based on the National Immunization Program (Law 6,259/1975) and the Statute of the Child and Adolescent (Law 8,069/1990). The appeal is centered on whether parents should be allowed to refuse to immunize their minor children due to personal convictions (article 5, items VI and VIII of the 1988 Federal Constitution).

LEGAL REASONING

1. The 1988 Federal Constitution protects freedom of conscience and mentions everyone has the right to make their personal choices (article 5, items VI and VIII of the 1988 Federal Constitution). However, as no right is absolute, freedom of conscience needs to be balanced with the right to life, the right to health (articles 5 and 196), and the prioritary protection of children and adolescents (article 227 of the 1988 Federal Constitution).

2. The State can impose mandatory vaccination as long as the immunizing product: (i) is duly registered with a health security body; (ii) is part of the National Immunization Program; and (iii) is made compulsory by legislation or competent authority. Brazilian law provides for mandatory vaccination for decades, recognizing vaccines as an effective and legitimate measure for public health security and the prevention of highly contagious diseases.

3. The health of children and adolescents must be prioritized, in accordance with the Statute of Children and Adolescents and the constitutional principle of the precedence of children. Parental authority does not allow parents to refuse mandatory inoculation for their children. They may not endanger the health of their children or third parties based on philosophical convictions.

[1] Adjudicated alongside ADI 6,586/DF and ADI 6,587/DF, on the vaccination against COVID-19, both with Justice Ricardo Lewandowski as the Rapporteur.

[2] This trial session was entirely conducted through videoconferencing (Resolution 672/2020/STF).

4. The phrase "mandatory vaccination" does not mean people may be forcefully vaccinated. It does, however, allow vaccination to be a requirement to practice certain actions (such as school enrollment) and government benefits (such as family allowance) or even attract punishment—which must observe the principles of reasonableness and proportionality.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court ruled in favor of compulsory vaccination through approved vaccines listed in the National Immunization Program, considering it does not violate freedom of conscience, the philosophical conviction of parents, or parental authority.

ADDITIONAL NOTES

This case was adjudicated in the context of the COVID-19 pandemic. Particularly in Brazil, in addition to the challenges inherent to containing contagion, the country was placed in a context of disinformation and discouragement of vaccination caused by public bodies and agents, as well as a lack of federal-level coordination in vaccination.

Topic: The possibility for parents to refrain from vaccinating their children on the grounds of philosophical, religious, moral, and existential convictions (Topic 1,103).

Rule Statement: "The compulsory immunization through vaccines registered with a health security body is constitutional, provided that the vaccine is (i) listed in the National Immunization Program; (ii) made mandatory by law; or (iii) required by the Federal Government, States, the Federal District, or Municipalities, based on scientific and medical consensus. In such cases, it does not constitute a violation of freedom of conscience, parental authority, or the philosophical beliefs of parents or guardians."



ADPF 708

Omission of the Federal Government to Allocate Resources of the National Fund on Climate Change (Climate Fund)

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

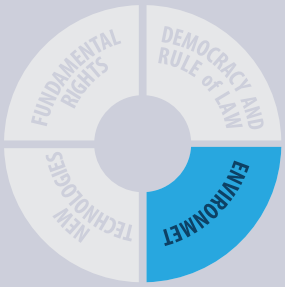
Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
Virtual

Rapporteur:
Justice Luís Roberto Barroso

Decision Date:
July 4, 2022

Matter:



CASE SUMMARY

A Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept (ADPF) alleging that the Federal Government maintained the National Fund on Climate Change (Climate Fund) inactive during 2019 and 2020, while not allocating a large part of resources to combat climate change.

The documents attached to the case prove that the Federal Government was negligent in managing the Fund. This omission was intentional, with the aim of waiting until it was possible to change the composition of the Fund's Management Committee so that the Executive Branch could control the information and decisions on the allocation of resources. It is important to highlight the context of systemic suppression and the weakening of public administration boards, as well as the reduction of civil society participation.

The plaintiffs request for the Climate Fund to resume its operation; the allocation of resources to combat climate change and for the Executive Branch to refrain from further omissions; and for the prohibition of the contingency of the amounts allocated to the Fund, based on the constitutional right to ensure a healthy environment for present and future generations.

LEGAL REASONING

1. The Constitution recognizes the right to a healthy and balanced environment as a fundamental right, and the rights incorporated by international treaties ratified by Brazil have the supralegal status of human rights. It is the constitutional, supralegal, and legal duty of the Federal Government to protect the environment and combat climate change for present and future generations. The defense and protection of the environment extends to human actions that destroy the planet. Protecting the environment is not a political choice, but a constitutional duty with a binding legal nature. Thus, the omission in the operationalization of the Climate Fund is unconstitutional under articles 225 and 5, paragraph 2 of the 1988 Federal Constitution.

2. Hence, it is the Federal Government's duty to allocate resources for combating climate change and ensuring the achievement of the reduction of greenhouse gas emission's goal. Additionally, the Federal Government must fund activities aimed at improving the quality of urban environmental life through actions that mitigate climate change and adapt to its effects, as provided for in articles 2 and 225, coupled with article 9, paragraph 2 of the Fiscal Responsibility Law [*Lei de Responsabilidade Fiscal*, LRF].

3. Furthermore, under article 2 of the 1988 Federal Constitution, article 9, paragraph 2 of the LRF (Supplementary Law No. 101/2000), and the precedent set by the provisional remedy of ADPF 347 (Rapporteur Justice Marco Aurélio), the contingency of the Climate Fund amounts is unconstitutional:

i. Due to the serious context of the Brazilian environmental situation, which has a direct relationship of dependence with the essential core of multiple fundamental rights;

ii. Since these amounts are linked to expenses that were the subject of a decision by the Legislative Branch, aimed at fulfilling a constitutional and legal obligation, with a specific destination.

DECISION OF THE COURT

Considering the constitutional right to a healthy environment (article 225 of the 1988 Federal Constitution), the country's duty to comply with rights and commitments adopted internationally (article 5, paragraph 2 of the 1988 Federal Constitution), as well as the principle of separation of powers, which rules the "expenses that establish constitutional and legal obligations" (article 2 of the 1988 Federal Constitution, coupled with article 9, paragraph 2 of Supplementary Law 101/2000), the Federal Supreme Court upheld the claim to: (i) recognize the Federal Government's omission due to the failure to fully allocate the Climate Fund's resources for 2019; (ii) order the Federal Government to refrain from omitting itself to make the Climate Fund operational or to allocate its resources; and (iii) prohibit the contingency of the revenues that comprise the Fund.

ADDITIONAL NOTES

Rule Statement: "The Executive Branch has a constitutional duty to operate and allocate the Climate Fund's resources on an annual basis, for the purposes of mitigating climate change. The contingency is prohibited, as there is a constitutional duty to protect the environment (article 225 of the 1988 Federal Constitution), international rights and commitments assumed by Brazil (article 5, paragraph 2 of the 1988 Federal Constitution), as well as the constitutional principle of separation of powers (article 2 of the 1988 Federal Constitution, coupled with article 9, paragraph 2 of the LRF)."



ADPFs 850, 851, 854, and 1,014[1]

Secret Budget

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Rosa Weber

Decision Date:
December 19, 2022

Matter:



CASE SUMMARY

A Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept (ADPF) aimed at making the practice known as "secret budget" unconstitutional. According to the plaintiffs, through this practice, the parliamentary group allied with the President of Brazil obtained budgetary resources through General Rapporteur Amendments in exchange for voting in Congress according to the interests of the Federal Executive Branch. These resources had no identification of the lawmaker who proposed them, the amount allocated, or their earmarking, rendering them impossible to control.

This conduct allegedly violated the constitutional principles of legality, impersonality, publicity, and efficiency (article 37 of the 1988 Federal Constitution) and disregarded constitutional norms of budget planning and responsibility in budgetary management (article 166 of the 1988 Federal Constitution), fragmenting public resources and creating a serious risk to the institutional capacity of the State to achieve its goals. Similarly, the practice jeopardizes citizens' right to information, transparency, and social control (article 5, item XXXIII; article 37, paragraph 3, item II; and article 165 of the 1988 Federal Constitution).

LEGAL REASONING

1. Parliamentary amendments to the annual budget bill are authorized by the Constitution (article 166 of the 1988 Federal Constitution) and intended to enable lawmakers to respond directly to the most concrete and urgent demands of the population they represent and allocate the necessary resources to meet their needs. These amendments are legitimate as long as they comply with the constitutional norms for the preparation and execution of the budget.

2. The practice of the secret budget consists of using General Rapporteur Amendments—amendments to the Federal Government's annual budget bill submitted through the rapporteur of the bill in Congress—to add new public expenses and budget plans. This practice makes impossible to accurately identify the parliamentarian who proposed the allocation, the amount

[1] Adjudicated alongside ADPFs 851, 854, and 1,014.

appropriated, and the earmarking of the resource. As implemented, this practice prevents control over the use of resources and violates the constitutional principles of legality, impersonality, publicity, and efficiency (article 37 of the 1988 Federal Constitution); the constitutional norms on budget planning and responsibility in budgetary management (article 166 of the 1988 Federal Constitution); and citizens' rights to information, transparency, and social control (article 5, item XXXIII; article 37, paragraph 3, item II; and article 165 of the 1988 Federal Constitution).

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court declared unconstitutional the practices of the secret budget. They consist of unduly using General Rapporteur Amendments to change the Federal Government's annual budget bill, adding new public expenses and budget plans, without the identification of the parliamentarians who proposed the allocations, the amount allocated, or its earmarking. Hence, the Court prohibited this type of amendment.

ADDITIONAL NOTES

The decision also determined that, among other measures, all recipients of public resources and governmental bodies that had a secret budget to appropriate, settle, and pay expenses with public funds in the fiscal years of 2020 to 2022 (budget indicator RP 9) must publish data on the services, works, and purchases, indicating the parliamentarians who asked for the resources and their beneficiaries, in an accessible, clear, and reliable manner, within 90 days. Despite the decision, the debate on the subject returned to the Supreme Court through case ADPF 854.

Rule Statement: "General Rapporteur Amendments are intended exclusively to correct errors and omissions, as stated in article 166, paragraph III, subitem *a* of the 1988 Federal Constitution. They must not be misused to create new expenses or expanding budget plans set out in the annual budget bill."

ADC 51

Direct Request of Data to Internet Service Providers Located Abroad

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

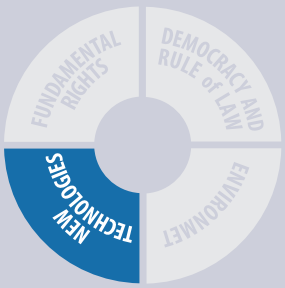
Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Gilmar Mendes

Decision Date:
February 23, 2023

Matter:



CASE SUMMARY

An Action for the Declaration of Constitutionality (ADC) concerning norms on international legal cooperation between Brazilian and foreign legal authorities for the sharing of private communication data of Internet service provider users for criminal investigation purposes. Due to the claim of constitutionality of these norms, Brazilian authorities should not be able to request data directly from foreign technology companies and their representatives in Brazil.

LEGAL REASONING

1. The legal issue raised by the action is about the possibility of the Judiciary ordering the direct disclosure of private communication to the Brazilian authorities by Internet platforms. This is because such platforms store data in different countries, which can lead to debates about the limits of Brazilian jurisdiction, as well as tensions between Brazil and other sovereign countries.

2. The understanding of data storage by large technology companies is highly complex. The information is stored in "clouds" so there can be a decoupling between the location of the network access (and where potential illegal acts are carried out) and the location where the data is stored in different countries. This situation highlights the "non-territorial" nature of the data.

3. In this sense, article 11 of the Internet Civil Act (Law 12,965/2014)—supported by article 18 of the Budapest Convention—ensures the application of Brazilian law to activities involving the collection, storage, retention, and treatment of records, data, and electronic communications that take place in the national territory, even if the legal entity that holds this information is located or stores it abroad.

4. The prospect of a direct request under article 11 of the Internet Civil Act and article 18 of the Budapest Convention is a way to guarantee the right to information and reaffirm the principles of national sovereignty and independence (article 1, item I, and article 4, item I of the 1988 Federal Constitution). It also reinforces the State's duty to protect the fundamental rights and public security

of Brazilian citizens or residents in the country. The direct request expedites investigations of national interest and helps guarantee the effectiveness of data protection rules.

5. In this regard, national authorities can request data and the content of private communications directly from foreign technology companies, in cases where there are: (i) data collection and processing activities in the country; (ii) possession or control of the data by a company with representation in Brazil; and (iii) crimes committed by individuals located in national territory, in accordance with article 11 of the Internet Civil Act and article 18 of the Budapest Convention.

6. The direct request for data by national authorities does not preclude requests through mutual legal assistance agreements in criminal matters signed between Brazil and other countries.

DECISION OF THE COURT

The request was upheld in part, to declare the constitutionality of the norms on international legal cooperation between Brazilian and foreign judicial authorities for the sharing of private communication data of users of internet providers, for the purpose of criminal investigation.

Without prejudice to this, the Federal Supreme Court also held that it is possible for national authorities to directly request data and electronic communications from technology companies in cases of data collection and processing activities in the country, possession or control of data by a company with representation in Brazil and crimes committed by individuals located in national territory.

ADDITIONAL NOTES

This discussion is part of the context of the activities of digital criminal organizations, a phenomenon observed in Brazil and several other countries. These organizations operate on the internet with the aim of attacking people, institutions, and the Rule of Law. National authorities find it difficult to investigate these criminal practices, among other reasons because the traditional structures of legal cooperation between countries do not yet allow for obtaining electronic data with the agility and legal certainty needed to deal with the new reality of cybercrime.





ADPF 779

The Theory of Defense of One's Honor for Crimes against Women is Unconstitutional

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Dias Toffoli

Decision Date:
August 1, 2023

Matter:



CASE SUMMARY

A Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept (ADPF) in which the constitutionality of a defense theory known as the "defense of one's honor," used in cases of femicide or violence against women, is challenged. This theory was typically used to exonerate those accused of femicide in jury trials where the jury panel had no technical knowledge. The petitioners claim its application violates the principles of human dignity (article 1, item III of the Federal Constitution) and the rights to life and gender equality (article 5, head paragraph of the Federal Constitution).

LEGAL REASONING

1. The theory of defense of one's honor was usually employed in cases of femicide or violence against women to justify the wrongdoing, arguing it should not be considered an offense but sociably acceptable behavior. The argument was that homicide or violence are fair when the victim has been unfaithful to her partner, as this conduct supposedly hurt the offender's honor.

2. The acceptance of the theory of defense of one's honor in court has negative consequences for women and society, as it formalizes the inequality between men and women, naturalizes and encourages domestic violence against women and femicide, and contributes to the impunity of the aggressor.

3. For these reasons, the theory is unconstitutional and must not be used by the defense, the prosecution, the police, or the court itself, before or during criminal proceedings. Any reference to this theory could lead to the annulment of the evidence or the decision, even in the case of jury trials. It is the duty of the state to exercise a minimum degree of control over the decision of a jury when the conclusion is based on discriminatory, unworthy, and unconstitutional arguments, as is the case with the defense of one's honor.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court has ruled that the theory of defense of one's honor, used in criminal proceedings in cases of femicide or violence against women, is unconstitutional, as it violates the principles of human dignity (article 1, item III of the Federal Constitution), protection of life, and gender equality (article 5, head paragraph of the 1988 Federal Constitution). For this reason, such a theory must not be used at any stage of criminal proceedings, including before the jury trial, under penalty of nullity.

ADDITIONAL NOTES





RE 1,017,365

Land Traditionally in Use by Indigenous Communities Will Not Be Subject to the *Marco Temporal*

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

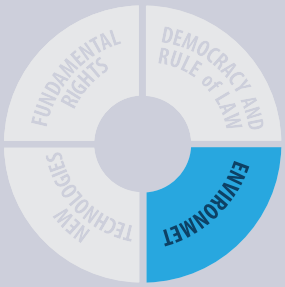
Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-Person

Rapporteur:
Justice Edson Fachin

Decision Date:
September 27, 2023

Matter:



CASE SUMMARY

An Extraordinary Appeal (RE) which deals with the interpretation of the constitutional rules governing the primordial right of Indigenous peoples to the lands they traditionally occupy, when the area of traditional Indigenous occupation partially coincides with a biological reserve and with an area occupied by private individuals. The issues under discussion include (i) the applicability of the *Marco Temporal* thesis, according to which Indigenous peoples only have the right to the lands they occupy at the time of the promulgation of the 1988 Constitution, even if the community has been forcibly displaced and prevented from returning; (ii) the procedure to be followed by the federal government in demarcating these lands, and the possibility of revision in the event of error; (iii) the right to prior compensation from third parties in good faith, with just title, if there was no Indigenous occupation at the time of the promulgation of the Constitution; (iv) the compatibility between traditional Indigenous occupation and environmental preservation; (v) the right of Indigenous peoples to participate in processes in which their interests are discussed, without preventing the concurrent participation of the National Indigenous People Foundation (FUNAI).

LEGAL REASONING

1. The rights of Indigenous peoples to the lands they traditionally occupy are original rights. Therefore, they preexist and are opposed to any other right or encumbrance. They are also inalienable, unavailable and imprescriptible. In this sense, the procedure for demarcating these lands is merely declaratory in nature and does not serve to constitute the rights mentioned, but only to guarantee them. Moreover, it is also a fundamental right, which cannot be suppressed, under penalty of violating an entrenchment clause (article 231, Federal Constitution of 1988).

2. Indigenous possession differs from possession under civil law, the latter being of an economic and commercial nature. This is because Indigenous possession is exercised according to the culture, customs and worldview of the Indigenous people, as a

condition for their own subsistence as people, covering the areas they inhabit on a permanent basis, those used for their productive activities, those essential for the preservation of the environmental resources necessary for their well-being and those necessary for their physical and cultural reproduction.

3. Under these conditions, the absence of an Indigenous community from a given area of traditional occupation at the time of the promulgation of the 1988 Federal Constitution does not exclude their right to it, if it is proved that the community was removed against its will and was unable to return. Traditionality and the facts surrounding the departure from the territory must be proven by means of an anthropological report, in the course of the demarcation process.

4. It is possible to resize a demarcation if it can be demonstrated that it does not respect the limits of traditional occupation as provided for in the Constitution, which must also be the subject of an anthropological report.

5. In the case of Indigenous lands that were unoccupied at the time of the promulgation of the Constitution and that have been transferred to third parties in good faith and with just title, it is necessary to reconcile the rights of these third parties with the rights of the Indigenous peoples, by guaranteeing the former the right to retain the area until they have been previously compensated for their loss. This compensation includes the value of the bare land if there is no possibility of private individuals being resettled.

6. There is no conflict between Indigenous occupation and the protection of the environment, since the typical way of life of these peoples, in accordance with their customs and traditions, ends up giving rise to the protection of the environmental resources necessary for their subsistence (through hunting, fishing and cultivation), as well as for their spiritual and cultural activities.

7. Finally, Indigenous peoples have the right to participate in legal proceedings that concern their interests, regardless of the participation of the National Indigenous People Foundation (FUNAI), both because the Federal Constitution expressly guarantees this and because it guarantees respect for their own social organizations and way of living and acting (articles 231 and 232, Federal Constitution of 1988).

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court (STF) rejected the *Marco Temporal* thesis and concluded that the possession of Indigenous peoples over the lands they traditionally occupy is an original right of these peoples, whose traditional occupation must be considered in accordance with the parameters expressly provided for in the constitutional text (paragraphs 1 and 2, article 231 of the Federal Constitution of 1988).

ADDITIONAL NOTES

Topic: "Definition of the legal-constitutional status of the ownership of traditional Indigenous lands, in the light of the provisions of article 231 of the constitutional text" (Topic 1,031).

Rule Statement: "I – Demarcation consists of a declaratory procedure of the original territorial right to possession of lands traditionally occupied by an Indigenous community;

II – Traditional Indigenous possession is distinct from civil possession, consisting of the occupation of lands permanently inhabited by Indigenous people, those used for their productive activities, those essential for the preservation of the environmental resources necessary for their well-being and those necessary for their physical and cultural reproduction, according to their uses, customs and traditions, under the terms of paragraph 1, article 231 of the constitutional text;

III – Constitutional protection of the original rights to the lands Indigenous peoples traditionally occupy does not depend on the existence of the *Marco Temporal* on October 5, 1988 or on the configuration of a persistent dispossession, such as a physical conflict or a persistent judicial controversy at the time of the promulgation of the Constitution;

IV – In the case of traditional Indigenous occupation or persistent dispossession contemporary to the promulgation of the Federal Constitution, the compensation regime relating to useful and necessary improvements, provided for in the paragraph 6, article 231 of the Federal Constitution 1988, shall apply;

V – In the absence of traditional Indigenous occupation or persistent dispossession on the date of the promulgation of the Constitution, the perfect legal acts and transactions and the res judicata relating to the just title or possession in good faith of lands traditionally occupied by Indigenous people are valid and effective, producing all their effects, with the individual having the right to fair and prior compensation for necessary and useful improvements from the Federal Government. When the resettlement of the individuals is unfeasible, they will be entitled to compensation from the Federal Government (with the right of recourse against the federative entity that titled the area) corresponding to the value of the bare land, paid in cash or in agrarian debt bonds, if it is in the interest of the beneficiary, and processed in separate proceedings from the demarcation procedure, with immediate payment of the undisputed portion, guaranteeing the right of retention until the undisputed value is paid, allowing self-composition and the regime of paragraph 6, article 37 of the Federal Constitution of 1988;

VI – Compensation is not possible in cases that have already been settled, arising from Indigenous lands that have already been recognized and declared in a demarcation process, with the exception of cases that are before the courts and in progress;

VII – It is the Federal Government's duty to carry out the demarcation procedure for Indigenous lands, and the formation of reserved areas is only permitted in the event of the absolute impossibility of realizing the constitutional demarcation order. In any case, the Indigenous community must be heard and, if necessary, self-composition must be sought between the respective federal entities in order to identify the lands needed to form the reserved areas, always bearing in mind the pursuit of the public interest and social peace, as well as proportional compensation for the Indigenous communities (article 16,4 of the 169 Convention, ILO);

VIII – The initiation of a procedure for resizing Indigenous land is not prohibited in the event of non-compliance with the elements contained in article 231 of the Federal Constitution, by means of a request for review of the demarcation process submitted within five years of the previous demarcation, and it is necessary to prove a serious and irremediable error in the conduct of the administrative process or in the definition of the limits of the Indigenous land, except for ongoing legal actions and requests for review already initiated up to the date of conclusion of this judgment;

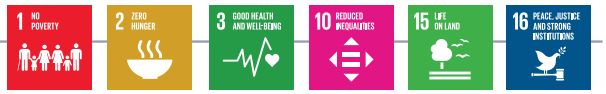
IX – The anthropological report carried out under the terms of the Decree 1,775/1996 is one of the fundamental elements for demonstrating the traditional nature of the occupation of a given Indigenous community, in accordance with its uses, customs and traditions, in the form of the normative instrument mentioned;

X – The lands traditionally occupied by the Indigenous peoples are the permanent property of the community, and the Indigenous peoples have the exclusive use of the riches of the soil, rivers and lakes that exist there;

XI – The lands traditionally occupied by Indigenous people, as public lands, are inalienable, unavailable, and the rights over them are imprescriptible;

XII – The traditional occupation of Indigenous lands is compatible with the constitutional protection of the environment, and the exercise of the traditional activities of Indigenous peoples is guaranteed;

XIII – The Indigenous peoples have civil and legal capacity and are legitimate parties in the processes in which their interests are discussed, without injury to it, in accordance with the law, to the concurrent legitimacy of FUNAI and the intervention of the Federal Prosecution Service in its law enforcement duty."



ADPF 347

Massive Violation of Fundamental Rights in the Brazilian Prison System

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Marco Aurélio

Drafter of the Decision:
Justice Luís Roberto Barroso

Decision Date:
October 4, 2023

Matter:



STRUCTURAL LITIGATION

CASE SUMMARY

A Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept (ADPF) to recognize and declare the unconstitutional state of affairs of the Brazilian prison system due to the serious and massive violation of prisoners' human rights. It also proposes the determination of measures aimed at promoting the improvement of prison conditions, as well as the containment and reversal of the process of hyperincarceration and overcrowding in Brazilian prisons.

LEGAL REASONING

1. In the Brazilian prison system, the scenario is one of massive violation of fundamental rights and is characterized by: (i) overcrowding and poor quality of existing places, which are impacted by a deficit in the supply of essential goods and services that are part of the existential minimum; (ii) new prisoners entering the system in an unwarranted and disproportionate manner, including first-time offenders and crimes of low dangerousness, which only contributes to the worsening of crime; and (iii) the prison time being longer than that provided for in the conviction or the regime being more severe than what is due. This situation compromises the system's ability to fulfill its purpose of resocializing prisoners and guaranteeing public safety. Thus, the current scenario is in disagreement with the rules established in the 1988 Federal Constitution (article 3, item III, and article 5, items XLVII, XLVIII, and XLIX), in the international human rights treaties to which Brazil is a party, and in other laws applicable to the matter (including the Sentence Execution Law).

2. This is a structural problem, defined by the deep contempt for prisoners' fundamental rights, which is why the Court recognized the unconstitutional state of affairs in the Brazilian prison system. Accordingly, the solution to the issue requires the cooperative action of several authorities to draw up national and local plans, with the participation of institutions and the community, to achieve a satisfactory resolution.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court partially granted the Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept (ADPF), recognizing the Brazilian prison system is facing an unconstitutional state of affairs due to a massive violation of the fundamental rights of prisoners.

In order to overcome this situation, the Supreme Court imposed several measures on the government. For instance, the Federal Government, States, and Federal District, with the aid of the National Council of Justice, are to prepare, in 6 months, a plan to improve those conditions, and implement it in 3 years. The plans must cover the main problems of the prison system: (i) overcrowding and poor conditions; (ii) the excessive influx of prisoners; and (iii) the delayed release of prisoners. The Supreme Court will approve the plans, and their execution will be monitored by the National Council of Justice, with the Supreme Court's supervision.

ADDITIONAL NOTES

Rule Statement: "1. There is an unconstitutional state of affairs in the Brazilian prison system, responsible for the massive violation of prisoners' fundamental rights. This calls for the joint action of several authorities, institutions, and the community in order to reach an appropriate solution. 2. Hence, the Federal Government, States, and Federal District, alongside the Department of Monitoring and Inspection of the National Council of Justice (DMF/CNJ), must formulate plans to be submitted for the Supreme Court's approval according to the deadlines, directives, and aims set in this decision. These plans must comprise mostly the conditions of overcrowding, the poor quality of prisons, and the inflow and outflow of prisoners. 3. The Council of National Justice will carry out a study and regulate the creation of courts of execution of sentences proportional to the number of criminal courts and prisoners."





ADPF 1,013

Regular and Free Public Transportation on Election Days

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

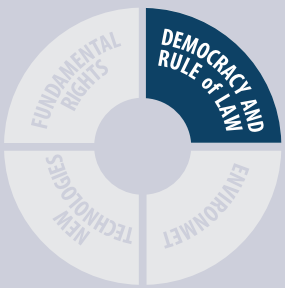
Competent Court:
Full Court

Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Luís Roberto Barroso

Decision Date:
October 18, 2023

Matter:



CASE SUMMARY

A Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept (ADPF) that alleges the government failed to provide, on election days, free public transportation as frequently as in working days.

The request is based on citizens' rights to transportation and, particularly, the right to vote. It argues that the cost for travelling to polling stations is significantly higher than the abstention fine, as voting is compulsory in Brazil.

LEGAL REASONING

1. Article 14 of the Federal Constitution states that every citizen has the right and obligation to vote. Therefore, any infringement of this right is a violation of the Constitution. Considering the extreme social inequality that exists in Brazil, the absence of a public policy granting free transportation on election days has the potential of creating, in practice, a type of census suffrage, preventing the underprivileged from participating in the electoral process.

2. Elections must be attended by the largest number of voters and be free and fair, giving the entire population equal access. Therefore, public authorities have the constitutional duty to ensure free and regular public transportation in urban areas on election days. Its implementation is a constitutional requirement, as it promotes equal participation, providing significant numbers of voters with access to the ballot. In addition, it combats illegalities as it prevents transportation from serving as an instrument of interference in the electoral result.

3. The right to vote is not only a negative liberty, which requires the State to refrain from prohibiting or hindering its exercise, but also covers positive obligations, offering everyone equal opportunities to participate.

4. Against this backdrop, it is appropriate to adopt a solution that recognizes the National Congress' priority to legislate on the matter and, at the same time, stops this constitutional violation until a law is enacted. Appealing to the Legislative Branch is one of the possibilities for institutional dialogue between the Judicial and Legislative Branches. This solution privileges the legislative competence of the National Congress without neglecting the normative force of the Constitution.

DECISION OF THE COURT

The Federal Supreme Court heard the Claim of Non-Compliance with a Fundamental Precept and partially granted the request to recognize the existence of an unconstitutional omission due to the absence of a policy to offer free public transportation on election days. The Court requested the National Congress to pass a law regulating the matter. In case a law is not enacted by the municipal elections of 2024, municipal and intercity public urban transportation—including the metropolitan—must be offered free of charge and as frequently as on working days.

ADDITIONAL NOTES

Rule Statement: "The government's failure to provide free public transportation in urban areas with a frequency commensurate with working days is unconstitutional."



ADO 20

Legislative Omission in the Regulation of Paternity Leave

Country:
Brazil

Court:
Federal Supreme Court

Competent Court:
Full Court

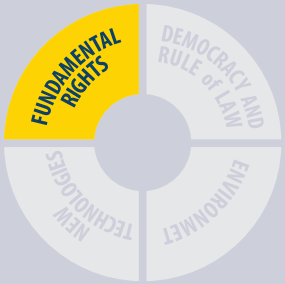
Format of the Session:
In-person

Rapporteur:
Justice Marco Aurélio

Drafter of the Decision:
Justice Edson Fachin

Decision Date:
December 14, 2023

Matter:



CASE SUMMARY

A Direct Action of Unconstitutionality by Omission (ADO) filed due to an absence of regulation for paternity leave under article 7, item XIX of the 1988 Federal Constitution, citing a legislative delay and inadequate protection under existing law.

The 1988 Federal Constitution establishes a five-day paternity leave, until a complimentary law sets new rules. However, it has been over 35 years and the legislature is yet to regulate the matter.

LEGAL REASONING

1. The right to paternity leave is a fundamental right essential for the implementation of the family´s institutional guarantees (article 226 of the 1988 Federal Constitution), the full protection of childhood (articles 6 and 203 of the 1988 Federal Constitution), and the guaranty of fundamental right to equality between women and men (article 5, item I of the 1988 Federal Constitution).

2. Given the changing roles of men and women in the family and society and the increased participation of women in the labor market, it is essential to develop public policies on childcare. They should contribute to gender equality, the best interests of the child, the mental health of fathers and mothers, family planning, and reduce the impact of childbearing on women's careers.

3. It is necessary to change the behavioral patterns of men and women regarding the division of labor, especially in relation to domestic work. The International Labor Organization (ILO) has confirmed that social and economic progress is more equal and sustainable when maternity and paternity leave are shared.

4. In addition, it is essential that there is a cooperative effort of political and public agents in all government fields. This would help to implement and enhance the effectiveness of constitutional norms, especially when it comes to fundamental social rights expressed in the Constitution, as in the case of paternity leave, provided for in article 7, item XIX of the 1988 Federal Constitution.

DECISION OF THE COURT

The Supreme Court granted the request to declare an unconstitutional omission, stating the legislative delay regarding the regulation of article 7, item XIX of the 1988 Federal Constitution and article 10, paragraph 1 of the Temporary Constitutional Provisions Act, establishing an 18-month deadline for the National Congress to remedy the omission. If that does not happen, the Court is authorized to adjudicate on the matter.

ADDITIONAL NOTES

Rule Statement: "There is an unconstitutional omission in the delay to regulate paternity leave as provided in article 7, item XIX of the 1988 Federal Constitution. The Court set a deadline of eighteen (18) months for the Legislative Branch to rectify the omission. If the National Congress fails to do so, the Supreme Court is authorized to determine the concrete conditions for granting the fundamental right to paternity leave."



CASOS RELEVANTES

PRESENTACIÓN

Es con gran alegría que presentamos la publicación **Casos Relevantes del Supremo Tribunal Federal**, que reúne fallos paradigmáticos dictados por el Pleno del Supremo Tribunal Federal (STF) entre la promulgación de la Constitución Federal de 1988 y el año 2023. A lo largo de las casi cuatro décadas de vigencia de la Constitución, el STF juzgó temas que marcaron profundamente la vida política, social, económica y jurídica de Brasil, realizando derechos, protegiendo la democracia e influyendo en el día a día de las instituciones. Esta obra pretende inventariar parte de tales casos, ofreciendo al público una comprensión clara de lo que hace el Supremo, de los asuntos que juzga y del impacto de sus decisiones en la vida de las personas. De hecho, los casos reunidos en este volumen retratan algunos de los dilemas más representativos y las necesidades más urgentes de la sociedad brasileña.

La obra también cumple la importante función de dar visibilidad internacional a las decisiones del STF. Como se trata de un Tribunal que se pronuncia en portugués, pero que está situado en un continente que se comunica mayoritariamente en español e inglés, es fundamental ofrecer al menos resúmenes de las decisiones más importantes del STF en estos dos idiomas, para que la Corte pueda darse a conocer, para que diferentes actores extranjeros puedan formarse una impresión del rol que desempeña, para que pueda haber un intercambio con otros tribunales. En un mundo marcado por retos que dependen de la información y de la acción coordinada entre países y continentes, es esencial que los distintos tribunales puedan conocer las experiencias y soluciones de los demás. Por esta razón, este material está disponible en portugués, inglés y español.

Cabe destacar, además, que el STF es un tribunal que decide decenas de miles de casos anualmente, un volumen considerable en comparación con otras cortes a nivel mundial. También es responsable de la aplicación de una constitución analítica, que aborda un abanico muy amplio de temas: desde los derechos fundamentales hasta el derecho fiscal y presupuestario; desde la democracia y el medioambiente hasta la seguridad social y las telecomunicaciones. Así, las cuestiones tratadas en las decisiones que componen esta obra reflejan la diversidad y complejidad de la agenda constitucional brasileña, que ha llevado ante el Tribunal asuntos como: el reconocimiento de las uniones homoafectivas, la lucha contra la violencia hacia las mujeres, la validez de las cuotas para negros e indígenas en las universidades, la constitucionalidad de medidas para enfrentar la hiperinflación, la destitución de los presidentes de la República, la defensa de la democracia, la protección del medioambiente y la lucha contra el cambio climático.

En estas circunstancias, la obra ofrece una visión panorámica de la evolución de la jurisprudencia constitucional en Brasil y de los diferentes roles desempeñados por el STF como intérprete de la Constitución, garante de derechos y árbitro de las más importantes cuestiones nacionales. Es una invitación a conocer, comprender y reflexionar sobre la importancia del Tribunal en la construcción del Estado democrático de derecho.

Agradecemos a todas y a todos los que contribuyeron para la realización de esta iniciativa, especialmente el apoyo técnico de la Escuela Superior de la Abogacía General de la Unión (ESAGU). Invitamos a las lectoras y a los lectores a transitar por esta selección de decisiones relevantes y aprender un poco más sobre Brasil, su Constitución y su Corte Suprema. Que este recorrido por los casos relevantes de la jurisprudencia del STF sea una fuente de aproximación con la sociedad y de conexión con el mundo.

Ministro **Luís Roberto Barroso**

Presidente del Supremo Tribunal Federal y del Consejo Nacional de Justicia

NOTA METODOLÓGICA

El objetivo del proyecto **Casos Relevantes** es seleccionar las sentencias de máxima importancia realizadas en el Pleno del Supremo Tribunal Federal (STF), en la vigencia de la Constitución de 1988, con el fin de divulgar el acervo jurisprudencial a nivel nacional e internacional de la Corte. La metodología de selección de los casos se divide en cinco etapas distintas y consecutivas, que se describen a continuación.

ETAPA 1 – Construcción de la base de datos de sentencias relevantes a partir de un enfoque empírico

La primera etapa consiste en construir el **Banco de Casos Relevantes (BCR)** de acuerdo con la siguiente ruta metodológica:

a) **composición del banco de datos** basado en el mapeo de casos con una o más decisiones proferidas por el Pleno del STF (criterio de diseño institucional obligatorio), desde el 5 de octubre de 1988 hasta el 31 de diciembre de 2024 (criterio temporal obligatorio);

b) **identificación de criterios de determinación de la relevancia** en los procesos del banco de datos, lo que permitió la selección de los casos[1].

Cuadro 1 - Criterios de selección

Criterios internos[2-3]	Criterios externos[4]
Mención del caso en productos institucionales de **difusión internacional**	Existencia de audiencia pública convocada en el proceso[5]
Mención del caso en **los productos institucionales temáticos[6] disponibles en la página *web* oficial del STF**	Existencia de participación de uno o varios ***amicus curiae*** en el proceso[7]

Fuente: Elaborado por la COPJ/SAE/STF.

Aplicando estos criterios, se **seleccionaron 2.677** casos, que se incorporaron al **BCR**.

[1] Los criterios no son acumulativos.

[2] Se tuvo en cuenta la producción institucional, es decir, se recuperó la relevancia atribuida a determinados temas por los actores internos. Los criterios internos se subdividieron por su alcance, internacional y nacional, como se muestra en el Cuadro 1.

[3] Los productos institucionales considerados en esta etapa figuran en el Apéndice.

[4] Los criterios externos para determinar la relevancia derivan de la *interacción* del STF con otros actores y tienen dos características: la saliencia deliberativa y la existencia de interés social, como se muestra en el Cuadro 1.

[5] Todos los casos que fueron objeto de audiencia pública se identificaron a partir de la información de la página *web*: : https://portal.stf.jus.br/audienciaPublica/audienciaPublica.asp?tipo=realizada. Consultado el: 4 de febrero de 2025.

[6] Aunque algunos de los productos producidos por el STF sean bancos de datos creados para la consulta pública o para la divulgación de informaciones sobre su actividad judicial, fueron considerados como productos temáticos aquellos que divulgan jurisprudencia destacada sobre diferentes temas de derecho, cuya producción es motivada por razones subjetivas y contingentes de diferentes gestiones administrativas del Tribunal, que desearon llevar al público una compilación específica de sentencias, dándole destaque sobre las demás.

[7] Identificamos todos los casos en los que se concedió entrada al menos a un *amicus curiae*, hasta el 31 de diciembre de 2024, según los datos de los bancos de datos elaborados por la Oficina de Apoyo a la Jurisdicción del Supremo Tribunal Federal (AAJ/STF).

ETAPA 2 – Mejora del BCR: criterios de ponderación y afinamiento

El criterio temporal obligatorio fue subdividido en tres fases, definidas a partir de las características de la actuación del STF en cada período: de 1988 a 1999 (Fase 1); de 2000 a 2014 (Fase 2); y de 2015 a 2024 (Fase 3). La segmentación cronológica se basó en la literatura especializada en el tema, que señala, como elementos distintivos, el creciente interés de actores cada vez más diversos en el debate público; el aumento significativo del número de casos y de la profundidad de las cuestiones sometidas a juicio; y las complejas interacciones entre el Poder Judicial, los demás poderes, la sociedad y los medios de comunicación. La segregación en fases se justifica por el hecho de que, dadas las peculiares características de cada período, la métrica de relevancia solo será válida para el conjunto de asuntos pertenecientes a una misma fase.

Con relación al universo representado en cada fase, los productos institucionales de divulgación nacional y extranjera, así como la existencia de *amicus curiae* y la realización de audiencia pública vuelven a ser aplicados como etapa de ponderación (cuando existen), con atribución de pesos. Además, para identificar la relevancia, se tuvieron en cuenta: el número de *amicus curiae*; la celebración de audiencia pública; y la recurrencia de menciones a determinado caso en cada uno de los productos institucionales mencionados en el Apéndice, además del número que figura en los Anuarios de Justicia (Brasil) [8].

La relevancia, por lo tanto, fue determinada a partir de la recopilación de análisis teóricos y empíricos sobre la actuación del STF, así como desde la perspectiva que la propia Corte tiene de sí misma en distintos momentos. Esta última perspectiva fue obtenida mediante el análisis de publicaciones del Tribunal que presentaban compilaciones de casos destacados, sentencias relevantes, entre otras correlaciones. A partir de estas directrices, se tuvieron en cuenta los siguientes criterios de ponderación a la hora de diseñar el **Banco de Datos de Casos *Más* Relevantes (BCR+)**:

1. **recurrencia en productos institucionales temáticos (nacionales e internacionales)**: con énfasis en la perspectiva institucional, se mapearon todos los casos mencionados una o más veces en materiales temáticos o de difusión internacionales producidos por el STF, y se asignaron pesos proporcionales a la frecuencia de mención por fase, con **peso 1** en la Fase 1; **peso 1** en la Fase 2; y **peso 2** en la Fase 3;

[8] Material de difusión de la jurisprudencia nacional, elaborado por la plataforma Consultor Jurídico (ConJur), que ofrece una perspectiva externa de las sentencias más significativas para el público especializado. Disponible en: https://anuariodajustica.com.br/.

2. **existencia de *amicus curiae*:** reflejo de la mayor participación de actores no directamente implicados en el procedimiento[9], se asignaron las siguientes ponderaciones a partir de la Fase 2[10]: **peso 1** en la Fase 2, proporcional al número de *amicus curiae* cuya admisión se concedió en cada acción; y **peso 2** en la Fase 3;

3. **celebración de audiencia pública:** dada la importancia de las audiencias públicas para ampliar la participación social en determinadas sentencias[11], se les asignó: **peso 1** a los casos con presencia de este criterio en la Fase 2; y **peso 2** en la Fase 3;

4. **mención en material de un portal jurídico**: considerando la Fase 3, cuando hay más diálogo entre el STF y los medios de comunicación (incluso los especializados), se asignó **peso 1** a los casos constantes en los Anuarios de Justicia.

La aplicación de pesos proporcionales en cada fase tiene como objetivo asegurar la coherencia histórica del conjunto que pasa a formar parte del **BCR+**. Se busca, así, garantizar una evaluación más equilibrada en cada contexto, sin dejar de considerar el creciente volumen de procesos juzgados por el STF a lo largo del tiempo, así como una distribución más equitativa de la relevancia de los casos a lo largo de las tres fases[12].

Una vez concluida la etapa de ponderación, se aplicaron dos criterios de afinamiento: a) la **exclusão temática** de los procesos, mayoritariamente, en materias penal y/o tributaria[13], por no corresponder a los objetivos institucionales del proyecto de diálogo internacional comparado; y b) **la unión por "relación"** de los procesos juzgados conjuntamente (en la misma sesión del juicio) o procesos acumulados, evitando la redundancia temática en el **BCR+**.

[9] Iniciativa de grupos de interés con experiencia en la materia o que se consideran directamente afectados por la decisión, y pretenden contribuir al resultado del litigio.

[10] Este criterio no fue adoptado para los procesos incluidos en la Fase 1, dado que, debido a la falta de regulación del instituto en la época, no hubo ninguna solicitud de *amicus curiae* hasta la década de 2000 (Ferreira; Branco, 2017).

[11] A través de la audiencia pública, el STF pretende aumentar la carga de información para producir una decisión más completa.

[12] El objetivo es eliminar el sesgo del presente, que podría llevar a la percepción de que los casos recientes son más relevantes debido a una percepción personal de la innovación. Es necesario revisar el significado del pasado partiendo de la idea de que no está consolidado y debe ser problematizado. En este sentido, véase la contribución teórica de la Historia del Tiempo Presente (Delgado; Ferreira, 2013).

[13] Véanse los parámetros detallados en la Etapa 4 - Conceptualización de las categorías temáticas.

ETAPA 3 – Cantidad establecida de muestras de casos pertinentes para cada fase

Al referimos a los casos *más* relevantes (**BCR+**) juzgados por el STF desde la entrada en vigor de la Constitución de 1988, debemos considerar un grupo (de 50 casos, 100 casos o cualquier otra cantidad) compuesto por un determinado número de sentencias distribuidas dentro de cada recorte temporal (fases). Se prescindió de la proporción de vacantes meramente numérica[14] en cada fase, teniendo en cuenta la distorsión causada por la expresiva concentración del volumen de casos en la Fase 3[15]. Además, la actuación del STF y su interacción con otros actores a lo largo de las diferentes fases demostraron que una división puramente proporcional no sería lo ideal.

Por este motivo, se decidió redistribuir las vacantes, lo que dio lugar inicialmente a un banco de 50 casos, con 5 para la Fase 1; 25 para la Fase 2; y 20 para la 3[16]. El proyecto será aumentado a 100 casos en un futuro próximo, manteniendo estas proporciones.

ETAPA 4 – Conceptualización de las categorías temáticas[17]

Las categorías temáticas adoptadas en esta investigación pretenden destacar los temas más significativos en la actualidad y fomentar un diálogo cualificado a escala internacional, ámbito inicial del proyecto. Para ello, algunas categorías se han desglosado con el fin de permitir un tratamiento más profundo de cuestiones de impacto relevante, lo que dio lugar a clasificaciones propias. En los casos de intersección entre dos o más categorías, los casos fueron asignados a aquella que proporcionara mayor relevancia al derecho en debate, conforme se demostrará en las conceptualizaciones a continuación.

1. **Derechos fundamentales:** los casos relativos a derechos pertenecientes a la primera, segunda y tercera dimensión de los derechos fundamentales. Abarcan, respectivamente: los **derechos individuales**, que incluyen la protección de la persona contra los abusos del poder estatal, el derecho a la vida, a la libertad, a la igualdad formal y los derechos de nacionalidad; los **derechos sociales**, que abarcan las libertades vinculadas al trabajo, así como los derechos a prestaciones positivas del Estado en materia de educación, salud, alimentación, ocio, seguridad y seguridad social; y los **derechos difusos y colectivos** relacionados con la protección del consumidor y las

[14] Una cifra basada únicamente en la proporción numérica considera el número total de muestras del BCR y el número de casos encontrados en cada Fase. Si así fuera, la distribución de vacantes para un BCR+ de 50 casos sería la siguiente: 5 para la Fase 1; 15 para la Fase 2; y 30 para la Fase 3.

[15] En la composición del BCR, los casos de la Fase 3 representan el 63,05 % del número total de casos.

[16] Para garantizar la consistencia y la replicabilidad de la investigación, se adoptó esta proporción fija para cada fase, independientemente del número total de los casos seleccionados. Se definió que la primera fase, por representar una parte menor del BCR, correspondería al 10 % del número de casos. A partir de este criterio inicial, se analizaron las demás fases, retomando el enfoque de la Historia del Tiempo Presente, y la necesidad de alejarse del tiempo para considerar la relevancia, se realizó un análisis cualitativo, teniendo en cuenta la literatura especializada sobre el comportamiento del Tribunal y los registros históricos, para definir sus respectivas proporciones, estableciéndose que a la Fase 2 le corresponde el 50 % y a la Fase 3, el 40 %.

[17] Es importante destacar que esta clasificación temática puede modificarse, teniendo en cuenta los diferentes contextos de la investigación.

cuestiones que implican la vida y la dignidad de la persona humana, especialmente cuando generan repercusiones en el colectivo o en grupos vulnerables. Cabe señalar que otros derechos ampliamente reconocidos en el ámbito de los derechos fundamentales se han tratado en categorías autónomas en este estudio, –a saber: Estado de Derecho y democracia, medioambiente y nuevas tecnologías– debido a la especificidad y complejidad de estas cuestiones en el escenario jurídico contemporáneo.

2. **Estado de Derecho y democracia:** los casos relativos al Estado de Derecho son aquellos que tratan de: a) la división, la organización y la función de los tres poderes; b) la organización legal del Estado y de sus instituciones y c) el funcionario público. Casos relativos a la democracia son los que tratan de: a) la soberanía popular; b) los derechos de participación política, las elecciones y los mandatos democráticos; c) los ataques a las instituciones esenciales para el funcionamiento de la democracia y la preservación del régimen democrático en Brasil; y d) la dictadura militar y el autoritarismo.

3. **Medioambiente:** los casos relativos a los derechos relacionados con la protección del medioambiente y el cambio climático. Esta categoría abarca cuestiones sobre el ecosistema, como los factores bióticos (fauna y flora) y abióticos, definidos conjuntamente como naturaleza, y la naturaleza antrópica, que se refiere a las modificaciones causadas por el ser humano en el entorno físico.

4. **Nuevas tecnologías:** Casos que abordan los impactos de la tecnología sobre el derecho en los contextos social, económico, comunicacionales y político. En esta categoría se incluyen cuestiones sobre aspectos legales, normativos y éticos derivados de la implementación de las tecnologías en determinadas épocas, y vinculadas a las redes sociales, a la inteligencia artificial, a la neurotecnología, a la gestión de datos y a la tecnología de la información.

5. **Derecho Tributario:** los casos que se enmarcan en normas y principios que regulan la actividad financiera, relacionados con instituciones, cobro de tributos como impuestos, tasas, contribuciones de mejora, préstamos compulsorios y contribuciones especiales.

6. **Derecho Penal y Procesal Penal:** los casos que se inscriben en el ámbito de las normas y de los principios que regulan las conductas delictivas, las sanciones penales, los procedimientos judiciales correspondientes y el ejercicio del poder punitivo del Estado. Son aquellos que tratan sobre: a) las infracciones de naturaleza penal y sus sanciones correspondientes; y b) el sistema de comprensión (o de interpretación) de la legislación penal y procesal penal. Dada la relevancia y la amplitud del tema, los fallos que, aunque presenten intersecciones con el Derecho Penal y el Derecho Procesal Penal, abordan la vida y la dignidad de la persona humana, con repercusiones en la colectividad o en grupos vulnerables, fueron trasladados a la categoría de Derechos Fundamentales.

ETAPA 5 – Aplicación del análisis institucional en el BCR+ y difusión de los casos

Como resultado de las etapas anteriores, se obtuvo el **BCR** – banco formado por 2.677 casos identificados como relevantes, que podrá fomentar análisis e investigaciones posteriores – y su derivación, el **BCR+ (los 50 casos más relevantes, que en el futuro se ampliará a 100 casos)**. La selección que compone el BCR+ consolida el análisis de la actual gestión del STF, respaldada por los parámetros de las etapas anteriores.

La lista final, divulgada por la Gestión del Ministro Presidente Luís Roberto Barroso, contiene todos los casos seleccionados, acompañados de sus respectivos resúmenes y análisis (en portugués, inglés y español), y puede consultarse en el *hotsite* del Proyecto.

Bibliografia

ARGUELHES, Diego Werneck. Poder não é querer: preferências restritivas e redesenho institucional no Supremo Tribunal Federal pós-democratização. **Universitas Jus**, v. 25, n. 1, p. 25-45, 2014.

BARROSO, Luís Roberto. Contramajoritário, Representativo e Iluminista: os papeis dos tribunais constitucionais nas democracias contemporâneas. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 4, p. 2171-2228, 2018a.

BARROSO, Luís Roberto. Trinta anos da Constituição: a República que ainda não foi. **Revista Eletrônica da PGE-RJ**, v. 1, n. 2, 2018b.

BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos. O Papel Criativo dos Tribunais – Técnicas de Decisão em Controle de Constitucionalidade. **Revista da AJURIS**, v. 46, n. 146, 2019.

COSTA, Teresa Cristina de Melo. **Novas técnicas de decisão do STF: entre inovação e democracia.** Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

FERREIRA, Débora Costa; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Amicus curiae em números. Nem amigo da corte, nem amigo da parte? **Revista de Direito Brasileira**, v. 16, n. 7, p. 169-185, 2017.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. Trinta anos, uma Constituição, três Supremos: autorrestrição, expansão e ambivalência. **Revista Eletrônica da PGE-RJ**, v. 1, n. 2, 2018.

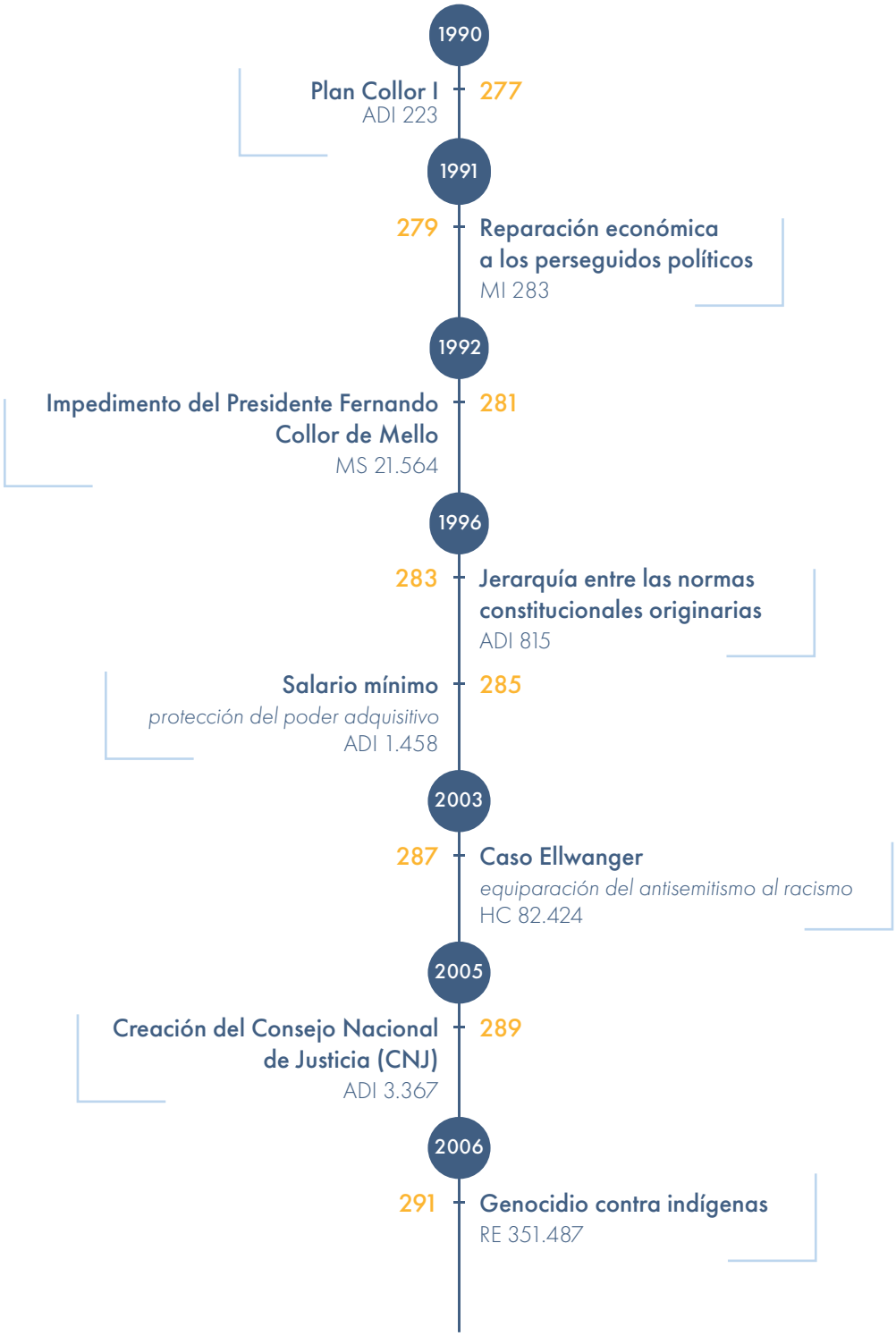
OSORIO, Aline Rezende Peres. **O direito eleitoral e a liberdade de expressão**: política, palavra e paixão. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PAIVA, Grazielle de Albuquerque Moura. **Justiça e política**: um estudo sobre a comunicação do STF (1988-2004). 2019. 1 recurso online (194 p.) Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

SADEK, Maria Tereza Aina. Judiciário: a institucionalização como poder. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 134, p. 109-126, 2022.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Supremocracia. **Revista Direito GV**, v. 4, p. 441-463, 2008.

LÍNEA DEL TIEMPO



2007

Infidelidad partidaria
MS 26.603 293

295 Derecho de huelga de los funcionarios públicos civiles
MI 670

2008

Investigaciones con células madre y Ley de Bioseguridad
ADI 3.510 297

299 Excepcionalidad del uso de esposas
HC 91.952

Prohibición del nepotismo en el Poder Judicial
ADC 12 301

303 Prisión civil del depositario infiel
RE 466.343

2009

Caso Raposa Serra do Sol
Pet 3.388 305

309 Ley de Prensa
ADPF 130

Dispensa del diploma para periodistas
RE 511.961 311

313 Prohibición de importación de neumáticos usados
ADPF 101

Extradición de Cesare Battisti
Ext 1.085 315

2010

317 Ley de Amnistía
ADPF 153

2011

Reconocimiento de unión homoafectiva
ADPF 132 319

321 Prohibición de la realización de "riñas de gallos"
ADI 1.856

"Marcha de la Marihuana"
legitimidade de manifestações pela legalização das drogas
ADPF 187 323

2012

325 Ley Maria da Penha
ADC 19

Ley de la Ficha Limpia
ADC 29 327

329 Interrupción del embarazo en caso de anencefalia
ADPF 54

Cuotas raciales en la enseñanza superior
ADPF 186 331

333 Programa Universidad para Todos (Prouni)
ADI 3.330

Caso *Mensalão*
AP 470 335

2014

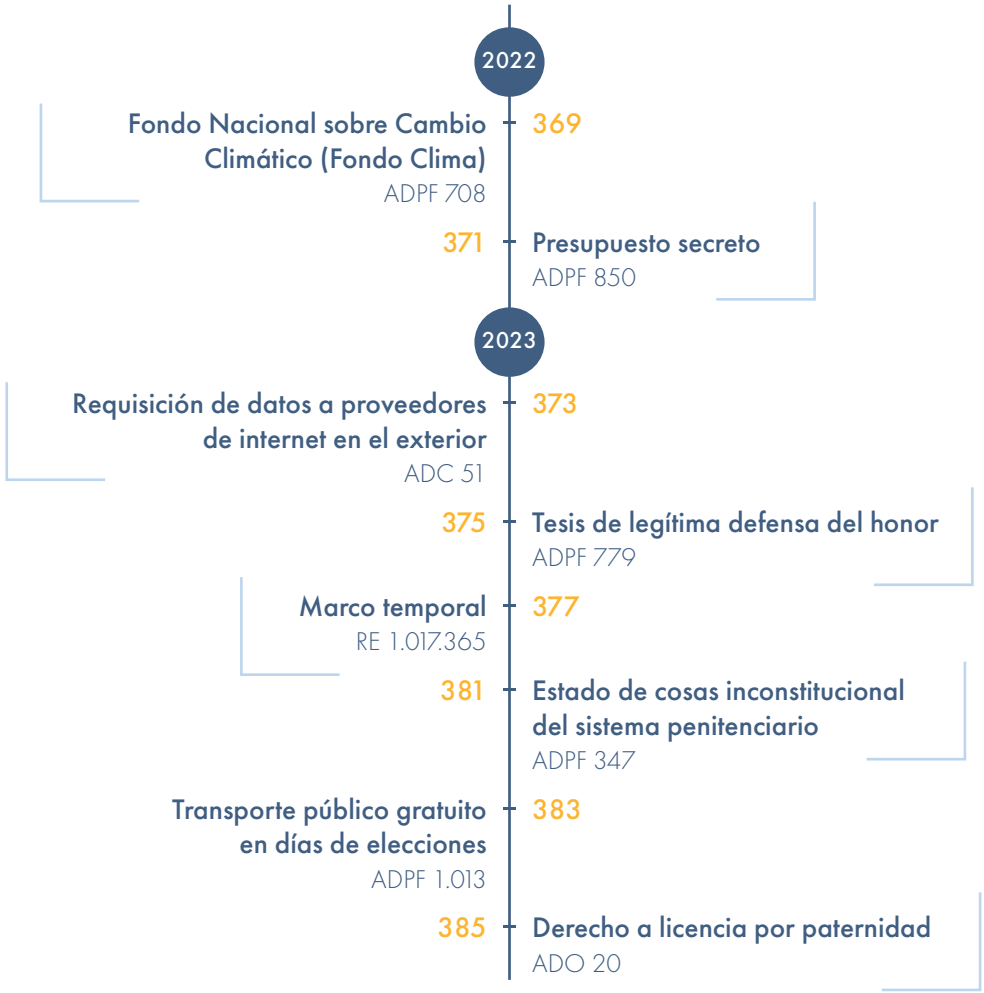
337 Progresión del régimen para crímenes atroces
Rcl 4.335

2015

Financiamiento de campañas electorales
ADI 4.650 339

341 Impedimento de la Presidenta Dilma Rousseff
ADPF 378


2016
Licencia adoptante
RE 778.889
345
2017
347
Cuotas raciales en convocatorias públicas
ADC 41
2018
Derecho de las personas transgénero a cambios en el registro civil
ADI 4.275
349
351
Financiamiento de candidaturas femeninas
ADI 5.617
2019
Criminalización de actos homofóbicos y transfóbicos
ADO 26
355
2020
359
Competencia legislativa para combate del covid-19
ADI 6.341
Reparación civil por daño ambiental
RE 654.833
361
363
Derechos de los pueblos indígenas a la salud
ADPF 709
Reducción de la letalidad policial en el estado de Rio de Janeiro
ADPF 635
365
367
Vacunación obligatoria
ARE 1.267.879


2022
Fondo Nacional sobre Cambio Climático (Fondo Clima)
ADPF 708
369
371
Presupuesto secreto
ADPF 850
2023
Requisición de datos a proveedores de internet en el exterior
ADC 51
373
375
Tesis de legítima defensa del honor
ADPF 779
Marco temporal
RE 1.017.365
377
381
Estado de cosas inconstitucional del sistema penitenciario
ADPF 347
Transporte público gratuito en días de elecciones
ADPF 1.013
383
385
Derecho a licencia por paternidad
ADO 20

ADI 223 MC

Plan Collor I: garantía del poder cautelar del juez

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Paulo Brossard

Redactor de la sentencia
Min. Sepúlveda Pertence

Fecha del juicio:
05.04.1990

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Acción directa de inconstitucionalidad (ADI) interpuesta contra la medida provisional (MP) 173, que impedía a los jueces conceder decisiones liminares relacionadas con el contenido de otras diez medidas provisionales que establecían un plan económico destinado a aplicar reformas y ajustes considerados necesarios para estabilizar la economía brasileña. En el caso, se argumentó que la prohibición general contenida en la MP 173 no respetaba el derecho constitucional al pleno acceso a la justicia y al control judicial de la legitimidad de los actos del poder público (artículo 5, XXXV, de la CF/1988).

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La finalidad del poder cautelar del juez es garantizar la efectividad del proceso y su disposición final, impidiendo que una determinada violación se convierta en irreversible a la espera del juzgamiento del caso, con el fin de garantizar el derecho de acceso a la jurisdicción en caso de amenaza o violación de un derecho (artículo 5, XXXV, de la CF/1988). Además, suprimir un asunto o la posibilidad de una decisión judicial podría implicar una injerencia del Poder Ejecutivo en el Poder Judicial, lo que violaría el principio de separación de poderes (artículo 2, de la CF/1988).

2. La limitación del poder cautelar es posible en algunas circunstancias y existen precedentes al respecto. También está reconocida, dada una cierta tendencia a abusar de ella en los últimos tiempos. Sin embargo, la generalidad y vaguedad de la MP 173 al prohibir cualquier posibilidad de otorgar una medida cautelar, solo para proteger "leyes de emergencia", es irrazonable y desproporcionada.

3. En vista de la gravedad del momento y de la situación económica que el plan en cuestión pretendía enfrentar, el STF no llegó a suspender la MP 173 en control concentrado, pero autorizó a los jueces, a través del control difuso, a examinar caso por caso las situaciones relacionadas con el plan económico para evaluar, en términos concretos, si la medida cautelar debía o no ser concedida.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal rechazó una solicitud de medida cautelar para suspender la MP 173 en una acción directa de inconstitucionalidad. El Tribunal reconoció la importancia del poder de jurisdicción cautelar para prevenir violaciones o amenazas a los derechos y permitir que el Poder Judicial actúe con efectividad. Sin embargo, consideró que esta norma no impide que los jueces, en el control difuso de constitucionalidad, analicen cada caso concreto y concedan una medida cautelar si consideran que la medida atacada es desproporcionada y abusiva.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Esta decisión se inscribe en el contexto del Plan Collor I, un conjunto de medidas económicas drásticas e impopulares adoptadas a principios de los años 90 por el gobierno de Fernando Collor de Mello, con el objetivo de enfrentar la hiperinflación que sufría el país. El plan económico incluía el bloqueo de parte de los depósitos bancarios de los ciudadanos, la privatización de empresas estatales y la reorganización de diversas políticas públicas, incluidas las áreas de comercio y de agricultura. Al denegar la suspensión de la MP 173, el STF evitó interferir directamente en el plan económico. No obstante, autorizó a los jueces a conceder medidas cautelares en función del caso concreto, garantizando así la protección de los derechos de los ciudadanos.

MI 283

Reparaciones económicas para los perseguidos políticos durante la dictadura militar en Brasil

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Sepúlveda Pertence

Fecha del juicio:
20.03.1991

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Mandado de injunção[1] (MI) interpuesto por un ex oficial de la Aeronáutica, despedido de la Fuerza Aérea e impedido de ejercer su actividad profesional durante décadas, con base en ordenanzas secretas vigentes durante la dictadura militar en Brasil. El demandante alegaba que su derecho a la reparación económica por persecución política, previsto en el artículo 8, párrafo 3, del Acto de las Disposiciones Constitucionales Transitorias (ADCT) de la Constitución Federal de 1988, había sido violado debido a la omisión legislativa del Congreso Nacional de promulgar la ley necesaria para el ejercicio efectivo del derecho.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. El Tribunal reconoció que se había violado el derecho subjetivo del demandante a la reparación económica por persecución política debido a la omisión del Poder Legislativo de su deber constitucional de regular este derecho (artículo 8, párrafo 3, del ADCT), dado que la Carta Magna fijaba un plazo para esta medida y que la persecución había sido ampliamente demostrada.

2. Además, teniendo en cuenta la omisión legislativa y la obligación del Estado de reparar el daño sufrido, el Tribunal decidió: (i) fijar un plazo razonable para superar la mora legislativa (objetivo típico del *mandado de injunção*); y, además, (ii) reconocer el derecho del demandante a acudir a juicio y obtener, incluso sin una regulación específica, una sentencia de reparación contra la Unión.

[1] Se utiliza para referirse al recurso legal contemplado en el artículo 5, LXXI, de la Constitución Federal. CF/1988: "Artículo 5 (...) LXXI – se concederán medidas cautelares siempre que la falta de norma reglamentaria haga inviable el ejercicio de los derechos y libertades constitucionales y de las prerrogativas inherentes a la nacionalidad, soberanía y ciudadanía". Para confirmar más información en la página web: https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/tesauro/pesquisa.asp?pesquisaLivre=MANDADO%20DE%20INJUN%C3%87%C3%83O.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal declaró inconstitucional la omisión y la mora del Congreso Nacional en la promulgación de una ley específica que garantice el derecho fundamental a la reparación económica de los perseguidos políticos, previsto en el artículo 8, párrafo 3, del ADCT de la Constitución Federal de 1988. Fijó un plazo de 45 días para que el Congreso subsanara la omisión, con otros 15 días para que la ley fuera sancionada por el presidente de la República. Transcurrido este plazo, el impetrante podría solicitar una sentencia líquida de reparación. También explicaba que una ley posterior no afectaría a la decisión, sino que se aplicaría al demandante de la forma más favorable.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

En el contexto del *mandado de injunção*, la jurisprudencia del STF se había limitado a reconocer la mora del legislativo e instarlo a actuar. A partir de esta decisión, sin embargo, el Tribunal ha evolucionado para fijar un plazo para que el Poder Legislativo actúe y garantice el derecho subjetivo del demandante, haciendo más efectiva esta acción constitucional.

MS 21.564

Impedimento del Presidente Fernando Collor de Mello

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Octavio Gallotti

Redactor de la sentencia:
Min. Carlos Velloso

Fecha del juicio:
23.09.1992

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Mandato de seguridad (MS) presentado contra un acto del presidente de la Cámara de Diputados que estableció las reglas para el rito de impedimento, basado en una denuncia contra el entonces presidente de la República. El demandante alega la violación de los principios constitucionales de la amplia defensa y del debido proceso legal, en particular en lo que se refiere a las etapas del análisis inicial de la denuncia por la Cámara de Diputados y a la forma de votación en el plenario de esa cámara legislativa. Utiliza como argumentos: (i) la necesidad de autorización previa de la Cámara de Diputados para procesar y juzgar al presidente de la República por delitos comunes y de responsabilidad; (ii) la exigencia de votación secreta; y (iii) la brevedad del plazo para presentar la defensa y la falta de autorización para extender el plazo para presentar más pruebas.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. El impedimento es el proceso por el cual el presidente de la República es juzgado por un delito de responsabilidad. De acuerdo con la Constitución Federal de 1988, la Cámara de Diputados tiene la función de autorizar el inicio del proceso de impedimento (artículo 51, I, de la CF/1988), ejerciendo un juicio político sobre la denuncia ofrecida contra dicha autoridad. El Senado Federal, por su parte, es responsable de enjuiciar y juzgar al presidente de la República (artículo 52, I, de la CF/1988). Es en el Senado donde se materializa la acusación y se producen las pruebas necesarias para demostrar el delito (artículo 86 de la CF/1988). Es también en el Senado donde el acusado debe tener la oportunidad de defenderse (artículo 5 de la CF/1988).

2. De acuerdo con la Ley 1.079/50 (artículo 23) y el Reglamento Interno de la Cámara de Diputados (artículo 187, párrafo 1, VI), la votación en el proceso de impedimento es nominal y abierta, de modo que sea posible el control popular sobre la actuación de los representantes electos. El período de defensa es de diez sesiones, con base en la aplicación análoga del mismo Reglamento Interno (artículo 217, párrafo 1, I).

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal concedió parcialmente el mandato de seguridad para garantizar que el presidente de la República disponga de diez sesiones para presentar su defensa ante el Senado.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Esta decisión trató el rito a seguir en el primer proceso de impedimento enfrentado por Brasil bajo la Constitución de 1988. El impedimento del presidente de la República y la decisión del STF permitieron resolver la crisis política sin perturbar la institucionalidad constitucional, lo que resultó en la destitución definitiva del presidente y la suspensión de sus derechos políticos durante ocho años.



ADI 815

Control de constitucionalidad y jerarquía de las normas constitucionales

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Moreira Alves

Fecha del juicio:
28.03.1996

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Acción directa de inconstitucionalidad (ADI) que alega la inconstitucionalidad de los párrafos 1 y 2 del artículo 45 del texto original de la Constitución de 1988. Los demandantes señalan que las disposiciones establecen que el número de diputados de cada unidad de la federación será proporcional a su población, pero determinan un mínimo (ocho) y un máximo (setenta) de diputados por Estado y un número fijo de diputados (cuatro) por territorio. Estos límites rompen con la proporcionalidad entre el número de diputados y la población de cada unidad de la federación, dando un peso discriminatorio al voto de los ciudadanos de diferentes estados, lo que resulta en una violación de los principios de igualdad (artículo 5), de igualdad de voto (artículo 14), de democracia (artículo 1), de soberanía popular (artículo 1, párrafo único) y de ciudadanía (artículo 1, inciso II), además de debilitar la federación (artículo 60, párrafo 4, inciso I), que es una cláusula pétrea.

La cuestión central del caso se refiere a la posibilidad de declarar inconstitucionales normas del texto original de la Constitución de 1988, alegando que existiría una jerarquía entre las normas constitucionales.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La Constitución Federal de Brasil de 1988 es rígida y no admite ninguna jerarquía entre las normas de su texto original, ni siquiera en lo que se refiere a las cláusulas pétreas, que son un límite para el Poder Constituyente derivado, no para el Poder Constituyente originario.

2. El principio de unidad de la Constitución determina que no hay conflicto entre las normas constitucionales originarias. La Constitución es un sistema coherente de normas. Por lo tanto, cualquier contradicción aparente entre ellas debe resolverse mediante una interpretación que las haga compatibles entre sí.

3. El Supremo Tribunal Federal es responsable de velar por la Constitución, según se establece en el *caput* del artículo 102 de la Constitución. Esto significa que su competencia se destina a velar por el respeto de la Constitución en su totalidad, y no actuar como

"fiscal" del Poder Constituyente originario, comprobando si este había desatendido principios de derecho suprapositivo que él mismo insertó en el texto constitucional.

RESULTADO DEL JUICIO

El Pleno del Supremo Tribunal Federal ha decidido que es jurídicamente imposible solicitar el control de constitucionalidad de una norma constitucional originaria.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS





ADI 1.458 MC

Salario mínimo: preservación del poder adquisitivo del trabajador

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Celso de Mello

Fecha del juicio:
23.05.1996

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Acción directa de inconstitucionalidad por omisión[1] interpuesta contra la medida provisional (MP) 1.415/1996, que fija el valor del salario mínimo. Se alega que el valor establecido en la MP constituye una violación del derecho constitucional a recibir una remuneración capaz de satisfacer las necesidades vitales básicas del trabajador y sus familias, con ajustes periódicos que preserven su poder adquisitivo (artículo 7, IV, de la CF/1988). Además, se argumenta que el Poder Ejecutivo Federal ha adoptado un índice inadecuado para determinar el valor del salario mínimo, que no refleja la pérdida de la inflación sufrida por los trabajadores.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La Constitución Federal de 1988 impuso al Estado la obligación de promulgar una ley que fije el salario mínimo en un valor capaz de satisfacer las necesidades básicas de los trabajadores y sus familias en materia de vivienda, alimentación, educación, salud, ocio, vestido, higiene, transporte y seguridad social (artículo 7, IV, de la CF/1988).También impuso al Estado la obligación de adoptar mecanismos capaces de preservar el poder adquisitivo del salario, mediante reajustes periódicos, a fin de garantizar materialmente este derecho.

2. La insuficiencia del salario mínimo para satisfacer las necesidades básicas del trabajador y de sus familias representa un incumplimiento por omisión de la Constitución Federal, aunque sea parcial, porque no aplica plenamente la norma constitucional. La Acción Directa de Inconstitucionalidad por Omisión puede interponerse tanto en los casos en que el gobierno no adopte medidas necesarias para hacer efectivos los derechos y garantías, como en los casos en que la medida adoptada por el gobierno resulte insuficiente para tal fin, situación que caracteriza una omisión parcial.

[1] En el momento de la sentencia, no existía diferenciación en la calificación de las acciones directas de inconstitucionalidad, ya fueran por acción u omisión.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal reconoció la inconstitucionalidad por omisión parcial de la ley que proponía un reajuste del salario mínimo, ya que lo fijaba en una cuantía insuficiente para satisfacer las necesidades básicas de subsistencia del trabajador y su familia. Señaló, sin embargo, que la inercia del poder público en hacer plenamente efectivo el derecho constitucional al salario mínimo no confiere al Poder Judicial la prerrogativa de dictar normas, y solo permitió la notificación al órgano con esta atribución, para que adoptara las medidas necesarias a la realización del texto constitucional.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS





HC 82.424

Caso Ellwanger: libertad de expresión *vs.* antisemitismo o racismo

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Moreira Alves

Redactor de la sentencia:
Min. Maurício Corrêa

Fecha del juicio:
17.09.2003

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Habeas corpus (HC) interpuesto a favor de un accionante que fue condenado en segunda instancia por publicar y vender al público obras que transmitían ideas antisemitas y negaban la ocurrencia del Holocausto. La condena se basaba en el delito de discriminación por motivos de raza, color, etnia, religión u origen nacional (artículo 20 de la Ley 7.716/1999). También se reconoció la imprescriptibilidad del delito, ya que caracterizaba la práctica del racismo (artículo 5, XLII, de la CF/1988). El *habeas corpus* impugna la imprescriptibilidad por considerar que el delito de racismo en Brasil está relacionado con el color de la piel y no se aplica al pueblo judío, que no es una raza sino un grupo étnico. Con base en estos fundamentos, se solicita el reconocimiento de la prescripción, con la consecuente imposibilidad de punición, dado el tiempo transcurrido desde la condena.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La interpretación literal del artículo 5, XLII, de la Constitución de 1988 debe dejarse de lado y el concepto de racismo debe considerarse de forma más amplia, teniendo en cuenta, además de las características físicas de las personas, el significado antropológico y sociológico del concepto. El pensamiento nacionalsocialista consistía entonces en la idea de que los judíos y los arios formaban razas distintas; los primeros eran inferiores y debían ser segregados y exterminados.

2. Este escenario corrobora la idea de que la división de los seres humanos en razas procede de un proceso político y social que tiene su origen en la intolerancia y se basa en el concepto de la supremacía de un determinado grupo sobre los demás. La distinción impuesta por el nazismo entre la "raza aria" -superior y pura- y el pueblo judío, considerado "subraza", fue determinante en el genocidio que dio lugar a una de las páginas más tristes de la historia de la humanidad.

3. El racismo debe conciliarse con los conceptos etimológicos, etnológicos, sociológicos, antropológicos o biológicos para construir una definición constitucional del término que tenga en cuenta los factores y las circunstancias históricas, políticas y sociales que han regido su formación y aplicación, a fin de obtener el significado real y el alcance de la norma.

4. La libertad de expresión, a pesar de ser una garantía constitucional, no es absoluta. Existen los límites morales y legales. El derecho a la libre expresión no puede albergar discursos de odio o manifestaciones que impliquen ilicitud penal.

5. La publicación de obras con las ideas antisemitas, que niegan y subvierten hechos históricos incontrovertibles como el Holocausto, equivale a incitar a la discriminación racista.

6. El racismo es un delito imprescriptible, según el inciso XLII del artículo 5 de la Constitución Federal de 1988. La ausencia de prescripción se justifica como una seria advertencia para las generaciones de hoy y de mañana, a fin de que no se reintroduzcan la discriminación y la violencia contra los grupos minoritarios.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal decidió que el racismo incluye la discriminación contra los judíos y que la libertad de expresión no protege la incitación al odio.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS





ADI 3.367

Creación del Consejo Nacional de Justicia (CNJ)

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Cezar Peluso

Fecha del juicio:
13.04.2005

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Acción directa de inconstitucionalidad (ADI), cuyo objeto es la Enmienda Constitucional 45/2004, que creó y reglamentó el Consejo Nacional de Justicia (CNJ) como órgano administrativo del Poder Judicial nacional, con poder de fiscalizar las actividades administrativas y financieras del Poder Judicial y de realizar el control disciplinario de los magistrados en el ámbito nacional.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La creación y la composición del Consejo Nacional de Justicia para el control de las actividades administrativas y financieras del Poder Judicial y el control ético-disciplinario de los jueces no viola el principio de la separación de los poderes, previsto en el artículo 2 de la Constitución Federal de 1988, dado que el CNJ forma parte del Poder Judicial nacional y está integrado, en su mayoría, por miembros de este mismo poder (artículo 103-B de la CF/1988). La inclusión de dos representantes del Ministerio Público, de dos abogados y de dos ciudadanos (artículo 103-B, X, XI, XII y XIII, de la CF/1988) como miembros del CNJ solo refuerza el carácter republicano y democrático del Poder Judicial.

2. En el mismo sentido, el control que hace el CNJ de la actuación de los órganos judiciales de los estados no infringe el pacto federativo, puesto que el carácter del Poder Judicial es nacional y su jurisdicción es una e indivisible. Tampoco viola la independencia judicial, una vez que la competencia del CNJ tiene una naturaleza meramente administrativa. No puede interferir en el desempeño de la función jurisdiccional o en las condiciones materiales para su ejercicio imparcial e independiente.

3. Los actos del CNJ están sujetos al control jurisdiccional del Supremo Tribunal Federal (artículo 102, I, *r*, de la CF/1988), mientras que el STF no está sujeto a su control administrativo, financiero o disciplinario. El CNJ ejerce control sobre el Poder Judicial, pero su poder también está limitado por él y sujeto al examen judicial.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal declaró la constitucionalidad de la creación del Consejo Nacional de Justicia, órgano interno del control administrativo, financiero y disciplinario del Poder Judicial nacional, según lo previsto en la Enmienda Constitucional 45/2004.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS





RE 351.487

Caso Masacre de Haximu: reconocimiento del crimen de genocidio

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Cezar Peluso

Fecha del juicio:
03.08.2006

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Recurso extraordinario (RE) contra una decisión del Superior Tribunal de Justicia (STJ) que confirmó la competencia del juzgado unipersonal de la Justicia Federal para juzgar la "Masacre de Haximu", por tratarse de un crimen de genocidio. El caso se refería a un ataque de mineros ilegales a la comunidad Haximu, de la etnia yanomami, mientras la mayoría de los miembros de la comunidad estaban en una fiesta en otro pueblo, y provocó la muerte de 12 indígenas, entre ellos mujeres, niños y ancianos. En esta situación, el Tribunal Regional Federal (TRF) de la 1ª Región dictaminó que se trataba de un crimen contra la vida, por lo que remitió el caso al Juicio por Jurado (Justicia de los estados). El STJ recompuso la decisión, y esta última sentencia fue recurrida ante el STF, con base en el artículo 5, XXXVIII, *d*, de la Constitución Federal.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. Los actos cometidos por los mineros ilegales contra los indígenas de la Comunidad Haximu fueron reconocidos como genocidio en virtud de la Convención para la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio de 1948 y de la Ley 2.889/1956, que tipifica el genocidio en Brasil. La Corte Suprema brasileña consideró que el ataque estuvo motivado por una intención deliberada de eliminar, al menos en parte, a la etnia yanomami.

2. Los pueblos indígenas son grupos vulnerables y merecen una protección especial por parte del Estado. La protección de las minorías étnicas es un deber constitucional e internacional, en virtud de los tratados internacionales de derechos humanos de los que Brasil es signatario. El genocidio está tipificado como crimen contra la humanidad, ya que atenta contra la existencia de las minorías, un bien jurídico colectivo, que afecta a la comunidad internacional en su conjunto. En este sentido, la Corte Suprema ha destacado que se trata de un crimen que no prescribe y que el castigo de los responsables es necesario para la protección de los derechos humanos y la preservación de la paz.

3. El juicio por genocidio corresponde a un único juez federal y no a un jurado popular, porque, a diferencia del homicidio, el genocidio atenta contra la existencia de un grupo nacional, étnico, racial o religioso.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal confirmó la condena de los responsables de la masacre de Haximu, reconociendo que los crímenes cometidos contra indígenas de la etnia yanomami entraban dentro de las definiciones legales e internacionales de genocidio.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

La decisión en este caso fue una de las primeras en las que el STF reconoció formalmente el genocidio en Brasil, y estableció un importante precedente para la protección de los derechos de los pueblos indígenas y para la aplicación del concepto de genocidio en casos de violencia extrema contra grupos étnicos. En este sentido, representa un hito en la protección de los derechos de los pueblos indígenas, afirmando la necesidad de proteger a las minorías étnicas y castigar los crímenes contra la humanidad en Brasil.





MS 26.603

Infidelidad partidaria y pérdida del mandato

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Celso de Mello

Fecha del juicio:
04.10.2007

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Mandato de seguridad (MS) interpuesto por un partido político contra un acto del presidente de la Cámara de Diputados que denegó la solicitud de declarar vacantes los cargos de los parlamentarios que habían solicitado la cancelación de su afiliación partidaria o se habían cambiado, sin justificación, a otro partido político después de haber sido elegidos por el sistema de votación proporcional. El partido político agraviado argumenta que tiene derecho a conservar los escaños obtenidos en las elecciones bajo la bandera del partido porque, en el sistema electoral representativo, los escaños se adquieren predominantemente con el voto obtenido por el partido, y no por los candidatos a título personal.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. En el sistema proporcional de listas abiertas y de votación nominal establecido en la Constitución de 1988, el número de escaños que debe ocupar el partido se calcula en función del número de votos recibidos por el partido y sus candidatos (artículo 14, párrafo 3, V, y artículo 45, *caput*, de la CF/1988). Sin embargo, en la mayoría de los casos, los elegidos ni siquiera obtienen un mínimo de votos (cociente electoral), y son elegidos en función de la votación de los partidos.

2. El mandato no es un derecho subjetivo del parlamentario. Romper los lazos partidarios sin justificación y emigrar a un partido distinto del que posibilitó la elección parlamentaria constituyen un acto de infidelidad por parte del representante elegido y generan consecuencias negativas para el sistema representativo (artículo 1, I, II y V de la CF/1988), tales como: el fraude a la voluntad soberana popular de los electores, el desequilibrio arbitrario de fuerzas en el parlamento, la ofensa al sentido de responsabilidad política, la desestabilización en el ejercicio del poder y la distorsión de la ética de gobierno.

3. La desafiliación del partido es un acto excepcional. Los parlamentarios tienen derecho a conservar su mandato en caso de: (i) un cambio significativo de orientación programática en el programa del partido; o (ii) persecución política probada dentro del

partido al que abandonaron. El Tribunal Superior Electoral (TSE) puede dictar una resolución para regular el procedimiento de justificación necesario para demostrar la ocurrencia de estas situaciones excepcionales, garantizando la plena defensa (artículo 5, LV, de la CF/1988).

4. La desafiliación del partido sin causa justificada, aunque sea un acto de transgresión de la lealtad al partido, no invalida los actos legislativos y administrativos realizados por el parlamentario infiel.

5. Por constituir una revisión sustancial de la jurisprudencia del STF, y en atención a los principios de seguridad jurídica y de protección de la confianza, se estableció que esta decisión se aplica a futuros casos de infidelidad partidaria, a partir de la fecha en que el TSE dijo que el mandato político pertenecía al partido, y no al parlamentario.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal ha reconocido que los partidos políticos son los titulares de los mandatos electorales. Por lo tanto, los casos de infidelidad partidaria –la baja voluntaria de la militancia o el cambio sin justificación de un parlamentario a otro partido político– darán lugar a la pérdida del mandato. Los efectos de esta decisión se han modulado para casos futuros, respetando los principios de seguridad jurídica y protección de la confianza.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

El objetivo de esta decisión era evitar los múltiples cambios de partido que se produjeron tras las elecciones parlamentarias proporcionales, que ponían en peligro la representación plural y de minorías que se pretendía conseguir con este sistema electoral y frustraban el buen funcionamiento de la representación popular.

MI 670[1]

Derecho de huelga de los funcionarios públicos civiles

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Maurício Corrêa

Redactor de la sentencia:
Min. Gilmar Mendes

Fecha del juicio:
25.10.2007

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Mandado de injunção (MI) colectivo interpuesto ante el retraso del Congreso Nacional en regular el derecho a la huelga de los funcionarios públicos, lo que les imposibilita ejercer su derecho (artículo 37, VII, de la CF/1988). Se argumenta que la omisión legislativa no puede ser utilizada para frustrar una garantía constitucional. En vista de ello, se solicita que se exhorte al Congreso Nacional a subsanar la omisión legislativa y que, hasta que se dicte una norma específica, se aplique a los funcionarios públicos el derecho de huelga aplicable a los trabajadores del sector privado, garantizando así el ejercicio del derecho.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La falta de regulación del derecho a la huelga de los funcionarios civiles amenaza el ejercicio de este derecho constitucional y dificulta el control de eventuales abusos practicados en el contexto de los movimientos huelguísticos establecidos de hecho, creando un escenario de desorden que acaba perjudicando a la propia sociedad. El tema afecta también a cuestiones estratégicas y presupuestarias directamente relacionadas con los servicios públicos e interfiere en instituciones esenciales para el buen funcionamiento del Estado Democrático de Derecho.

2. El Supremo Tribunal Federal ha reconocido en repetidas ocasiones la existencia de un retraso por parte del Poder Legislativo en el momento de dictar una norma sobre la materia. En estas condiciones, la jurisprudencia de la Corte debe avanzar, pues de lo contrario también se producirá un retraso judicial. Por lo tanto, además de reconocer la omisión inconstitucional del Poder Legislativo y fijar un plazo de sesenta días para que el Congreso Nacional se pronuncie sobre el asunto, el STF determina que, vencido ese plazo, el ejercicio del derecho sea inmediatamente posibilitado por la aplicación analógica de las Leyes 7.783/1989 y 7.701/1988 a las huelgas de funcionarios, hasta que el Congreso Nacional apruebe norma sobre el asunto.

1 Sentencia conjunta con los MI 708 y 712

3. Por último, cabe señalar que el juez puede, a la luz del caso concreto, definir un régimen jurídico más severo para el ejercicio del derecho de huelga, teniendo en cuenta la esencialidad y continuidad del servicio público, el interés público en juego y las necesidades urgentes de la sociedad.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal reconoció la omisión inconstitucional del legislador, fijó un plazo de sesenta días para que el Congreso legisle sobre la materia y determinó que las Leyes 7.783/1989 y 7.701/1988 deben aplicarse por analogía a las huelgas de funcionarios públicos, hasta que se dicte una norma específica.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Este caso representa una evolución en la jurisprudencia del Supremo Tribunal Federal cuando se trata de lidiar con omisiones inconstitucionales. Durante muchos años, el STF se limitó a reconocer el retardo del Poder Legislativo e instarlo a actuar en el ámbito del *Mandado de Injunção*. En algunos casos, con el tiempo, llegó incluso a posibilitar la concreción de derechos con efectos solo entre las partes. Sin embargo, en el juicio en cuestión, el Tribunal fue más allá y proporcionó la norma que faltaba, con efectos generales y vinculantes para todos los funcionarios públicos, hasta que el Congreso Nacional aprobara una ley sobre la materia.





ADI 3.510

Investigación con células madre embrionarias

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Ayres Britto

Fecha del juicio:
29.05.2008

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Acción directa de inconstitucionalidad (ADI) en la que se discute la ley que regula la investigación científica con células madre embrionarias, obtenidas a partir de embriones humanos producidos mediante procedimientos de fecundación *in vitro* (Ley 11.105/2005, conocida como Ley de Bioseguridad). El demandante alega que la investigación implicaría la destrucción de estos embriones, que contienen vidas humanas, y por lo tanto violaría el derecho a la vida y a la dignidad humana de estos embriones. Por este motivo, argumenta que la ley debe ser declarada inconstitucional.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La Ley 11.105/2005 (Ley de Bioseguridad) autoriza el uso de células madre embrionarias producidas mediante fecundación *in vitro* con fines de investigación científica y tratamiento médico, con las siguientes condiciones: (i) embriones no viables; o (ii) congelados durante tres años o más; en ambos casos, se requiere el consentimiento de los padres. La ley también estipula que todos los proyectos de investigación con células madre deben someterse a comités de ética e investigación.

2. La Constitución no especifica el momento preciso en que comienza la vida humana, pero cuando se refiere a la dignidad de la persona humana, alude a una persona, a un ser dotado de personalidad. El embrión es un bien que hay que proteger, pero no es una persona en el sentido biográfico. La vida de la persona humana se define como el fenómeno que transcurre entre el nacimiento con vida y la muerte cerebral. La Ley de Bioseguridad no autoriza la interrupción del embarazo ni el sacrificio de la persona humana. Solo autoriza, con fines de investigación y terapia, la utilización del embrión no implantado en el útero, que de otro modo sería desechado y no generaría una vida.

3. Además, la investigación con células madre embrionarias pretende encontrar una cura para patologías y traumatismos graves que comprometen la calidad de vida de una amplia población, como las atrofias espinales progresivas, las distrofias musculares, la esclerosis múltiple, la esclerosis lateral amiotrófica, las neuropatías y las enfermedades de la neurona motora. Se estima que

estas células son capaces de diferenciarse y transformarse en diferentes tipos de tejidos que pueden ser recuperados. En esta medida, su utilización respondería a la libertad de la investigación científica y a la salud y dignidad de los ciudadanos enfermos.

4. Así, si por un lado estos embriones humanos no tienen ni desarrollarán vida, por otro pueden ser utilizados para el avance científico y para mejorar la vida y la salud de personas gravemente enfermas. En cualquier caso, la decisión de implantar o no embriones se basa en el derecho de la mujer a la autonomía para definir su proyecto de vida, el derecho a la planificación familiar, a la maternidad y a la paternidad responsable. Desde este punto de vista, la elección por la pareja o la mujer del proceso de fecundación artificial no conlleva el deber jurídico de utilizar todos los embriones que puedan formarse y sean genéticamente viables.

RESULTADO DEL JUICIO

El Pleno del Supremo Tribunal Federal validó el artículo 5 de la Ley de Bioseguridad (Ley 11.105/2005), que autoriza el uso de células madre embrionarias obtenidas de embriones humanos producidos por fecundación *in vitro* y no utilizados en el procedimiento respectivo. Las condiciones son que los embriones sean "inviables" -que ya no sean útiles para la reproducción humana asistida- o lleven congelados tres años o más. Además, en ambos casos se requiere el consentimiento de los genitores. La ley también exige que la investigación sea aprobada por comités de ética universitarios y prohíbe la comercialización de células madre embrionarias, la ingeniería genética en organismos vivos y la clonación humana.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Se trata del primer caso en la historia del STF en el que se celebró una audiencia pública.





HC 91.952

Uso de esposas por el acusado en el juicio por jurado

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Marco Aurélio

Fecha del juicio:
07.08.2008

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Habeas corpus (HC) interpuesto en favor de una persona que permaneció esposada durante todo su juicio ante el Juicio por Jurado. Se argumentó que mantener las esposas puestas durante el juicio no estaba justificado, ya que no había indicios de peligrosidad o riesgo de fuga. Además, dado que el jurado está compuesto por personas legas que toman decisiones basadas en sus convicciones íntimas, la imagen del acusado esposado podría influir en la convicción del jurado, lo que violaría los principios de presunción de inocencia y de la dignidad humana.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. Mantener esposado a un acusado, a menos que exista riesgo de peligro o fuga, ofende el principio de la dignidad humana, fundamento del Estado Democrático de Derecho (artículo 1, III, de la CF/1988). Para preservar la dignidad del acusado, deben evitarse medidas que dañen su imagen o le causen humillación, por ser inconstitucionales.

2. El uso de esposas es una medida excepcional y debe ser justificada por la autoridad, mediante razones objetivas y específicas que demuestren la necesidad de la medida. La mera presencia de un número reducido de policías en el lugar de los hechos no es justificación suficiente de esta medida.

3. El uso indiscriminado de esposas repercute negativamente en el discernimiento de los miembros del jurado. En este tipo de juicios, los miembros del jurado son legos en la materia y toman decisiones basadas en sus convicciones íntimas, sin necesidad de justificar sus votos. Por lo tanto, presentar al acusado esposado, sin una justificación concreta de esta práctica, crea una presunción de peligrosidad que puede afectar al resultado del juicio, comprometiendo el principio de presunción de inocencia (artículo 5, LVII, de la CF/1988), así como el equilibrio entre la acusación y la defensa.

RESULTADO DEL JUICIO

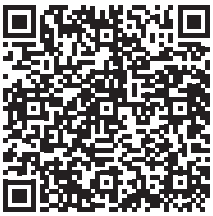
El Supremo Tribunal Federal concedió el orden de *habeas corpus* para anular la decisión del jurado y ordenar que se celebrara un nuevo juicio, esta vez sin el uso de esposas contra el acusado, a menos que existiera una justificación debidamente fundamentada para hacerlo.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

La decisión reforzó el carácter excepcional del uso de esposas y la necesidad de preservar la dignidad del acusado, especialmente en los casos de juicios populares, para evitar una influencia indebida en la decisión de los miembros del jurado.

Súmula Vinculante 11

"Las esposas solo podrán utilizarse en caso de resistencia y temor fundado de fuga o de peligro para la integridad física del detenido o de terceros, justificando por escrito la situación excepcional, bajo pena de responsabilidad disciplinaria, civil y penal del agente o autoridad, y de nulidad de la detención o del acto procesal a que se refiera, sin perjuicio de la responsabilidad civil del Estado."





ADC 12

Prohibición del nepotismo

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Ayres Britto

Fecha del juicio:
20.08.2008

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Acción declaratoria de constitucionalidad (ADC) que busca afirmar la constitucionalidad de un acto normativo del Consejo Nacional de Justicia (CNJ) que prohibió la ocupación de cargos, empleos y funciones de confianza por parientes, cónyuges y parejas de magistrados y funcionarios investidos en cargos de dirección y asesoramiento en el Poder Judicial (Resolución 7/2005), práctica conocida como nepotismo. El demandante argumenta que la norma es constitucional, ya que el CNJ tiene competencia administrativa, disciplinaria y de supervisión de la actuación de los tribunales, y que la prohibición se deriva de normas constitucionales que garantizan la impersonalidad, la igualdad, la moralidad y la eficacia administrativa.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La Enmienda Constitucional 45/2004 confirió competencia al Consejo Nacional de Justicia, como órgano central de control administrativo y financiero, para supervisar los actos del Poder Judicial (artículo 103-B, párrafo 4, I, de la CF/1988).

2. Al dictar la Resolución 7/2015, el CNJ no vulneró la libertad de nombramiento y cese de los cargos comisionados y de confianza prevista en la Constitución (artículo 37, II y V, de la CF/1988), dado que la interpretación de estas disposiciones debe hacerse conforme a los principios que orientan la administración pública.

3. Las restricciones impuestas por la referida resolución para la provisión de los cargos de comisión y de las funciones de confianza, en situaciones en que los ocupantes no hayan ingresado a la actividad estatal por convocatoria pública, son las mismas que ya imponía la Constitución Federal de 1988, derivadas de los principios de impersonalidad, de eficiencia, de igualdad y de moralidad administrativa.

4. La prohibición se extiende también a padres, abuelos, hijos, tíos, hermanos, sobrinos, suegros y cuñados para los puestos de libre designación y remoción, así como a la contratación cruzada, es decir, cuando un funcionario contrata a los parientes de otro.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal declaró constitucional la Resolución 7/2015 del CNJ y mantuvo la prohibición de contratar parientes hasta el tercer grado de magistrados y funcionarios públicos en cargos de jefatura y dirección para cargos de comisión o funciones gratificadas de libre nombramiento y remoción, en todas las esferas de la justicia brasileña.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Súmula Vinculante 13[1]

"La designación del cónyuge, conviviente o pariente en línea recta, colateral o por afinidad, hasta el tercer grado incluso, de la autoridad nominadora o de un funcionario público de la misma persona jurídica investido de un cargo de dirección, jefatura o asesoría, para el ejercicio de un cargo de comisión o confianza, o incluso de una función gratificada en la administración pública directa e indirecta en cualquiera de los poderes de la Unión, los estados, el Distrito Federal y los municipios, siempre que la adecuación sea a través de designaciones recíprocas, viola la Constitución Federal."

[1] La decisión adoptada en la ADC 12 afectó a todas las esferas de la justicia, y la publicación de la Súmula Vinculante 13 amplió la prohibición de la práctica del nepotismo a toda la administración pública, alcanzando a los poderes ejecutivo y legislativo.

RE 466.343

Inconvencionalidad de la prisión civil del depositario infiel

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Cezar Peluso

Fecha del juicio:
03.12.2008

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Recurso extraordinario (RE) interpuesto por una institución bancaria contra una decisión del Tribunal de Justicia del Estado de São Paulo que concluyó que la prisión civil de un deudor que incumple un contrato de enajenación fiduciaria en garantía es inconstitucional. El recurrente alega que la falta de entrega del bien dado en garantía del préstamo caracteriza al acusado como "depositario infiel", lo que autoriza su encarcelamiento, en los términos del artículo 5, LXVII, de la Constitución Federal de 1988[1].

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

Brasil ha ratificado e interiorizado la Convención Americana sobre Derechos Humanos (Pacto de San José de Costa Rica), que prohíbe la prisión civil por deuda. Esta convención es un tratado internacional de derechos humanos y tiene rango supralegal. Está por debajo de la Constitución, pero prevalece sobre las leyes ordinarias y complementarias. En estas condiciones, aunque la Constitución de 1988 autorizara la prisión civil de un depositario infiel, esta autorización no sería aplicable debido al efecto paralizador del tratado internacional sobre las leyes infraconstitucionales que rigen la prisión.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal ha afirmado la imposibilidad del encarcelamiento civil de los deudores como medio de cobro de deudas patrimoniales, salvo en el caso de deudas alimentarias, a la luz del artículo 7, ítem 7, de la Convención Americana sobre Derechos Humanos.

[1] En los contratos de enajenación fiduciaria en garantía, como en este caso, una persona pide un préstamo para comprar un bien duradero. La propiedad del bien adquirido se ofrece como garantía de la deuda contraída con la entidad financiera hasta el pago íntegro del préstamo. Si no se pagan las cuotas, el acreedor está autorizado a recuperar el bien, venderlo y saldar la deuda. El deudor, que se ha convertido en custodio del bien, tiene la obligación de entregarlo.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

En la decisión, el Supremo Tribunal Federal afirmó, por primera vez, el rango supralegal de los tratados internacionales de derechos humanos, lo que contribuyó a una mayor estabilidad interna de estas normas.

Tema: Posibilidad de prisión civil del depositario infiel en el ordenamiento jurídico-constitucional brasileño (Tema de Repercusión General 60).

Tesis: "La prisión civil de un depositario infiel es ilegal, independientemente del tipo de depósito."

Súmula Vinculante 25

"La prisión civil de un depositario infiel es ilegal, independientemente del tipo de depósito."





Pet 3.388

Demarcación de la Tierra Indígena Raposa Serra do Sol

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Ayres Britto

Fecha del juicio:
19.03.2009

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Acción popular (AP) en la que se cuestiona el proceso administrativo de demarcación de la tierra indígena Raposa Serra do Sol, área continúa ubicada en el estado de Roraima, habitada por diversas etnias indígenas. El demandante solicita que se declare la nulidad de la demarcación, basándose, entre otros, en los siguientes argumentos: (i) el proceso administrativo de demarcación es nulo porque, además de no permitir a los perjudicados defender sus intereses, se basa en un informe parcial firmado por un único profesional; (ii) la demarcación continua de las tierras asignadas a las diversas etnias, en lugar de una demarcación aislada a favor de cada comunidad ("en islas"), afecta a una extensa porción de tierra, lo que compromete el desarrollo del estado de Roraima; (iii) también viola el principio de razonabilidad y favorece intereses de los pueblos indígenas en detrimento de otras partes interesadas; y (iv) la seguridad nacional y la soberanía del Estado se ven amenazadas por la demarcación, ya que grandes porciones de tierra quedarían fuera del pleno control del Estado.

El estado de Roraima también se adhirió al caso y señaló: (i) la inconstitucionalidad del decreto que reglamentó la demarcación de las tierras indígenas y en el que se basó la demarcación; (ii) la nulidad de la ampliación del área previamente delimitada a favor de las comunidades; y (iii) la imposibilidad de coincidir la tierra indígena con parques nacionales.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. Los pueblos indígenas tienen derecho a la posesión permanente y al usufructo exclusivo de las tierras que tradicionalmente ocupan. Este derecho es originario y anterior a la Constitución Federal de 1988 y, por lo tanto, prevalece sobre otros intereses constituidos posteriormente. La demarcación de las tierras indígenas es un acto declarativo oficial del Estado que reconoce una situación fáctica y jurídica preexistente y cumple el deber del Estado de garantizar la protección de los derechos y la preservación de las culturas indígenas.

2. El proceso administrativo de demarcación de la tierra indígena de Raposa Serra do Sol no está viciado, ya que, contrariamente

a lo que se alega, dio a los interesados la oportunidad del contradictorio y de la amplia defensa, como se demuestra en los autos, y se basó en un informe antropológico emitido por un profesional cualificado.

3. El modelo de demarcación continua de las tierras indígenas es el más adecuado para la protección de sus derechos, ya que garantiza la continuidad territorial necesaria para las prácticas tradicionales y el mantenimiento de la integridad cultural de estos pueblos. La propuesta alternativa, de demarcación en "islas", dividiría la tierra y podría debilitar la autonomía y la capacidad de supervivencia cultural y económica de las comunidades indígenas. En cuanto a los efectos sobre el desarrollo del estado de Roraima, la demarcación no es un impedimento para el desarrollo económico de dicho estado, que debe compatibilizarse con la preservación cultural y ambiental y dar cabida a la pluralidad de cosmovisiones.

4. Corresponde a la Unión Federal demarcar las tierras indígenas. Este acto no pone en riesgo la soberanía nacional. Al contrario, la presencia indígena en áreas no representa una amenaza, sino que una estrategia que contribuye a la vigilancia y a la defensa del territorio nacional.

5. En cuanto a las alegaciones presentadas por el estado de Roraima, el STF señaló que ya existía un precedente de la propia Corte sobre la constitucionalidad del decreto que regula la demarcación. Aclaró que es posible ampliar el área previamente delimitada si se comprueba técnicamente a través de un informe antropológico, que hubo error en la delimitación anteriormente realizada. También afirmó que no existe conflicto entre la demarcación de tierras indígenas y la protección ambiental de un área de parque nacional. Por el contrario, existe convergencia entre el modo de vida indígena y la preservación ambiental que suponen los parques nacionales.

6. Por último, el STF dictaminó que la demarcación de las tierras indígenas debe respetar las salvaguardias institucionales establecidas en el voto del ponente, complementadas por las explicitadas en el voto-vista, sobre cuestiones como la explotación de recursos naturales de interés nacional, la presencia de equipamientos públicos y la actuación de las Fuerzas Armadas en dichas tierras. Estas salvaguardias buscaban equilibrar los derechos de las comunidades indígenas con los intereses estratégicos y de seguridad nacional.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal desestimó la Acción Popular y dictaminó por la constitucionalidad de la demarcación continua de la Tierra Indígena Raposa Serra do Sol.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Esta fue la primera decisión del Supremo Tribunal Federal sobre la demarcación de tierras indígenas en virtud de la Constitución Federal de 1988. Garantizaba un amplio reconocimiento de los derechos de los pueblos indígenas, pero también establecía límites y condiciones al respecto. En un recurso de aclaración, el Tribunal aclaró que estos límites y condiciones reflejan el entendimiento del Tribunal en el momento del juicio (STF) y no tienen efectos vinculantes en futuras demarcaciones.

La decisión utilizó dos conceptos que posteriormente se han convertido en polémicos: el "marco temporal" del derecho indígena a la tierra y la "usurpación renitente". La expresión "marco temporal" se refería al derecho de las comunidades que estaban en esas tierras cuando se promulgó la Constitución Federal de 1988, a que fueran demarcadas y protegidas. Por otro lado, la expresión "usurpación renitente" se

refiere al derecho de los pueblos expulsados injustamente de sus tierras antes de ese hito y no pudieron regresar. Se trata de un precedente importante, invocado habitualmente en demarcaciones y decisiones judiciales, cuyas conclusiones han sido y están siendo rediscutidas en casos judiciales posteriores del Tribunal.





ADPF 130

La no recepción de la Ley de Prensa por la Constitución Federal de 1988

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Ayres Britto

Fecha del juicio:
30.04.2009

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Alegato de incumplimiento de un precepto fundamental (ADPF) solicitando que se declarara la no recepción de la Ley de Prensa (Ley 5.250/1967), promulgada durante la dictadura militar brasileña, por la Constitución Federal de 1988. Se alegaba que la ley violaba la libertad de prensa, garantizada por la Constitución, allanando el camino para la censura previa y el castigo indebido de periodistas (artículo 5, IV, V, IX, X, XIII y XIV; artículos 220 a 223, de la CF/1988).

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La Ley de Prensa (Ley 5.250/1967), elaborada y promulgada durante la dictadura militar brasileña, es incompatible con el orden constitucional democrático inaugurado por la Constitución Federal de 1988, que garantiza el derecho fundamental a la libertad de prensa, así como a las libertades de expresión del pensamiento, de información y de expresión artística, científica, intelectual y comunicativa en la sociedad brasileña.

2. La prensa es el medio de comunicación de masas que mantiene informados a los ciudadanos sobre lo que ocurre en la escena pública y en la política. Por ello, es esencial para la formación de la opinión y el buen funcionamiento de la democracia. Por esta razón, las tensiones constitucionales entre los derechos de la personalidad y la plena libertad de prensa deben resolverse a favor de una amplia defensa de la libertad de prensa, para ofrecer a los ciudadanos alternativas a la versión oficial de los hechos.

3. La crítica periodística, cuando emitida en función del interés público, no es susceptible de ningún tipo de censura gubernamental previa, emanada de cualquiera de los tres poderes del Estado. La libertad de información periodística, garantizada por la Constitución Federal de 1988, debe ser plena y sin restricciones. Esto significa que ninguna ley puede establecer límites sobre cuándo puede ejercerse esta libertad o en qué medida. Tales restricciones ponen en peligro el núcleo esencial de la libertad de expresión.

4. Para equilibrar los derechos y evitar abusos de la plena libertad de prensa, la Constitución Federal de 1988 prevé la prohibición del anonimato; la protección del secreto de las fuentes, cuando sea necesario para el ejercicio profesional; el derecho de réplica y la indemnización proporcional al daño, así como la posibilidad de exigir responsabilidades civiles, penales y administrativas ulteriores por los daños al honor y a la imagen.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal declaró la incompatibilidad de la Ley de Prensa, promulgada durante la dictadura militar brasileña, con el orden constitucional democrático vigente tras la promulgación de la Constitución Federal de 1988, y prohibió cualquier forma de censura previa o sanción, con excepción del derecho de réplica y de la posibilidad de responsabilidad civil, penal y administrativa ulterior por cualquier daño al honor o a la imagen.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS





RE 511.961

Exención de diploma para el ejercicio de la profesión de periodista

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Gilmar Mendes

Fecha del juicio:
17.06.2009

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Recurso extraordinario (RE) en el que se cuestionó la exigencia de título universitario para ejercer la profesión de periodista, establecida por un decreto dictado durante la dictadura militar. Se argumentó que la norma no estaba aceptada por la Constitución de 1988, lo que implicaba una violación de las libertades de prensa, expresión, información y ejercicio de la profesión (artículos 5, IX y XIII, y 220, *caput*, párrafo 1, de la CF/1988).

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. Las libertades de prensa, expresión e información son derechos fundamentales garantizados por la Constitución de 1988 (artículos 5, IX y XIII, y 220 de la CF/1988) y solo pueden ser restringidos por ley en casos excepcionales, debido a la protección de otros valores e intereses constitucionales igualmente relevantes.

2. La exigencia de un título para el ejercicio de la profesión de periodista constituye una restricción desproporcionada de estas libertades, así como del derecho al libre ejercicio de las profesiones, ya que limita el acceso a la actividad, sin que exista un interés público compensatorio que lo justifique. Las limitaciones al ejercicio profesional deben ser proporcionadas y razonables, pues de lo contrario equivalen a restricciones arbitrarias.

3. El periodismo es una profesión distintiva, estrechamente relacionada con el buen funcionamiento de la democracia. Cualquier forma de control previo, incluso mediante reglamentos profesionales que restrinjan la actividad periodística, podría constituir censura previa, prohibida por la Constitución (artículo 220, párrafo 2, de la CF/1988).

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal declaró que la Constitución de 1988 no aceptaba el decreto -de la época autoritaria- que limitaba el ejercicio de la profesión de periodista a los titulares de un diploma y de un registro profesional, por considerar que tales exigencias restringían de forma injustificada y desproporcionada las libertades de prensa, de expresión y de información, así como la libertad de ejercicio profesional.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS





ADPF 101

Importación de neumáticos usados

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Cármen Lúcia

Fecha del juicio:
24.06.2009

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Alegato de incumplimiento de un precepto fundamental (ADPF) que cuestiona la validez de las decisiones judiciales que permitían la importación de neumáticos usados, basándose en el fundamento de que estas decisiones violan el derecho a la salud y a un medioambiente ecológicamente equilibrado, en los términos de los artículos 196 y 225 de la Constitución Federal de 1988. El demandante peticiona al STF que declare la constitucionalidad de las normas federales en vigor en Brasil que prohíben la importación. Además, resalta que las decisiones impugnadas en la acción propician la acumulación de neumáticos usados, lo que, unido a la falta de un método eficaz de eliminación de residuos, provoca daños al medioambiente.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

La importación de neumáticos usados viola los preceptos constitucionales de la salud y del derecho a un medioambiente ecológicamente equilibrado (artículos 196 y 225 de la CF/1988), ya que estos neumáticos son residuos tóxicos de difícil eliminación. Las actividades económicas deben observar los principios constitucionales del desarrollo sostenible y de la equidad y responsabilidad intergeneracional para las generaciones presentes y futuras, con el fin de garantizar que el crecimiento no ponga en peligro un medioambiente equilibrado o la salud de las generaciones actuales y futuras, y deben ajustarse al principio de precaución, según lo cual, en caso de incertidumbre científica sobre posibles daños medioambientales, deben adoptarse todas las medidas necesarias para evitarlo.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal estimó parcialmente la acción y declaró inconstitucional las interpretaciones que permitían la importación de neumáticos usados de cualquier tipo, incluidos los reencauchados.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

La acumulación de neumáticos, sin un método eficaz de eliminación de residuos, puede provocar grandes incendios de larga duración, que liberarían gases tóxicos. Además, representa un grave riesgo para la salud pública, ya que los neumáticos podrían ser caldo de cultivo para mosquitos que transmiten enfermedades.



Ext 1.085

Extradición de Cesare Battisti: decisión sobre la entrega de un extranjero a petición de otro país

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Cezar Peluso

Fecha del juicio:
16.12.2009

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Solicitud de extradición (Ext) formulada por Italia, pidiendo la entrega del ciudadano italiano Cesare Battisti, encarcelado en Brasil como consecuencia de su condena por cuatro cargos de asesinato en su país de origen. La defensa del extraditando alega la nulidad del proceso penal en cuestión, por estar basado en una persecución política. El Supremo Tribunal Federal (STF) concluyó que el extraditando fue condenado en su país de origen por un delito común, sin connotación política, en un proceso que observó el debido proceso legal. Por ello, no hay pruebas de que exista un riesgo actual de persecución política en su contra. Por estos motivos, se autorizó la extradición.

A pesar de la decisión del STF, el presidente de la República Federativa de Brasil negó la extradición. Preguntado de nuevo, el Tribunal aclaró que la decisión final sobre la extradición es un acto político discrecional de la autoridad, que solo estaría obligada a cumplir el contenido del tratado internacional relativo a la entrega del extraditado.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. En los procesos de extradición, al Poder Judicial solo le corresponde analizar la validez de los actos en los que se basa la solicitud y el cumplimiento del debido proceso legal. No tiene competencia para imponer al jefe del Estado la decisión de entregar al extraditando. El Poder Ejecutivo, por su parte, ejerce un juicio político sobre el caso y evalúa las cuestiones de seguridad, humanitarias y de relaciones internacionales.

2. La extradición es un acto de soberanía que debe ser realizado por el jefe de Estado, de acuerdo con el artículo 84, VII, de la Constitución Federal. La decisión de entregar una persona a otro país es un acto político-administrativo que compete al presidente de la República.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal concedió la solicitud de flexibilizar la detención de Cesare Battisti y mantuvo la decisión del presidente de la República de Brasil de denegar la extradición, por tratarse de un acto de soberanía.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Cesare Battisti fue miembro del grupo militante italiano Proletarios Armados por el Comunismo (PAC). Durante la década de 1970, el periodo conocido como los "Años de Plomo" en Italia, el PAC fue acusado de cometer delitos violentos como parte de su lucha política contra el Estado italiano. El último acto del presidente de la República de Brasil negándose a entregar a Battisti a Italia tuvo lugar en 2010. El caso cambió de rumbo en 2018, con el cambio de gobierno, cuando el nuevo presidente de la República revocó el acto de denegación. Battisti huyó de Brasil, pero en 2019 fue capturado en Bolivia y extraditado directamente a Italia.





ADPF 153

Ley de Amnistía

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Eros Grau

Fecha del juicio:
29.04.2010

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Alegato de incumplimiento de un precepto fundamental (ADPF) en el que se peticiona la declaración de no reconocimiento de la Ley 6.683/1979 (Ley de Amnistía) por la Constitución Federal de 1988, en la parte en que dicha ley extiende la amnistía por crimines políticos practicados durante el régimen militar a delitos relacionados con ellos. Se alega que esta previsión hace viable la amnistía de los crímenes de tortura, homicidio y desaparición forzada, entre otros, y no respeta: (i) el deber del poder público de no ocultar la verdad sobre lo que pasó durante el período autoritario; (ii) los principios democráticos y republicanos; (iii) el principio de la dignidad humana (artículo 1, *caput* y III de la CF/1988).

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La Ley 6.683/1979 (Ley de Amnistía) concedió perdón total por los crímenes políticos y por los crímenes relacionados con crímenes políticos o practicados por motivación política. Al interpretar esta ley, hay que tener en cuenta el momento histórico-social en que se promulgó: una transición conciliada del régimen militar al Estado Democrático de Derecho. Se trató efectivamente de una amnistía bilateral, también en favor de los actos practicados por el régimen de excepción. Sin embargo, no abarcó los ilícitos de terrorismo, secuestro y atentado personal que ya habían dado lugar a una condena con sentencia firme.

2. En un Estado Democrático de Derecho, el Poder Judicial no está autorizado a cambiar o reescribir un texto normativo. No corresponde al Supremo Tribunal Federal modificar las leyes que conceden amnistías, sino que únicamente verificar su compatibilidad con la Constitución. La revisión de la Ley de Amnistía debe hacerse por el Poder Legislativo, si considere que este es el caso. Esta revisión hecha por el STF podría poner en peligro la estabilidad institucional y reabrir heridas del pasado, lo que afectaría al orden democrático.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal entendió que la Ley 6.683/79 (Ley de Amnistía) es compatible con la Constitución Federal de 1988 y que la amnistía por ella concedida fue bilateral, amplia y general, alcanzando a los crímenes de cualquier naturaleza practicados por los agentes de la represión en el período trascurrido entre el 02.09.1961 y el 15.08.1979, dado el contexto de transición conciliada a la democracia en el que se promulgó.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Todavía no hay sentencia firme en este caso. El demandante interpuso un recurso de aclaración de sentencia contra la decisión del STF que desestimó la acción. Ponderó que los crímenes relacionados con los crímenes políticos practicados durante la dictadura militar por los agentes de represión se caracterizan como crímenes contra la humanidad, con base en derecho internacional, y que el reconocimiento de la amnistía bilateral en esta hipótesis, como ha afirmado el Tribunal, implica una violación a la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos, a la que Brasil se ha sometido. Basándose en estos argumentos, peticionó que se reformara la decisión y se estimara la acción, para que no se concediera la amnistía por dichos crímenes.





ADI 4.277 y ADPF 132

Reconocimiento de la unión estable homoafectiva[1]

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Ayres Britto

Fecha del juicio:
05.05.2011

Materia:



RESUMEN DE LOS CASOS

Acción directa de inconstitucionalidad (ADI) y de un alegato de incumplimiento de un precepto fundamental (ADPF) que, conjuntamente, cuestionan la constitucionalidad de las normas y/o interpretaciones que limitaban el reconocimiento de las uniones estables a las parejas formadas por personas de sexos distintos (heteroafectivas), excluyendo a las parejas formadas por personas del mismo sexo (homoafectivas). Se argumentó que este entendimiento violaba, entre otros, los derechos a la dignidad humana, a la autonomía, a la libertad, a la igualdad y a la seguridad jurídica, e impedía que las parejas homoafectivas desarrollaran sus propios proyectos de bienestar y ejercieran libremente su afectividad, y/o no les otorgaba una protección adecuada.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. Se entiende como homoafectividad el vínculo de afecto y solidaridad entre parejas del mismo sexo. A partir de este concepto, la unión homoafectiva se refiere a la constitución de un núcleo familiar marcado por una relación afectiva, pública y duradera entre personas del mismo sexo.

2. Los derechos constitucionales a la dignidad humana, a la autonomía y a la libertad garantizan a las personas el derecho a decidir sobre sus propios proyectos de bienestar y a elegir libremente la manera como vivirán sus afectos. El derecho a la igualdad y a la prohibición constitucional de discriminación injustificada impiden que se les otorgue a las parejas homoafectivas un trato diverso del otorgado a las parejas heteroafectivas. El derecho a la seguridad jurídica exige que las parejas homoafectivas también reciban protección relativa a los efectos jurídicos generados por sus relaciones. Aunque la propia Constitución de 1988 se refiere a las uniones estables como uniones entre un hombre y una mujer, esta redacción pretendía proteger a las compañeras, no excluir a las parejas del mismo sexo.

[1] En 2018, esta decisión histórica del Supremo Tribunal Federal recibió el certificado MoWBrasil, otorgado por el Comité Nacional de Brasil del Programa Memoria del Mundo de la Unesco, y fue registrada como patrimonio documental de la humanidad en el Registro Nacional de Brasil. El Ministro Ayres Britto, ponente de las acciones (ADPF 132 y ADI 4.277), representó la Corte en una ceremonia realizada en el Instituto Histórico Cultural de la Aeronáutica, en Río de Janeiro/RJ.

3. El artículo 226 de la Constitución de 1988 garantiza una especial protección del Estado a la familia, entendida como el núcleo base de la sociedad, el espacio esencial de desarrollo de la personalidad y de afirmación del ser humano. Hay diversas formas de familia, y la Constitución no la restringe a núcleos formados por parejas heteroafectivas. Al contrario, las parejas formadas por personas del mismo sexo también la constituyen y deben ser reconocidas.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal estimó las acciones constitucionales, reconociendo las uniones homoafectivas como entidades familiares y garantizando los mismos derechos otorgados a las uniones estables entre personas de sexos distintos.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Esta decisión tuvo un gran impacto en los derechos de las personas LGBTQIAPN+. Hizo posible que el Consejo Nacional de Justicia emitiera la Resolución 175/2013, que creó las condiciones necesarias para la celebración de los matrimonios entre personas del mismo sexo.



ADI 1.856

Prohibición de las "riñas de gallos"

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Celso de Mello

Fecha del juicio:
26.05.2011

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Acción directa de inconstitucionalidad (ADI) interpuesta contra la Ley del Estado de Río de Janeiro 2.895/1998, que autorizaba la creación y realización de exhibiciones y competiciones entre aves de las razas combatientes, práctica conocida como "pelea de gallos" o "riña de gallos". El demandante argumenta que la ley viola el artículo 225, párrafo 1, VII, de la Constitución Federal, que protege la fauna y la flora y prohíbe las prácticas que someten a los animales a la crueldad.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La promoción de la riña de gallos viola la Constitución Federal, que prohíbe el sometimiento de animales a actos de crueldad (artículo 225, párrafo 1, VII, de la CF/1988). También constituye una práctica criminal tipificada en la legislación ambiental (artículo 32 de la Ley 9.605/1998), por la cual se hace pelear a los animales hasta la exhaustividad o que uno de ellos muera. La disputa va precedida de una preparación que implica actos crueles, como el corte de crestas y barbillas.

2. La protección constitucional de la fauna abarca tanto a los animales salvajes como a los domésticos o los domesticados, incluidos los gallos utilizados en las riñas de gallos. Además, las peleas de gallos no pueden calificarse como manifestación cultural, ya que su carácter perverso y violento es incompatible con los principios constitucionales de protección del medioambiente.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal declaró inconstitucional la Ley del Estado de Río de Janeiro 2.895/1998, que autorizaba las riñas de gallos, por contravenir el artículo 225, párrafo 1, VII de la Constitución Federal de 1988, que garantiza la protección de la fauna y la flora y prohíbe las prácticas que sometan a los animales a crueldad.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

El Supremo Tribunal Federal ya contaba con precedentes que declaraban la inconstitucionalidad de tratos crueles a animales, como la llamada *farra do boi* (RE 153.531, redactor de la sentencia Min. Marco Aurélio). Posteriormente, el Tribunal también declaró inconstitucional una ley de un estado brasileño que legalizaba la práctica de la *vaquejada*, por motivos similares (ADI 4.983, redactor de la sentencia Min. Dias Toffoli). En 2017, en una reacción legislativa, el Congreso Nacional aprobó la Enmienda Constitucional 96/2014 (conocida como "PEC de la *Vaquejada*"), que consideró no crueles las prácticas deportivas que utilizan animales, siempre que sean manifestaciones culturales. Estas prácticas deben ser reguladas por una ley específica que garantice el bienestar de los animales involucrados. La EC 96/2014 también vio impugnada su constitucionalidad ante el STF (ADI 5.728 y 5.772).



ADPF 187

Manifestaciones públicas en favor de la legalización de las drogas – "Marcha de la Marihuana"

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Celso de Mello

Fecha del juicio:
15.06.2011

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Alegato de incumplimiento de un precepto fundamental (ADPF) que cuestiona la validez de las decisiones judiciales que prohibieron la realización de manifestaciones públicas en favor de la legalización de las drogas, por considerar que estas manifestaciones constituían apología del delito (artículo 287 del Código Penal), una vez que la comercialización y la posesión de drogas son ilícitos penales en Brasil. El demandante alega que las decisiones impugnadas constituyen una afrenta a la libertad de expresión (artículos 5, IV y IX, y 220 de la CF/1988) y de reunión (artículo 5, XVI, de la CF/1988), y violan el derecho de las minorías a defender posiciones alternativas que desagradan el gobierno o contradicen los valores mayoritarios de la sociedad.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

La libertad de expresión garantiza a los ciudadanos la posibilidad de debatir una amplia gama de cuestiones, incluida la legalización de las drogas, de forma libre, pacífica y sin la injerencia del Estado (artículo 5, IV y XX, de la CF/1988). El derecho de reunión es un instrumento para hacer realidad las libertades de manifestación del pensamiento, del derecho a protestar, a exponer sus reivindicaciones y a proponer la adopción de medidas públicas (artículo 5, XVI, de la CF/1988). En este sentido, garantiza a los ciudadanos el derecho de participación en el debate público y en la vida política del Estado Democrático de Derecho. El debate sobre la legalización de las drogas forma parte del ejercicio democrático y no puede restringirse por desacuerdos sobre el contenido de las manifestaciones. La libertad de expresión también protege las ideas divergentes de la posición mayoritaria, incluso cuando las opiniones o las reivindicaciones son controvertidas, desagradables, audaces o impopulares, respetándose los límites éticos y constitucionales.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal estimó el ADPF, basándose en las libertades fundamentales de reunión, de expresión y de petición previstas en la Constitución Federal de 1988, y rechazó la interpretación de que las manifestaciones en defensa de la legalización de las drogas o de otras substancias estupefacientes constituyen apología del delito.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Esta decisión tiene lugar en el contexto de la prohibición, por parte del Poder Judicial brasileño, de las manifestaciones públicas denominadas "Marcha de la Marihuana", que estaban previstas para 2008 y 2009 en diversas ciudades brasileñas, en defensa de la legalización de esta sustancia.



ADC 19[1]

Ley Maria da Penha

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Marco Aurélio

Fecha del juicio:
09.02.2012

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Acción declaratoria de constitucionalidad (ADC) que discutió la constitucionalidad de los dispositivos de la Ley 11.340/2006 (Ley Maria da Penha), que establece mecanismos para prevenir y sancionar la violencia doméstica y familiar contra la mujer. Se argumentó que, en algunos juicios, la norma no se aplicaba, bajo la justificación de que violaba el principio de igualdad al garantizar un trato diferente a favor de las mujeres. El objetivo era declarar la constitucionalidad de esta ley, dada la especial condición de vulnerabilidad de la mujer y de las proporciones de violencia de género en la sociedad brasileña.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La protección especial en materia de violencia doméstica se justifica por la desigualdad de género, por la vulnerabilidad histórica de la mujer y por la creciente difusión de la violencia doméstica en la sociedad brasileña. El trato diferenciado entre hombres y mujeres en esta materia no vulnera el principio de la igualdad, puesto que una forma legítima, adecuada y proporcional de proteger a quiénes se encuentran en una posición de inferioridad.

2. Además de ello, la Ley 11.340/2006 (Ley Maria da Penha) cumple el objetivo constitucional de protección de la familia por parte del Estado (artículo 226, párrafo 8, de la CF/1988). En este sentido, la ley hace concreto el deber del Estado de adoptar mecanismos que prevengan y sancionen la violencia en el ámbito de las relaciones familiares.

3. La ley armoniza incluso con la prohibición de la protección insuficiente de los derechos fundamentales previstos en la Constitución de 1988. Al garantizar a las mujeres que fueron agredidas el acceso efectivo a la reparación, a la protección y a la justicia, la Ley Maria da Penha rompe con la omisión del Estado respecto a la efectiva concreción de los preceptos constitucionales e inaugura una nueva fase de acciones afirmativas a favor de las mujeres en la sociedad brasileña.

[1] Acción juzgada en conjunto con la ADI 4.424/DF, también de la ponencia del Ministro Marco Aurélio, en la que el Tribunal Pleno entendió que, en los delitos de lesión corporal contra las mujeres en el ambiente doméstico, aunque sean leves, el Ministerio Público tiene legitimidad para proponer una acción penal contra el agresor sin necesidad de representación de la víctima..

4. Considerando la gravedad de la violencia de género, la Corte afirmó la imposibilidad de convertir las condenas por delitos de violencia contra la mujer en penas alternativas a la prisión o en concesión de beneficios semejantes a los aplicables en casos de delitos de menor potencial ofensivo.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal declaró la constitucionalidad de los dispositivos de la Ley 11.340/2006 (Ley Maria da Penha), reconociendo que la norma proporciona una respuesta adecuada y proporcional a las estadísticas alarmantes de violencia de género en Brasil.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

La Ley 11.340/2006 (Ley Maria da Penha) fue adoptada como respuesta a la responsabilización de Brasil, por parte de la Corte Interamericana de Derechos Humanos, por omisión en demandar y condenar, de forma eficaz, el agresor de Maria da Penha, su exmarido, que, durante 23 años de violencia, intentó matarla dos veces, dejándola parapléjica. Se trata de una ley que es un símbolo de protección de las mujeres, que crea institutos e instrumentos dirigidos a escudar las víctimas de violencia doméstica y familiar.





ADC 29, ADC 30 y ADI 4.578

Ley de la Ficha Limpia

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Luiz Fux

Fecha del juicio:
16.02.2012

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Juicio conjunto de las acciones declaratorias de constitucionalidad (ADC) 29 y 30, y de la acción directa de inconstitucionalidad (ADI) 4.578, en las que se discute la constitucionalidad de la Ley de la Ficha Limpia (Ley Complementaria 135/2010), norma de iniciativa legislativa popular que busca proteger la moralidad y la integridad del proceso democrático frente a candidatos que hayan cometido actos ilícitos. El debate central versó sobre la violación del principio de la presunción de inocencia, ya que la ley determina la inelegibilidad de los candidatos que aún no han sido condenados de manera definitiva por el Poder Judicial. Además, hubo una controversia respecto a la aplicabilidad de la norma a las candidaturas actuales, basada en actos ilícitos practicados antes de la promulgación de esta ley, lo que significaría una aplicación retroactiva ilegítima, en perjuicio del acusado.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. Es razonable que la expectativa de una persona concurrir a las elecciones sea alejada en los siguientes casos: que haya sido condenada penalmente en segunda instancia, haya sido condenada por órgano colegiado en el ejercicio de fuero especial, haya rechazado las cuentas públicas, haya sido destituida de un cargo público o esté impedida para ejercer la profesión por violación de un deber ético profesional.

2. Para garantizar la integridad del proceso democrático, el principio de presunción de inocencia no se aplica a la inelegibilidad electoral del mismo modo que se procede con los acusados de una infracción penal. Los beneficios sociales resultantes de estas inelegibilidades, en términos de moralidad y probidad en el ejercicio de una función pública, pesan más que el derecho individual de concurrir a cargos electivos. Esto se debe a que las hipótesis de inelegibilidad son razonables y proporcionales a la finalidad de establecer límites a conductas o hechos altamente reprobable en la sociedad.

3. Por último, es importante considerar que la elegibilidad corresponde a la adecuación de una persona al régimen jurídico aplicable al proceso electoral en el momento de su candidatura. De esta forma, las inelegibilidades previstas en la ley pueden resultar

de hechos anteriores a su promulgación, respetando la regla de anterioridad electoral en su incidencia (artículo 16, de la CF/1988). Ello se debe a que, en este caso, no se trata de una sanción por un acto ilegal, sino que de una condición negativa de elegibilidad.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal declaró que la Ley de Ficha Limpia (Ley Complementaria 135/2010) es constitucional y que las causas de inelegibilidad previstas se aplican a los hechos anteriores a su promulgación, respetando la regla de anterioridad electoral para las elecciones ya realizadas y para los mandatos en curso.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS





ADPF 54

Interrupción terapéutica del embarazo en caso de fetos con anencefalia

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Marco Aurélio

Fecha del juicio:
12.04.2012

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Alegato de incumplimiento de un precepto fundamental (ADPF), que cuestionaba la interpretación según la cual interrumpir un embarazo en caso de anencefalia fetal es un delito de aborto. Se argumentaba que la anencefalia es una patología que hace inviable la supervivencia del feto fuera del útero, por lo que obligar a seguir adelante con el embarazo sería irrazonable, ya que violaría los derechos de la mujer a la dignidad, a la autonomía, a la salud y a la libertad sexual y reproductiva. (artículos 1, IV; 5, II; 6; y 196 de la CF/1988).

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La anencefalia es una afección congénita en la que el feto presenta una deficiencia neurológica grave, que compromete las funciones del córtex y de los hemisferios cerebrales y que provoca una falta de sensibilidad, movilidad e integración de casi todas las funciones corporales. Esta condición hace inviable la vida fuera del útero. Por tanto, no puede invocarse el derecho a la vida del feto anencefálico, ya que no existe potencial de vida.

2. Se trata de una situación que causa un gran sufrimiento a la genitora. En esta situación, la mujer tiene derecho a decidir, libre y autónomamente, si continúa o no con el embarazo. Criminalizar la interrupción del embarazo en estos casos sería una afrenta a los derechos, a la dignidad, a la autonomía y a la salud.

3. Además, Brasil es un Estado laico, por lo que su ordenamiento jurídico debe guiarse por una postura de neutralidad religiosa. En este sentido, las políticas de salud pública y la legislación penal no pueden verse influidas por creencias religiosas o convicciones morales privadas.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal declaró inconstitucional la interpretación que tipificaba como delito la interrupción del embarazo de fetos anencefálicos, en los términos del Código Penal, y garantizó a las mujeres el derecho a decidir si continuar o no con el embarazo en estos casos, basándose en los derechos fundamentales a la dignidad, a la salud, a la autonomía de la voluntad y a la libertad sexual y reproductiva, protegidos por la Constitución Federal de 1988.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS





ADPF 186

Cuotas étnico-raciales en las universidades

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Ricardo Lewandowski

Fecha del juicio:
26.04.2012

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Alegato de incumplimiento de un precepto fundamental (ADPF) que pretende la invalidación de los actos que establecieron el sistema de cuotas en la enseñanza superior, con la reserva del 20 % de las plazas, durante 10 años, a favor de candidatos negros e indígenas. El demandante alega que la política viola los preceptos fundamentales de dignidad humana, igualdad y repudio del racismo, así como los dispositivos legales que establecen el derecho universal a la educación, entre otras normas.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. Las políticas de cuotas o de acción afirmativa pretenden enfrentar la historia de desigualdad que marca las relaciones étnico-raciales y sociales en las universidades brasileñas. Estas instituciones cuentan con un minúsculo contingente de estudiantes negros e indígenas, como resultado de la condición de subordinación económica, social y política en que estos grupos fueron mantenidos a lo largo del tiempo.

2. La Constitución de 1988 no solo protege la igualdad formal, es decir, el derecho de todos los ciudadanos a ser tratados de forma idéntica ante la ley. También protege la igualdad material, que exige un trato diferenciado para las personas en condiciones de desigualdad real, con el fin de igualarlas efectivamente en términos de condiciones y oportunidades. Esta es la razón de ser de las cuotas.

3. La política en cuestión no viola el criterio meritorio de seleccionar a los mejores candidatos para la enseñanza superior. Ello se debe a que los grupos de personas sometidos a condiciones de vida diferentes a lo largo del tiempo no pueden ser evaluados con criterios idénticos, como si siempre hubieran compartido las mismas condiciones y oportunidades. Hacerlo es perpetuar la discriminación estructural en favor de quienes proceden de entornos mejores.

4. Además, la legitimidad de los criterios utilizados en la selección para el ingreso en la enseñanza superior debe tener en cuenta el objetivo que se pretende alcanzar, así como los postulados constitucionales que la guían: el pluralismo de ideas, la preparación para el ejercicio de la ciudadanía y la formación de líderes capaces de

luchar por los derechos, incluidos los derechos de los grupos minoritarios. La diversidad es también un componente esencial de la enseñanza universitaria.

5. Las acciones afirmativas desempeñan, también, un importante papel simbólico. Un infante negro que ve a otra persona negra ocupando un lugar destacado en la sociedad se proyecta hacia ese liderazgo y amplía el abanico de posibilidades de sus planes vitales. Estas políticas tienen, por tanto, un importante componente psicológico que multiplica la inclusión social.

6. Sin embargo, estas políticas deben tener en cuenta la idea de proporcionalidad. Así, solo deben mantenerse mientras sean necesarias para superar la desigualdad en la universidad y, una vez que se alcance dicha finalidad, debe ponerse fin a estas. En este caso, se ha cumplido este criterio, habiéndose fijado un plazo de 10 años para que caduque el derecho a las cuotas reservadas.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal ha decidido mantener el sistema de cuotas étnico-raciales en el proceso de selección para la admisión en las instituciones públicas de enseñanza superior, reconociendo que la norma pretende superar distorsiones sociales históricas, basándose en el derecho a la igualdad material y en el principio de proporcionalidad.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS





ADI 3.330[1-2]

Programa Universidad para Todos (Prouni)

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Ayres Britto

Fecha del juicio:
03.05.2012

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Acción directa de inconstitucionalidad (ADI) contra la medida provisional (MP) 213/2004, convertida en la Ley 11.096/2005, que instituyó el Programa Universidad para Todos (Prouni). El programa fue creado para promover el acceso de estudiantes de baja renta a las plazas universitarias vacantes, a través de una combinación de becas y beneficios fiscales para las instituciones de enseñanza participantes. Fueron cuestionados los presupuestos constitucionales de pertinencia y urgencia para la creación del Prouni por medio de una medida provisional (artículo 62 de la CF/1988), así como los principios constitucionales de: (i) la isonomía, en lo que se refiere a la previsión de acciones afirmativas para estudiantes de baja renta (artículo 5, *caput*, de la CF/1988); (ii) la autonomía universitaria, en lo que se refiere a la participación de las universidades en el programa (artículo 207 de la CF/1988); y (iii) la libre iniciativa, en lo que se refiere a la adhesión de las instituciones de enseñanza privadas al Prouni (artículo170 de la CF/1988).

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La educación es un derecho social que debe alcanzar a todos. Por ello, es un deber constitucional del Estado que debe priorizarse a través de políticas públicas. El Prouni es un programa de acción afirmativa que favorece el acceso a la enseñanza superior de estudiantes de baja renta. Considerando las profundas desigualdades que marcan a la sociedad brasileña, el STF consideró que estaban presentes los requisitos constitucionales de relevancia y urgencia para que el programa fuera establecido por medio de una medida provisional (artículo 62 de la CF/1988), que posteriormente fue convertida en ley.

2. La concesión de becas por el Prouni es una forma legítima de acción afirmativa destinada a reducir las desigualdades sociales, ampliar el acceso a la enseñanza superior y promover la inclusión social. El tratamiento diferenciado, mediante la concesión de becas a los estudiantes de escuelas públicas y a los exbecarios de escuelas

[1] Juzgada conjuntamente con la ADI 3.314/DF, con el Ministro Ayres Britto como ponente.

[2] En la misma sentencia, el Pleno no conoció la ADI 3.319/RJ, de la ponente Ministra Cármen Lúcia, al no reconocer la legitimación activa de la Federación Nacional de Auditores Fiscales de la Seguridad Social (Fenafisp) para presentar la acción.

públicas, es una medida compatible con el principio de isonomía, garantizado en la Constitución Federal de 1988, ya que promueve la igualdad material.

3. El Prouni no viola los principios constitucionales de la autonomía universitaria (artículo 207 de la CF/1988) y de la libre iniciativa (artículo 170 de la CF/1988), pues la pertenencia a la universidad es facultativa, voluntaria y de duración determinada.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal reconoció la constitucionalidad del Programa Universidad para Todos (Prouni), establecido por la Ley 11.096/2005, y reafirmó la validez de las acciones afirmativas en Brasil y su importancia para luchar contra las desigualdades en el acceso a la enseñanza superior de la población de bajos ingresos.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS



AP 470

Juicio del *mensalão*

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Joaquim Barbosa

Fecha del juicio:
17.12.2012

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Acción penal (AP), cuya competencia originaria corresponde al STF, que tiene por objeto un sofisticado esquema de pago de sumas mensuales a parlamentarios de diversos partidos políticos a cambio de votos favorables a proyectos gubernamentales en la Cámara de Diputados. El caso implicó el juicio de prominentes políticos y empresarios imputados de delitos contra el sistema financiero y la administración pública, tales como: corrupción activa, corrupción pasiva, malversación de fondos, blanqueo de dinero y formación de cuadrillas delictivas.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La competencia del Supremo Tribunal Federal (STF) para juzgar a los imputados fue reconocida con base en el fórum especial de algunos de los acusados. El STF consideró que el no desmembramiento del proceso de los imputados sin prerrogativa de fórum serviría a los intereses de la instrucción criminal y no ofendería los principios del juez natural y del doble grado de jurisdicción.

2. La denuncia se recibió sobre la base de pruebas sustanciales de los delitos atribuidos a los imputados. El delito de formación de cuadrilla delictiva quedó comprobado en el extenso material probatorio, que demostró, de forma contextualizada, la existencia de una asociación criminal estable y organizada, con un reparto de tareas dirigido a la comisión de delitos, en tres núcleos: (i) núcleo político; (ii) núcleo operativo/publicitario; y (iii) núcleo financiero. Cada agente, en su conjunto, era responsable de determinadas acciones u omisiones esenciales para la realización de los objetivos ilícitos.

3. El pago de ventajas indebidas a parlamentarios a cambio de apoyo político probó los delitos de corrupción activa y pasiva. Se han identificado pagos al entonces presidente de la Cámara de Diputados y a varios diputados federales por parte de socios de la agencia de publicidad implicada en la trama.

4. El delito de malversación se concretó en la apropiación indebida de fondos públicos a través de contratos y subcontratos de publicidad fraudulentos, en los que existía una incompatibilidad entre los servicios prestados y las cantidades recibidas, según constataron los equipos de fiscalización de diferentes organismos.

5. Se caracterizó el delito de blanqueo de dinero por la ocultación y encubrimiento del origen delictivo de las cantidades recibidas por los imputados, así como por la utilización de entidades financieras intermediarias para el blanqueo de capitales. Los agentes implicados eran plenamente conscientes del origen ilícito de las cantidades pagadas en metálico utilizadas a cambio de apoyo político.

6. La pérdida del mandato electivo de un parlamentario condenado en una acción penal no viola el principio de la separación de poderes. La Constitución Federal atribuyó al STF la competencia para procesar y juzgar a los miembros del Congreso Nacional por la comisión de infracciones penales comunes[1] (artículo 102, I, *b*, de la CF/1988). La aplicación de la pena accesoria de suspensión de los derechos políticos es el efecto de una sentencia firme (artículo 15, III, de la CF/1988).

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal condenó a varios imputados por los delitos de formación de cuadrilla delictiva, corrupción activa, corrupción pasiva, malversación y blanqueo de dinero. Las condenas variaron según la participación de cada acusado en los delitos e incluyeron penas de prisión y multas. Algunos imputados fueron absueltos por falta de pruebas suficientes.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

El escándalo del *mensalão* es conocido como un hito histórico en Brasil en la punición de políticos y empresarios por cometer delitos de cuello blanco. El caso recibió una gran cobertura mediática y situó al Supremo Tribunal Federal en el centro de la atención de la prensa y de los debates políticos públicos.





[1] En una decisión posterior (cuestión de orden en la AP 937), el STF sostuvo que la competencia para juzgar los delitos comunes cometidos por parlamentarios federales se limita a los cometidos durante el mandato y relacionados con el ejercicio del cargo.

Rcl 4.335

Progresión del régimen penitenciario para los condenados por crímenes atroces

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Gilmar Mendes

Fecha del juicio:
20.03.2014

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Reclamación (Rcl) presentada contra una decisión que rechazó la solicitud de progresión de régimen penitenciario a favor de personas condenadas por la práctica de crímenes atroces, con base en una disposición de la Ley de Crímenes Atroces que prohibía dicha progresión (artículo 2, párrafo 1, de la Ley 8.072/1990). El demandante alegó que el Supremo Tribunal Federal (STF) había declarado la inconstitucionalidad de esta norma en el *Habeas Corpus* (HC) 82.959/SP y, posteriormente, consolidó esta interpretación en la Súmula Vinculante 26. El tribunal demandado, a su vez, argumentó que la decisión dictada por el STF en el HC solo producía efectos para las partes de la acción, no beneficiando ni perjudicando a terceros.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. En el *Habeas Corpus* 82.959/SP, el STF reconoció la inconstitucionalidad del cumplimiento de la pena sin progresión de régimen, de forma integralmente cerrada, en el caso de crímenes atroces. En esta decisión, se consideró que el artículo 2, párrafo 1, de la Ley 8.072/1990 violaba el principio constitucional de individualización de la pena (artículo 5, XLVI, de la CF/1988), además de no considerar que la progresión de régimen tiene como objetivo la resocialización de la persona privada de libertad que, en algún momento, volverá a la convivencia social.

2. La declaración de inconstitucionalidad en el *Habeas Corpus* 82.959/SP se consolidó posteriormente en la Súmula Vinculante 26. Esta súmula uniformizó la jurisprudencia del STF y tuvo un efecto expansivo en sus interpretaciones, pues garantizó la aplicación de la progresión de régimen a todos los condenados por crímenes atroces en el país que cumplan los requisitos para la concesión del beneficio.

3. La previsión constitucional que le corresponde al Senado Federal es suspender la ejecución de una ley declarada inconstitucional por la decisión definitiva del Supremo Tribunal Federal (artículo 52, X, de la CF/1988) debe interpretarse como una competencia informativa, destinada a garantizar la mera publicidad de las decisiones de inconstitucionalidad del STF.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal garantizó la progresión de las penas de prisión a las personas condenadas por crímenes atroces y determinó que corresponde al juzgado evaluar si las personas afectadas por la Reclamación reúnen los requisitos para el beneficio, de acuerdo con la Súmula Vinculante 26. Además, la sentencia de esta Reclamación reforzó la interpretación de que las decisiones del STF producen efectos jurídicos de alcance general, independientemente de la necesidad de publicización por parte del Senado Federal.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Súmula Vinculante 26

"A los efectos de la progresión de régimen cuando se cumpla condena por crimen atroz o análogo, el juzgado de ejecución observará la inconstitucionalidad del artículo 2 de la Ley 8.072, del 25 de julio de 1990, sin perjuicio de valorar si el condenado reúne o no los requisitos objetivos y subjetivos para el beneficio, pudiendo determinar, a tal efecto, de forma motivada, la realización de un informe criminológico."



ADI 4.650

Financiamiento de campañas por personas jurídicas

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Luiz Fux

Fecha del juicio:
17.09.2015

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Acción directa de inconstitucionalidad (ADI) en la que se discute la constitucionalidad de las normas que regulan el financiamiento de las campañas electorales y de los partidos políticos, especialmente en el caso de las aportaciones realizadas por personas jurídicas. Los demandantes alegan que estas normas, en su estado actual, permiten la captura del proceso electoral por el poder económico, provocando una violación de los principios democrático, republicano y de igualdad, e interfiriendo en el resultado de las elecciones.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. Aunque la Constitución de 1988 no estableció las reglas que impusieran o prohibieran un determinado modelo de financiamiento de las campañas electorales, de las normas constitucionales como el principio democrático, el pluralismo político y la isonomía, que orientan el proceso político, limitan la libertad del legislador ordinario a la hora de definir criterios válidos para las donaciones a candidatos y partidos políticos.

2. Los criterios establecidos en la legislación han resultado insuficientes para frenar la captura del proceso político por el poder económico. La intensa influencia del poder económico en las elecciones favorece a los candidatos vinculados a grandes donantes en detrimento de otros, desequilibrando la competencia electoral y la igualdad política entre candidatos.

3. La experiencia también demuestra que las donaciones de personas jurídicas a campañas electorales no constituyen un ejercicio del derecho a la libertad de expresión de sus preferencias políticas. Se trata, por el contrario, de un comportamiento estratégico dirigido a acercarse al poder público, en pactos a menudo desprovistos de espíritu republicano.

4. Por último, en lo que respecta a las donaciones de personas físicas y a la utilización de recursos propios de los candidatos, los criterios vigentes no violan los principios fundamentales de la democracia, el republicanismo y la igualdad política.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal estimó, en parte, la petición de declarar inconstitucionales las disposiciones legales de la Ley 9.504/1997 (Ley Electoral) y de la Ley 9.096/1995 (Ley de Partidos Políticos) que autorizaban las contribuciones de personas jurídicas a las campañas electorales y a los partidos políticos.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS





ADPF 378 MC

Proceso de destitución

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Edson Fachin

Redactor de la sentencia:
Min. Luís Roberto Barroso

Fecha del juicio:
17.12.2015

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Alegato de incumplimiento de un precepto fundamental (ADPF) en el que se debatió la validez de disposiciones de la Ley de Delitos de Responsabilidad (Ley 1.079/1950), que regula el proceso de destitución del presidente de la república. La acción buscó esclarecer cuáles disposiciones permanecen válidas y cómo deben ser interpretadas de acuerdo con la Constitución de 1988, a fin de garantizar la correcta aplicación del rito de la destitución de acuerdo con los principios y normas constitucionales.

Se cuestionaron: (i) el papel de la Cámara de Diputados y del Senado Federal en el proceso de destitución; (ii) la naturaleza del voto (secreto o abierto); (iii) el tipo de candidatura para la Comisión Especial de la Cámara de Diputados (nominación por el líder del partido o candidatura individual); (iv) los criterios para la formación de dicha Comisión; (v) el ejercicio del derecho de defensa; y (vi) el momento adecuado para la destitución del ejercicio del cargo de quien es investigado.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. Según la Constitución Federal de 1988 y la Ley 1.079/1950, el proceso de destitución es uno de los mecanismos presentes en un Estado Democrático de Derecho. Es un proceso de naturaleza jurídico-política, que tiene como objetivo examinar las acusaciones y decidir sobre la práctica de delito de responsabilidad por parte del presidente de la república, de naturaleza política. La actuación judicial se limita a garantizar el debido proceso legal.

2. La Cámara de Diputados es responsable de autorizar la apertura del proceso de destitución (artículo 51, I, de la CF/1988), ejerciendo inicialmente un juicio político necesario para que la denuncia proceda. El Senado Federal se encarga de procesar y juzgar al presidente de la república (artículo 52, I, de la CF/1988). Estas funciones siguen la interpretación ya adoptada por el Tribunal durante el proceso de destitución del expresidente Fernando Collor de Mello.

3. En cuanto al rito de proceso de destitución en la Cámara de Diputados, la Ley de Responsabilidad (Ley 1.079/1950) preveía dos deliberaciones de la Cámara, la primera sobre la admisibilidad de la denuncia y la segunda sobre su procedencia. Sin embargo, en el

caso mencionado, el STF sostuvo que la Constitución Federal de 1988 derogó esta regla y estableció que el Plenario de la Cámara deliberara una sola vez, exigiendo mayoría calificada de 2/3 de sus miembros (artículos 202, párrafo 7, 217, párrafo 1, y 218, párrafo 9, del RICD y artículos 60, párrafo 2, y 51, I, de la CF/1988).

4. En el Senado Federal, debido a la falta de reglas específicas, se utilizó el mismo enfoque que en el proceso de destitución del expresidente Fernando Collor de Mello, en el que el proceso se abre por mayoría simple de los senadores, a partir de un dictamen elaborado por una Comisión Especial; y si el dictamen es aprobado, el presidente de la república será destituido por un máximo de 180 días, asumiendo el vicepresidente de forma interina.

5. Las candidaturas para la Comisión Especial de la Cámara de Diputados deben ser propuestas por el líder del partido, no admitiéndose candidatos individuales, ya que ello violaría el principio de la autonomía de los partidos (artículo 58, *caput* y párrafo 1, de la CF/1988). La formación de la Comisión Especial debe seguir el criterio de proporcionalidad, considerando la representación de los partidos y de los bloques partidarios.

6. En el proceso de destitución todas las votaciones deben ser abiertas, para permitir una mayor transparencia, un control de los representantes y una legitimación del proceso. Debido a la importancia de este tipo de proceso, que puede llevar a la destitución y a la pérdida del mandato del presidente de la república, es esencial garantizar la máxima transparencia y publicidad. Además, el sigilo de las votaciones es incompatible con la naturaleza y la gravedad del proceso por un delito de responsabilidad.

7. Por último, el proceso de destitución debe garantizar que el acusado disponga del contradictorio y de la amplia defensa. Aunque está reconocido, el derecho a la defensa previa, una vez recibida la denuncia en la Cámara de Diputados, no es obligatorio. El interrogatorio del acusado debe ser el último acto de instrucción del proceso, pues es un instrumento de autodefensa que realza las garantías constitucionales del contradictorio y de la amplia defensa.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal, al estimar parcialmente el alegato de incumplimiento de un precepto fundamental, definió que la Cámara de Diputados es el órgano responsable de autorizar la apertura del proceso de destitución. El Senado Federal, a su vez, es responsable de enjuiciar y juzgar al presidente de la república, que solo puede ser destituido una vez abierto el proceso en esta entidad legislativa.

Para garantizar una mayor transparencia, control de los representantes y legitimación del proceso, todas las votaciones relacionadas con el proceso de destitución deben ser abiertas, incluida la elección de la Comisión Especial en la Cámara de Diputados. Además, las candidaturas individuales de los diputados para formar parte de esta Comisión se consideran ilegítimas.

El Tribunal también decidió que, una vez aceptada la denuncia de procesamiento por la Cámara de Diputados, el derecho a la defensa previa, aunque reconocido, no es obligatorio. Por último, el interrogatorio del acusado debe ser el último acto de las diligencias previas, ya que sirve como instrumento de autodefensa que refuerza las garantías constitucionales del contradictorio y de la amplia defensa.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

La decisión tuvo lugar en el contexto de la segunda experiencia nacional, tras la promulgación de la Constitución Federal de 1988, del proceso de destitución de un presidente de la república. La primera experiencia, en 1992, resultó en la suspensión de los derechos políticos del expresidente Fernando Collor de Mello durante ocho años. La segunda experiencia, en 2016, llevó a la destitución de la entonces presidenta Dilma Rousseff.

RE 778.889

Licencia por adopción

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Luís Roberto Barroso

Fecha del juicio:
10.03.2016

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Recurso extraordinario (RE) interpuesto por una madre adoptante que buscaba la equiparación del periodo de la licencia por adopción al periodo de la licencia por maternidad a que tienen derechos las madres biológicas, basándose en los principios de la dignidad humana, del interés superior del menor en la doctrina de protección integral de la niñez y en el derecho a la igualdad. En este caso, la legislación vigente para los adoptantes establecía periodos inferiores a los constitucionalmente previstos para la licencia por maternidad para madres biológicas, escalonándolos de forma que reducía el tiempo de licencia cuanto mayor era la edad del niño adoptado.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La licencia por maternidad, derecho social previsto en la Constitución Federal de 1988, abarca tanto la licencia por embarazo cuanto la licencia por adopción. Ambas garantizan el periodo mínimo de 120 días (artículo 7, XVIII, de la CF/1988), prorrogable por otros 60 días (artículos 1 y 3 de la Ley 11.770/2008). El trato no igualitario en relación con las licencias concedidas a las madres biológicas y adoptantes viola los principios de la dignidad humana, de la igualdad entre hijos biológicos y adoptados, de la protección integral, de la prioridad y del interés superior del menor.

2. Los niños adoptados constituyen un grupo vulnerable y fragilizado, que requiere tiempo y esfuerzo adicional para adaptarse a una nueva familia, crear vínculos afectivos y superar traumas. Por esta razón, los niños adoptados no pueden recibir una protección inferior a la que reciben los hijos biológicos. Así, el tiempo de licencia concedida a la madre adoptante debe ser igual al de la madre biológica, para que se garantice la protección integral de los niños.

3. Cuanto mayor es el niño y más largo es el tiempo de estancia obligatoria en instituciones de acogida, más difícil suele ser su adaptación a una familia adoptiva. El trato inferior, especialmente en función de la edad del niño adoptado, viola el principio de la proporcionalidad, puesto que crea más dificultades a quienes necesitan más atención y cuidados.

4. Es deber del Estado garantizar la dignidad, la autonomía y las condiciones para que las mujeres puedan conciliar la maternidad y sus trabajos, especialmente en los casos de adopción. La licencia parental proporciona al niño adoptado una oportunidad fundamental de convivencia familiar. El Estado tiene deberes hacia los niños desamparados e institucionalizados, debido a la no implementación de políticas de lucha contra la pobreza o a la no adecuación de las políticas públicas de institucionalización, lo que empeora los problemas de una niñez desamparada. Así, lo menos que puede hacer el poder público por estas familias y por estos niños es proporcionarles las condiciones adecuadas para adaptarse y salir adelante.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal garantizó a la madre adoptante el periodo restante de su licencia parental, totalizando 180 días de baja remunerada, equivalente al tiempo concedido a las madres biológicas (120 días de licencia por maternidad, más 60 días de prórroga), tal como está consagrado en la Constitución Federal y en la legislación vigente. La cuestión tratada, en este caso, permitió a la Suprema Corte brasileña adoptar una nueva comprensión respecto al significado atribuido a la licencia parental y a la igualdad entre hijos adoptivos y biológicos, lo que promovió avances en los derechos de los niños adoptados, de la familia y de la mujer.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Tema: Posibilidad de que una ley instituya periodos diferentes de licencia por maternidad para las funcionarias embarazadas y para las adoptantes (Tema de Repercusión General 782).

Tesis: "El periodo de la licencia por adopción no puede ser inferior al periodo de licencia por embarazo, y lo mismo se aplica a las respectivas prórrogas. En relación con la licencia por adopción, no se puede establecer periodos distintos en razón de la edad del niño adoptado."



ADC 41[1]

Cuotas raciales para admisión en convocatorias públicas

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Luís Roberto Barroso

Fecha del juicio:
08.06.2017

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Acción declaratoria de constitucionalidad (ADC) relativa a la ley que instituyó las políticas públicas afirmativas para el ingreso de personas negras en la función pública (Ley 12.990/2014, conocida como la Ley de Cuotas Raciales en la Función Pública), a través del 20 % de las vacantes en las convocatorias públicas de la administración pública federal. El demandante defiende la validez de la acción afirmativa basada en un criterio étnico-racial para acceder a cargos efectivos y empleos públicos, como instrumento de promoción del derecho a la igualdad y medida de política reparadora a favor de un grupo históricamente subyugado.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La Ley 12.990/2014 (Ley de Cuotas en la Función Pública) se fundamenta en la necesidad de superar el racismo estructural e institucional existente en Brasil. Reconoce la población negra como un grupo expuesto a situaciones de mayor vulnerabilidad, con menos condiciones de inclusión en la sociedad brasileña, dada la larga historia de esclavización del país. Es, por lo tanto, un instrumento de compensación.

2. Esta acción afirmativa no compromete el mérito en la selección por convocatoria pública ni la eficiencia de la función pública. De hecho, los candidatos que se benefician de las cuotas deben alcanzar una puntuación suficiente para desempeñar sus funciones de manera adecuada y eficiente, lo que expresa la noción de mérito. Además, la inclusión del factor "raza" como criterio de selección contribuye a la representatividad en la toma de decisiones del Estado, dado que la mayoría de la población es negra o *parda*[2].

3. En estos términos, la reserva de un porcentaje de vacantes es una medida dirigida a garantizar la igualdad material entre los ciudadanos. Estas acciones también incluyen a las personas que hayan sido beneficiadas con acciones afirmativas anteriores, como las del ingreso a las universidades públicas. En este sentido,

[1] En una decisión reciente (ADI 7.654), el Tribunal confirmó la petición liminar que prorrogaba la vigencia de la Ley de Cuotas en convocatorias públicas federales hasta que el Congreso Nacional apruebe una norma sobre el tema.

[2] (N. del T.): Pardo es una de las categorías de clasificación racial, basadas en la autodeclaración, adoptada por el IBGE (Instituto Brasileño de Geografía y Estadística) para identificar a personas que tienen ascendencias étnicas variadas

se entiende que no todas las vacantes de cargos públicos requieren titulación universitaria, por lo que quienes no concurran a estas vacantes se beneficiarán igualmente. Además, hay otros innumerables factores que impiden que las personas negras concurran en condiciones de igualdad, como las cuestiones socioeconómicas.

4. Se deben evitar los fraudes a la Ley de Cuotas en la Función Pública, por parte de los candidatos o de la administración pública, una vez que: (i) es legítima la utilización de criterios de heteroidentificación, además de la autodeclaración, para control de abusos, siempre que se respete la dignidad humana y se garantice el contradictorio y la amplia defensa; (ii) es necesario observar los parámetros para que se implemente la política sin restringir su alcance ni desvirtuar sus objetivos.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal reconoció la validez de la Ley de Cuotas Raciales en la Función Pública (Ley 12.990/2014), que reserva a las personas negras el 20 % de las vacantes en las convocatorias públicas para cargos efectivos y empleos públicos en la administración pública federal.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Tesis: "Es constitucional la reserva del 20 % de vacantes ofrecidas en las convocatorias públicas para proveer cargos efectivos y empleos públicos en el ámbito de la administración pública directa e indirecta. La utilización de criterios subsidiarios de heteroidentificación, además de la autodeclaración, es legítima siempre que se respete la dignidad humana y se garantice el contradictorio y la amplia defensa."





ADI 4.275[1]

Derecho de las personas transgénero a cambiar de nombre y de género en el registro civil

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Marco Aurélio

Redactor de la sentencia:
Min. Edson Fachin

Fecha del juicio:
01.03.2018

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Acción directa de inconstitucionalidad (ADI) que cuestiona la interpretación del artículo 58 de la Ley 6.015/1973 (Ley de Registros Públicos), que regula el registro civil, concretamente en lo relativo al prenombre (nombre de pila o nombre de bautismo del ciudadano). El objetivo es garantizar a las personas transgénero el derecho a cambiar su nombre y sexo en el registro civil, sin necesidad de someterse a cirugía de reasignación de sexo ni a tratamientos hormonales. La acción se presentó basándose en los principios del libre desarrollo de la personalidad y de la dignidad humana, y pretendía garantizar la posibilidad de un cambio fundamentado exclusivamente en la autoidentificación.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La identidad de género se refiere a la experiencia interna e individual de cada persona sobre el género con el que se reconoce. Algunas personas tienen una identidad de género que se corresponde con su sexo de nacimiento (personas cisgénero). Son personas que nacieron con genitales masculinos y se perciben a sí mismas como pertenecientes al género masculino; o personas que nacieron con genitales femeninos y se perciben a sí mismas como pertenecientes al género femenino.

2. Otras personas se identifican con un género distinto de su sexo biológico (personas transgénero). En estos casos, aunque la persona haya nacido con un órgano genital masculino, se identifica con el género femenino (mujer transgénero); o, aunque haya nacido con un órgano genital femenino, se identifica con el género masculino (hombre transgénero).

3. La dignidad humana garantiza a toda persona el libre desarrollo de su propia personalidad, lo que incluye el derecho al reconocimiento por parte del Estado de su identidad de género y, por tanto, la posibilidad de vivir, ser reconocida y tratada en función de dicha identidad (artículo 1, III, de la CF/1988).

[1] En la sentencia del Recurso Extraordinario (RE) 670.422/RS, de reconocida repercusión general, de la ponencia del Ministro Dias Toffoli, el Supremo Tribunal Federal reafirmó el derecho de las personas transgénero a cambiar su registro civil sin necesidad de cambiar de sexo, directamente por vía administrativa.

4. La persona transgénero tiene el derecho a cambiar su nombre de pila y género en el registro civil, a través de un procedimiento administrativo, únicamente mediante autoidentificación firmada en una declaración escrita. La efectividad de este derecho no debe estar condicionada a la presentación de informes médicos, psicológicos ni a ningún tipo de intervención quirúrgica o tratamiento hormonal.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal estimó la acción y reconoció el derecho de las personas transgénero a cambiar su nombre de pila y género en el registro civil, independientemente de condiciones como someterse a cirugía de transgenitalización (reasignación de sexo), de tratamientos hormonales o de presentar informes médicos o psicológicos.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS





ADI 5.617

Financiamiento de las campañas electorales a favor de las candidaturas femeninas

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Edson Fachin

Fecha del juicio:
15.03.2018

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Acción directa de inconstitucionalidad (ADI) en la que se cuestionaron los porcentajes mínimos y máximos de los recursos del Fondo Partidario para el financiamiento de campañas electorales de las candidaturas femeninas, así como el plazo de vigencia de esta acción afirmativa, establecidos en la Minirreforma Electoral de 2015 (Ley 13.165/2015). La norma determinó que, en las tres elecciones siguientes a su publicación, los partidos debían reservar un mínimo del 5 % y un máximo del 15 % del Fondo Partidario para las campañas de sus candidatas.

Se argumentó que los límites máximos y mínimos para asignar fondos de los partidos a las candidatas eran insuficientes para promover la igualdad de género en la contienda entre hombres y mujeres en el proceso electoral, equilibrio que solo se lograría si el porcentaje fuera del 30 %, a la par del nivel mínimo de candidaturas exigido por la ley. Además, la limitación temporal de la acción afirmativa de solo tres elecciones no sería suficiente para superar la desigualdad estructural en la representación de las mujeres en la política.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. Los datos del Tribunal Superior Electoral han revelado una enorme discrepancia en la representación femenina en la política del país. A pesar de ser la mayoría de la población y del electorado brasileño, las mujeres ocupan menos del 15 % de los escaños del Poder Legislativo Federal. La adopción de normas para el financiamiento de las candidaturas femeninas en el proceso electoral es necesaria para corregir esta histórica infrarrepresentación. Además de evitar nuevas discriminaciones, las cuotas de financiamiento de las campañas tienen la función de reparar los efectos negativos de la discriminación de género y sus consecuencias duraderas, así como de crear condiciones más justas para los grupos históricamente marginados, como las mujeres en la política.

2. Las acciones afirmativas que pretenden aumentar la participación de las mujeres en política se basan en premisas que defienden la igualdad de género y la democracia. Al valorar el principio

de igualdad, estas acciones reconocen que la distribución de los recursos públicos no puede ser discriminatoria por razón de sexo. La autonomía de los partidos no exime a estos de la obligación de respetar los derechos fundamentales, incluido el derecho a la igualdad. Además, la igualdad de género requiere no solo la igualdad de oportunidades, sino también unas condiciones equitativas que permitan a las mujeres obtener resultados similares a los de los hombres en las elecciones. La participación efectiva de las mujeres en política es esencial para garantizar que las políticas públicas superen las desigualdades históricas, lo que contribuye a una democracia más representativa y justa.

3. El establecimiento de un porcentaje mínimo del 5 % y un máximo del 15 % de los recursos del fondo partidario para ser asignados a las candidatas es inconstitucional, ya que crea obstáculos para el ingreso y la participación de las mujeres en la política y para la elaboración de leyes que reduzcan estas desigualdades. En la práctica, esta norma favorece a los candidatos masculinos, ya que, los hombres pueden recibir entre el 85 % y el 95 % de los recursos disponibles. Esta disparidad impediría la igualdad de condiciones para las mujeres y perpetuaría las desigualdades de género en la política.

4. La autonomía de los partidos políticos, garantizada en el artículo 17 de la Constitución Federal de 1988, no puede justificar prácticas que no respeten los derechos fundamentales, como la igualdad entre hombres y mujeres y la dignidad de la persona humana. El respeto a la igualdad, además de aplicarse a la esfera pública, se extiende a las relaciones privadas, garantizando la protección de los individuos no solo frente al Estado, sino también en las relaciones con otros particulares. De este modo, la autonomía privada no puede prevalecer sobre los principios constitucionales. Además, teniendo en cuenta su papel transformador en la sociedad, los partidos políticos tienen el deber de promover la participación política de las mujeres y enfrentar cualquier forma de discriminación de género.

5. La distribución de los fondos públicos destinados a las campañas electorales por parte de los partidos políticos debe ser proporcional al número de candidatos de ambos sexos, respetando el nivel mínimo del 30 % de candidaturas femeninas, establecido en el artículo 10, párrafo 3, de la Ley 9.504/1997 (Ley Electoral). La naturaleza pública de estos fondos refuerza la obligación de que su distribución no sea discriminatoria, garantizando la igualdad de oportunidades para hombres y mujeres en la disputa electoral.

6. Es inconstitucional fijar un plazo de tres elecciones para la distribución diferenciada de recursos del fondo partidario vinculada a la cuota de candidatas, pues esa división debe ser directamente proporcional a la composición de candidaturas femeninas, conforme determina el artículo 10, párrafo 3, de la Ley 9.504/1997. A diferencia de las cuotas de candidaturas, que tienen carácter temporal, la distribución no discriminatoria de recursos debe durar mientras se justifique la composición mínima de candidatas.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal dictaminó que la distribución de recursos del Fondo Partidario, destinados a financiar las campañas electorales dirigidas a candidatas, debe ser directamente proporcional al número de candidatos de ambos sexos, respetando el nivel mínimo del 30 % de candidatas, previsto en el artículo 10, párrafo 3, de la Ley 9.504/1997 (Ley Electoral).

Además, el Tribunal declaró inconstitucional la fijación de un plazo para esta acción afirmativa y eliminó el plazo de tres elecciones para la aplicación de la cuota de financiamiento de las candidaturas femeninas. Así, la distribución equitativa y no discriminatoria debe mantenerse mientras se justifique la composición mínima de candidatas.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

En la sede de embargos, el STF aceptó la propuesta del ponente para que los recursos financieros acumulados en años anteriores en las cuentas específicas para la promoción y difusión de la participación política de las mujeres se transfieran al financiamiento de las campañas electorales de las candidatas en las elecciones de 2018, sin reducir el porcentaje del 30 % del monto del fondo asignado a cada partido para las candidaturas femeninas.





ADO 26[1]

Criminalización de actos de homofobia y transfobia

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Celso de Mello

Fecha del juicio:
13.06.2019

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Acción directa de inconstitucionalidad por omisión (ADO) presentada contra la inercia del Congreso Nacional ante su deber de promulgar una ley que penalice los actos de discriminación cometidos por motivos de orientación sexual (homofobia) o identidad de género (transfobia). Los demandantes solicitan: (i) la aplicación de la ley que trata del delito de racismo, para que incluya también los actos homofóbicos o transfóbicos, hasta que se apruebe una ley específica; (ii) la declaración de la mora del Congreso Nacional de legislar sobre la materia; y (iii) el establecimiento de un plazo de un año para que se apruebe una ley que penalice todas las formas de homofobia y transfobia.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La Constitución de 1988 obliga al Poder Legislativo a elaborar normas que penalicen las conductas discriminatorias, como las que descalifican a las personas por su orientación sexual (homofobia) o su identidad sexual (transfobia).

2. Una persona homosexual es alguien que se siente atraído por otras personas de su mismo sexo. Esta es su orientación sexual. Una persona transexual es alguien que siente que pertenece al sexo opuesto a su sexo biológico. Esto, a su vez, es su identidad sexual. La sexualidad también puede tener muchas otras variantes, englobadas en el acrónimo LGBT[2]. Las personas LGBT son ampliamente estigmatizadas y discriminadas en Brasil.

3. La sexualidad forma parte de la esfera más íntima y estructurante de la personalidad de una persona, relacionada con su dignidad, autonomía y libertad para definir sus propios planes de felicidad, así como para elegir hacia quién dirigir sus afectos y deseos.

4. Más de 30 años después de la promulgación de la Constitución de 1988, el Congreso Nacional no ha aprobado una norma que penalice las conductas homofóbicas y transfóbicas, situación que implica una violación del artículo 5, XLI y XLII, de la Constitución Federal de 1988, así como del deber del Estado de proteger a un grupo especialmente vulnerable.

[1] El presente caso fue juzgado juntamente con el MI 4.733, Ponente Min. Edson Fachin. Se decidió resumir la ADO 26, Ponente Min. Celso de Mello, debido a su mayor puntuación en la fase de selección de las sentencias más relevantes, en el criterio institucional de divulgación y en el criterio de interés social (*amicus curiae*).

[2] Actualmente, se utiliza el acrónimo LGBTQIAPN+.

5. Según el entendimiento del STF en el HC 82.424/RS (Caso Ellwanger), el concepto de racismo no se limita a consideraciones estrictamente antropológicas o biológicas. Se refiere a comportamientos sociales que rebajan injustamente a personas o grupos para estigmatizarlos y subyugarlos, violando el derecho a la dignidad humana.

6. Los comportamientos homofóbicos y transfóbicos se encuadran en el concepto de racismo en su dimensión social. Por esta razón, mientras no exista una ley específica emitida por el Congreso Nacional, se les aplican las penas previstas para los delitos en la Ley 7.716/1989, que trata del delito de racismo.

7. Esta conclusión no desconoce el derecho a la libertad de expresión o de religión. La libertad de expresión garantiza la libre manifestación; y la libertad religiosa, la libre predicación conforme a los dogmas y libros sagrados de una fe. Ambas están garantizadas, siempre que no constituyan discursos de odio, entendidos como exteriorizaciones que inciten a la discriminación, a la hostilidad o a la violencia.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal reconoció que la omisión del Congreso Nacional en su deber de criminalizar las conductas homofóbicas y transfóbicas viola la Constitución Federal de 1988 (artículo 5, XLI y XLII). Hasta que el Congreso Nacional emita una norma sobre la materia, el Tribunal dictaminó que las prácticas homotransfóbicas están calificadas como especies del género racismo, en la dimensión de racismo social, por lo que caen bajo la tipificación penal contenida en la Ley de Racismo (Ley 7.716/1989).

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Tesis: "1. Hasta que venga del Congreso Nacional una ley que implemente los mandatos de criminalización previstos en los incisos XLI y XLII del artículo 5 de la Constitución de la República, las conductas homofóbicas y transfóbicas, reales o presuntas, que impliquen aversión odiosa a la orientación sexual o a la identidad de género de alguien, por ser expresiones de racismo, entendido como racismo en su dimensión social, encuadran, por identidad de razón y por adecuación típica, en los preceptos primarios de incriminación previstos en la Ley 7.716, del 08.01.1989, y constituye en el caso de un homicidio doloso, una circunstancia que lo califica, ya que es un motivo abyecto (Código Penal, artículo 121, párrafo 2, I, *in fine*); 2. La represión penal de la homotransfobia no se extiende ni restringe o limita el ejercicio de la libertad religiosa, cualquiera que sea la denominación confesional profesada, cuyos fieles y ministros (sacerdotes, pastores, rabinos, mulás o clérigos musulmanes y líderes o celebrantes de religiones afrobrasileñas, entre otros) tienen garantizado el derecho a predicar y difundir libremente sus pensamientos mediante la palabra, la imagen o cualquier otro medio, y a expresar sus convicciones de acuerdo con lo que figura en sus libros y códigos sagrados, así como a enseñar de acuerdo con su orientación doctrinal y/o teológica, pudiendo buscar y conquistar prosélitos y practicar los actos de culto y liturgia respectivos, independientemente del espacio, público o privado, de su realización individual o colectiva, siempre que tales manifestaciones no constituyan discursos de odio, entendidos como aquellas exteriorizaciones que inciten a la discriminación, hostilidad o violencia contra las personas en razón de su orientación sexual o identidad de género; 3. El concepto de racismo, entendido en su dimensión social, va más allá de los aspectos estrictamente biológicos o fenotípicos, ya que resulta, como la manifestación de poder, de una construcción histórico-cultural motivada por el objetivo de justificar la desigualdad y dirigida al control

ideológico, la dominación política, el sometimiento social y la negación de la alteridad, la dignidad y la humanidad de quienes, por formar parte de un grupo vulnerable (LGBTI+) y no pertenecer a la posición de hegemonía en una determinada estructura social, son considerados extraños y diferentes, degradados a la condición de parias del ordenamiento jurídico, expuestos, como consecuencia de un odioso menosprecio y perversa estigmatización, a una injusta y perjudicial situación de exclusión del sistema general de protección legal."





ADI 6.341 MC-Ref[1]

Medidas sanitarias de lucha contra el COVID-19 y autonomía de los entes federativos

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial[1]

Ponente:
Min. Marco Aurélio

Redactor de la sentencia:
Min. Edson Fachin

Fecha del juicio:
15.04.2020

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Referéndum de la medida cautelar en la acción directa de inconstitucionalidad (ADI) que cuestiona la constitucionalidad de la medida provisional emitida por el presidente de la República para centralizar, en la Unión, las decisiones sobre la lucha contra la situación de emergencia de la salud pública derivada de la pandemia del COVID-19, como las medidas de aislamiento, cuarentena y restricciones a la movilidad. Se alega que esta norma no respeta las competencias constitucionales de los estados y de los municipios para proteger el derecho a la salud de su población, y viola la autonomía de los entes y, por lo tanto, el propio principio federativo (artículo 18 de la CF/1988).

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La Constitución Federal de 1988 prevé que los entes que componen la Federación brasileña tienen autonomía para organizarse, gobernarse y administrarse (artículo 18 de la CF/1988). En ese sentido, los estados y la Unión tienen competencia concurrente para legislar sobre salud (artículo 24, XII, de la CF/1988). Los municipios, por su vez, tienen competencia legislativa para tratar de cuestiones de interés local (artículo 30, II, de la CF/1988). En el mismo sentido, la Unión, los estados y los municipios tienen competencia administrativa compartida para implementar medidas para proteger la salud de sus ciudadanos (artículo 23, II, de la CF/1988).

2. Es un deber de todos los entes federativos garantizar el derecho a la salud, prevenir y luchar contra las enfermedades epidémicas. En este contexto, la Unión legisla sobre las normas generales de salud, y los estados y los municipios disponen sobre medidas específicas, según sus realidades y necesidades locales. En el caso de una comisión legislativa por parte de la Unión, los estados aún ejercen su competencia normativa plena. Así, el Poder Ejecutivo Federal puede emitir medidas provisionales en materia de salud, siempre que preservada la autonomía de las demás esferas de gobierno para tratar el tema.

[1] Sesión celebrada íntegramente por videoconferencia (Resolución 672/2020/STF).

3. Todos los entes federativos deben observar, en su actuación, las recomendaciones técnicas y científicas de la Organización Mundial de la Salud (OMS), organismo internacional experto en la materia. Desde el punto de vista constitucional, sería grave que, en el ámbito de una emergencia sanitaria y bajo la invocación de competencia exclusiva o privativa, se premiaran las omisiones del gobierno federal, impidiendo que los estados y municipios implementaran políticas públicas esenciales para la protección de los ciudadanos.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal sometió la medida cautelar a un referéndum, reconociendo que los entes federativos (estados, Distrito Federal y municipios) tienen competencia para legislar y adoptar medidas sanitarias de lucha contra la pandemia de COVID-19, en conjunto con la Unión.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Esta decisión forma parte del contexto de la pandemia de COVID-19, declara emergencia sanitaria de alcance internacional por la OMS el 11 de marzo de 2020. A partir de esta clasificación, la OMS subrayó que todos los países deberían activar y ampliar sus mecanismos de respuesta a las emergencias de salud, además de seguir las recomendaciones técnicas y científicas sobre el tema. En el caso de Brasil, los estados y los municipios desempeñaron un importante papel en esta materia.



RE 654.833

Reparación civil por daños medioambientales

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Virtual

Ponente:
Min. Alexandre de Moraes

Fecha del juicio:
20.04.2020

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Recurso extraordinario (RE) que discute la imprescriptibilidad de la pretensión de reparación civil por daños morales, materiales y ambientales causados por invasores de tierras indígenas en la década de 1980. Los demandantes invocan el principio constitucional de seguridad jurídica, mientras que los demandados invocan los principios de protección y de reparación ambiental.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. En el ordenamiento jurídico brasileño, la regla es la prescripción de las acciones. La imprescriptibilidad es la excepción, ya que depende de factores externos que el derecho considera inevitables debido al paso del tiempo. En este sentido, es importante considerar que las consecuencias de los desastres ambientales no se limitan al presente, sino que se proyectan hacia el futuro.

2. De hecho, el medioambiente debe considerarse patrimonio común de toda la humanidad para garantizar su plena protección, especialmente para las generaciones futuras. El interés por la protección del medioambiente debe prevalecer sobre el principio de seguridad jurídica, dada su amplia repercusión en toda la colectividad.

3. Además, la reparación de los daños al medioambiente es un derecho fundamental indisponible, lo que hace imperativo reconocer su imprescriptibilidad.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal ha decidido que la pretensión de reparación civil, por daños morales o materiales, debida a perjuicios ambientales, son imprescriptibles, en cumplimiento de los principios constitucionales de protección, preservación y reparación del medioambiente.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Tema: Imprescriptibilidad de la pretensión de reparación civil por daños ambientales (Tema de Repercusión General 999).

Tesis: "Es imprescriptible la pretensión de reparación civil por daño ambiental".



ADPF 709 MC-Ref

Protección de los derechos de los pueblos indígenas a la salud

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial[1]

Ponente:
Min. Luís Roberto Barroso

Fecha del juicio:
05.08.2020

Materia:



PROCESO ESTRUCTURAL

RESUMEN DEL CASO

Alegato de incumplimiento de un precepto fundamental (ADPF) relativo a las acciones y a las omisiones del poder público que ponen en riesgo el derecho de los pueblos indígenas a sus tierras, a la salud y a la vida, sobre todo durante la pandemia del COVID-19. Se solicitan: (i) la elaboración de un plan de protección a la salud para luchar contra y monitorear la pandemia; (ii) la garantía de acceso de todos los pueblos indígenas (incluidos aquellos ubicados en tierras todavía no homologadas) al subsistema indígena de salud; (iii) la creación de barreras sanitarias y de una sala de situación para el seguimiento de la pandemia, específicamente en el caso de los pueblos indígenas en aislamiento voluntario; (iv) el retiro de los invasores de tierras específicas, en las que el gran número de invasores tiene un impacto en las condiciones de salud y de vida de las comunidades indígenas.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La Articulación de los Pueblos Indígenas de Brasil (APIB) tiene legitimidad para proponer una acción directa ante el STF, para defender los derechos de los pueblos indígenas, puesto que la Constitución de 1988 garantiza el derecho de estos pueblos a defender sus propios intereses en juicio, así como el respeto a sus formas de organización social (artículos 231 y 232, de la CF/1988).

2. Además, debe repasarse el concepto de entidades de clase de ámbito nacional, para que se extienda a las entidades dirigidas a la defensa de los derechos fundamentales. Este es el entendimiento que concilia la legitimación de estas entidades para proponer una acción directa con la misión jurisdiccional constitucional de proteger estos derechos.

3. Los considerandos del juicio de las peticiones cautelares formuladas en la acción observa tres directrices. La *primera directriz* consiste en el *principio de precaución y de prevención* y recomienda que, en caso de duda, se adopte la perspectiva más eficaz en términos de protección de los derechos a la vida, a la salud y al medioambiente, dado que un posible daño puede ser difícil de revertir. En este punto, se alega que existe un riesgo inminente de exterminio masivo de los pueblos indígenas como consecuencia de la propagación de la pandemia del COVID-19.

[1] Sesión celebrada íntegramente por videoconferencia (Resolución 672/2020/STF).

4. La *segunda directriz* se refiere a la necesidad de adoptar un *diálogo intercultural* en esta materia. Los pueblos indígenas son más vulnerables desde el punto de vista infectocontagioso y presentan una inmunidad más baja y una tasa de mortalidad superior al promedio nacional. Además, la atención a la salud indígena necesita comprensión y consideración con sus prácticas culturales. Por ello, el Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), una norma con rango supralegal, se les asegura el derecho de participación en la formulación de políticas públicas relacionadas con la salud.

5. Por último, la *tercera directriz* se relaciona con un *diálogo entre los poderes*. Esto se debe a que un adecuado tratamiento de las políticas públicas de salud en materia indígena depende del diálogo entre el Poder Judicial y las distintas autoridades del Poder Ejecutivo, que son expertas en la atención a estos pueblos y conocedoras de las circunstancias y limitaciones públicas relativas al tema. Esta medida contempla el principio de la separación de poderes.

6. En relación con el retiro de los invasores presentes en las tierras indígenas, aunque la medida es adecuada, es necesario considerar el riesgo de haber conflictos y la necesidad de que las fuerzas policiales y militares entren en dichas tierras, lo que puede agravar el peligro de conflicto y de contagio durante la pandemia. Por ello, de forma inmediata, se determina la contención y el aislamiento de los invasores en relación con las comunidades indígenas o una medida alternativa capaz de evitar el contacto.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal confirmó parcialmente la medida cautelar, determinando: (i) la elaboración de un Plan de Lucha Contra y Monitoreo del COVID-19 para los pueblos indígenas, por parte del poder público, con la participación de los indígenas, de las autoridades y de las entidades de la sociedad civil, que deberá ser homologado por el STF; (ii) la extensión de los servicios del Subsistema Indígena de Salud a los pueblos indígenas ubicados en tierras no homologadas, así como a los que no viven en pueblos (urbanos) y no tengan acceso al Sistema Único de Salud (SUS); (iii) la creación de barreras sanitarias y de salas de situación para la protección de los pueblos indígenas aislados; (iv) el aislamiento y la contención de los invasores que estén en las tierras indígenas (sin remoción inmediata, debido al riesgo de conflicto y de contagio que esta medida podría generar durante la pandemia).

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Posteriormente, otras decisiones, medidas cautelares y tutelas provisionales incidentales concedidas por el STF en la misma acción determinaron: (i) el refuerzo de la protección a pueblos indígenas específicos que estaban siendo atacados; (ii) la suspensión de un acto administrativo que permitía la supresión de servicios públicos en perjuicio de los pueblos indígenas ubicados en tierras no homologadas; (iii) el retiro de invasores de las tierras indígenas.





ADPF 635 MC

Reducción de la letalidad policial y protección los derechos fundamentales

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Virtual

Ponente:
Min. Edson Fachin

Fecha del juicio:
18.08.2020

Materia:



PROCESSO ESTRUTURAL

RESUMEN DEL CASO

Alegato de incumplimiento de un precepto fundamental (ADPF) en el que se solicita que se reconozca la elevada letalidad de las operaciones policiales llevadas a cabo en comunidades periféricas del estado de Río de Janeiro y que se adopten medidas estructurales de seguridad pública para reducirla. Se solicita la adopción de medidas cautelares que orienten el uso proporcional de la fuerza en los cateos policiales, así como medidas de investigación y control de los hechos de tales operaciones. El demandante invoca como preceptos fundamentales la vida, la dignidad de la persona humana, los derechos a la seguridad, a la inviolabilidad del domicilio y a la igualdad, así como la prioridad en la garantía de los derechos fundamentales de los niños, niñas y adolescentes.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. En el estado de Río de Janeiro, existe un problema estructural en términos de seguridad pública, resultante de las acciones y omisiones de múltiples autoridades públicas, que se expresa en la alta letalidad de las operaciones policiales llevadas a cabo en las comunidades periféricas. Este problema lleva a la violación sistemática de preceptos fundamentales de la Constitución Federal de 1988, como el derecho a la vida y a la seguridad pública de los residentes de estas comunidades y de los propios miembros de las fuerzas policiales. Para enfrentar esta situación, es necesario implementar medidas que garanticen el uso proporcional de la fuerza, a fin de evitar que se pongan en riesgo vidas inocentes.

2. En esta línea, el Tribunal ordenó la adopción, entre otras, de las siguientes medidas: (i) emisión de órdenes de registro e incautación con un propósito y persona específica - se prohíben las órdenes judiciales genéricas para la entrada de la policía en cualquier y toda residencia; (ii) producción de informes detallados sobre las operaciones llevadas a cabo, detallando cada intervención y control externo activo por parte del Ministerio Público, para que los agentes implicados en abusos puedan ser responsabilizados; (iii) preservación de los rastros de los crímenes contra la vida, para permitir investigaciones y garantizar la auditabilidad; (iv) restricción

de las operaciones policiales cerca de las escuelas, de las guarderías y de los hospitales, especialmente durante los horarios de entrada y de salida de estas instituciones; (v) consideración de indicadores de reducción de muertes en operaciones policiales al calcular las bonificaciones de los policías.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal concedió parcialmente las medidas cautelares solicitadas e impuso restricciones y condiciones a las operaciones policiales en las comunidades periféricas, con el fin de reducir sus índices de letalidad.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Tras esta decisión y en el mismo caso, se concedieron otras medidas cautelares con el mismo objetivo: reducir la elevada letalidad de estas operaciones. Para ello, se ordenó la instalación de cámaras y equipos GPS en los uniformes y vehículos policiales con el fin de controlar el uso de la fuerza policial, así como la elaboración de protocolos policiales para garantizar el uso proporcional de la fuerza.



ARE 1.267.879[1]

Vacunación obligatoria de niños y adolescentes

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial[2]

Ponente:
Min. Luís Roberto Barroso

Fecha del juicio:
17.12.2020

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Recurso extraordinario (RE) interpuesto contra una decisión del Tribunal de Justicia del Estado de São Paulo que obligaba a los padres a someter a su hijo menor de edad a las vacunaciones definidas como obligatorias por el Ministerio de Salud, con base en la Ley 6.259/1975 (Programa Nacional de Inmunización) y en el Estatuto del Niño y del Adolescente (Ley 8.069/1990). Se discute la posibilidad de negarse a vacunar a los hijos menores cuando la convicción personal de los padres sea contraria a la vacunación obligatoria (artículo 5, VI y VIII, de la CF/1988).

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La libertad de conciencia está protegida por la Constitución Federal de 1988 y se expresa en el derecho que toda persona tiene a tomar sus propias decisiones (artículos 5, VI y VIII de la CF/1988). Sin embargo, como ningún derecho es absoluto, la libertad de pensamiento debe equilibrarse con la defensa de la vida y la salud de todos (artículos 5 y 196 de la CF/1988), así como con la protección prioritaria de los niños y de los adolescentes (artículo 227 de la CF/1988).

2. El Estado puede ordenar la vacunación obligatoria de los ciudadanos, siempre que el inmunizante: (i) esté debidamente registrado por el órgano de vigilancia sanitaria; (ii) haya sido incluido en el Programa Nacional de Inmunización; y (iii) haya sido declarado obligatorio por ley o su aplicación determinada por la autoridad competente. La legislación brasileña prevé la vacunación obligatoria desde hace décadas, reconociendo la vacuna como una medida eficaz y legítima para proteger la salud pública y prevenir enfermedades altamente contagiosas.

3. La salud de los niños y de los adolescentes debe tratarse de forma prioritaria, de acuerdo con el principio constitucional del interés superior del niño y con el Estatuto del Niño y del Adolescente. El poder familiar no autoriza a los padres a rechazar la vacunación obligatoria de sus hijos. No pueden con base en convicciones filosóficas, poner en peligro la salud de sus hijos o de terceros.

[1] Juzgado conjuntamente con las ADI 6.586/DF y 6.587/DF, ambas de la ponencia del Ministro Ricardo Lewandowski, que tratan de la vacunación contra el COVID-19.

[2] Sesión celebrada íntegramente por videoconferencia (Resolución 672/2020/STF).

4. La expresión "vacunación obligatoria" no significa que alguien pueda ser inmunizado a la fuerza. Sin embargo, permite que la exigencia de la vacunación sea condición para la realización de determinados actos (como la matrícula en la escuela) y para recibir prestaciones (como *Bolsa Família*), y que la no vacunación dé lugar a la aplicación de sanciones, observando los principios de razonabilidad y proporcionalidad en relación con estas últimas.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal ha decidido que la inmunización obligatoria, mediante una vacuna aprobada e incluida en el Programa Nacional de Inmunizaciones, no constituye una violación de la libertad de pensamiento y convicción filosófica de los padres ni de la potestad familiar.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Este caso se inscribe en el contexto de la pandemia de COVID-19. En Brasil, en particular, además de los desafíos inherentes a la contención del contagio en la población, hubo un cuadro general de difusión de desinformación y de desaliento a la vacuna por parte de órganos y agentes públicos, así como falta de coordinación federal en materia de vacunación.

Tema: Posibilidad de que los padres dejen de vacunar a sus hijos por convicciones filosóficas, religiosas, morales y existenciales (Tema de Repercusión General 1.103).

Tesis: "Es constitucional la inmunización obligatoria por medio de vacuna que haya sido registrada en el órgano de vigilancia sanitaria, (i) haya sido incluida en el Programa Nacional de Inmunización o (ii) tenga su aplicación obligatoria determinada por ley o (iii) sea objeto de determinación de la Unión, de un estado, del Distrito Federal o de un municipio, basada en consenso médico-científico. En tales casos, no hay violación de la libertad de pensamiento y de convicción filosófica de los padres o responsables, ni de la potestad familiar."





ADPF 708

La omisión en la asignación de recursos del Fondo Nacional sobre Cambio Climático (Fondo Clima) por parte de la Unión

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Virtual

Ponente:
Min. Luís Roberto Barroso

Fecha del juicio:
04.07.2022

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Alegato de incumplimiento de un precepto fundamental (ADPF) en el que se alega que la Unión mantuvo inoperante el Fondo Nacional sobre Cambio Climático (Fondo Clima) durante los años de 2019 y 2020, al no asignar cuantiosos recursos a la lucha contra los cambios climáticos.

Los documentos del expediente prueban que la Unión fue omisa sobre la gestión del Fondo y que la no asignación de recursos fue una decisión deliberada del Poder Ejecutivo, hasta que se cambiara la constitución del Comité de Gestión del Fondo, para controlar las informaciones y decisiones pertinentes a la asignación de sus recursos. Cabe destacar el contexto de supresión sistémica y debilitamiento de los colegiados de la administración pública, así como la reducción en la participación de la sociedad civil ante ellos.

Los demandantes solicitan: la reanudación del funcionamiento del Fondo Clima; la asignación de los recursos de lucha contra el cambio climático y la determinación de que el Poder Ejecutivo se abstenga de incurrir en nuevas omisiones; y la prohibición del control de los valores destinados al Fondo, basándose en el derecho constitucional que les garantiza a las generaciones presentes y futuras un medioambiente sano.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. El derecho a un medioambiente sano y equilibrado fue reconocido por el constituyente como derecho fundamental, y los derechos incorporados por los tratados internacionales ratificados por Brasil tienen rango supralegal de derechos humanos. Así, es un deber constitucional, supralegal y legal del poder público proteger el medioambiente y luchar contra los cambios climáticos para las generaciones presentes y futuras. La defensa y la protección del medioambiente se extienden a las acciones humanas que degradan el planeta. Por lo tanto, la protección del medioambiente no se trata de una libre elección política, sino que de un deber constitucional de naturaleza jurídica vinculante. En consecuencia, la omisión en el funcionamiento del Fondo Clima es inconstitucional, en observancia al artículo 225 y al artículo 5, párrafo 2, de la Constitución Federal de 1988.

2. En este sentido, la Unión debe asignar recursos para combatir los cambios climáticos y cumplir los objetivos de reducción de emisiones de gases de efecto invernadero y financiar actividades para mejorar la calidad de vida ambiental urbana, a través de acciones que preconicen la mitigación del cambio climático y la adaptación a sus efectos, según lo previsto en los artículos 2 y 225 combinado con el artículo 9, párrafo 2, de la Ley de Responsabilidad Fiscal (LRF).

3. Además, en los términos del artículo 2 de la CF/1988, del artículo 9, párrafo 2, de la LRF (Ley Complementaria 101/2000) y del precedente ADPF 347 MC, ponente ministro Marco Aurélio, el bloqueo de los valores del Fondo Clima es inconstitucional, debido:

i. al grave contexto en que se encuentra la situación ambiental brasileña, que tiene una estricta relación de dependencia con el núcleo esencial de múltiples derechos fundamentales;

ii. a que esos valores se vinculan a los gastos que deliberaron el Poder Legislativo, orientados al cumplimiento de una obligación constitucional y legal, con destino específico.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal, respetando el derecho constitucional a un medioambiente sano (artículo 225 de la CF/1988), el deber del país de cumplir los derechos y compromisos asumidos internacionalmente (artículo 5, párrafo 2, de la CF/1988), así como en observancia al principio de la separación de los poderes, que rige los "gastos que constituyan obligaciones constitucionales y legales" (artículo 2 de la CF/1988 combinado con el artículo 9, párrafo 2, de la LC 101/2000), estimó la acción para: (i) reconocer la omisión por parte de la Unión, debido a la no asignación integral de los recursos del Fondo Clima relativos a 2019; (ii) determinar que la Unión se abstenga de omitirse en relación con el funcionamiento del Fondo Clima o con la asignación de sus recursos; (iii) prohibir el control de los ingresos que forman parte del Fondo.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Tesis: "El Poder Ejecutivo tiene el deber constitucional de hacer funcionar y de asignar anualmente los recursos del Fondo Clima, con el propósito de mitigar los cambios climáticos, prohibiendo su control, debido al deber constitucional de protección del medioambiente (artículo 225 de la CF/1988), a los derechos y a los compromisos internacionales asumidos por Brasil (artículo 5, párrafo 2, de la CF/1988), así como al principio constitucional de la separación de los poderes (artículo 2 de la CF/1988 combinado con el artículo 9, párrafo 2, de la LRF)."



ADPF 850, 851, 854 y 1.014[1]

Presupuesto secreto

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Rosa Weber

Fecha del juicio:
19.12.2022

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Alegatos de incumplimiento de un precepto fundamental (ADPF) que tienen como objeto la inconstitucionalidad de la práctica denominada "presupuesto secreto". Según los demandantes, a través de ella, la base parlamentaria aliada del presidente de la República utilizaría las enmiendas del ponente general del presupuesto para obtener recursos presupuestarios, a cambio de votos favorables a los intereses del Poder Ejecutivo Federal en el Congreso Nacional. Los recursos se obtendrían sin la identificación de los parlamentarios interesados, del monto o de su destino, lo que hace imposible controlar su uso.

Se alega que tal modo de operar viola los principios constitucionales de la legalidad, de la impersonalidad, de la publicidad y de la eficiencia (artículo 37 de la CF/1988), y no respeta las normas constitucionales sobre planificación presupuestaria y responsabilidad en la gestión fiscal (artículo 166 de la CF/1988), produciendo una pulverización de los recursos públicos y un grave riesgo para la capacidad institucional del Estado de alcanzar sus objetivos. En este mismo sentido, esta forma de actuar pone en riesgo los derechos de los ciudadanos a la información, a la transparencia y al control social (artículo 5, XXXIII; artículo 37, párrafo 3, II; y artículo 165 de la CF/1988).

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. Las enmiendas parlamentarias al presupuesto están autorizadas por la constitución (artículo 166 de la CF/1988) y tienen como objetivo, en principio, permitir a los miembros del Congreso atender directamente a las demandas más concretas y urgentes de la población a la que representan, con el fin de proporcionarles la asignación financiera necesaria para atender sus necesidades. Estas enmiendas son legítimas siempre que observen el régimen jurídico constitucional aplicable a la elaboración y a la ejecución presupuestaria.

2. La práctica conocida como "presupuesto secreto" consiste en la utilización de las enmiendas del ponente general del presupuesto, para incluir nuevos gastos públicos o planificaciones en el

[1] Juicio conjunto con los ADPF 851, 854 y 1.014.

proyecto de ley presupuestaria anual de la Unión, sin que sea posible identificar con precisión al parlamentario que haya solicitado esta medida, el monte del gasto que le beneficiará y el destino final del recurso. Tal como ha sido implementada, esta práctica hace imposible el control del uso de los recursos y viola los principios constitucionales de la legalidad, de la impersonalidad, de la publicidad y de la eficiencia (artículo 37 de la CF/1988), las normas constitucionales sobre planificación presupuestaria y responsabilidad en la gestión fiscal (artículo 166 de la CF/1988), y el derecho de los ciudadanos a la información, a la transparencia y al control social (artículo 5, XXXIII; artículo 37, párrafo 3, II; y artículo 165 de la CF/1988).

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal declaró incompatibles con el orden constitucional brasileño las prácticas presupuestarias del "presupuesto secreto", que consistían en el uso indebido de las enmiendas del ponente general del presupuesto para incluir nuevos gastos públicos o planificaciones en el proyecto de ley presupuestaria anual de la Unión, sin identificar adecuadamente a los parlamentarios beneficiados, el monto o el destino de los recursos. Además, prohibió la ejecución de dichas enmiendas.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

La decisión también ordenó, entre otras medidas, a todas las unidades presupuestarias y órganos de la administración pública que hubieran realizado el empeño, la liquidación y el pago de los gastos calificados como práctica de presupuesto secreto (bajo el indicador presupuestario RP 9), en los ejercicios financieros de 2020 a 2022, que publicaran los datos referentes a los servicios, las obras y las compras realizadas con dichos fondos públicos, y que identificaran a los respectivos solicitantes y beneficiarios, de forma accesible, clara y fiable, en un plazo de 90 días. A pesar de la decisión, la discusión sobre el tema volvió al STF a través del ADPF 854.

Tesis: "Las enmiendas del ponente general del presupuesto se destinan exclusivamente a la corrección de errores y omisiones, en los términos del artículo 166, párrafo 3, III, letra *a*, de la Constitución Federal, estando prohibida su utilización indebida con el fin de crear nuevos gastos o de ampliar las planificaciones previstas en el proyecto de ley presupuestaria anual."

ADC 51

Solicitud directa de datos proveedores de *internet* en el extranjero

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Gilmar Mendes

Fecha del juicio:
23.02.2023

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Acción declarativa de constitucionalidad (ADC) relativa a las normas sobre cooperación jurídica internacional entre autoridades judiciales brasileñas y extranjeras para la puesta en común de datos de comunicaciones privadas de usuarios de proveedores de internet, con fines de investigación criminal. Como consecuencia de la declaración de constitucionalidad de estas normas, se postula la imposibilidad de que las autoridades brasileñas soliciten directamente datos a empresas tecnológicas extranjeras y a sus respectivos representantes en Brasil

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La cuestión jurídica que plantea la acción gira en torno a la posibilidad de que el Poder Judicial ordene el suministro directo de información sobre comunicaciones privadas por parte de las plataformas de internet a las autoridades brasileñas. Esto se debe a que dichas plataformas almacenan datos en diferentes países, una situación que podría dar lugar a debates sobre los límites de la jurisdicción brasileña, así como a tensiones entre Brasil y otros países soberanos.

2. Sin embargo, comprender el almacenamiento de datos por parte de las grandes empresas tecnológicas es una cuestión profundamente compleja. La información se almacena en "nubes", por lo que existe la posibilidad de disociar el lugar de acceso a las redes (y donde se lleva a cabo cualquier acto ilegal) y de la ubicación de los datos almacenados en distintos países. Esta circunstancia acentúa el carácter "aterritorial" de los datos.

3. En esta línea, el artículo 11 del Marco Civil de Internet (Ley n.º 12.965/2014), que se apoya en el artículo 18 de la Convención de Budapest, garantiza que la legislación brasileña se aplique a las actividades de recopilación, almacenamiento, custodia y tratamiento de registros, datos y comunicaciones electrónicas que tengan lugar en territorio nacional, aunque la persona jurídica que posea esta información esté ubicada o la almacene en el extranjero.

4. Los casos de solicitud directa previstos en el artículo 11 del Marco Civil de Internet y en el artículo 18 de la Convención de Budapest son formas de garantizar el derecho a la información y reafirman los principios de soberanía e independencia nacionales

(artículo 1, I, y artículo 4, I, de la CF/1988), concretizando el deber del Estado de proteger los derechos fundamentales y la seguridad pública de los ciudadanos brasileños o residentes en el país. La solicitud directa agiliza las investigaciones de interés nacional, contribuyendo a garantizar la eficacia de las normas de protección de datos.

5. En este sentido, las autoridades nacionales pueden solicitar datos y el contenido de las comunicaciones privadas directamente a las empresas extranjeras de tecnología, en los casos en que existan: (i) actividades de recolección y procesamiento de datos en el país; (ii) posesión o control de los datos por una empresa con representación en Brasil; y (iii) delitos cometidos por individuos localizados en territorio nacional, en los términos del artículo 11 del Marco Civil de Internet y del artículo 18 de la Convención de Budapest.

6. La solicitud directa de datos por parte de las autoridades nacionales no imposibilita su solicitud a través de los acuerdos de asistencia judicial mutua en materia penal firmados entre Brasil y otros países.

RESULTADO DEL JUICIO

La petición fue estimada parcialmente para declarar la constitucionalidad de las normas sobre cooperación jurídica internacional entre autoridades judiciales brasileñas y extranjeras para compartir datos de comunicaciones privadas de usuarios de proveedores de internet con fines de investigación penal.

No obstante, el STF también ha estimado que es posible que las autoridades nacionales soliciten directamente datos y comunicaciones electrónicas de empresas de tecnología en casos de actividades de recolección y procesamiento de datos en el país, posesión o control de datos por parte de una empresa con representación en Brasil y delitos cometidos por individuos ubicados en territorio nacional.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Este debate se enmarca en el contexto de las actividades de las organizaciones criminales digitales, un fenómeno observado en Brasil y en varios otros países. Estas organizaciones operan en Internet con el objetivo de atacar a las personas, las instituciones y el Estado de Derecho. Las autoridades nacionales tienen dificultades para investigar estas prácticas criminales, entre otras razones porque las estructuras tradicionales de cooperación jurídica entre países aún no permiten obtener datos electrónicos con la agilidad y la seguridad jurídica necesarias para hacer frente a la nueva realidad de los delitos cibernéticos.





ADPF 779

La tesis de legítima defensa del honor para los delitos contra las mujeres es inconstitucional

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Dias Toffoli

Fecha del juicio:
01.08.2023

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Alegato de incumplimiento de un precepto fundamental (ADPF) en el que se debatía la constitucionalidad de la tesis de la legítima defensa del honor del acusado como estrategia de defensa en los casos de feminicidio o agresión contra la mujer. Esta tesis solía utilizarse para absolver acusados de asesinar a mujeres en el Juicio por Jurado, en el que los jurados no tienen conocimientos técnicos. Se argumentó que la aplicación de esta tesis violaba los principios de la dignidad humana (artículo 1, III, de la CF/1988), el derecho a la vida y a la igualdad de género (artículo 5, *caput*, de la CF/1988).

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. La tesis de la legítima defensa del honor solía utilizarse en los casos de feminicidios o agresiones contra las mujeres, como circunstancia de exclusión de ilicitud, para justificar la conducta del acusado como un acto socialmente aceptable. El argumento usado era que el asesinato o la agresión a una mujer era justo cuando la víctima había sido infiel a su pareja, puesto que esta conducta supuestamente dañaba el honor del agresor.

2. La aceptación de la tesis de la legítima defensa del honor en los juicios produce consecuencias negativas para las mujeres y para la sociedad, ya que oficializa la desigualdad entre hombres y mujeres, se hace habitual e incentiva la violencia doméstica contra la mujer y el feminicidio, además de contribuir a la impunidad del agresor.

3. Por estos motivos, la defensa del honor es una tesis inconstitucional y no puede ser utilizada por la defensa, por la acusación, por la autoridad policial ni por el propio juez, antes o durante el proceso criminal. Cualquier referencia a esta tesis puede dar lugar a la anulación de las pruebas o del juicio, incluso en el Juicio por Jurado. Es deber del Estado ejercer un mínimo control sobre la decisión de los jurados populares cuando la conclusión se basa en argumentos discriminatorios, indignos e inconstitucionales, como es el caso de la legítima defensa del honor.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal decidió que la tesis de la legítima defensa del honor, utilizada en los procesos criminales en los casos de feminicidio o agresión contra la mujer, es inconstitucional por violar los principios de la dignidad humana (artículo 1, III, de la CF/1988), de la protección a la vida y de la igualdad de género (artículo 5, *caput*, de la CF/1988). Por ello, esta tesis no puede ser utilizada en ninguna etapa del proceso criminal, incluso ante un Juicio por Jurado, so pena de nulidad.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS





RE 1.017.365

Las tierras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas no están sujetas al marco temporal

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Edson Fachin

Fecha del juicio:
27.09.2023

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Recurso extraordinario (RE) en el que se plantea la interpretación de las normas constitucionales que regulan el derecho originario de los pueblos indígenas sobre las tierras que tradicionalmente ocupan, cuando el área de ocupación tradicional indígena coincide parcialmente con una zona de reserva biológica y con otra ocupada por particulares. Los temas debatidos incluyen: (i) la aplicabilidad de la tesis del marco temporal, según la cual los pueblos indígenas solo tendrían derecho a las tierras en que se encontraban en la fecha de la promulgación de la Constitución de 1988, aunque la comunidad hubiera sido expulsada a la fuerza y se le hubiera impedido regresar; (ii) el procedimiento que debe observar la Unión en la demarcación de las tierras mencionadas y la posibilidad de revisión en caso de error; (iii) el derecho a indemnización previa de terceros de buena fe, con justo título, en los casos en que no había ocupación indígena en la fecha de la promulgación de la Constitución; (iv) la compatibilidad entre la ocupación tradicional indígena y la conservación del medioambiente; (v) el derecho de los pueblos indígenas a participar en los procesos en que se discutan sus intereses, sin perjuicio de la participación concurrente de la Fundación Nacional de los Pueblos Indígenas (Funai).

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. Los derechos de los pueblos indígenas a las tierras que tradicionalmente ocupan son originarios. Por lo tanto, son preexistentes y oponibles a cualquier otro derecho o gravamen. Además, son inalienables, indisponibles e imprescriptibles. En este sentido, el procedimiento de demarcación de dichas tierras tiene una naturaleza meramente declaratoria, y no pretende constituir los derechos mencionados, sino que garantizarlos. Asimismo, se trata de un derecho fundamental, que no es pasible de supresión, so pena de violación de una cláusula pétrea (artículo 231, de la CF/1988).

2. La posesión indígena se distingue de la posesión de derecho civil, siendo esta última de carácter económico y mercantil. Esto se debe a que la posesión indígena se ejerce según la cultura, las costumbres y la cosmovisión de los indígenas, como condición para su

propia subsistencia como pueblo, abarcando las zonas que habitan de manera permanente, las utilizadas para sus actividades productivas, las indispensables para la conservación del medioambiente necesarios para su bienestar y las necesarias para su reproducción física y cultural.

3. En estas condiciones, la ausencia de una comunidad indígena en determinada zona de ocupación tradicional en el momento de la promulgación de la Constitución de 1988 no excluye su derecho a ella, si se demuestra que la comunidad fue desplazada contra su voluntad y no pudo regresar. La tradicionalidad y los hechos que involucran la salida del territorio deben ser demostrados a través de un informe antropológico, durante el procedimiento de demarcación.

4. Es posible redimensionar una demarcación de tierra si se demuestra que no respetaba los límites de la ocupación tradicional, tal y como previsto en la Constitución, lo que también debe ser objeto de un informe antropológico.

5. En el caso de tierras indígenas que se encontraban desocupadas en la fecha de la promulgación de la Constitución y fueron traspasadas a terceros de buena fe y a justo título, es necesario conciliar el derecho de dichos terceros con los derechos de los pueblos indígenas, lo que se hace garantizando el derecho de los primeros a retener el área hasta que sean previamente indemnizados por su pérdida. Esta indemnización incluye el valor de la tierra eriaza, en caso de que no haya posibildiad de realojamiento de los particulares.

6. No hay conflicto entre la ocupación indígena y la protección del medioambiente, ya que el modo de vida típico de dichos pueblos, según sus usos, costumbres y tradiciones, proporciona la protección de los recursos ambientales necesarios para su subsistencia (a través de la caza, de la pesca y del cultivo), así como para sus actividades espirituales y culturales.

7. Por último, los pueblos indígenas tienen el derecho a participar en los procesos judiciales que están relacionados con sus intereses, independientemente de la participación de la Fundación Nacional de los Pueblos Indígenas (Funai), ya sea porque la Constitución lo garantiza expresamente, ya sea porque garantiza el respeto a sus propias organizaciones sociales y modo de vivir y actuar (artículos 231 y 232, de la CF/1988).

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal rechazó la tesis del marco temporal y concluyó que la posesión de los indígenas sobre las tierras que ocupaban tradicionalmente constituye un derecho originario de dichos pueblos, cuya tradicionalidad de la ocupación debe ser considerada según los parámetros expresamente previstos en el texto constitucional (párrafos 1 y 2 del artículo 231 de la CF/1988).

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Tema: Definición del estatus jurídico constitucional de las relaciones de posesión de las áreas de ocupación tradicional indígena a la luz de las reglas establecidas en el artículo 231 del texto constitucional (Tema de Repercusión General 1.031).

Tesis: "I – La demarcación consiste en un procedimiento declaratorio del derecho originario territorial a la posesión de las tierras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas;

II – La posesión tradicional indígena se distingue de la posesión civil, y consiste en la ocupación de las tierras habitadas permanentemente por los indígenas, de las utilizadas para sus actividades productivas,

de las indispensables para la conservación de los recursos ambientales necesarios para su bienestar y de las necesarias para su reproducción física y cultural, según sus usos, costumbres y tradiciones, en los términos del párrafo 1 del artículo 231 del texto constitucional;

III – La protección constitucional de los derechos originarios a las tierras que ocupan tradicionalmente no depende de la existencia de un marco temporal en el 5 de octubre de 1988 o de la configuración de una usurpación renitente, como un conflicto físico o una controversia judicial persistente en la fecha de la promulgación de la Constitución;

IV – En caso de ocupación tradicional indígena o de usurpación renitente contemporánea a la promulgación de la Constitución Federal, se aplica el régimen de indemnización relativo a las bienhechurías útiles y necesarias, previsto en el párrafo 6 del artículo 231 de la CF/1988;

V – En ausencia de ocupación tradicional indígena o en caso de usurpación renitente en la época de la promulgación de la Constitución Federal, los actos y negocios jurídicos perfectos y la cosa juzgada relativos al justo título o a la posesión de buena fe de las tierras de ocupación indígena tradicional son válidos y eficaces, produciendo todos sus efectos, y el particular tiene derecho a la justa y previa indemnización de la Unión por las bienhechurías necesarias y útiles; y cuando el reasentamiento de los particulares sea inviable, estos serán indemnizados por la Unión (con derecho de recuperación frente al ente federativo que tituló el área) correspondiente al valor de la tierra eriaza, pagada en efectivo o en títulos de deuda agraria, si es del interés del beneficiario, y tramitada en expedientes separados del procedimiento de demarcación, con pago inmediato de la parte no controvertida, garantizando el derecho de retención hasta el pago del valor no controvertido, permitiendo la autocomposición y el régimen del párrafo 6 del artículo 37 de la C/F de 1988;

VI – No se aplica la indemnización en los casos ya pacificados, derivados de las tierras indígenas ya reconocidas y declaradas en procedimiento de demarcación, con excepción de los casos que están en curso bajo el Poder Judicial;

VII – Es deber de la Unión llevar a cabo el procedimiento de demarcación de las tierras indígenas, y la formación de áreas reservadas solo se permite en caso de imposibilidad absoluta de concreción del orden constitucional de demarcación. En todos los casos, la comunidad indígena deberá ser oída y, si es necesario, se debe buscar la autocomposición entres los respectivos entes federativos para identificar las tierras necesarias para la formación de dichas áreas reservadas, teniendo siempre en cuenta la búsqueda del interés público y de la paz social, así como de la compensación proporcional a las comunidades indígenas (artículo 16.4 de la Convención 169 OIT);

VIII – No se prohíbe el inicio de un procedimiento de redimensionamiento de una tierra indígena en caso de incumplimiento de los elementos contenidos en el artículo 231 de la Constitución de la República, a través de una petición de revisión de procedimiento de demarcación presentada dentro de los cinco años siguientes a la demarcación anterior, siendo necesario probar que hubo un grave e insanable error en la conducción del procedimiento administrativo o en la definición de los límites de la tierra indígena, con excepción de las acciones judiciales en curso y de los pedidos de revisión ya iniciados hasta la fecha de conclusión de este juicio;

IX – El informe antropológico realizado en los términos del Decreto 1.775/1996 es uno de los elementos fundamentales para demostrar la tradicionalidad de la ocupación de una determinada comunidad indígena, según sus usos, costumbres y tradiciones, en la forma del instrumento normativo mencionado;

X – Las tierras tradicionalmente ocupadas por los pueblos indígenas está destinadas a su posesión permanente, y les corresponderá participar de manera exclusiva en el usufructo de las riquezas del suelo, de los ríos y de los lagos que se hallen en sus tierras;

XI – Las tierras de ocupación tradicional indígena, por tratarse de tierras públicas, son inalienables, indisponibles, y los derechos sobre ellas son imprescriptibles;

XII – La ocupación tradicional de las tierras indígenas es compatible con la protección constitucional del medioambiente, y se garantiza el ejercicio de las actividades tradicionales de los pueblos indígenas;

XIII – Los pueblos indígenas tienen capacidad civil y de postulación, y son partes legítimas en los procesos en que discutan sus intereses, sin perjuicio, en los términos de la ley, de la legitimidad concurrente de la Funai y de la intervención del Ministerio Público como fiscal de la ley."



ADPF 347

Violación masiva de derechos fundamentales en el sistema penitenciario brasileño

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Marco Aurélio

Redactor de la sentencia:
Min. Luís Roberto Barroso

Fecha del juicio:
04.10.2023

Materia:



PROCESO ESTRUCTURAL

RESUMEN DEL CASO

Alegato de incumplimiento de un precepto fundamental (ADPF) que busca el reconocimiento y la declaración del estado de cosas inconstitucional del sistema penitenciario brasileño, debido al escenario de violación grave y masiva de los derechos humanos de los presos, así como la determinación de una serie de medidas destinadas a promover la mejora de las condiciones carcelarias y a contener y revertir el proceso de hiperencarcelamiento y hacinamiento en las prisiones brasileñas.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. En el sistema penitenciario brasileño, existe un escenario de violación masiva de derechos fundamentales, caracterizado por: (i) hacinamiento y mala calidad de las plazas existentes, marcado por el déficit en el suministro de bienes y servicios esenciales que componen las condiciones mínimas; (ii) ingreso indebido y desproporcionado de nuevos presos al sistema, tratándose de autores primarios y de delitos menores como también de baja peligrosidad, que solo contribuyen al agravamiento de la criminalidad; y (iii) permanencia de los presos en prisión por un tiempo superior al previsto en la sentencia condenatoria o en un régimen más severo del debido. Esta situación compromete la capacidad del sistema para cumplir su finalidad de resocializar a los presos y garantizar la seguridad pública. En este sentido, el escenario actual está en contradicción con las normas previstas en la Constitución Federal de 1988 (artículo 3, III, y artículo 5, XLVII, XLVIII y XLIX), en los tratados internacionales de derechos humanos en los que Brasil es parte y en las demás leyes aplicables al tema (entre estas, la Ley de Ejecución Penal).

2. Se trata de un problema estructural, caracterizado por el amplio desprecio a los derechos fundamentales de los presos, razón por la cual el Tribunal reconoció el estado de cosas inconstitucional del sistema penitenciario brasileño. Por lo tanto, la solución de la cuestión requiere la acción cooperativa de diversas autoridades para elaborar un plan nacional y planes locales, con la participación de las instituciones y de la comunidad, para construir una solución satisfactoria.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal estimó parcialmente la petición formulada en el alegato de incumplimiento de un precepto fundamental de reconocer el estado de cosas inconstitucional del sistema penitenciario brasileño, debido a la existencia de un escenario de violación masiva de derechos fundamentales de los presos.

Con el objetivo de superar esa situación, se determinó un conjunto de medidas a ser adoptadas por el poder público, como el establecimiento de un plazo para que la Unión, los estados y el Distrito Federal, con la participación del Consejo Nacional de Justicia (CNJ), elaboren, en el plazo de seis meses, y ejecuten, en el plazo de tres años, planes para resolver la situación en sus respectivas unidades. Los planes deben abordar los principales problemas del sistema, que son: (i) insuficiencia y mala calidad de las plazas; (ii) ingreso excesivo de presos; y (iii) retraso en la liberación de presos. Estos planes deben ser aprobados por el Supremo Tribunal Federal y su ejecución será monitoreada por el CNJ, bajo la supervisión del STF.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Tesis: "1. Hay un estado de cosas inconstitucional en el sistema penitenciario brasileño, responsable de la violación masiva de los derechos fundamentales de los presos. Este estado de cosas exige la acción cooperativa de las diversas autoridades, instituciones y de la comunidad para construir una solución satisfactoria. 2. En vista de ello, la Unión, los estados y el Distrito Federal, conjuntamente con el Departamento de Monitoreo y Fiscalización del Consejo Nacional de Justicia (DMF/CNJ), deberán elaborar planes que se someterán a la homologación del Supremo Tribunal Federal, en los plazos y observadas las directrices y finalidades expuestas en esta decisión, y tales planes deberán estar especialmente dirigidos a controlar el hacinamiento carcelario, la mala calidad de las plazas existentes y la entrada y salida de presos. 3. El CNJ realizará un estudio y regulará la creación de un número de juzgados de ejecución proporcional al número de juzgados criminales y al número de presos."





ADPF 1.013

Oferta de transporte público regular y gratuito en el día de elecciones

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Luís Roberto Barroso

Fecha del juicio:
18.10.2023

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Alegato de incumplimiento de un precepto fundamental (ADPF) en el que se alega que el poder público no ha proporcionado transporte público gratuito en los días de las elecciones con una frecuencia compatible con la practicada en los días laborables.

La demanda se basa en el derecho de los ciudadanos al transporte y especialmente en su derecho al voto. Se argumenta que el coste del desplazamiento a los colegios electorales es significativamente superior al importe de la multa por abstención.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. El artículo 14 de la Constitución Federal garantiza el derecho al voto con igual valor para todos, por lo que no ejercer este derecho es una violación constitucional. Considerando la extrema desigualdad social que existe en Brasil, la ausencia de una política pública que garantice el transporte gratuito en el día de las elecciones tiene el potencial de crear, en la práctica, un nuevo tipo de voto censitario, que aleja a los más pobres de la posibilidad de participar en el proceso electoral.

2. Las elecciones deben contar con el mayor número de electores y celebrarse de forma libre y justa, con igualdad de acceso para toda la población. Por lo tanto, es deber constitucional del poder público garantizar un transporte público gratuito y regular en las zonas urbanas los días de las elecciones. La implementación de este derecho es una exigencia constitucional, y promociona la igualdad de participación, facilitando el acceso al voto de una parte significativa de los electores y la lucha contra la ilegalidad, impidiendo que el transporte sirva de interferencia en el resultado electoral.

3. El derecho de voto no es solo una libertad negativa, que exige que el Estado se abstenga de prohibir u obstaculizar su ejercicio, sino que también engloba obligaciones positivas, de modo que se den las condiciones necesarias para que todos tengan las mismas posibilidades de participación.

4. En este escenario, es pertinente adoptar una solución que reconozca la preferencia del Congreso Nacional para legislar sobre la materia y, al mismo tiempo, detenga la mencionada violación de

la Constitución hasta que la ley sea hecha. La apelación al Poder Legislativo es una de las posibilidades de diálogo institucional entre los poderes judicial y legislativo. Esta solución favorece la competencia legislativa del Congreso Nacional, sin descuidar la fuerza normativa del texto constitucional.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal estimó el alegato de incumplimiento de un precepto fundamental y juzgó parcialmente la petición de reconocer la existencia de una omisión inconstitucional derivada de la ausencia de una política de gratuidad del transporte público los días de elecciones, con una apelación al Congreso Nacional para que dicte una ley que regule la materia. De no sancionarse la ley, a partir de las elecciones municipales de 2024, el transporte público municipal e intermunicipal, incluido el metropolitano, deberá ofrecerse en forma gratuita los días de elecciones y con una frecuencia compatible con la de los días laborables.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Tesis: "Es inconstitucional la omisión del poder público de proveer, en las zonas urbanas, durante los días de elecciones, transporte público gratuito y con una frecuencia compatible con la que se practica en los días laborables."



ADO 20

Omisión legislativa sobre la regulación del derecho a la licencia por paternidad

País:
Brasil

Tribunal:
Supremo Tribunal Federal

Órgano juzgador:
Tribunal Pleno

Forma del juicio:
Presencial

Ponente:
Min. Marco Aurélio

Redactor de la sentencia:
Min. Edson Fachin

Fecha del juicio:
14.12.2023

Materia:



RESUMEN DEL CASO

Acción directa de inconstitucionalidad por omisión (ADO) presentada debido a la falta de regulación de la licencia por paternidad, en los términos del artículo 7, XIX, de la Constitución Federal de 1988, en la que se alegan la mora legislativa y la protección deficiente de la legislación existente.

La Constitución Federal de 1988 establece que la licencia por paternidad concedida al trabajador será de cinco días, hasta que una ley complementaria determine nuevas reglas. Sin embargo, transcurridos más de 35 años, el Poder Legislativo todavía no ha reglamentado el tema.

FUNDAMENTOS DE LA DECISIÓN

1. El derecho a la licencia por paternidad es un derecho fundamental esencial para concretar las garantías institucionales de la familia (artículo 226 de la CF/1988), de la protección integral de la infancia (artículo 6 y 203 de la CF/1988), y de la garantía del derecho fundamental a la igualdad entre hombres y mujeres (artículo 5, I, de la CF/1988).

2. Considerando la evolución de los papeles de hombres y mujeres en la familia y en la sociedad, y el aumento de la participación de las mujeres en el mercado laboral, es esencial elaborar políticas públicas relacionadas con el cuidado de los hijos que puedan contribuir a la equidad de género, al interés superior del niño, a la salud mental de los padres y de las madres, así como a la planificación familiar y a la reducción del impacto en la carrera profesional de las mujeres tras el nacimiento de sus hijos.

3. Es necesario cambiar los roles de conducta de hombres y de mujeres en relación con la distribución sexual del trabajo, especialmente el trabajo doméstico. Cabe subrayar que la Organización Internacional del Trabajo (OIT) confirmó que los progresos sociales y económicos son más igualitarios y sostenibles cuando se comparten las licencias por maternidad y por paternidad.

4. Además, es esencial que haya un esfuerzo por parte de los agentes políticos y públicos vinculados a todas las funciones de

poder, para realizar y potenciar la eficacia de las normas constitucionales, especialmente las que tratan de derechos fundamentales sociales expresamente reconocidos por el legislador constituyente originario, como es el caso de la licencia por paternidad, prevista en el artículo 7, XIX, de la Constitución Federal de 1988.

RESULTADO DEL JUICIO

El Supremo Tribunal Federal estimó la petición de declaración de omisión constitucional, de declarar la mora legislativa en regular el artículo 7, XIX, de la CF/1988 y del artículo 10, párrafo 1, del Acto de las Disposiciones Constitucionales Transitorias, y determinó un plazo de 18 meses para que el Congreso Nacional subsane la omisión, que, de no hacerlo, autorizará al Tribunal a deliberar sobre el tema.

OBSERVACIONES COMPLEMENTARIAS

Tesis: "Hay una omisión inconstitucional relativa a la elaboración de una ley reguladora de la licencia por paternidad, prevista en el artículo 7, XIX, de la Constitución de la República de 1988, fijándose un plazo de 18 (dieciocho) meses para que el Poder Legislativo subsane la omisión, que, de no hacerlo, autoriza al Supremo Tribunal Federal a deliberar sobre las condiciones concretas necesarias al goce del derecho fundamental a la licencia por paternidad."



Esta obra foi projetada e composta nas fontes Futura PT e Myriad Pro e finalizada, em julho de 2025, pela Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do Supremo Tribunal Federal.